

Interseções **20** anos

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Prof. Ruy Garcia Marques

Vice-Reitora

Prof^a. Maria Georgina Muniz Washington

Sub-Reitora de Graduação

Prof^a. Tania Maria de Castro Carvalho Netto

Sub-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof. Egberto Gaspar de Moura

Sub-Reitora de Extensão e Cultura

Prof^a. Elaine Ferreira Torres

Centro de Ciências Sociais

Prof. Domenico Mandarino

Instituto de Ciências Sociais

Prof^a. Maria Claudia Pereira Coelho

Prof. Ronaldo de Oliveira Castro

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Prof^a. Helena Bomeny (Coordenação Geral)

Prof. Paulo D'Avila Filho (Coordenação Adjunta)

Prof^a. Cecília Loreto Mariz (Coordenação Acadêmica)

ISSN 2317-1456

Interseções **20** anos

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

ano 21 número 2
agosto de 2019

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Interseções

Revista de Estudos Interdisciplinares

Interseções: revista de estudos interdisciplinares é uma publicação organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Seu objetivo é divulgar estudos baseados na interdisciplinaridade das ciências humanas, considerada indispensável para a reflexão sobre a realidade sociocultural dinâmica, cambiante e complexa do mundo contemporâneo.

Editores

Helena Bomeny, Maria Claudia Coelho e Paulo D'Ávila

Assistente Editorial

Thayz Guimarães

Estagiária

Mayra Chomski

Revisão de Texto

Dayse Lúcia Mendes

Tradução

Marcelo Burgos

Diagramação

Sigaud & Torres Gestão e Capacitação Empresarial

Publicação Quadrimestral – 2019.2

Conselho Editorial

Anália Torres (Instituto Universitário de Lisboa)
Bernardo Ferreira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Cecília Loreto Mariz (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Carlos Aurélio Pimenta de Faria (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Cynthia Sarti (Universidade Federal de São Paulo)
Clara Araújo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Clara Cristina Jost Mafra (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) – *in memoriam*
Clarice Ehlers Peixoto (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Claudia Barcellos Rezende (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Guy Bellavance (Universidade de Quebec)
Hector Leis (Universidade Federal de Santa Catarina)
Helio R. S. Silva (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)
Ítalo Moriconi (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
João Trajano Sento-Sé (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
José Machado Pais (Universidade de Lisboa)
José Reginaldo Gonçalves (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Josué Pereira da Silva (Universidade Estadual de Campinas)
Jurandir Freire Costa (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Leonardo Avritzer (Universidade Federal de Minas Gerais)
Luiz Eduardo Soares (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Luiz Flavio Costa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Maria Josefina Gabriel Sant'Anna (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Maria Luíza Heilborn (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Marjo de Theije (Universidade Livre de Amsterdã)
Maurício Tenório-Trillo (Universidade de Chicago)
Myrian Sepúlveda dos Santos (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Nélida Archenti (Universidad de Buenos Aires)
Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque (Universidade Federal de Pernambuco)
Ricardo Benzaquen de Araújo (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) "in memoriam"
Roberto DaMatta (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Sergio Costa (Universidade Livre de Berlim)
Sidney Chalhoub (Universidade Estadual de Campinas)
Susana Durão (Universidade de Lisboa)
Valter Sinder (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

CATALOGAÇÃO NA FONTE

I61 Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares. – Ano 21, n.2 (2019) -
- Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999-

Anual (1999), Semestral (2000), Quadrimestral (2019)
Publicação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ.
ISSN 2317-1456

1. Ciências humanas - Periódicos. 2. Ciências Sociais - Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CDU (30) 05

UERJ / REDE SÍRIUS / PROTAT

Indexação:

Índice de Ciências Sociais do IUPERJ;

CLASE – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades;

LATINDEX – Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal;

EBSCO;

OPEN EDITION / Revues.org;

Cengage-Learning

Homepage: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/index>

Sumário

Artigos

Fazendo cercas: notas sobre processos de criação de pequenos lotes em Urucuia, MG.....318

Luzimar Paulo Pereira

DOI: 10.12957/irei.2019.44208

As ima[r]gens Pankararu: campo e contracampo na pesquisa em etnicidade.....341

Marcos Alexandre dos Santos Albuquerque

DOI: 10.12957/irei.2019.44209

Homebirth cesarean e a fissura de um grupo de mulheres: as mulheres querem falar de dor, de si e do inesperado 358

Rosamaria Carneiro

DOI: 10.12957/irei.2019.44220

A polifonia da existência: aportes metodológicos para uma pesquisa biográfica em perspectiva antropológica..... 383

Anaxsuell Fernando Silva

DOI: 10.12957/irei.2019.44210

Nação e palavra: escritores de língua alemã no exílio latino-americano.....410

Patrícia da Silva Santos

DOI: 10.12957/irei.2019.44211

Sociologia neoestrutural e gênese organizacional: contribuições da teoria dos *Netdoms* ao debate sobre empreendedores institucionais 432

Antonio Carlos Andrade Ribeiro

DOI: 10.12957/irei.2019.44212

Transparência: a hierarquização dos países decorrente da opção democrática no índice da *Freedom House*..... 463

Vítor César Silva Xavier

DOI: 10.12957/irei.2019.44213

Resenha

- Com quantos sociólogos se desenvolve um programa de pesquisa em Sociologia da Arte? 488
Guilherme Marcondes dos Santos
DOI: 10.12957/irei.2019.44215

Memoriais

- Memorial 495
Cecília Mariz
DOI: 10.12957/irei.2019.44216
- Memorial 539
Carlos Eduardo Rebello de Mendonça
DOI: 10.12957/irei.2019.44217
- Memorial 556
Ignacio Cano
DOI: 10.12957/irei.2019.44219

Contents

Articles

Creating fences: notes on the processes of creating small lots in Urucuia, Minas Gerais318

Luzimar Paulo Pereira

DOI: 10.12957/irei.2019.44208

The Ima[r]ges Pankararu: shot and counter-shot in the research on ethnicity.....341

Marcos Alexandre dos Santos Albuquerque

DOI: 10.12957/irei.2019.44209

Homebirth cesarean and the split in a group of women: women want to talk about pain, themselves and the unexpected 358

Rosamaria Carneiro

DOI: 10.12957/irei.2019.44220

The polyphony of existence: methodological supports for a biographic research in an anthropological perspective 383

Anaxsuell Fernando Silva

DOI: 10.12957/irei.2019.44210

Nation and word: writers of the german language in the latin-american exile410

Patrícia da Silva Santos

DOI: 10.12957/irei.2019.44211

Neo-structural sociology and organizational genesis: contributions of the Netdom theory to the debate on institutional entrepreneurs 432

Antonio Carlos Andrade Ribeiro

DOI: 10.12957/irei.2019.44212

Transparency: the hierarchy of countries resulting from the democratic choice in the freedom house index 463

Vítor César Silva Xavier

DOI: 10.12957/irei.2019.44213

Book Review

How many sociologists can develop a research program in Sociology of Art? 488

Guilherme Marcondes dos Santos

DOI: 10.12957/irei.2019.44215

Memorials

Memorial..... 495

Cecília Mariz

DOI: 10.12957/irei.2019.44216

Memorial..... 539

Carlos Eduardo Rebello de Mendonça

DOI: 10.12957/irei.2019.44217

Memorial..... 556

Ignacio Cano

DOI: 10.12957/irei.2019.44219

Artigos

Fazendo cercas: notas sobre processos de criação de pequenos lotes em Uruçuia, MG

Luzimar Paulo Pereira*

Resumo

Em Uruçuia, norte de Minas Gerais, lotes e loteamentos são construídos sobre áreas de antigas fazendas ou sítios. Em geral, as parcelas de terra criadas a partir do fracionamento de uma propriedade original ocupam regiões limítrofes entre as zonas urbanas e rurais do município. A delimitação dos lotes, de fato, é uma das condições necessárias para que o poder público municipal reclassifique a área onde eles se encontram. Neste artigo, procuro discutir, a partir de material etnográfico recolhido entre os anos de 2013 e 2014, alguns dos aspectos mais importantes dos processos de urbanização em Uruçuia. Em especial, quero destacar as atividades referentes à produção das cercas que envolvem os terrenos loteados e os arames utilizados para os cercamentos das terras. Além de delimitar fisicamente uma propriedade privada, restringindo a circulação entre seu interior e exterior, elas estabelecem limites simbólicos responsáveis por classificar e reclassificar lugares, pessoas, animais, plantas e coisas. Neste sentido, as cercas desempenham papel central nos processos locais de criação e recriação de espaços rurais e urbanos.

Palavras-chave

Espaço. Arquitetura. Urbanização.

Abstract

In Uruçuia, in the north of Minas Gerais state, lots are built on areas of old farms. In general, portions of land created from the fractioning of an original property occupy bordering regions between the urban and rural areas of the municipality. The delimitation of the lots is one of the conditions for the municipal public power to reclassify the area where they are. In this article, I intend to discuss, based on ethnographic material collected between 2013 and 2014,

* Doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor e pesquisador do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: mazinhop@gmail.com.

some of the most important aspects of the urbanization processes in Urucuia. I especially want to highlight the activities related to the production of fences that surround the properties and the barbwire used for the enclosures the lands. Besides physically delimiting private properties, restricting the circulation between the indoors and the outdoors, they establish symbolic limits responsible for classifying and reclassifying places, people, animals, plants and things. In this sense, the fences highlight the material dimension of the local processes of creation and recreation of urban spaces.

Keywords

Space. Architecture. Urbanization.

Introdução

Na sede municipal de Urucuia, norte de Minas Gerais, a criação de “lotes” e “loteamentos” é um dos sinais mais evidentes dos processos de expansão do perímetro urbano. Ao andar pela cidade, um observador atento não deixará de notar a existência de inúmeros terrenos fechados por muros ou cercas de arame, muitas vezes contando em seu interior com fundações de uma futura moradia ou pequenas plantações de milho ou mandioca. Nas fronteiras entre a “rua” e a “roça”, a presença de lotes e loteamentos ainda é mais ostensiva. Delimitados em áreas de antigos sítios ou fazendas, os terrenos são percebidos pelos habitantes do município como indícios de cidade em lugares outrora concebidos como rurais. Materializando expectativas individuais e familiares por moradia ou negócio, os lotes e loteamentos anunciam uma espécie de devir cidadão. A delimitação dos terrenos e a presença de moradores são condições necessárias para que o próprio poder público municipal reclassifique a área onde eles estão localizados.

Neste artigo, procuro compreender alguns aspectos dos processos de produção de espaços urbanos em Urucuia, tendo como eixo descritivo e analítico os esforços empreendidos pelos seus moradores para comprar, consolidar e manter um lote de terra. Em especial, quero destacar as atividades referentes à construção das cercas que envolvem o terreno loteado, a partir de um caso que pude acompanhar de perto¹. Os estudos

¹ Parte do material etnográfico utilizado neste texto foi recolhido em duas viagens de campo a Urucuia, realizadas entre 2013 e 2014.

sobre cercamentos de arame não são muito comuns nas ciências sociais e humanas. A ênfase dos trabalhos realizados é notadamente histórica, versando sobre as origens do artefato, seus usos em processos de colonização, guerra e aprisionamento (RAZAC, 2002; KRELL, 2002; NETZ, 2009). Na literatura sobre o mundo rural brasileiro, existem algumas referências à introdução de cercas de arame farpado no campo, tendo em vista as necessidades de se aprisionar os rebanhos bovinos, outrora criados “soltos” (MAGALHÃES, 1998 ; LEAL, 2014). Em outros trabalhos, os cercamentos de grandes propriedades rurais também são interpretados como instrumentos poderosos em disputas fundiárias no país (HEREDIA, 1979; WOORTMANN, 1981; ANDRIOLLI, 2012).

Meu enfoque neste artigo será etnográfico, como um esforço no sentido de elaborar certo conhecimento sobre o que denominamos “processo de urbanização” a partir da maneira como os próprios urucuianos percebem e entendem o cercamento de lotes criados nas áreas rurais do município. A construção da cerca será tratada como uma atividade sociotécnica que atravessa, senão embaralha, distinções canônicas ocidentais, tais como material e abstrato, prático ou simbólico (LATOURET, 1991). Sua edificação é uma verdadeira produção de lugares. Segundo Michel de Certeau (1998), um lugar é ordenado de acordo com a distribuição de certos elementos em relação de coexistência; é uma configuração instantânea e precariamente estabilizada de posições. Ao ser edificada, uma cerca articula pessoas, animais, plantas e coisas. Ao articulá-los, produz os lugares, destacando a dimensão processual da criação e recriação de uma certa urbanidade².

O filósofo Olivier Razac (2002), um dos pioneiros nas pesquisas sobre o tema dos cercamentos de arame, argumenta que uma cerca – especialmente a de arame farpado – é uma ferramenta cujo propósito é o de preencher a necessidade de se delimitar espaços. O agricultor fecha sua terra, por exemplo, para se prevenir de intrusões de animais selvagens ou domésticos, além de ladrões ou outros invasores. Ao serem edificadas, as cercas seriam responsáveis por criar dois lugares polarizados: um exterior ameaçador e um interior protegido. Elas anunciariam (constituiriam), então, uma propriedade particular ou o *status* particular de um lugar fechado, ao mesmo

² Para Agier (DAMASCENO et al, 2012), a “cidade” deve ser entendida como um processo. O espaço urbano “nunca é”, mas está sempre sendo “feito”. As formulações de Agier ecoam as ideias de que o “rural” também é um artefato cultural. Os conceitos de “cidade” e “campo” emergiriam, então, como construções sociais, categorias criadas uma em relação à outra e sujeitas a disputas no interior de determinados contextos históricos, sociais, políticos e culturais (CARNEIRO, 1998).

tempo em que teriam a capacidade de afugentar invasores. Segundo Razac, a edificação de cercamentos anuncia um verdadeiro ato político. “Uma vez que protege, tranquiliza as pessoas que ocupam seu interior. A inclusão é, portanto, um ato político, porque marca as fronteiras da propriedade privada, auxilia na gestão efetiva da terra e torna as distinções sociais concretas” (RAZAC, 2002, p. 73)³.

A delimitação física de uma propriedade privada, restringindo a circulação entre interior e exterior, é, portanto, também o estabelecimento de fronteiras materiais e simbólicas responsáveis por classificar e reclassificar lugares e pessoas. A cerca, como texto ou sistema de linguagem, poderia ter seu significado interpretado através de sua orientação, forma, materiais, processos de construção e outros detalhes, além de estar em relação com uma ecologia, uma fisiologia e uma sociologia nativas (BLIER, 1994). No limite, poder-se-ia dizer que, ao construir suas cercas de arame, os moradores de Urucuia estão também articulando noções responsáveis por instituir sua própria experiência o que chamamos “urbanização”.

Ter um lote

Urucuia contava, no ano de 2010, com uma população total de 13.604 habitantes (IBGE, 2019); pouco mais da metade residente na zona rural, enquanto o restante na área urbana. Na “roça”, a maioria dos moradores habitava pequenos sítios localizados em comunidades criadas por laços de parentesco, plantando feijão, milho e mandioca, além de manter algum rebanho bovino (PEREIRA, 2011). A produção nas pequenas propriedades era realizada prioritariamente em regime familiar, sendo o pai/marido o responsável por gerenciar e comercializar seus resultados. A terra, passada dos pais para os filhos, possuía em média 10 ha. Na maioria das comunidades, as casas se separavam umas das outras por grandes extensões de pastos ou lavouras. A circulação entre elas exigia caminhadas relativamente longas, realizadas em estradas de chão ou trilhas.

A zona rural de Urucuia também se destacava pela presença de grandes fazendas, muitas das quais dedicadas exclusivamente à criação de gado bovino; algumas com área superior a 50 ha. O regime de moradia, em que

³ “Since it protect, it reassures the people occupying the interior. Enclosing is therefore a political act, because it marks out the boundaries of private property, assists in the effective management of land, and makes social distinctions concrete” (RAZAC, 2002, p. 73).

os proprietários cediam trechos de sua terra para que fossem ocupados por famílias de pequenos trabalhadores rurais, embora hegemônico até os anos 1970 e 1980, perdeu força nas últimas décadas. A maior parte das fazendas era ocupada, entre 2010 e 2014, apenas por caseiros e, às vezes, vaqueiros, responsáveis pela manutenção da propriedade e pelo cuidado com os rebanhos. Os proprietários, em geral, viviam no pequeno centro urbano do município ou em outras cidades maiores relativamente próximas, como Brasília. Na zona rural, o uso de cerceamentos de arame parece ter sido adotado pelas grandes fazendas entre os anos 1950 e 1970. A justificativa dos criadores se baseava na necessidade de se manterem afastados do gado zebuíno os animais da raça curraleira, considerados mais rústicos e de menor qualidade. A cerca, portanto, serviria para evitar cruzamentos indesejados entre animais considerados mais e menos nobres. Hoje, todas as propriedades de Urucuia – dos pequenos lotes às fazendas – contam com, pelo menos, uma cerca de arame farpado.

O distrito Sede, também conhecido como “Manga”, cuja população, em 2010, girava em torno de 5 mil habitantes, era um ponto de referência no município, lugar onde ocorriam as trocas comerciais e a oferta de serviços. Era para lá que os moradores das roças seguiam para fazer compras, ir às missas, cuidar da saúde, ter instrução, enterrar seus mortos, despachar ou negociar produtos da lavoura e da criação. Nos últimos anos, a Sede também se transformou no destino permanente de migrantes provenientes da zona rural. Muitos dos que se mudaram para a cidade ainda mantinham vínculos com a “roça”, deslocando-se para lá com o intuito de visitar parentes, participar de festividades religiosas e/ou cuidar das próprias terras, onde plantavam suas lavouras e se dedicavam à criação de animais. O crescimento da cidade (além, claro, do esvaziamento das roças) era um indicativo para os próprios urucuianos da chegada do “progresso”. Na Sede, a luz elétrica foi instalada ainda nos anos 1980. O hospital municipal, em funcionamento desde os anos 1990, as escolas de ensino fundamental e médio, as ruas calçadas e asfaltadas, o abastecimento de água, o comércio diversificado e os serviços telefônicos, móveis e fixos, eram referências, para os moradores, de rupturas com o “tempo antigo”, com época em que “tudo era sertão”.

Em março de 2013, retornei a Urucuia após quase cinco anos de ausência. Meus objetivos com essa viagem eram reencontrar velhos amigos e conhecidos, levar o resultado mais significativo das minhas pesquisas anteriores no município (um livro) e iniciar uma exploração etnográfica para

um novo projeto, cujo tema girava em torno dos processos de produção, manutenção e eventual dissolução de espaços rurais na região⁴. Como das outras vezes em que permaneci na cidade, hospedei-me na casa de Antônio de Jesus⁵. Pai de seis filhos adultos e avô de inúmeros netos, ele tem quase 75 anos e vive atualmente com sua esposa numa moradia localizada na sede municipal de Urucuia. Simples, mas espaçosa, com um grande quintal cheio de pomares, a casa de Antônio e Maria foi construída por ele com ajuda de alguns de seus filhos homens, quando o casal mudou-se da “roça” para a “rua”, ainda nos anos 1990.

Meus primeiros dias em Urucuia foram dedicados aos intermináveis rituais de reencontro etnográfico: visitas, momentos festivos, trocas de informações e presentes etc. Já na segunda semana em campo, no entanto, percebi que Antônio estava muito preocupado com um lote de terra que comprara meses antes da minha chegada. A apreensão se revelava nas conversas que tinha com amigos e familiares, além dos compromissos que tentava costurar ao longo dos dias em que estive em sua residência. Antônio estava empenhado em construir uma cerca de arame em torno de sua nova propriedade. Sem ela, argumentava, as pessoas podiam pensar que o lote “não tinha dono”.

O terreno estava localizado, de acordo com suas palavras, “na saída da cidade”, na beira da estrada que “vai” da sede de Urucuia em direção à localidade de Santa Cruz, ainda no município. “Coisa de dois, três quilômetros”, informava. Além disso, para localizar com mais precisão o terreno, Antônio e seus filhos faziam referência ao pequeno aeroporto local (que ficava próximo) e ao conjunto habitacional Minha Casa, Minha Vida, que estava sendo construído na região. A expressão “saída da cidade” evocava os limites urbanos assim como eram percebidos e entendidos pelos meus informantes. Para todos os efeitos, a “rua” (sinônimo de espaço urbano) acabava naquele pedaço. Há, de fato, diversas “saídas” em Urucuia. Há a “saída que vai pra Arinos”, “que vai pra São Francisco” e, claro, “que vai pra Santa Cruz”. As referências parecem destacar a ideia de

⁴ Este projeto tem como tema central as categorias e práticas sociais que estruturam os processos de produção, manutenção e destruição dos espaços rurais de Urucuia, MG. Com ele, procurava dar continuidade aos estudos sobre as relações entre memória, patrimônio, espaços e arquitetura que vinha desenvolvendo, desde 2012, junto ao Laboratório de Antropologia da Arquitetura e Espaços, IFCS/UFRJ. De 2013 a 2015, a pesquisa foi realizada no PPGAS do Museu Nacional/UFRJ, onde estive vinculado como bolsista pós-doutor.

⁵ Os nomes citados neste texto são fictícios.

que a “saída” de algum lugar sempre deve levar a outro lugar, geralmente habitado por outras pessoas. Além disso, como o aeroporto e o conjunto habitacional, a “saída” aparece como um verdadeiro marco espacial.

Antônio comprou o terreno de seu lote em 2012. No entanto, desde 2007, pelo menos, demonstrava grande interesse em adquirir um “pedacinho de terra fora da rua”. Antes de se mudarem para a cidade, Antônio e sua esposa, Maria, viviam numa propriedade rural às margens do Ribeirão das Tabocas, distante cerca de três quilômetros da sede municipal. A mudança da “roça” para a “rua”, em 1999, é um marco na vida do casal. Em diversas ocasiões, Antônio me narrou as razões do seu deslocamento. Numa conversa, em 2007, ele me dizia que a mudança foi estimulada pela esposa. Seus filhos já estavam crescidos e casados. Na “roça”, viviam apenas ele e Maria, ambos já idosos. O medo de acidentes e de doenças, potencialmente fatais para dois “velhos”, foi o argumento utilizado pela mulher para convencer o marido. Depois de relutar durante algum tempo, Antônio atendeu aos pedidos da esposa. Os motivos explicitados por Antônio não diferiam muito daqueles apresentados por outros urucuianos que trocaram a vida na roça pela rua nos últimos vinte anos⁶.

Em 2013, no entanto, meu interlocutor me apresentaria outra história. As razões de sua saída das Tabocas estavam relacionadas a uma sequência de desentendimentos com um de seus “vizinhos de cerca”, também primo de sua mulher. Do meu caderno de campo:

Antônio dizia que Simplício era seu “inimigo mortal”; destes que faz uma pessoa atravessar a rua para não cruzar com ela na mesma calçada. Um dos motivos de seus desentendimentos estava relacionado à sequência de aborrecimentos que Antônio teve em relação à cerca que dividia as propriedades dele e de seu vizinho. Um trecho da divisória estava fixado na beira do Ribeirão das Tabocas, o que explicava a fragilidade da construção. “Botava o mourão, vinha a cheia e levava tudo. Tinha que arrumar toda hora”. Simplício, em desacordo com uma regra estabelecida entre vizinhos de propriedade, não se preocupava em consertar a cerca caída. “Eu tinha que arrumar sozinho. Por ele, ficava daquele jeito”. Além dos aborrecimentos associados à reforma da edificação, a queda das cercas também trazia um problema

⁶ “Eu fico a semana toda lá na minha rocinha. Tem uma lavoura pra ficar cuidando. (...) Tem um gadinho também que precisa ficar sempre olhando, né? (...) Às vez fico semana toda lá sem ver a mulher. Ela quase não vai mais lá não. Ela só fica na rua. Não gosta mais de roça, não. Esse negócio de roça pra ela não presta mais não (João Bispo, Urucuia. *Caderno de Campo*: 01/12/2007).

adicional: os animais de Simplício invadiam constantemente as roças de Antônio. “Dicumpoco, ia ver e a vaca do fulano tava pastando no meio do mandiocal”.

Em função da longa e desgastante briga com o vizinho, a mudança de Antônio para a cidade foi no rompante. O período de tempo entre o anúncio público do seu desejo de vender a terra e a venda propriamente dita foi relativamente curto (de três a quatro meses)⁷. Anos depois, o negócio feito às pressas ainda é lamentado por Antônio e por alguns de seus filhos, justificando parcialmente seu desejo de comprar um “pedacinho de terra na roça”. O lamento é explicitado pelo próprio Antônio, fazendo referência ao comportamento de um de seus animais de criação quando da mudança. Segundo meu interlocutor, tão logo chegou à nova casa com a charrete abarrotada de coisas, ele soltou seu cavalo, que prontamente retornou, sozinho, para a antiga propriedade.

Em 2007, uma das filhas de Antônio, policial militar no estado de São Paulo, decidiu ajudá-lo a comprar um “lotezinho”. Durante vários dias, Aline e o pai procuraram um terreno que estivesse à venda. Ambos iniciaram negociação com um fazendeiro local, que havia separado um trecho de sua fazenda para a criação de um loteamento. Os lotes, localizados na beira do rio Urucuia, eram prioritariamente destinados a compradores interessados em ter um lugar para a prática da pesca esportiva e lazer. Para Antônio, no entanto, a terra representava mais do que isso. O lote, dizia, serviria como lugar onde ele pudesse “plantar uma rocinha”. O trabalho agrícola, ainda que mínimo, ocupava um lugar de destaque em suas preocupações⁸.

O negócio com o fazendeiro, no entanto, não foi para a frente. Aline, filha de Antônio, decidiu-se por não comprar o terreno. Segundo ela, a terra era muito distante da cidade e de difícil acesso, mesmo com carro. Antônio, com a saúde debilitada, poderia “sofrer” com o isolamento. As opiniões da filha ecoavam os desejos da mãe, que não queria “voltar”, junto com seu marido, para a roça. Desanimado com o recuo da filha e com as pressões da esposa, Antônio desistiu do negócio.

Em 2012, no entanto, a intenção de comprar o terreno localizado perto da “saída pra Santa Cruz” teve desdobramentos bem diferentes. Antônio

⁷ Antônio ainda acha que a pressa em concretizar o negócio teve como resultado a venda de sua propriedade por um preço abaixo do mercado.

⁸ Muitos habitantes da sede municipal de Urucuia possuem pequenos lotes nas zonas rurais, onde mantêm alguma produção rural.

utilizou-se apenas de suas economias para comprar o lote⁹. Além disso, a justificativa para a compra era outra. Não se tratava apenas de ter um lugar para “plantar uma rocinha”. Antônio argumentava que o preço do terreno estava “bom” e que a tendência era o lote se valorizar ainda mais nos próximos anos. Seu raciocínio estava baseado numa certa percepção comum entre os moradores da sede de Urucuia de que a “cidade está crescendo para os lados do aeroporto”. Os marcos desse crescimento pareciam evidentes: além do próprio aeroporto, havia outros lotes sendo vendidos na área, e o Minha Casa, Minha Vida estava quase pronto.

A percepção também estava relacionada ao modo como os moradores de Urucuia entendem as transformações daquela região. No período de menos de uma geração, a paisagem local, segundo narrativas, deixou de ser predominantemente de cerrado para ser dominada pela presença de “fazendas de gado”. Nos últimos anos, as propriedades rurais foram rareando para dar lugar aos lotes e loteamentos. Do meu caderno de campo:

Benedito e Gaspar falavam do lugar onde está o sítio do seu pai. “Quando a gente era menino, ali era um carrascão grosso”. Por carrascão, eles queriam dizer lugar de mata fechada, onde o gado era solto para se alimentar das plantas do cerrado. No carrascão também havia muito animal “do mato”. Era ali que os meninos e os adultos caçavam. “Aqui tinha muito tatu”, dizia Gaspar. “Onça também, e guará [lobo-guará]”. A mudança da paisagem do local teve início com as carvoeiras, “que comeu os pau tudo”. E, depois, com o plantio de pasto para as fazendas.

O terreno comprado por Antônio era fruto de um loteamento pertencente a dois irmãos. Ambos adquiriram parte de uma antiga fazenda de gado e dividiram-na em cinco lotes de tamanhos iguais (o dinheiro utilizado para a compra foi fruto de herança paterna). A escolha do lugar foi feita tendo em vista algumas vantagens espaciais: ficar ao lado da estrada, estar próximo da rede elétrica, localizar-se em um terreno plano e possuir pouca vegetação nativa.

Antônio ficara sabendo da venda por um de seus conhecidos, em Urucuia. Prontamente, entrou em contato com os donos do loteamento. Avisado de seu interesse, Helvécio, um dos proprietários, foi à sua casa para fechar o negócio. Depois de uma visita ao lote, a venda foi selada por

⁹ O dinheiro de Antônio parece proveniente de sua aposentadoria rural acrescido de trabalhos que ele conseguiu como tocador de viola.

um recibo, sem nenhum valor legal, e pela entrega da planta do lote ao comprador. Segundo Antônio, o preço pago pelo terreno foi de R\$ 4.500,00. Em pouco tempo, no entanto, o lugar se valorizou. Em 2013, o antigo dono dizia que negociava um lote vizinho, do mesmo tamanho, por R\$ 20.000,00. A expectativa de “crescimento” e “urbanização” da área tinha bastante influência na redefinição do valor dos terrenos.

Fazendo a cerca

Antônio mostrava verdadeira obsessão por cercar o terreno de seu lote. Sua maior preocupação era que as pessoas pensassem que o terreno estava “abandonado”. “Daí, vão acabar invadindo”, concluía. Não havia, a rigor, notícias de invasão de lotes ou loteamentos em Urucuia (o receio do proprietário talvez estivesse relacionado aos conflitos dessa natureza que ocorrem em Brasília, destino prioritário dos migrantes do município¹⁰). A despeito disto, as preocupações de Antônio colocavam em jogo a noção de “zelo”: o cuidado permanente com a manutenção de suas próprias coisas; cuidado que precisa ser percebido e entendido pelos outros. O trabalho sobre o terreno, mais do que o “recibo” de compra e venda, era o que parecia legitimar a posse do pedaço de terra. No caso do lote, o “zelo” implicava, num primeiro momento, “cercar” a propriedade.

Uma cerca é um artefato comunicativo. Numa ocasião, quando visitávamos o lote de Antônio, um de seus filhos, que mora em Brasília, ria de uma porteira fechada com um pequeno cadeado numa propriedade da vizinhança. “O povo daqui [de Urucuia]”, ele dizia, “é muito inocente. Esse cadeado não protege nada. Se fosse em Brasília, o pessoal já tinha entrado”. A despeito do riso, a fala do filho de Antônio era significativa. A “inocência” atribuída aos habitantes de Urucuia destacava o valor que eles dão aos significados práticos e simbólicos de uma cerca. Um cercado de arame, efetivamente, não impede que uma pessoa possa entrar ou sair de uma propriedade. Edificado, tem a função principal de evitar que animais selvagens e de criação (gado e cavalos) circulem livremente dentro e entre as terras (ainda assim, como todo criador sabe, com o risco permanente de

¹⁰ Também vale a pena destacar que o proprietário alimentava muitas discordâncias em relação à ação do Movimento dos Sem Terra (MST), cuja estratégia de luta consiste na invasão e ocupação de latifúndios improdutivos. Antônio tinha notícias da ação do MST principalmente pela TV e em conversas com outros moradores de Urucuia. Mesmo não se considerando latifundiário, ele sentia certo temor difuso de uma eventual ação do movimento (que tem algumas bases na região).

ela ser derrubada pelos bichos). No caso de um lote, a presença da cerca estabelece, para os demais seres humanos, o limite visual do terreno, além de indicar o “zelo” do seu proprietário. Trata-se de dizer publicamente, por meio do artefato, que o dono está “de olho” naquilo que é “seu”.

A edificação de uma cerca articula uma série de atividades: acertos pessoais, compra de materiais e trabalho efetivo para a sua produção. A rigor, a construção é uma atividade patrocinada pelo dono do terreno. Com a idade avançada e a saúde debilitada, Antônio não podia fazer a cerca sozinho, embora dissesse saber fazê-la. Assim, para levar adiante seus planos, pedia ajuda aos filhos, ao dono do terreno (Helvécio, que o chamava de “tio”, devido aos laços de proximidade entre Antônio e o pai) e a mim mesmo. Os “tratos”, no entanto, eram difíceis e, muitas vezes, Antônio não conseguia fazer o que queria devido à falta de compromisso dos outros¹¹. Além disso, a edificação do cercado envolveu a participação de um agente especializado, pago em dinheiro: um fazedor de cercas.

Em geral, todo produtor rural conhece as técnicas básicas necessárias à fabricação do artefato. No entanto, muitos deles preferem contar com esse tipo de especialista, já que entendem que ele pode realizar com mais eficácia a tarefa da construção. No caso de Antônio, o “fazedor de cerca” chamava-se José. Filho de “fazedor de cerca”, ele dizia ter aprendido com o pai as artes de seu ofício. Antes de acertar o valor do trabalho, o proprietário levou José para conhecer o terreno. No lugar, com a planta do lote em mãos, o dono mostrava onde a cerca deveria ser levantada. Enquanto ouvia Antônio, José dizia como e com que material pretendia trabalhar. O negócio foi fechado no próprio local. José cobraria R\$ 1,20 por metro de cerca. Os cálculos foram feitos. O hectare da terra de Antônio tinha um perímetro de quase 294 metros. Assim, o custo total pelo trabalho de José seria de R\$ 352,00 (R\$

¹¹ O “trato” é uma espécie de acordo verbal realizado entre duas pessoas (PEREIRA, 2011). Possível desdobramento da noção de “contrato”, o conceito está presente em quase todos os aspectos da vida urucuiana; do mundo econômico à prática religiosa, dos momentos lúdicos às atividades políticas. Quase nenhum empreendimento que exija a presença de duas ou mais pessoas ocorre sem que haja um acerto anterior que garanta o comprometimento entre aqueles que precisam se unir para sua realização. Uma saída a um bar envolve um trato, assim como uma pescaria ou uma caçada em grupo. Muitas vezes, um acordo de serviços na “roça” só pode ser realizado através dele. Um morador procura seu amigo, vizinho, compadre ou parente para solicitar seus préstimos na realização de tarefas de limpeza de terreno, plantio, colheita ou vacinação de gado. Ambos decidem o dia, o lugar e as obrigações de cada um na empreitada. Eles se tornam, assim, congregados em torno de um trato. O contrato estabelecido ali pode ser de qualquer natureza: pode ser uma simples “troca de dia” ou pode ser baseado em trabalho remunerado. Não importa. O acordo atravessa o mundo das relações puramente mercantis para abarcar relações morais e até religiosas. O que está em jogo aqui é o compromisso que um estabeleceu com o outro e a disposição ou capacidade de cada uma das partes em honrá-lo.

1,20 x 294 m). Além de levantar a cerca, o “fazedor” também fabricaria um “colchete” no local de entrada e saída do terreno. Em Urucuia, isso equivale a entregar o cercado “na chave”.

Definido o trato, José iniciou imediatamente o trabalho. A primeira atividade foi a de projetar, no terreno, o lugar da cerca. O lado onde ficaria a entrada correria em paralelo com o pequeno arruado projetado pelos donos dos lotes. Além da passagem de automóveis, a rua imaginada também deveria comportar os postes de iluminação. Estabelecido o lugar de entrada e saída, o construtor, com pequenas varas (chamadas “piquetes”), demarcava os locais onde seriam fixados posteriormente os “mourões” (os cilindros de madeira que sustentam os arames). Os mourões seriam colocados em dois cantos da propriedade (os outros dois eram de uma cerca já edificada do vizinho de Antônio). Entre cada um dos quatro pontos, também foram colocadas varas menores distanciadas cinco metros umas das outras. Em cada um desses locais, seriam afixados os postes menores, também necessários à sustentação dos arames.

Os alinhamentos da cerca eram realizados a partir de marcos naturais ou edificações existentes: uma cerca já levantada por um vizinho e algumas árvores do terreno. Em outros locais, rios, córregos, matas e pastos também podem servir de referência. As medidas da cerca são dadas pelo corpo humano. As distâncias entre os postes eram contadas por “passadas”; o alinhamento estabelecido por “palmos” ou “dedos” (Antônio dizia ao fazedor de cerca: “finca o poste três dedinhos pra cá”). A cerca nascia, então, da interseção de um espaço projetado na planta com o lugar já habitado por seres humanos e não humanos.

O trabalho do fazedor de cercas se desenvolve na medida em que os materiais necessários à construção dos cercados ficam à sua disposição. Idealmente, a matéria-prima é entregue ao fabricante assim que ele é contratado. Do contrário, o próprio fazedor pressiona o dono do terreno, em caso de atrasos. A cerca de Antônio ainda demoraria alguns dias para ficar pronta. Nesse período, ele ficou incumbido de encontrar as madeiras adequadas à fabricação dos mourões (aroeira). Do meu caderno de campo:

Antônio combinou com seu filho Gaspar que ambos saíssem para acertar alguns assuntos referentes ao seu “lote”. O velho queria rodar a cidade até achar alguém de quem ele poderia comprar os mourões e postes de sustentação do cercado. O combinado era que Gaspar viesse à tarde. No entanto, ele não apareceu. Antônio não me disse nada, mas visivelmente chateado resolveu

sair sozinho para procurar o fornecedor dos mourões. Fomos eu e ele à casa de um homem chamado Fernando, que “vende madeira” na cidade. Lá chegando, descobrimos que ele não tinha as peças que Antônio precisava para a fabricação das cercas. Antônio, então, voltou para sua casa e acionou outra alternativa: um fazendeiro da região que costumava ter esse tipo de madeira sobrando em sua propriedade. O dono do lote pegou o telefone e ouviu do fazendeiro que ele poderia consegui-lo depois que desmontasse um cercado de sua fazenda. Antônio pagaria por elas. (...) Três dias depois, o fazendeiro levou os postes até o lote. Depois, passou na casa de Antônio e pegou o dinheiro. (...). No mesmo dia, Antônio comprou o arame do cercamento numa casa de materiais de construção de Urucuia.

Com o material e as ferramentas à disposição, José finalizou a construção da cerca durante parte de um único dia (sua esposa ajudou-lhe no serviço). Primeiro, o fazedor iniciou a montagem dos cantos esticadores (os mourões mais “pesados”), depois seguiu com a fixação dos mourões intermediários e, por último, com o “esticamento” do arame.

Uma cerca, em Urucuia, é feita para “durar”. Por isso, as madeiras devem ser as “mais fortes” e os arames “bem esticados”. No entanto, o dia a dia exposto ao relento, sob chuva e sol, exige a reconstrução permanente do cercado. Além disso, as cercas podem ser derrubadas por enchentes de rios que amolecem a terra, por incêndios que queimam as toras, por animais de criação que teimam em ultrapassá-la e por cupins e carunchos que destroem as madeiras (principalmente as “ruins” e “verdes”). O trabalho de manutenção se faz necessário, sendo uma expressão da noção de “zelo”.

Uma cerca separa propriedades, mas também conecta pessoas. Em diversas ocasiões, o trabalho de manutenção dos cercamentos exige o esforço coordenado dos proprietários de terrenos contíguos. Como frequentemente ocorre em Urucuia, a cerca de um lote se junta à cerca da terra de outro lote vizinho. Nesse caso, os “vizinhos de cerca” compartilham a responsabilidade pela manutenção dos trechos comuns do cercamento. Há certas obrigações envolvidas que vinculam ambos os proprietários. Em alguns casos, um pequeno agricultor pode contar com as benesses de um vizinho grande produtor que assume toda a responsabilidade pela cerca sem pedir contrapartida financeira. O mais comum, no entanto, é que o recém-chegado compre “metade” da cerca do proprietário mais antigo (ele paga a metade do valor gasto na edificação do trecho em comum). Assim, ambos os vizinhos, tornados coproprietários de uma parcela do

cercamento, se responsabilizam pela sua manutenção. Segundo Antônio, foi esse o acordo estabelecido entre ele e o seu novo vizinho de cerca.

Conflitos, claro, podem ocorrer. Como apresentado anteriormente, um dos motivos da mudança de Antônio para a cidade foi a briga que teve com seu vizinho devido seu descaso com o cuidado da cerca que dividia as duas propriedades. Na “roça”, animais que destroem cercados e invadem plantações alheias também são motivos para inúmeras desavenças (PEREIRA, 2015; ANDRIOLLI & PEREIRA, 2016). Na “rua”, querelas surgem quando o despejo de um vizinho deixa que o mato cresça em sua propriedade, transformando-a em criatório de animais peçonhentos que adentram casas e lotes contíguos: ratos, escorpiões, mosquitos, aranhas e cobras.

Zelar/trabalhar

No final de 2013, voltei a Urucuia para outra viagem de campo. Logo no dia da minha chegada, fui visitar o lote de Antônio junto com seus filhos Benedito e Gaspar. Ambos me informaram que outros terrenos do loteamento já tinham sido vendidos a novos proprietários. Uma área vizinha estava, inclusive, cercada. A expectativa era a de que logo outros moradores chegassem e que a rede elétrica fosse instalada. Devidamente cercado e “limpo”, o terreno de Antônio, em particular, contava com duas pequenas plantações, de mandioca e melancia. Os cuidados com a “rocinha” estavam sob a responsabilidade dos dois filhos do proprietário, que ficavam com boa parte da produção (uma pequena parte era entregue ao pai). Cada um deles, empregados em ramos diferentes da atividade produtiva de Urucuia, um como servidor numa escola municipal, outro pescador artesanal, dedicava apenas um pequeno período de seu tempo nesses esforços.

Antes de plantarem as “rocinhas” de melancia e mandioca, ambos tiveram que lidar com uma “praga de formigas”. Os insetos estavam instalados sob o chão do terreno. O combate foi realizado com veneno injetado nos formigueiros que brotavam da terra. O esforço para acabar com a praga não significava, claro, que todas as formigas fossem dizimadas. O objetivo era apenas “controlar” a quantidade de insetos que habitavam o terreno, o que impedia a rocinha de “vingar”. Tão logo controlada a praga, eles realizaram a limpeza do mato, a aragem e o plantio. De tempos em tempos, precisavam também fazer a limpeza da plantação, com enxadas.

Além das roças, um “barraco” também foi erguido no terreno de Antônio. Seus filhos se responsabilizaram pela construção. O vocábulo “barraco” evoca o caráter provisório da moradia. Em geral, o termo se refere a abrigos que contam apenas com “meio telhado” (“meia água”, na fala dos urucuianos), ao contrário das casas, que sempre deveriam ter um “telhado inteiro”. Um “barraco” ainda não é uma “casa” também, porque se entende que lhe faltam certas coisas fundamentais: caixa de água, luz elétrica, encanamentos, acabamentos das paredes, móveis etc. Num sentido amplo, a moradia provisória é o indício de uma casa em processo de constituição. Dada sua natureza interina e processual, ela se torna igualmente indefesa contra a invasão de certos animais, sobretudo peçonhentos. Do meu caderno de campo:

Benedito dizia que passou uma noite no barraco do pai. Ele, no entanto, não teve boas histórias para me contar. A residência não tem luz elétrica e Benedito teve que se virar com um pequeno lampião e uma lanterna. No meio da noite, percebeu que uma cobra jararaca invadiu o quarto onde estava. Enquanto tentava matá-la, também observou que uma aranha marrom repousava no teto sobre sua cama. Depois de matar a cobra e “não ver mais a aranha”, Benedito decidiu ir embora para a “rua”, “com chuva e tudo”.

Antonádia Borges (2003) escreve que entre moradores do entorno do Distrito Federal a posse de um lote é legitimada menos pelo título “legal” da terra do que por sua “ocupação” como lugar moradia. Em Urucuia, acrescenta-se à moradia o trabalho necessário à sua construção e manutenção. Segundo a perspectiva dos habitantes do município, a posse dos terrenos, das benfeitorias e dos animais que habitam o interior de uma propriedade (rural ou urbana) seria o resultado do esforço contínuo (“luta”, “peleja”) de transformação do mundo (PEREIRA, 2015). Não se trata, em absoluto, de um trabalho individual, quantificável pelo tempo. Ainda que seja atividade associada prioritariamente ao homem, o esforço é feito pensando-se em termos coletivos: parentes próximos ou distantes e mesmo amigos estão sempre “ajudando”. Para os filhos, em especial, a “ajuda” implica mais alguma coisa: o trabalho legitima certa noção de posse coletiva, familiar. Além disso, a atividade tem um valor moral, estabelecendo reputações de pessoas e famílias como “trabalhadoras” (WOORTMANN, 1982).

O trabalho, segundo os urucuianos, também vincula pessoas e suas

divindades, estabelecendo os lugares de cada um na ordem do cosmos. As coisas que compõem a vida seriam em si mesmas propriedades originais de deus, oferecidas então como dons e dádivas para o usufruto de toda a humanidade (PEREIRA, 2011; 2015). “Deus dá”, me dizia certa vez um agricultor mineiro, antes de completar: “Mas fica parado sem fazer nada para ver se acontece alguma coisa? A gente tem que ajudar deus!”. Deus e os demais seres celestiais do catolicismo popular urucuiano, por assim dizer, não residiriam na materialidade do mundo; mas, sendo exteriores a ele, seriam os principais responsáveis por sua constituição. O trabalho na e sobre a terra é entendido como o gesto positivo de complementar a dádiva original com o esforço humano, individual e coletivo de transformação das coisas e dos lugares criados por Deus.

O “trabalho”, no entanto, não é uma atividade que termina tão logo as transformações sejam realizadas. As noções de mundo dado e construído, pelo contrário, parecem demarcar movimentos mais do que estabilizar permanentemente os homens e o meio ambiente. A fabricação de lugares e coisas exige um esforço constante. Como entende qualquer morador urucuiano, assim como uma cerca cai por causa da ação do tempo e de insetos, uma terra “abandonada”, pela qual não se “tenha zelo”, pode ser tomada novamente pelo “mato” e pelos “bichos do mato”. Uma casa, que não seja cuidada, poderá ficar infestada de cupins e cair de velha sob a influência das chuvas, dos ventos e do sol. Uma roça “largada” é uma roça “perdida”, assim como animais “soltos” morrem ou podem “sumir no mundo”. A transformação dos lugares e das coisas dadas por Deus tem como contraponto o movimento reverso de sua retransformação, caso abandonados. Habitar, morar, ter, conquistar e manter um “pedaço de chão” são situações existenciais alcançadas apenas por meio do trabalho permanente.

A ideia de que o “trabalho nunca acaba” para quem “vive neste mundo” explica os cercamentos, sua manutenção e o receio que os moradores de Urucuia parecem ter das “invasões”¹². As cercas de arame, certamente, instituem os limites materiais e simbólicos da propriedade, distinguindo o dentro e o fora, os proprietários e os não proprietários. Mas elas assim o fazem justamente porque sinalizam o zelo dos seus donos ao mesmo tempo

¹² “Invasões” não seriam realizadas apenas pelos “matos” ou “bichos do mato” em terrenos e casas pelas quais não se tem zelo, mas também pelos “ricos e poderosos”, que “roubavam” e ainda “roubam” terras e lotes dos “pobres e fracos”, e pelos próprios “pobres”, que, sob certas circunstâncias, podem se “fortalecer” para ocupar loteamentos, sítios e fazendas abandonados por seus donos (“ricos” ou não).

em que são o resultado material desse zelo. Num mundo entendido como em constante transformação, que exige das pessoas esforços permanentes para que sejam estabilizadas coisas que consideramos “nossas”, os cercamentos, ao serem feitos e refeitos, simultaneamente representam e atestam a presença dos proprietários no lugar. A “inocência” dos urucuianos, nos termos de um dos filhos de Antônio, seria uma maneira jocosa de dizer que seus moradores ainda respeitam as cercas e os lotes como extensões das pessoas que as/os construíram.

A roça, o sertão e a rua

Em trabalho anterior (PEREIRA, 2011), argumentei que no município de Urucuia o vocábulo “roça” evoca uma categoria polissêmica, podendo se referir, em contextos diferentes, a lugares, tempos, pessoas e modos de vida sempre pensados em relação à “rua”, de um lado, e ao “sertão”, de outro. Na fala dos moradores, o sertão fica longe, no tempo e no espaço: é o passado da região (“aqui era tudo sertão”) ou o lugar de matas fechadas, onde vivem ainda hoje animais selvagens (a onça, o lobo-guará e outros “bichos-do-mato”) e alguns seres sobrenaturais; e onde já viveram um dia os índios que, para os moradores, são como que homens não civilizados, mais próximos do que distantes do mundo natural. Às vezes, pessoas classificadas como não sociáveis, loucas ou perigosas também podem morar ou se esconder no sertão.

O “sertão”, a rigor, pode ser conquistado pelos homens através do “trabalho”. A derrubada de árvores, a preparação de terras, o plantio e as colheitas, a instalação de carvoarias, entre outras, são as atividades que permitem que ele seja transformado em “roça”, no seu duplo sentido: como território da morada e como espaço de produção (HEREDIA, 1979). Uma moradora me contava como foi construir seu sítio onde antes era “tudo mato”:

Quando cheguei era um cerradão grosso. Tinha onça, cascavel, guará... Eu vinha mais os meninos e dormia tudo dentro desses forno de fazer carvão. Cortei os pau no braço até levantar um rancho ali. Daí, a gente foi ficando. Um dia, as formigas – esses formigão vermelho – pegou na casa toda. Tava eu e os menino... O marido tava trabalhando mais um fazendeiro lá, pra apartar o gado. A gente tudo correu pra fora no meio da noite. E aqui cheio de onça, de guará...

A ocupação do “sertão” não é um empreendimento individual. O esforço necessário à sua transformação em lavoura e lugar de morada é um trabalho coletivo, realizado por famílias. Daí a noção de “roça”, em termos genéricos, abarcar também um outro conceito: a localidade, espaço instituído pelos laços de parentesco, onde as ideias de “vizinho” e “parente” costumam se confundir. Nas Campinas, no Ribeirão das Tabocas ou no Ribeirão de Areia, por exemplo, ainda se pode ouvir de quase todos os moradores o velho lugar comum: “aqui, todo mundo é parente” (PEREIRA, 2011; COMERFORD, 2003). Os vizinhos/parentes não são apenas os herdeiros daqueles que desbravaram os sertões; são também aqueles que, ainda hoje, moram em sítios separados, enquanto trabalham conjuntamente para manter as “roças” (como morada e lavoura) em pé. Se no “sertão” vivem bichos, seres naturais e humanos nem tão humanos assim, é na “roça” que habita o “povo da roça”, reunido pelo trabalho e pelos laços de parentesco.

A “rua” ocupa o lugar diametralmente oposto ao “sertão”, mantendo com ele certa correlação de continuidade. Se a “roça” é construída sobre a mata como uma forma de conquistá-la por meio do trabalho familiar e entre famílias, a “rua” também é resultado de transformações do espaço rural. A passagem da “roça” à “rua” pode ser medida pelo fim da lavoura, do sítio, do pasto, da fazenda, mas, efetivamente, deve ser compreendida pela edificação de novas formas de ocupação. A transformação implica a multiplicação de moradias, que, ao contrário do que se observa no mundo das “localidades”, se tornam aglomeradas em lotes contíguos, onde as pessoas vivem mais próximas umas das outras. A maior proximidade física não é necessariamente acompanhada da proximidade social. Na cidade, nos lotes e loteamentos, o “vizinho” pode não ser mais um “parente”. Em certos casos, pode até ser um “desconhecido”.

A “roça”, com relação ao “sertão” e à “rua”, também expressa uma certa temporalidade. A meio caminho entre um lugar entendido como menos humano (o sertão) e, outro, onde o não humano quase não existe (a cidade), a “roça” é o território onde vive e se reproduz o “povo da roça” (aqueles que compartilham de um mesmo “costume”). Ela é a expressão visível e vivenciada de um território e de um modo de vida herdados dos “antigos”: na terra ancestral, onde se produz com técnicas passadas de geração a geração; nos valores atribuídos à família e ao trabalho coletivo; nas festas religiosas realizadas nas localidades etc. (PEREIRA, 2011; PEREIRA, 2015). A “roça” associada aos “antigos” opõe-se à “rua”, relacionada aos “novos” (jovens): aqueles que, dizem, não se interessam mais pelo trabalho nas

lavouras. No discurso dos moradores, os elementos entendidos como “de agora” em relação àquilo que foi herdado dos antepassados podem ser pensados como tendo origem na cidade: de bens materiais e úteis a valores morais - tais como a luz elétrica e todos os seus derivados (a T.V., geladeiras etc.), as estradas e os carros, a educação formal, a medicina moderna, os comportamentos e gostos musicais, o “forró”.

Os significados dos loteamentos parecem ganhar maior visibilidade quando colocados diante desse quadro classificatório. Não seria nenhum absurdo dizer que o lote de Antônio ocuparia posição conceitual liminar entre a “roça” e a “rua”. No entanto, ao invés de falar em simples liminaridade, talvez fosse mais correto dizer que ele representa a própria potência urbana que se constitui sobre um fundo rural. Entre o “sertão”, local onde os rastros de humanidade são mais imperceptíveis, e a “rua”, onde eles marcam todo o ambiente, a “roça” é onde o “trabalho” humano pode produzir cidades. Com o loteamento, a rigor, a expansão urbana não avança sobre o rural, mas parece ocorrer através dele, por meio de atividades que propõem uma intensa negociação entre elementos que constituem localmente o que se entende como cidade e campo.

No seu *Tristes Trópicos* (2004), Lévi-Strauss trata do surgimento de novos núcleos urbanos na “zona pioneira” formada no Oeste e em direção ao Norte do Brasil, durante as primeiras décadas do século XX. Uma cidade, diz, tal como um poema, ou uma sinfonia, é sempre ao mesmo tempo objeto de natureza e sujeito de cultura, indivíduo e grupo, vivida e sonhada – a coisa humana por excelência. Daí, seu lamento diante de uma urbanidade nascente que, aos poucos, se nega a interagir com os caprichos da região onde será instalada. A respeito de uma dessas cidades pioneiras, “construída sobre um planalto de capim duro e arbustos espinhentos, como se tivesse sido atacado por um flagelo destruidor de toda a fauna e inimigo da vegetação”, Lévi-Strauss dizia:

Nenhuma via férrea, nenhuma estrada para ir até lá, a não ser caminhos que só serviam para carroças. Correspondendo a esse território, um quadrado simbólico de cem quilômetros de lado foi marcado no mapa, sede do Distrito Federal em cujo centro se elevaria a futura capital do país. Como não havia por lá nenhum acidente natural para importunar os arquitetos, estes puderam trabalhar no local como se estivessem trabalhando na planta. Desenharam na terra o traçado da cidade; delimitaram o contorno e, dentro, os diferentes setores: residencial, administrativo, comercial, industrial e o dedicado às diversões (2004, p. 117).

Há, na verdade, diversas maneiras de se produzir cidades (com ou sem arquitetos, com ou sem urbanistas). Realizada sobre paisagem semelhante à descrita por Lévi-Strauss, a expansão urbana de Urucuia, conduzida por gente como Antônio e seus filhos, possui sua própria especificidade. Ao invés da tábula rasa, o trabalho permanente das pessoas no campo, tendo em vista lugares previamente ocupados por outros homens, animais, plantas e coisas. Um loteamento, ao ser feito, cria relações levando em consideração relações estabelecidas, ergue edificações articulando-as às edificações presentes e recria paisagens a partir das paisagens existentes. Diferentemente do que projetam os arquitetos e urbanistas evocados por Lévi-Strauss, o crescimento da cidade de Urucuia, fomentado pelas mãos de alguns de seus habitantes, não acontece sobre um território vazio de coisas, bichos e gentes.

Os construtores urucuianos de urbanidades levam em consideração o que já estava lá; de um jeito ou de outro. A instituição dos lotes, a produção de cercas, a ocupação dos terrenos replicam a mesma lógica de transformação. O loteamento é, ele mesmo, uma fração de uma fazenda ou de algum sítio. As bases de uma nova cerca, por sua vez, são assentadas a partir das árvores do terreno e de cercas já edificadas; às vezes, até as irregularidades do espaço podem ser mobilizadas para se demarcar os limites do cercamento. Um trecho aplainado do terreno destinado à construção de uma rua poderia até ser entendido como uma intervenção mais radical, a despeito do que se encontra no lugar. No entanto, o projeto de arruamento não se faz arbitrariamente. Ele também deve levar em consideração vias existentes. Uma rua em devir pode ser o desdobramento de uma estrada real. Mesmo o mato derrubado e um combate a uma praga de formigas não parecem realizados de modo arbitrário. A “derrubada” e o “combate” não deixam de ser relações, cujos objetivos, aliás, são “controlar”, mais do que “dizimar” plantas e insetos. Num loteamento, mato e formiga são presenças constantes e até toleradas, desde que mantidos, pelo trabalho, em seus devidos lugares.

O esforço de transformação negociada dos espaços tem como resultado paisagens híbridas e parcialmente instáveis. Extensão transformada do “sertão”, ao mesmo tempo em que seu oposto, a “roça”, por exemplo, é um lugar de lavouras e de pastos pontuados por pequenas matas, enquanto o primeiro é lugar de muitas matas com pouca, mas nunca nenhuma, plantação. Da mesma forma, a cidade e o campo. Assim como o “sertão” nunca desaparece totalmente do horizonte da “roça”, já que os animais

selvagens, o mato e mesmo seres sobrenaturais estão sempre por perto, espreitando a falta de zelo dos moradores, a “rua” traz as marcas de sua origem rural. Um lugar feito não faz desaparecer um outro. A lavoura, por exemplo, também existe na “rua”, ainda que em extensão e importância socioeconômica menores. Dentro de lotes cercados, a “roça” se torna “rocinha”, que ocupa posição marginal na divisão dos trabalhos e no sustento familiar.

Poderíamos também perceber correlações semelhantes num sentido inverso. A “roça” carrega as marcas da cidade: terrenos para a realização de pesca esportiva se espalham em diversas direções; antigos “sítios” de produção agrícola se transformam em “sítios de fim de semana”, locais dedicados mais ao lazer do que ao “trabalho”. Os arames utilizados na edificação das cercas têm origens na cidade. O próprio “sertão”, cada vez mais distante no tempo e no espaço, não está alheio ao hibridismo, na forma de “áreas de preservação natural”, pensadas e dirigidas por “gente da cidade”, e de “carvoarias”, tocadas pelo “povo da roça” e por fazendeiros, para servirem à siderurgia em metrópoles distantes. Mais do que separados numa linha contínua, “sertão”, “roça” e “rua” parecem imbrincados uns nos outros, ora hegemонizando, ora sendo hegemонizados, uns pelos outros.

O hibridismo também sustenta a possibilidade lógica de uma reversão. O trabalho de transformação dos lugares se realiza sobre um mundo que nunca é entendido como mera matéria-prima objetificada, impassível diante dos esforços empreendidos pelos seres humanos. O cosmos compreendido e vivido pelos moradores de Urucuia é habitado por seres e coisas que resistem ou podem mesmo reverter o sentido e significado das modificações propostas pelos homens. Em seu estudo sobre “trabalhadores de trecho”, André Dumans Guedes (2013) argumenta que um dos maiores receios dos habitantes da pequena Minaçu, em Goiás, é a “morte” da cidade devido ao encerramento de sua principal atividade econômica: a mineração. Quando percebessem que não poderiam mais fazer a vida no lugar, as pessoas iriam embora. Alguns moradores de Urucuia parecem acreditar em algo semelhante. “Um dia”, me dizia Lucas, jovem urucuiano recém-casado, a Manga pode “acabar”, com a morte dos velhos e a migração dos mais novos para outros lugares, em busca de “serviço”. “A prefeitura tem que trazer mais firma [fábrica]”, completava. É “pra gente [ter onde] trabalhar... Senão

acaba, mesmo". A cidade que "acaba" não "desaparece" simplesmente; ela se torna outra coisa, um "deserto", um vazio de gente e de trabalho. Retomada pelos bichos e pelo mato, a "rua" morta se retransformaria de novo em "sertão", o lugar onde tudo começou.

Referências

- ANDRIOLLI, Carmen Silva.
(2012). *Sob as vestes de Sertão Veredas, o Gerais*. 'Mexer com criação' no Sertão do IBAMA. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp (tese de doutorado).
- ANDRIOLLI, Carmen Silvia & PEREIRA, Luzimar Paulo.
(2016). Os dilemas da criação: as ambiguidades dos relacionamentos entre humanos e não humanos em dois municípios mineiros. *Teoria e Cultura*, vol. 11, n. 2, p. 93-106.
- BORGES, Antonádia.
(2003). *Tempo de Brasília*: etnografando lugares-eventos da política. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues.
(1999). *O Afeto da Terra*: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis. Campinas, Editora da Unicamp.
- CARNEIRO, Maria José.
(1998). *Camponeses, Agricultores e Pluriatividade*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria.
- COMERFORD, John Cunha.
(2003). *Como uma família*: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- DAMASCENO, Janaína; PEREIRA DA SILVA, Isabela; FAZZIONI, Natália; ADERALDO, Guilherme; FRÍGOLI JR., Heitor.
(2012). As cidades da antropologia: Entrevista com Michel Agier. *Revista de Antropologia*, vol. 53, n. 2, p. 811-842.
- De CERTEAU, Michel.
(1998). *A Invenção do Cotidiano*: Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes.
- GUEDES, André Dumans.
(2013). *O trecho, as mães e os papéis*: etnografia de movimentos e durações no norte de Goiás. São Paulo: Garamond.
- HEREDIA, Beatriz.
(1979). *A Morada da Vida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)
(2019) *IBGE – Cidades*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 03 de julho de 2019.
- KRELL, Alan.
(2002). *The Devil's Hope*: a Cultural History of Barbed Wire. London, Reaktion Books.
- LATOUR, Bruno.
(1991). *Jamais fomos modernos*: ensaios de antropologia simétrica. Rio de Janeiro, Ed. 34.
- LEAL, Natacha.
(2014). *Nomes aos bois*: zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, USP (tese de doutorado).
- LÉVI-STRAUSS, Claude.
(2004). *Tristes Trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- NETZ, Reviel.
(2004). *Barbed Wire*: an ecology of modernity. Middletown, Connecticut, Wesleyan University Press.

PEREIRA, Luzimar Paulo.
(2011). *Os giros do sagrado: um estudo etnográfico sobre as folias em Urucuia, MG*. Rio de Janeiro, 7 Letras.

PEREIRA, Luzimar Paulo.
(2015). O movimento dos bichos: notas etnográficas sobre animais, seres humanos e espaços em Urucuia, MG". *Ruris*, Volume 9, n. 1, pp. 63-84.

RAZAC, Olivier.
(2002). *Barbed Wire: a political history*. New York, New Press.

RIBEIRO, Eduardo M.
(1998). Vaqueiros, bois e boiadas – trabalho, negócio e cultura na pecuária do nordeste mineiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 10, pp. 135-164.

WOORTMANN, Ellen F.
(1981). *Sitiantes e Roceiros*. Departamento de Antropologia, UnB (dissertação de Mestrado).

WOORTMANN, Klass.
(1982). Com parente não se negoceia: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico/80*. Fortaleza/Rio de Janeiro, Edições UFC/Tempo Brasileiro.

Recebido em
janeiro de 2019

Aprovado em
junho de 2019

As *ima[r]gens* Pankararu: campo e contracampo na pesquisa em etnicidade

Marcos Alexandre dos Santos Albuquerque*

Resumo

A gestão da visibilidade social de povos indígenas é atualmente uma das principais problemáticas no campo de etnicidade. Para legitimar sua condição étnica, os indígenas tensionam estereótipos e preconceitos. Para o pesquisador é sempre um desafio instrumentalizar conceitualmente essas tensões e descreve-las etnograficamente. A partir de um *insight* do cineasta Jean-Luc Godard sobre o funcionamento diferencial e hierárquico da linguagem cinematográfica (campo e contracampo), relaciono o documentário "Pankararu de Brejo dos Padres" (1977), de Vladimir Carvalho, com o primeiro ensaio etnofotográfico que realizei com esse grupo indígena na cidade de São Paulo, em 2008. Seguindo a proposta de Clifford de uma *etnografia surrealista*, demonstro a possibilidade pluralista e contra-hegemônica que etnografias de contextos semelhantes podem representar.

Palavras-chave

Etnografia. Documentário. Etnicidade.

Abstract

The management of the social visibility of native people is currently one of the main problems in the ethnicity field. To legitimize their ethnic status, native people tense up stereotypes and prejudices. For the researcher, it is always a challenge to conceptualize these tensions and describe them ethnographically. From an insight of filmmaker Jean-Luc Godard regarding the differential and hierarchical functioning of cinematographic language (shot and counter-shot), I compare the "Pankararu de Brejo dos Padres" (1977) documentary, by Vladimir Carvalho, to my first ethno-photographic essay I created with this native group, in the city of São Paulo, in 2008. Following Clifford's concept of a surrealist ethnography, I depict the pluralistic and counter-hegemonic possibility that ethnographies of similar contexts may represent.

Keywords

Ethnography. Documentary; Ethnicity.

* Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) e do Programa de Pós-Graduação em História da Arte (PPGHA) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: uerjmarcos@gmail.com.

Introdução

Quando instado a explicar o sentido de seus filmes, Andrei Tarkovski respondia com a seguinte metáfora: "Você olha um relógio. Ele funciona, mostra as horas. Você tenta compreender como ele funciona e o desmonta. Ele não anda mais. E, no entanto, essa é a única maneira de compreender".¹

Introdução: imagens e o trabalho de campo

Quando o antropólogo se prepara para começar um trabalho de campo, é muitíssimo provável que haja alguma imagem desse campo, ou seja, do lugar e das pessoas com as quais o antropólogo vai trabalhar nessa fase de sua pesquisa. Essas imagens podem vir através de fotos, filmes, mas também são formadas por descrições textuais de outras pessoas que já estiveram lá e que nos descrevem como a coisa é, ou melhor, parece ser. Com isso formamos uma imagem do lugar e das pessoas, do campo e objeto da pesquisa.

Desse modo, temos inúmeras imagens feitas por outros sobre nosso campo e objeto, somos assim sensíveis a elas e, por mais que vejamos outras coisas, é por essas imagens anteriores que primeiro procuramos chegar ao campo. E isso tanto para comprová-las como também para contestá-las.

Do mesmo modo que os textos que lemos sobre pessoas que estiveram no *lá* (no campo) podem parecer ambíguos no seu conjunto, assim também acontece com as imagens desses locais. Em minha tese de doutorado, analiso a mobilização étnica de uma população indígena migrante do estado de Pernambuco (Nordeste do Brasil) e que vive na cidade de São Paulo (metrópole do Sudeste do Brasil), os Pankararu. Uma das principais questões da política cultural desse grupo é com relação ao trabalho de valorização de sua distintividade étnica a partir do incremento de sinais diacríticos. Essa política cultural tem a difícil tarefa de vencer uma série de preconceitos que pretendem descaracterizar os Pankararu como indígenas.

Os Pankararu que estão na cidade de São Paulo são fruto da migração do grupo de suas Terras Indígenas no sertão de Pernambuco. Historicamente, os Pankararu são fruto do aldeamento no século XVIII de uma gama de povos autóctones no sertão de Pernambuco. Esse aldeamento foi formado

¹ <http://www.grupoestacao.com.br/arquivo/mat1999/festival/catalogo/tarkovsky.html>

pela união num mesmo local de diversos povos com línguas e costumes diferentes. De maneira a normatizar esse aldeamento, os padres e administradores do Estado instituíram nos seus relatórios a denominação geral para esses povos como sendo Pankararu (o nome mítico do grupo é Pancarú Geritacó Cacalancó Umã Canabrava Tatuxi de Fulô).

Durante o século XIX, o aldeamento dos Pankararu também se constituiu um espaço para a proteção e adoção de escravos fugidos. No século XX, esse território também incorporou população branca sertaneja através de casamentos interétnicos. Desse modo, obviamente, uma série de mudanças fenotípicas, linguísticas e culturais aconteceram no seio dessa população, constituindo-se um entrave ao reconhecimento deles como uma população etnicamente diferenciada.

Desse modo, apenas no ano de 1940 essa população conseguiu do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) o reconhecimento de sua distintividade étnica e a delimitação de parte do seu território tradicional, que só foi finalmente regularizado em 1996, e outra parte em 2004. Sofrendo anos com a violência da luta pela terra, a violência institucional que retardou por décadas a demarcação e homologação de seu território, e a escassez de terras cultiváveis assim como de emprego nas cidades vizinhas, a partir dos anos 1950, assim como muitos nordestinos, os Pankararu também foram atraídos para a cidade de São Paulo, a fim de tentarem uma vida melhor, uma garantia de emprego e uma oportunidade de dar aos filhos educação e maiores chances de profissionalização.

Um importante elemento de reconhecimento dos Pankararu como indígenas pelo SPI em 1940 foi o fato de que esse grupo realizava um ritual cuja última etapa consistia em uma dança cerimonial com o uso de uma indumentária chamada *praiá*. Essa dança (*a dança do praiá*) é o ápice de uma festa em homenagem às entidades espirituais (Encantados) em agradecimento pela intervenção na cura de uma determinada pessoa. Naquela época, o SPI identificou nesse elemento de cultura material (o *praiá*) uma marca de autenticidade e tradicionalidade que reforçava a legitimidade do pleito e a origem autóctone dos Pankararu.



Brejo dos Padres, Tacaratu (PE).

Fotógrafo: Luis Saia.

Em São Paulo, os Pankararu migrantes formaram uma associação em 1994 e começaram a se apresentar em diversos locais da cidade executando essa dança com o uso do *praiá*. Essas apresentações em São Paulo apareceram em um contexto muito preciso, quando, após a Constituição de 1988, emergiu com mais força na sociedade civil um tipo específico de demanda (digamos *pós-moderna*²) por tradições, culturas e *autenticidades* nativas que promoveram a visibilidade e o empoderamento das demandas indígenas. Nesses espaços de *valorização* do multiculturalismo, com todas as exigências por exotismo e *autenticidade* demandadas por seu público³, os Pankararu construíram a *performance* “dança dos *praiás*” como um sinal diacrítico e como linguagem simbólica de ingresso em tais locais. Essas apresentações na cidade pretendiam restituir aos Pankararu a imagem de

² “Após décadas em que a assimilação de ex-escravos e de nativos era considerada o modelo para a incorporação dessas diversas populações, ainda que dentro de um quadro hierárquico no qual continuavam constituindo as classes subalternas, um pluralismo cultural, impulsionado também por movimentos de afirmação étnico-raciais, emergiu, dando lugar a um outro paradigma sociopolítico no qual as tradições e as etnias nativas eram celebradas como tais. O que antes era visto negativamente tornou-se um valor. Na pós-modernidade, esses movimentos tendem a ser engolfados em um modelo do que poderíamos chamar de mercantilismo cultural, numa ‘nova era capitalista’ onde bens culturais, da chamada tradição ancestral de um povo, tornam-se mercadorias, servindo aos propósitos tanto das classes dominantes como dos próprios indígenas.” (MOTA, 2008, p.23).

³ “Esta imagem de um ‘índio autêntico’ tem sido divulgada principalmente por uma parcela da sociedade brasileira não-indígena, correspondendo ao desenvolvimento de um movimento alternativo conhecido como o *new age*. Essa visão aproxima-se muito da visão do ‘bom selvagem’ preconizada por [Jean-Jacques] Rousseau.” (MOTA, 2008, p.23).

“índios” e, portanto, reforçar a legitimidade de suas demandas políticas, culturais, educacionais, de saúde e outras.



O batalhão de praiás de São Paulo em uma “apresentação”.
Autor Edson Nakashima.

Campo e Contracampo

Caiuby Novaes (2001, p.16) escreveu que os “signos de alteridade são sempre imagens. Ou seja, são signos de alteridade que só conseguem realizar a comparação entre nós e os outros através da afirmação, jamais da negação. Ao contrário do texto, a imagem afirma positivamente, não tendo em seu léxico a negação”. O praiá é o item de cultura material que em sua plasticidade imagética funciona como elo de conciliação entre o tradicionalismo e a modernidade no contexto dos Pankararu. Essa imagem, o praiá, evoca as noções de primitivismo, arcaísmo, ancestralidade e, portanto, se tornou onipresente e hegemônica na imagética sobre os Pankararu e em sua caracterização como um povo nativo, “índios”. O praiá assim emergiu como instrumento fundamental na construção da imagem *positiva* do grupo na cidade de São Paulo.

O diretor de cinema Jean-Luc Godard escreveu que a imagem é uma “forma que pensa” (1998, p.55), no filme que dirigiu, “Nossa Música” (2006), Godard mostra o funcionamento da imagem como uma “forma que pensa” utilizando-se de uma metáfora. A partir de duas categorias técnicas

importantes para a construção da linguagem cinematográfica, as noções de campo e contracampo, Godard realiza uma meditação filosófica sobre a hierarquia social e o regime imagético em nossa sociedade.

Sua didática consiste em contrapor uma fotografia de 1948 onde se vê um grupo de israelenses entrando na água “rumo à Terra Prometida” com outra fotografia onde há palestinos que entram na água “rumo ao afogamento”. Godard define como campo a fotografia do grupo “vencedor”, os israelenses, e contracampo a do grupo “perdedor”, os palestinos. De uma forma geral, essa distinção permite entender por que o povo judeu se tornou ficção e o palestino documentário. Isso acontece porque o campo define o lugar do escriturado, portanto ficção que torna o *imaginado a certeza* e o contracampo o espaço do *real*, lugar ainda destituído de escrituração e, portanto, espaço da *incerteza*.

Assim, a partir dessa metáfora política, é possível pensar o regime imagético Pankararu como formado por dois planos antagônicos: a) campo como o conjunto de imagens “vitoriosas”, hegemonicamente marcadas pela imagem do praiá, que valorizam a indianidade do grupo; e b) contracampo como o conjunto de imagens que contestam a distintividade étnica do grupo (assimilados, índios modernos, aculturados), em que a realidade sócio-histórica do grupo (aldeados junto a tantos grupos distintos - indígenas, negros e brancos - não falam um idioma nativo, não apresentam um fenótipo de “índio genérico” e, no caso dos que estão em São Paulo, não moram num “lugar de índio”) figura como imagem “perdedora”.

Um exemplo. O famoso documentarista brasileiro Vladmir Carvalho produziu um filme sobre os Pankararu em Pernambuco no ano de 1977, com o título de “Pankararu de Brejo dos Padres”⁴. Vladmir Carvalho escreveu que para ele os Pankararu não eram “nada parecidos com o tipo clássico dos chamados povos da floresta” (CARVALHO, 1977 apud MATTOS, 2008) e que eles estavam “bastante aculturados”, que por conta de conflitos fundiários a “relação com os não-índios era intensa e tensa (...). Os não-índios pobres, por sua vez, procuravam se casar com gente da tribo. Daí a existência de pankararus [sic] quase brancos e mesmo mulatos” (*ibid.*). Sobre o procedimento etnográfico, Carvalho notou que a Festa do Umbu era “um ritual propiciatório impressionante, onde aflora um primitivismo quase imperceptível no resto do tempo”, assim, “sendo esse o foco central

⁴ Pankararu de Brejo dos Padres - 16 mm, Cor, 35 minutos Direção e roteiro: Vladmir Carvalho - Fotografia: Walter Carvalho - Montagem: Manfredo Caldas - Pesquisa: Cláudia Menezes - Som direto: Jom Tob Azulay.

do interesse de Cláudia⁵, filmamos extensivamente a cerimônia” (*ibid.*).

Em um momento interessante Vladimir Carvalho reflete sobre o trabalho cinematográfico desse filme e diz que procurou produzir dois tipos de discursos diferentes, um que chamou de etnográfico, que focalizava os rituais com os praiás, e outro que chamou de documentário, que focalizava o cotidiano e a relação com os não indígenas no contexto de desigualdade política e econômica. No trecho mais significativo, esse diretor escreveu:

O filme resultou de interesse mais propriamente antropológico, e nesse meio haveria de circular, no Brasil e no exterior. Mas, não contentes com o vetor exclusivamente etnográfico, saímos à cata de entrevistas e das rotinas de trabalho dos pankararus [sic]. Novamente encontramos uma bolandeira. E também uma casa de farinha, trabalhos com cerâmica. Acompanhamos um grupo de índios ao mercado de Paulo Afonso, onde eles comercializavam seus produtos de lavoura. Gravamos discussões com populares sobre a convivência com os índios e flagramos denúncias de exploração contra o caminhoneiro que os transportava entre a aldeia e o mercado. Essas seqüências compuseram uma moldura social em torno da Festa do Umbu” (*ibid.*).

Nos frames do filme ficam evidentes o campo (A) e o contracampo (B):



Imagens do filme “Pankararu de Brejo dos Padres”, de Vladimir Carvalho.

⁵ Cláudia Menezes, antropóloga que convidou a equipe de Vladimir Carvalho para realizar esse filme, ela também realizou um vídeo sobre os Pankararu intitulado “Menino do Rancho” (1986; 16 min.) sobre esse ritual homônimo.

Vladimir Carvalho definiu, nos meus termos, que o contracampo funcionou no seu filme como uma “moldura social” em torno dos rituais Pankararu com os praiás, o campo. Voltando à metáfora de Godard, no filme de Vladimir Carvalho sobre os Pankararu, o campo, “ficção”, “filme etnográfico”, registrou apenas os rituais com os praiás; e o contracampo registrou as questões políticas, econômicas e sociais que eram motivos de polêmica naquele momento histórico, ou seja, o documentário, o registro ainda destituído de escrituração. Campo, *imaginado* como *certeza*, e o contracampo, o espaço do *real* como o espaço da incerteza.

Para além da autenticidade: a *colagem* surrealista

Uma constante nos projetos imagéticos que se realizaram sobre os Pankararu é o fato de que tais campos de imagens estão constantemente em conflito, pondo em risco a autenticidade e a legitimidade deles como indígenas. Em geral, o campo é muito mais evidente nos processos de escrituração dessa população, o ritual e a sua indumentária (o praiá) ganham mais espaço discursivo do que qualquer outro elemento social Pankararu. Tais escriturações pretendem descrever os Pankararu como uma sociedade indígena clássica, com seu território e sua cultura específica e atomizada, “pura”. Nesse processo, tais escriturações se esforçam por “limpar” o texto e a imagem, a fim de reificar o tradicionalismo, ou seja, priorizam o campo dessa imagética e desqualificam o seu contracampo.

Ao me organizar para o meu trabalho de campo, também passei a questionar tais escriturações e a pensar em como administrar no texto e na imagem que eu faria sobre os Pankararu os dois campos de sua imagética. Para valorizar as ambiguidades e as misturas na composição do meu trabalho, segui a proposta de James Clifford de uma etnografia surrealista.

No seu famoso texto “sobre o surrealismo etnográfico”, Clifford (2002, p.132) usou como epígrafe um trecho de “what is the mechanism of collage?”, do pintor e artista surrealista Max Ernest, uma “definição” do surrealismo e de sua atividade, “a junção de duas realidades, inconciliáveis em aparência, sobre um plano que aparentemente não combina com elas...”. Clifford usa o termo surrealismo “num sentido expandido, para circunscrever uma estética que valoriza fragmentos, coleções curiosas, inesperadas justaposições” (*ibid.*, p.133).

Clifford propõe três características daquilo que chama de uma “atitude etnográfica”. Primeira, “ver a cultura e suas normas – beleza, verdade,

realidade – como arranjos artificiais suscetíveis a uma análise distanciada e a uma comparação com outros arranjos possíveis” (*ibid.*, p.135). Segunda, acreditar que o outro fosse “acessível através dos sonhos, dos fetiches ou da mentalité primitive de Levy-Bruhl” (*ibid.*, p.136). E, terceira, o exemplo vem de Marcel Griaule, que num ensaio publicado numa revista surrealista “ridiculariza as teses estéticas dos amantes de arte primitiva que duvidam da pureza de um tambor baoule porque a personagem esculpida nele carrega um rifle” (*ibid.*, p.149). O surrealista etnográfico “se delicia com as impurezas culturais e com os perturbadores sincretismos. Griaule equaciona o deleite europeu com a arte africana ao gosto africano por tecidos, latas de gasolina, álcool e armas de fogo” (*ibid.*).

Sobre uma possível “etnografia surrealista”, Clifford diz que “Em termos gerais, o mecanismo da collage pode servir como um ‘útil’ paradigma.” Para o autor,

o momento surrealista em etnografia é aquele no qual a possibilidade de comparação existe numa tensão não-mediada com a mera incongruência. (...) ver essa atividade em termos de uma collage é manter à vista o momento surrealista.(...) a collage traz para o trabalho elementos que continuamente proclamam sua condição estrangeira ao contexto da apresentação. Escrever etnografias a partir do modelo da collage seria evitar a representação de culturas como todos orgânicos ou como mundos unificados e realistas, sujeitos a um discurso explanatório contínuo. (*ibid.*, p.168).

É nesse sentido que proponho pensar a imagética e a autenticidade dos Pankararu através da exploração do campo e do contracampo dessa imagética.

As ima[r]gens contraditórias da autenticidade Pankararu

Era por entre a ambiguidade do campo/contracampo que os Pankararu em São Paulo vinham encontrando um caminho por onde ingressar em espaços de mobilização e visibilidade social na cidade (p.ex. igrejas, universidades, escolas, ONG`s, festivais culturais e outros). Utilizo aqui um pequeno ensaio fotográfico para tematizar um exercício de colagem surrealista que valoriza a captura das ambiguidades, das misturas e ironiza a homogeneidade social de tantas descrições que, ao escriturarem pelo campo a imagem dos

Pankararu, reificam uma série de estigmas que recaem sobre eles. Através de um experimento surrealista de colagens, valorizo a mistura, o inesperado, o insólito e as incertezas.

Assim, proponho analisar a seguir o primeiro ensaio fotográfico que realizei com os Pankararu em São Paulo. Embora eu estivesse imbuído de diversas precauções metodológicas e teóricas acerca da falsa ambiguidade entre *campo* e *contracampo*, não escapei ao efeito de exotismo que fundamentava a política cultural do grupo na cidade, e foi somente ao sentar para ver as imagens que eu tinha feito que pude perceber meu *ato etnográfico* naquela ocasião. Esse ensaio fotográfico forneceu-me uma lição de etnografia, “sem querer” ele me mostrou um exemplo de etnografia surrealista que eu haveria de tomar como modelo para meu trabalho junto aos Pankararu.

No dia 07 de junho de 2008, os Pankararu em São Paulo promoveram um evento chamado de “Cerimonial Cultural: VI Festival Indígena Pankararu”. Era uma festa realizada na escola pública do bairro para congregar os Pankararu que vivem na cidade, indígenas de outras etnias, além de não indígenas e moradores do bairro e da favela onde mora a maior parte desses indígenas e onde fica a sede de sua associação.

Era a primeira vez que eu tinha a oportunidade de fotografar os praiás durante uma “apresentação”. Fiz um conjunto de 119 fotografias (incluindo sete pequenos vídeos feitos com a câmera fotográfica). Desse total, 92 fotografias são o registro da *dança dos praiás*. As fotos dos praiás são em geral de três tipos: a) apenas praiás; b) com o *cantador*; e c) formando pares com as pessoas.

Do primeiro tipo, são fotos como estas:



Fotos tiradas pelo autor.

Do segundo tipo:



Fotos tiradas pelo autor.

E do terceiro:



Fotos tiradas pelo autor.

Das outras restantes desse conjunto, o artesanato teve sete fotos, sendo cinco com os praiás como tema, três da Kombi da Funasa, três do *banner* exposto no dia, três da paisagem, uma das pessoas assistindo e uma de um grupo de crianças. O resto do conjunto das fotos, 45, foram tiradas por um grupo de crianças Pankararu, sendo a maioria de autoria de Ingrid (na época com oito anos), filha mais nova da Dora, ex-presidente da associação Pankararu em São Paulo.

Quando comparei as fotos que eu tirei e as que Ingrid e as outras crianças tiraram, pude perceber a radical diferença entre o meu conjunto (119) e o delas (45). Embora o meu conjunto seja quase duas vezes e meia maior que o delas, tomo praticamente a sua totalidade para mostrar os praiás, ora na *performance*, ora no artesanato ou mesmo o *banner*. Para o público reservei apenas uma, e outra para um grupo de crianças.

As fotos que Ingrid e as crianças tiraram mostram quem estava lá para além dos praiás. A sequência exata das fotos mostra rostos, pessoas, conhecidos, parentes, amigos, ou seja, retratam o contexto social da *performance* que as minhas imagens não mostram.

As três primeiras foram feitas por eles alternativamente, em que se fotografam em pares:



Fotos tiradas por Ingrid e as crianças.

Segue uma foto de alguns parentes:



Depois o antropólogo



A Dora



Fotos tiradas por Ingrid e as crianças.

Ela e outras crianças (reparem como as que estão na “pareia” posam para a foto, olhando para o fotógrafo).



Fotos tiradas por Ingrid e as crianças.

Quem eram as pessoas vendendo o artesanato, dona Ninha Pankararu e Flávia Fulni-ô:



Fotos tiradas por Ingrid e as crianças.

E a seguir fotos de todo um contexto de registro dos bastidores: as crianças manipulam a filmadora orientadas pelos pesquisadores, logo após, uma foto registra uma moradora da comunidade e membro do “Atitude Favela” fazendo uma filmagem também. Na última fotografia estamos eu e Edson Nakashima, pesquisadores em trabalho de campo.



Fotos tiradas por Ingrid e as crianças.

Poucos dias depois, no dia 21/06/2008, Carlinhos (uma jovem liderança Pankararu em São Paulo) postou um vídeo no Youtube intitulado “Pankararu na selva de Pedra”, o qual registra o evento descrito. O vídeo acompanhava o seguinte texto: “Por mais que estejamos na selva de pedra, vamos estar sempre seguindo nossas tradições indígenas Pankararu tradicionais. Pois não importam o que pensam, mas o que sentimos nos nossos corações e na alma”. O vídeo consta de um trecho da “apresentação” dos praiás, em parte sozinhos e em parte fazendo as pareias com as pessoas. Não haveria nenhum diferencial das imagens que fiz naquele dia, mas uma outra postagem feita por Carlinhos, no *site* Índios On-line, mostra outra coisa. Enquanto eu fotografava a dança dos praiás e a tinha como a principal questão do dia e, portanto, o lugar mais importante para estar, fiquei sabendo que um grupo de Pankararu estava com um ônibus fretado, praticamente lotado de indígenas e que iria direto para a aldeia Pankararu em Pernambuco.

Era um ônibus organizado pelos Pankararu para que eles pudessem viajar de férias para a aldeia, alguns estavam voltando definitivamente para Pernambuco. Como eu estava “ocupado” registrando a *dança dos praiás*, que estava acontecendo na quadra da escola, apenas conversei com alguns Pankararu que esperavam o ônibus sair e não fiz nenhum registro fotográfico da concentração em torno da viagem. Foi Carlinhos quem postou um texto e algumas fotos sobre a viagem dos Pankararu para a aldeia no *site* Índios On-line. O título do texto era “ILEGAL, REAL, MAIS É NECESSÁRIO”⁶.



Fotos tiradas por Carlinhos.

O texto, em resumo, dizia:

Pode ser clandestino, mas tenho fé que vou chegar lá na minha querida Aldeia Pankararu. (...) não temos alternativas, a não ser ir visitar nosso povo na Aldeia nas férias, seja ela do trabalho ou

⁶ http://www.indiosonline.org.br/novo/ilegal_real_mais_e_necessario/

da escola. Dessa forma matamos a saudade dos nossos parentes e fortalecemos cada vez mais nossos vínculos culturais, como dançar um toré no terreiro (...) [e] refortalecer cada vez mais as nossas tradições culturais e os vínculos familiares, pois jamais vamos esquecer nossas origens. (...) Não é uma viagem em ônibus de “nome” (São Geraldo, Itapemirim, etc.) que vai parar com o fluxo Pankararu, pois somos livres e as forças encantadas nos guiarão!

Conclusão: Di-Visão da *ima[r]gem*

O “real” e a “ficção”, o campo e o contracampo pareceram assim evidentes ao analisar o contexto daquela “apresentação”. O objeto antropológico não estava, portanto, apenas na quadra da escola, o objeto da pesquisa não era apenas o praiá, o objeto se estendia a sua plateia, aos que estavam nas salas, cozinha, na outra quadra jogando, ou descendo a rua arrumando as malas no ônibus que iria para a aldeia, “real” e “ilegal”, mas “necessário”. Eu também havia sido capturado pelo *exotismo* e fetiche da *dança dos praiás*, minha atuação naquele momento foi a de hipervalorizar o registro do *campo*, afirmando meu ingresso naquele campo imagético que tanto eu estudara e no qual naquele momento eu parecia ter sido iniciado. Contudo, o tempo e o trabalho junto aos Pankararu me provocaram a questionar esse campo e invocar todo o espectro imagético que a comunidade Pankararu tinha a oferecer na sua riqueza e complexidade histórica e social.

Tendo sido capturado pelo fetiche do *exótico*, eu não podia também deixar de apreciar o trabalho da política cultural Pankararu que havia planejado aquela ocasião para valorizar o extracotidiano e o espetáculo da *dança dos praiás*. Naquele meu registro havia a reprodução da imagem campo dos Pankararu, os praiás se repetem indistintamente ao longo de dezenas de fotos deixando o contexto à margem da *dança dos praiás*. O que existia nas margens da quadra/“terreiro” era tão ou mais importante do que o evento para o qual todos nós estávamos lá. Nessas imagens existiam tantas margens sobrepostas, tantas *imagens contracampo* e marginais, que o meu trabalho com os Pankararu passou a ser a valorização dessas *ima[r]gens*, percebê-las e comentá-las, valorizá-las quando aparecessem e questionar sua omissão.

Se no filme de Vladimir Carvalho o “documentário” serviu como *moldura social* para o “filme etnográfico”, no meu caso a dança dos praiás era, naquela ocasião, a *moldura imagética* da política cultural Pankararu, e

a movimentação dos indígenas na escola e no entorno dela menos do que ser a “moldura social” da “apresentação” era o seu esqueleto, sua estrutura e conteúdo. A “apresentação” era mais o pretexto que o fim do encontro dos Pankararu, o conjunto de *imagens contracampo* que as crianças fizeram mostrava que era preciso ir além do óbvio e redundante das *imagens campo*.

No encarte do DVD do vídeo que produzimos, “São Paulo: A Terceira Margem Pankararu”, escrevemos:

Em um mundo que prima pela razão e exatidão, um rio tem apenas duas margens. Se pensarmos desse modo, a vida dos indígenas Pankararu é marcada por quatro margens: as do Rio São Francisco, em Pernambuco, onde se encontram as originárias Terras Indígenas Pankararu; e as do Rio Pinheiros, em São Paulo, no bairro do Real Parque, onde vivem também indígenas Pankararu, que migraram para a metrópole nas décadas de 1940/50. Margens marcadas pelas adversas condições de sobrevivência.

Também à margem da história brasileira oficial, estavam estes indígenas, esquecidos no fluxo dos acontecimentos da nação e sendo considerados pela sociedade como “assimilados”, “integrados”, “aculturados”.

No entanto, no mundo mítico, há espaço para muitas, diversas margens... Há uma terceira margem, como aquela de Guimarães Rosa, que permite outros espaços e tempos. E é nela que os indígenas Pankararu têm transitado. Essa margem é a do campo da visibilidade e da política, onde os Pankararu, por meio de suas indumentárias, músicas, danças e corpos, têm marcado territórios em sua luta pelo reconhecimento dos seus direitos diferenciados tão negados e em meio ao preconceito e discriminação da sociedade nacional.

Essa terceira margem anula “fim e começo”, já que:

o meio não é uma média; ao contrário, é o lugar onde as coisas adquirem velocidade. *Entre* as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas margens e adquire velocidade no meio. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.37).

Portanto, essa terceira margem, essa *ima[r]gem* Pankararu, um rizoma, inominável, vem existindo, há pelo menos vinte anos, desde a constituição da associação Pankararu, em 1994, e o trabalho social que gerou sua política cultural e a *dança dos praiás* como seu maior símbolo. Navegar no fluxo desse regime imagético é estar atento ao movimento, equilibrando-se no meio de maneira a evitar aportar nessas margens dualistas; essa forma de estar no campo é uma pequena lição metodológica. Entre a ficção e o real, campo e contracampo, a *collage* surrealista, manter a vigília de um discurso teórico que não deve se assentar nas margens, que não para...⁷

Referências

- ALBUQUERQUE, Marcos A. S.
(2011). *O regime imagético Pankararu*: tradução intercultural na cidade de São Paulo. Tese de Doutorado, PPGAS, UFSC.
- ALBUQUERQUE Marcos A. S.; NAKASHIMA, Edson.
(2010). *São Paulo: A Terceira Margem Pankararu*. São Paulo: Encarte DVD.
- CAIUBY NOVAIS, Sylvia.
(2001). Apresentação: Imagens de índios – signos da alteridade. In: *Cadernos de Antropologia e Imagem*: a imagem do índio no Brasil, vol. 12, n°1.
- CLIFFORD, James.
(1998). Sobre o Surrealismo Etnográfico. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos (org.). *A experiência etnográfica*: Antropologia e Literatura no séc. XX. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F.
(1995). *Mil platôs*: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Aurélio Guerra e Célia Costa. Rio de Janeiro: Ed.34.
- GODARD, Jean-Luc.
(1998). *Histoire(s) du cinema*. Paris: Gallimard.
- MATTOS, Carlos Alberto.
(2008). *Vladimir Carvalho*: pedras na lua e pejejas no planalto. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- MOTA, Clarice Novaes da.
(2008). Ser indígena no Brasil contemporâneo: novos rumos para um velho dilema. In: *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 60, n. 4.

Recebido em
outubro de 2017

Aprovado em
abril de 2019

⁷ Convido @leit@r a assistir ao meu vídeo “Campo & Contracampo Pankararu”. Disponível em: <https://vimeo.com/58844635>

Homebirth cesarean e a fissura de um grupo de mulheres: as mulheres querem falar de dor, de si e do inesperado

Rosamaria Carneiro*

Resumo

Este artigo se dispõe a refletir sobre as práticas e as percepções de mulheres urbanas de camadas médias de diferentes países que buscaram um parto domiciliar, mas viveram o seu avesso: uma cesárea indesejada. Nesse universo, a ideia de dor e de sofrimento (DAS, 2008; FASSIN, 2013; LE BRETON, 2003) parecem dar contornos às suas narrativas e as mobilizam a compor e participar de grupos como o *homebirth cesarean mamas*, nos Estados Unidos, e em *talleres vivenciales para mujeres con cesárea do Aflora Mujer*, no Chile, numa espécie de itinerário terapêutico para o que chamam de suas feridas físicas e emocionais. No Brasil, relatos semelhantes já circulam nas redes sociais e em grupos presenciais que envolvem o parto e o nascimento, ainda de que maneira mais tímida e pouco organizada. Dado esse cenário, a ideia é refletir sobre os significados de corpo, controle/descontrole, pertencimento grupal, prática profissional e, por fim, sofrimento social e narrativas femininas, partindo desse universo, perguntando pela experiência que “não deu certo”, a partir de “uma lógica reversa” (WAGNER, 2010). Consideram-se, para tanto, notícias, notas e posts coletados em grupos de redes sociais e blogs dedicados ao tema do parto natural no mundo virtual, bem como registros empíricos de uma etnografia sobre experiências de parto empreendidas em São Paulo durante os anos de 2007-2011 (CARNEIRO, 2015).

Palavras-chave

Cesáreas. Dor. Sofrimento. Itinerários terapêuticos.

Abstract

This article sets out to reflect on the practices and perceptions of middle-class urban women from different countries who sought home birth but lived the opposite: an unwanted cesarean. In this universe, the idea of pain and suffering (Das, 2008; Fassin, 2013 and Le Breton, 2003) seem to shape their narratives and mobilize them to compose and participate in groups such as the homebirth cesarean mamas in the United States and in workshops for women with cesarean section Aflora Women in Chile; in a kind of therapeutic itinerary for what they call their physical and emotional wounds. In Brazil similar reports already circulate in social media and in presential groups that involve childbirth and birth, even in a more timid

* Doutora em Ciências Sociais. Professora do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília (UnB). *Email*: rosacarneiro@unb.br.

and unorganized way. Given this scenario, the idea is to reflect on the meanings of body, control / discontent, group belonging, professional practice and, finally, social suffering and feminine narratives, starting from this universe, asking about the experience that "did not work", from of "a reverse logic" (Wagner, 2010). For this, I consider news, notes and posts collected in social media groups and blogs dedicated to the subject of natural childbirth in the virtual world, as well as empirical records of an ethnography about experiences of childbirth conducted in São Paulo during the years of 2007-2011 (Carneiro, 2015).

Keywords

Cesarean section. Pain. Therapeutic itineraries. Suffering.

Notas introdutórias

Por conta de investigarmos experiências de parto e o ideário do parto humanizado no Brasil há uma década (CARNEIRO, 2015), circulamos por uma gama de grupos de mulheres, em redes sociais virtuais e fora delas, dedicados a conceber, gestar, parir, amamentar e criar. Neles, encontram-se, de maneira geral, outras mulheres de camadas médias, portadoras de escrita e críticas ao sistema brasileiro de atenção ao parto – notadamente cesarista desde os anos de 1980. Por conta de nosso interesse na configuração desses grupos, na noção de pessoa, corpo, sexualidade e ênfase na ideia de experiência nesse universo, há um certo tempo passou a intrigar-nos o despontar do que aqui denominaremos “narrativas fora de lugar” ou que não encontravam espaço em seu ambiente originário: as histórias de mulheres que haviam planejado um parto em casa, mas que precisaram ser “transferidas” e/ou “terminaram em uma cesárea” indesejada, haja vista desde o começo prepararem-se para o parto “mais natural possível” (CARNEIRO, 2015). Entre elas, depois de nascido o bebê, ou se retiravam dos grupos de preparo para o parto de origem ou se deprimiam por sentirem vergonha de não terem “conseguido” parir. Não era incomum em seus relatos a ideia de dor e o sentimento de frustração.

Por conta disso, em 2015, não nos surpreendemos ao saber da existência do grupo virtual *homebirth cesarean*, nos Estados Unidos e, depois, mais recentemente, de uma iniciativa presencial, *talleres vivenciales para mujeres con cesárea*, no Chile, ambas procurando dar vazão aos sentimentos das mulheres mencionadas – aquelas que viveram uma cesárea indesejada em tempos de parto humanizado e em busca do que chamam de “cura” para

um desfecho inesperado. A frequência de relatos semelhantes passou a me intrigar a conhecer mais sobre essas mulheres, suas narrativas e práticas e a refletir sobre o que chamarei de uma “fissura” no interior do grupo das mulheres que buscam um parto natural e, assim, o despontar de um subgrupo que parece querer falar de si, explicitar a dor e expressar-se, tanto no Brasil como nos Estados Unidos e no Chile. Vale notar que essas iniciativas de falar de si e de suas experiências surgem através das próprias mulheres que buscaram um parto em casa, mas viveram uma cesárea. Ou seja, uma vez sentindo-se estranhas ao grupo de mulheres que experimentaram um parto em casa, passam a se organizar em ambientes, por elas reconhecidos como espaços de cura para as dores do parto não vivido. É nesse sentido que se desenha a “fissura”, a partir de dentro do próprio grupo do parto natural.

Para dar conta do que aqui nos propomos a pensar e costurar, articularemos nosso argumento a partir de posts, notas e notícias, bem como comentários publicados na rede social *Facebook* entre os anos de 2015-2017, bem como *sites* e *blogs* de ativistas, parteiras ou mulheres que tratem da dor proveniente da cesárea indesejada depois de uma tentativa de parto em casa, para além de dados e histórias analisadas em uma etnografia sobre experiências de parto natural em São Paulo no começo dos anos 2000.

Vale ressaltar, ao final, que os três países e suas situações não são tomados aqui com o objetivo de esgotarmos em que ambientes esse fenômeno se repete, mas por conta de neles termos encontrado ecos diretos em suas propostas e por meio do mundo virtual. Existem muitas semelhanças em seus cenários de assistência ao parto, assim como nessas propostas dissidentes, por isso nos pareceu rico explorá-los em contraponto, sem querer esgotar qualquer amostragem ou desenho de uma situação específica.

***Homebirth cesarean* nos EUA: palavras, práticas e sentimentos**

Nos Estados Unidos verificou-se recentemente um crescimento no número de cesáreas, com 31,1% em 2006, diante dos 20,7% em 1996. Os índices de partos vaginais depois de uma cesárea prévia (VABC - *vaginal birth after cesarean section*) também caíram nesse mesmo período, de 28,3% para 9,2%. As cesarianas estão mais presentes em mulheres mais velhas, na casa dos 35 anos ou mais, em bebês pré-termo e entre mulheres brancas e obesas. São poucos os estudos nos Estados Unidos que abordaram o desejo de via da parto das parturientes, mas em um deles, que escutou 252 mulheres,

somente 2 disseram ter optado por uma cesárea eletiva e sem indicação médica. Dessa forma, percebe-se que o desejo feminino, *a priori*, é parir natural e vaginalmente (MACDORNAN et al., 2008).

Impulsionadas pela curiosidade de para onde iam e como ficavam as mulheres que haviam tentado um parto em casa, mas partiram para uma “transferência para o hospital” e/ou cesárea, passamos a procurar nas redes sociais até chegar ao grupo americano *Homebirth Cesarean*. O grupo teve início com uma doula, educadora infantil e aprendiz de *midwife*, Courtney Jarechi, que, em abril de 2011, teve de se submeter a uma cesárea, depois de ter planejado arduamente o parto domiciliar, por conta da presença de mecônio (fezes do bebê no líquido amniótico) significativo em seu ventre. Em seu livro, *Homebirth Cesarean. Stories and support for families and healthcare providers* (2015)¹, o que fundamenta sua proposta terapêutica do grupo virtual e presencial, Jarechi relata que no dia seguinte de sua cirurgia, não sabendo ao certo o motivo, abriu um arquivo em branco em seu computador e o intitulou *homebirth cesarean* e que assim deixou o arquivo, tendo a certeza de que a ele voltaria brevemente e com outro intuito. A proposta, por meio do livro, de palestras, do que denomina “vivências de cura” e de grupos virtuais, é dar “voz às mulheres que passaram por uma cesárea depois de terem planejado um parto em casa e para profissionais do parto e nascimento que oferecem e oferecerão suporte para essas mulheres” (2015, p.13, tradução nossa).

Minha experiência, e trauma do qual tento me curar, estão diretamente relacionadas ao fato de que eu havia planejado um parto fora do hospital. Eu fui do íntimo cuidado da minha parteira para o hospital que eu nunca havia conhecido e onde estavam pessoas que não conhecia, pessoas que nunca haviam me visto antes. (...) Para muitas de nós, mães de *homebirth cesarean*, estamos lidando com mais do que perda de um parto vaginal. Estamos pondo fim as nossas expectativas e, em alguma medida, descaracterizando nossas identidades (JO, 2012, HBC, W. US, p. 15, tradução nossa)²

¹ JARECKI, Courtney. *Homebirth Cesarean. Stories and Support for families and healthcare provides*. Oregon, Portland. Incisio Press, 2015.

² My experience and the trauma I am healing from, are directly related to the fact that I planned an out-of-hospital birth and ended up at the hospital. I went from intimate care with a midwife to a hospital I had never visited and people I had not met, people who didnt know me at all, I went from cliente-first-support, to caregivers who had a strict set of rules that determined how they treated me. For many of us homebirth cesareanmothers, we are dealing with more than the loss of a vaginal birth. We are struggling with a shattering o four expectations and identities.

Oito meses depois do nascimento de sua filha, junto com sua *midwife*, Laurie Perron Mednick, Jarechi decide então conversar abertamente sobre todo o ocorrido em seu parto e fazer dessa experiência algo que pudesse auxiliar não somente outras mulheres na mesma situação, mas os profissionais de saúde que estivessem à frente de um tipo de parto que se viu completamente transformado e com um desfecho tampouco desejado. Dessa iniciativa surgiu um grupo virtual no *Facebook* (FB) intitulado *Homebirth cesarean*. Depois, despontou uma série de rodas de conversa, seminários e exercícios de “superação” ou de “cicatrização” (*healing*) do “trauma” experimentado com uma cesárea nada prevista, em forma de grupos “terapêuticos”, conduzidos tanto por Jarechi quanto por Laurie. Esses grupos recebem o nome de *support for families* e acontecem cotidianamente de modo presencial ou virtual.

Para além desses espaços, o *HBC movement*, como é chamado por Jarechi, também oferece *support for pros*, voltado aos profissionais e para a capacitação em casos como esses, tanto no sentido de preparar as mulheres para a eventualidade desse acontecimento, como para, depois de vivida a cesárea, acolhê-las e simbolizar o experimentado³. Para além de indicação de livros e de uma série de espaços *on-line* e presenciais, que oferecem suporte emocional e diferentes terapias ao redor do mundo, como se vê no site do movimento e a partir dos seguintes tópicos *HBC Resources: Homebirth cesarean Support; Cesarean Support; Partner Support; Birth Trauma Support; Perinatal Mood Disorder Support; Therapy and Counseling; Pelvic Pain Support; Uterus, Scars and Body Heallings*.

O interessante é que as vivências e referências para o *support* são propostas de distintas racionalidades médicas, abrigam desde técnicas do Dr. Rosita Arvigo, que trata com ervas e manobras uterinas as dores do útero, físicas e emocionais, até abordagens mais clássicas e catedráticas, como a da *Birth Trauma Association*, sugerindo-nos a adesão ao que tem sido denominado outras “racionalidades médicas” (LUZ, 1997) ou “terapias complementares e integrativas”.

A expressão *homebirth cesarean*, que é também uma nova palavra na língua inglesa, foi cunhada pela própria Jarechi e derivada de *homebirth* (parto em casa) e acrescida de “cesarean” para, segundo ela, “justamente honrar o sonho/anseios de parto das mães e, assim, alterar o modo como os partos são contados, narrados, reafirmando a importância dessas histórias

³ Para mais, ver <<http://homebirthcesarean.org/services-for-families>>.

nas comunidades de parto e de partos naturais” (p.16, tradução nossa)⁴.

Quando ouvi pela primeira vez o termo cesariana de parto domiciliar, ele ficou impreciso porque eu tinha um parto que se transformou em cesariana. Mas quanto mais eu pensava sobre isso, esse era exatamente o termo que era necessário. O nome me deu uma sensação de paz que eu tinha perdido depois de perceber que eu não era uma mãe de parto em casa, mas me recusei a me identificar como uma cesariana. Eu também não fui. Eu era os dois. Parecia que esse termo de repente me deixou saber quem eu era. Quando digo cesárea de parto domiciliar e vejo uma faísca nos olhos da outra mulher, sei que ela é uma mãe HBC e temos uma irmandade instantânea.(Alexis, 2011/HBC, Midw, US, p.16, tradução nossa)⁵.

O desejo das *homebirth cesarean mamas*, como são anunciadas por Jarecki, parece ser narrarem suas próprias experiências e externalizarem o que figura como discurso êmico, como “dor”, “sofrimento” “trauma”. O interessante é justamente a ideia de “trauma” operante no universo do *HBC movement* aparecer dissociada de uma depressão pós-parto decorrente de desequilíbrio hormonal ou de uma violência obstétrica, como se tem debatido no Brasil mais recentemente. De modo inusitado, o “trauma” decorre da cesárea vivida por conta do parto em casa fracassado, da transição para o hospital e da ruptura com a *midwife* de referência daquela mulher até o momento da crise ou cirurgia. Nesse sentido, a dor não é hormonal e tampouco oriunda da mudança de *status* de mulher para mãe, como se costuma interpretar em ambientes das ciências psi. Ao contrário, advém de uma experiência frustrada, não vivida e simbolizada como “trauma”: emocional e físico a um só tempo. Com esse escopo, em 2017, o grupo virtual de FB já contava com mais de 3900 mulheres, entre profissionais e *HBC mamas*.

Jarecki e Mednick escreveram *Homebirth Cesarean* (2015), com histórias de cesáreas indesejadas de mais de 250 mulheres, todas *HBC mama*, com o objetivo de expor suas histórias e difundir o assunto. Essa obra conta com

⁴ Through this name, we begin to change the way we relate to these birth journeys, reaffirming the importance of the HBC experience in the homebirth and natural birth communities.

⁵ When I first heard the term homebirth cesarean, it seemed inaccurate because I had a homebirth that turned cesarean. But the more I thought about it, that was exactly the term that was needed. The name gave me a sense of Peace I had lost after realizing I was not a homebirther but refusing to identify as a cesarean mom. I wasn't either. I was both. It felt like that term suddenly let me know who I was. When I say homebirth cesarean and I see a spark in the other woman's eyes, I know she is an HBC mom and we have an instant sisterhood.

dois volumes, um de relatos e de descrições de partos que terminaram como uma cesárea e outro eminentemente prático, com exercícios para que as mulheres possam falar e, assim, cuidar de si mesmas, ao narrarem seus casos de *HBC*. Entre as propostas práticas, encontram-se, por exemplo, desenhos para serem coloridos, mandalas e outras imagens que fazem alusão à cesárea, ao corte, à cicatriz e tendem a ilustrar uma conexão com a natureza e escritos sobre gratidão e/ou admiração pessoal por terem vivido a cirurgia, funcionando assim como uma estratégia de afirmação positiva dessas mulheres, seja por meio da pintura ou por meio de mentalizações e meditações.

Operam-se muito mais as técnicas de cura da “Nova Era” tematizadas por Tornquist (2004), ao etnografar as práticas das doulas nas cenas de parto; por Souza (2005), ao escrever sobre a ritualística dos partos em casa em Florianópolis, e por Campbell (2001), quando nos fala da “orientalização do Ocidente” no que tange à espiritualidade e itinerários terapêuticos, do que estratégias de tratamentos fisiológicos ou psicoterapêuticos. Dessa maneira, as práticas propostas por essas *HBC* *mamas* despontam articuladas a uma noção de saúde mais ampla e além do biológico, nesse contexto denominada uma perspectiva mais “holista” ou “integral”.

Nessa mesma linha, por meio do grupo virtual *homebirth cesarean*, encontrei o livro “A labor of healing cesarean birth” de McDougal (2015)⁶ que em sua capa se anuncia como “a coloring book of affirmations to support and honor healing after cesarean birth”, destacando o seguinte poema: “Para você, linda mãe, pela vida que você criou e pelos sacrifícios que você fez. (...) Sua história é rica e inspiradora” (tradução minha)⁷. Nesses lugares, há, ao nosso ver, uma tentativa de positivar a experiência e assim sanar o que parece, na leitura dessas mulheres, ser uma frustração; no sentido de reafirmar uma *homebirth cesarean mama*, sua experiência, sua coragem e sua maternidade, a despeito da dor legitimamente reconhecida entre elas por conta da cesárea indesejada. É o que se pode constatar de trechos e frases que circundam os desenhos a serem coloridos,

Eu trouxe vida para esse mundo. Eu sou parte da cadeia de mães
que trazem com sucesso ao mundo crianças, vibrante, cheia de

⁶ MCDUGAL, Renae. A labor of healing. Cesarean birth. Disponível em: <www.alaborofhealing.com>.

⁷ For you, beautiful mother; for the life you have created, for the sacrifices you have made, for each and every day you have labored for you little one. (contracapa)

vida, com amor e beleza.

Cada passo do meu trabalho de parto me trouxe mais perto do meu bebê, me trouxe amor. Não há morte.

A cicatrização é parte dessa jornada. Estou presente e engajada na continuidade da minha história de parto.

Todo parto é sagrado. Toda mãe é divina.

Eu pari esse bebê. Eu o carreguei dentro de mim, nós crescemos juntos no amor e através de mim essa nova alma veio ao mundo⁸.
(tradução nossa)

Junto de tais assertivas encontramos também bonitas imagens de corpos, da relação entre a mãe e o bebê e uma imagem que repetidamente faz referência à cicatriz da cirurgia – um traçado reto e fino no baixo ventre, mas nesse caso sempre entrecortado por um coração pequeno no local em que teria sido feita a incisão da cesariana. Dessa feita, a imagem dialoga também sobre a cicatriz, sobre os sentimentos de fracasso, de desconexão com o bebê, mas de também serem essas mulheres mães como as outras mulheres. Em alguns casos, denotam a gratidão pela existência da cesárea, temas recorrentes nesse universo. Vê-se, portanto, que a cesárea simboliza dor, mas também, em certos momentos, um signo, depois elaborado, como exemplo de bravura, de força e de coragem. Em tais situações, as *homebirth cesarean mamas*, muitas vezes, são consideradas mulheres guerreiras e corajosas, justamente por terem suportado o que mais temiam – o corte. Daí, então, a cicatriz vir como objeto de amor e carinho, com o coração em seu meio, o que parece suavizar a dureza da incisão.

Voltando ao livro texto de Jarechi e Mednick, interessa ainda ressaltar que se inicia com a história do parto da própria autora e da atuação de sua parteira, a coautora, e que, depois, contorna uma gama de temas como: a discussão sobre a consideração da cesárea ainda durante o pré-natal de uma mulher que deseja um parto em casa; descrição da ida para o hospital, da cesárea depois do parto em casa; o papel da *midwife*; os resultados finais dessa experiência e o planejamento de outra gestação depois de *HBC*. Para isso, propõe também exercícios práticos e conta com

⁸ I am parto of the continuing chain of successfully birthing mothers - vibrant; full of life and love and beauty/Each step fo our healing brings us closer together in love. There are no dead and ends and no wrong turns - only foward/Healing is parto f this journey. I am presente and engaged in my continuing birth story/Every birth is sacred.Every mother is divine/I birthed this baby, I carried life within me; we grew together in love and strength and through me, this new soul came into the world/I send healing love and gratitude to my cesarean scar. It is my baby is birth site and a symbol of my courage, love and sacrifice/I am grateful I had the option to birth by cesarean so I could bring my baby here as safely as possible.

uma série de apêndices sobre o assunto, desde a relação com parceiro até amamentação depois de um HBC. Vê-se, assim, que as profissionais de saúde também parecem vir implicadas nesse processo, com o objetivo de estarem preparadas e envolvidas em uma experiência de parto em casa que pode culminar inesperadamente em uma cesárea. Como consta de uma das narrativas do livro, a dor também advém por conta do desaparecimento da *midwife*, que, por ocasião de uma cesárea não planejada, muitas vezes desaparece, cedendo espaço para o médico do hospital e da emergência, até então desconhecido pela parturiente. As profissionais de saúde, portanto, também refletiriam e pensariam sobre o ocorrido a partir da discussão das *homebirth cesarean mamas*, auxiliando no processo de elaboração do vivido, problematizando a sua prática e o preparo para uma “eventual cesárea”.

Esse grupo de mulheres americanas, *midwives*, doulas e HBC *mamas*, portanto, parece inaugurar uma gama de questionamentos que podem vir para ficar, haja vista o número crescente de mulheres no mundo que querem um parto em casa e que por alguma razão não o vivenciaram ou não poderão vivê-lo. Essas mulheres são, em sua maioria, de camadas médias, informadas e críticas ao sistema médico cesarista vigente, já que sabemos ser completamente outra a realidade de mulheres imigrantes e de sociedades ou camadas sociais periféricas. No limite, **narrar para existir** parece ser a premissa desse grupo que não mais se reconhece em um grupo de origem (o dos partos em casa), mas parece seguir em busca de um outro: no qual possam se sentir descritas e inseridas – os de *homebirth cesarean mamas*. Dessa maneira, se narrar um parto domiciliar tornou-se algo recorrente nas últimas décadas em blogs, sites e grupos virtuais, esse grupo quer narrar um outro desfecho, o que envolve dor, “trauma”, isolamento, mas também gratidão e reconhecimento da cirurgia.

O caso chileno

Em tais buscas virtuais sobre os destinos e escritos de mulheres que viveram uma cesárea indesejada depois da tentativa de um parto em casa, encontramos também o *Aflora Mujer*, um grupo chileno dirigido por Maria José Mendez, desde 2009. O grupo é organizado virtualmente, mas tem uma gama de práticas e de vivências presenciais em Santiago e cidades chilenas próximas da capital. Nesse espaço conhecemos a expressão “doula de cesárea” ou “DOUCE”, que designa mulheres que justamente acompanham puérperas que experimentaram uma cesárea sem desejá-la.

Vale dizer que no Chile assistiu-se nos últimos 15 anos (2000-2015) a um aumento das taxas de cesárea, de 60% para 69% no setor privado e de 30,4% para 40,9% no setor público (SADLER et al., 2018).

Sadler et al. (2018) realizaram uma pesquisa quantitativa com 396 mulheres chilenas que haviam tido filhos entre 2000 e 2014, procurando saber de suas preferências de via de parto. Ou seja, que tipo desejavam e por quais razões. Escutaram mulheres entre 18 e 51 anos nas mais distintas cidades chilenas e que fizeram uso de hospitais públicos e hospitais privados. As mulheres assistidas pelo sistema privado de saúde declararam preferir um parto vaginal, em 83% dos casos; 78%, no sistema misto de saúde, e 76% no sistema público (SADLER et al, 2018, p.23). Observou-se que, quanto maior o grau de instrução das mulheres, mais preferiam o parto vaginal. Em que pese serem esses os desejos das mulheres antes de se tornarem mães, observa-se que é no sistema privado que as cesáreas se concentram, entre 37-38+6 semanas, considerados “termo temprano”.

Con respecto al requerimiento materno por la cesárea, un 6,6% de las encuestadas respondió haber solicitado la primera cesárea, y un 9,9% la segunda, y como principal motivo apareció el miedo al dolor y al parto vaginal. Estos resultados son coherentes con los de investigaciones realizadas en otros países, que concluyen que son pocas las mujeres que solicitan la cesárea en ausencia de complicaciones obstétricas previas, y que en muchos casos la decisión está relacionada con el temor a los riesgos del parto vaginal para los recién nacidos y las madres (27- 29) (Sadler, 2018, p.29).

Vê-se, então, que as mulheres preferem um parto vaginal e sem intervenções, mas que, a despeito disso, o que se tem verificado no Chile é também a existência de uma epidemia de cesáreas, sobretudo de cesáreas de repetição. É nesse contexto de saúde pública local que o grupo *Aflora Mujer*, por meio de seu *site*, convida mulheres a participarem de encontros nomeados de “Alquimia para úteros com cesárea”, a partir dos seguintes termos:

(...) ábrete a la experiencia de sanar y resignificar tu parto por cesárea, iluminar las heridas emocionales que haya dejado la operación en tu psique y cuerpo energético.

La cesárea deja a menudo otra herida mucho más difícil de curar y que ningún cirujano podrá coser. "La herida emocional y

energética". Te invito a resignificar tu útero y el parto por cesárea, a liberar la herida, bendecirla e iluminarla, a honrarte a ti, a tu hijo y el nacimiento de la nueva mujer que eres tras el nacimiento de tu hijo-hija (grifos nossos)⁹

“Iluminando su cesárea” é uma outra chamada para as atividades do grupo. Essa tem uma abordagem mais ampla, pois é destinada a todas as mulheres que viveram uma cesárea, desejada e indesejada, que depois se arrependeram e não haviam, como as *HBC mamás*, necessariamente programado um parto em casa. Por isso, o público desse grupo é ainda mais amplo, haja vista dirigir-se a mulheres que até desejaram e preferiram o procedimento, mas que depois tiveram sentimentos muito indigestos. Para isso, assim se organiza:

... el presente taller tiene por misión acompañar, y apoyar a las mujeres que han parido por cesárea, ya sea porque la mujer pidió cesárea por elección consiente o por desconocimiento, fue impuesta, o inesperadamente fue por una situación de emergencia. Cualquiera sea el motivo este taller pretende abordar los partos por cesárea con un enfoque holístico, es decir que comprende la cesárea desde el aspecto físico, socio-cultural, psicoemocional, energético, y metafísico.

Todo parto deja un recuerdo, y por ello una memoria en tu vientre. Hay casos de mujeres que tienen un recuerdo del parto, que les genera frustración, angustia, soledad, entre muchas más emociones de las cuales poco se habla. Por ello este taller te invita a ir a tu cesárea hiendo más allá de la herida, resignificando tu parto, viviendo un renacimiento de parto energético, integrando y sanando la experiencia vivida en tu cesárea, y recibiendo un cierre de vientre.

Aprende como tu útero energético debe ser sanado y cerrado a pesar de los puntos que los médicos hacen para cerrar tu vientre luego de la operación, sellaremos energéticamente tu matriz que

⁹ Para mais, ver: <https://www.facebook.com/events/453253168215679>/

Abra-se a experiência de curar e resignificar o seu parto por cesárea para iluminar feridas emocionais que a cirurgia pode ter deixado na sua psique e em seu corpo energético. A cesárea geralmente deixa uma ferida muito difícil de curar e que nenhum cirurgião poderá suturar. “A ferida emocional e energética”. Eu te convido a resignificar o seu útero e o parto por cesárea, a liberar a ferida, benzê-la e iluminá-la, a honrar a si mesma, ao seu filho e ao nascimento da nova mulher que você é depois do nascimento de seu filho-filha.

fue abierta, trabajaremos en capas invisibles a los ojos, para que a nivel energético tu vientre cierre y se fortalezca (grifos nossos)¹⁰

Faz-se assim, com esse trabalho de *Aflora Mujer*, uma metáfora de “fechamento do corpo que foi aberto com a/na cirurgia”, propondo-se o realojamento de memórias emocionais e energéticas. Existe uma profissional responsável por tal prática, a “doula de cesárea”, que buscará “sanar la memoria úterina que lleva a la madre a cargar con heridas emocionales, para ello transformaremos la herida en una oportunidad de profundizar en tu alma y convertirte en sanadora de tu propio camino”¹¹. Diante disso, a cesárea, nesse universo, funciona como oportunidade para uma “viagem iniciática”, capaz de despertar a própria criatividade dessas mulheres, desde que, conforme o sustentado por Jeannine Parvati Baker, em seu texto “La mitología da cesárea”¹², o “trauma” não seja negado. Esse mito em questão aborda a história de Inanna, uma deusa que tem de descer aos infernos e submundo, padecer e sofrer, para tornar-se forte e hábil, como entre as *HBC mamas*, que precisam superar a cirurgia para serem fortes, numa apologia a uma mulher guerreira, que precisa superar obstáculos para reconhecer-se como tal.

Esse grupo chileno em especial, de maneira similar ao *HBC mamas* dos Estados Unidos, pensa sobre a importância de um profissional preparado para tais situações e, por isso, oferece uma “Formação de Doula de Cesárea”,

¹⁰ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/792127510950405/>> (...) presente vivência tem por missão acompanhar e apoiar as mulheres que tenham parido por cesárea, seja porque a mulher pediu por escolha consciente ou por desconhecimento, foi imposta ou inesperadamente foi por uma situação de emergência. Qualquer que tenha sido o motivo, essa vivência pretende abordar os partos por cesárea com um enfoque holístico, ou seja, compreendendo a cesárea desde o seu aspecto físico, sociocultural, psíquico-emocional, energético e metafísico. Todo parto deixa uma recordação e por isso uma memória no ventre. Existem casos de mulheres que têm uma memória do parto, que lhes gera frustração, angústia, solidão, entre tantas outras emoções das quais pouco se fala. Por isso, essa vivência te convida a voltar a sua cesárea, indo além da ferida, ressignificando o seu parto, vivendo um renascimento de parto energético, integrando e curando a experiência vivida em sua cesárea e recebendo um fechamento em seu ventre. Aprende como seu útero energético deve ser curado e fechado apesar dos pontos que os médicos fazem para fechar o seu ventre logo depois da operação, selaremos energeticamente a sua matriz que foi aberta, trabalharemos em camadas invisíveis aos olhos, para que a nível energético o seu ventre se fortaleça.

¹¹ “curar a memória uterina que leva a mãe a carregar feridas emocionais, para isso transformaremos a ferida em uma oportunidade de aprofundar sua alma e converter-se em terapeuta de seu próprio caminho”.

¹² Para mais:<<http://www.afloramujer.cl/a-nuestros-hijos-nacidos-por-cesarea/>> e <http://www.holistika.net/parto_natural/la_cesarea/mitologia_de_la_cesarea.asp>

um curso com duração de 3 meses, cujo objetivo é capacitar outras mulheres a compreenderem e acolherem “la dimensión transpersonal que vive una mujer que pario por cesárea”. Nesse sentido, esse trabalho se dispõe a trabalhar muito mais do que com o

(...) físico, aquello que emocional, mental y espiritualmente abre la cesárea, yendo más allá de la intervención quirúrgica.

Este es un programa que permite sanar múltiples aspectos en la mujer, brinda herramientas para acompañar a la madre durante el parto y el pos parto de cesárea, y prepararlas para un PVDC (en caso de tener otro bebé).

A través de la experiencia vivida en cada clase recibirán ponencias de trabajo terapéutico psico-afectivo y transpersonal, bioenergético y alquímico para brindar asistencia a las mujeres que han parido por cesárea, ampliando así la comprensión mediante herramientas terapéuticas para abordar estos parto.¹³

O intuito, então, é formar uma mulher para dar apoio a outra, por meio de uma gama de ferramentas de cuidado, assim como também acontece nos Estados Unidos a partir dos cursos com Jarechi, do *Homebirth Cesarean*. No caso do Chile e do *Aflora Mujer*, nesses cursos de capacitação para profissionais especializados em “feridas de cesárea”, transmitem-se as mais diversas técnicas de cuidado com as mulheres, desde as mais biológicas, como técnicas de laser para a recuperação do tecido da cicatriz da cirurgia, até as mais “energéticas”, como a “conexão inter-hemisférica” para superação do trauma” (escritos do *site*). Para dessa maneira:

Brindar instancias de transformación y crecimiento personal. Que lleven a la doula de cesárea a realizar una revisión de sus propias experiencias en relación a su propio nacimiento (en el caso de que haya sido por cesárea o normal) y el nacimiento de sus hijos en caso de tenerlos. Recibir una completa y entendida información

¹³ ... físico, aquilo que emocional, mental e espiritualmente abre a cesárea, indo além da intervenção cirúrgica. Esse é um programa que permite sanar múltiplos aspectos da mulher, contempla ferramentas para acompanhar a mãe durante o parto e o pós-parto de cesárea e prepará-la para um parto vaginal depois de cesárea. Através da experiência vivida em cada aula, receberão instruções para um trabalho terapêutico psicoafetivo e transpessoal, bioenergético e alquímico para assistência de mulheres que tenham parido por cesárea, ampliando assim a compreensão mediante as ferramentas terapêuticas para abordar esses partos (tradução minha).

Para mais, <<https://www.facebook.com/events/1657636427866154/>>/

sobre: Recuperación física y energética de la cesárea, los riesgos y beneficios de esta intervención y herramientas terapéuticas para ayudar a sanar las heridas emocionales. Recibir herramientas para trabajar mediante rituales y renacimientos, curación de las memorias de parto, y regeneración y activación de la energía uterina. Instruir sobre el PVDC (Parto vaginal después de cesárea). Estudiar en detalle el cuerpo bioenergético humano. Diferentes capas del cuerpo energético y chakras principales.

Instruir en la utilización y aplicación de la energía luminosa de los fosfenos del Doctor Lefebure, enseñando a las asistentes como la energía lumínica va a fluir a través de las conexiones neurológicas en nuestro cerebro y sistema nervioso, llevando luz al pensamiento que origina cualquier conexión asociada a la herida emocional, es decir, llevando la energía de la luz a iluminar nuestro recuerdo de la cesárea. De esto se recibe una certificación de Dr.Lefebure Methods para ser usado como técnica en consulta individual.

Instruir en la terapia con laser para la cicatrización de la cesárea, esta es una terapia no tóxica y no invasiva que utiliza esta luz para reparar y regenerar las células del cuerpo.

Aprender sobre la técnica de conexión interhemisferica para superar trauma en caso de un parto traumático.

Aprender a facilitar instancias de arteterapia para trabajar directamente con la herida emocional que deja la cesárea en algunas mujeres, comprendiéndola y re significándola.

Essa situação se repete no Chile em moldes muito semelhantes aos dos Estados Unidos: a ideia de dor e de sofrimento social decorrente de uma cirurgia inesperada ou indesejada; de uma ferida a ser tratada por meio de outras racionalidades médicas (terapias holistas e provenientes do movimento Nova Era) e de mulheres organizadas em prol desse movimento. Para além disso, em ambas as situações, os grupos e suas narrativas surgem depois da vivência de cesárea de duas mulheres que já trabalhavam com mulheres e experimentaram a cesárea: uma parteira e uma terapeuta. De suas experiências nasce o desejo da conformação de um grupo que pudesse falar sobre essa dor e nomeasse a si mesmo. Com essa aproximação entre Chile e Estados Unidos, entretanto, não pretendemos esgotar as sociedades em que contemporaneamente se debatem as sequelas de uma cesárea indesejada para as mulheres. Na realidade, o contraste aproximativo procura mais sugerir que não se trata de um fenômeno pontual e que pode, inclusive, se verificar em outros contextos em que a cesárea seja padrão de

assistência ao parto, já que nesse caso se trata de dois países com altas taxas de cesárea.

E no Brasil, há algo parecido?

O Brasil é um país ainda mais cesaristas do que o Chile e os Estados Unidos, com uma taxa de 55%, segundo o mesmo informe da Organização Mundial de Saúde de 2015. Por isso, operam em seu contexto, desde fins dos anos de 1990 (CARNEIRO, 2015), resistências femininas e de profissionais de saúde a esse modelo. Para que se possa ter uma ideia geral, em uma breve pesquisa em grupos virtuais como o “Cesárea? Não! Obrigada”¹⁴, deparamo-nos com quase 36 mil mulheres participantes, críticas à cultura da cesárea e adeptas de “outros modos de parir” (CARNEIRO, 2015). Esse número, a meu ver, cresce constantemente, tanto na modalidade de parto vaginal e/ou natural hospitalar sem intervenções médicas e farmacológicas como na de parto em casa.

Parir sem anestesia, esperar pelo trabalho de parto, saber da lei do acompanhante no local do parto (Lei 11.108/2005) e da existência de uma mulher chamada “doula”¹⁵, negar a episiotomia (o corte da musculatura perineal), questionar profissionais de saúde e, eventualmente, experimentar um parto em casa, já não parecem ser mais, ao menos entre as camadas médias e altas brasileiras (CARNEIRO, 2015), desconhecidos ou dos quais nunca se ouviu falar. De fato, há quase duas décadas, escuta-se bastante sobre “humanização do parto” ou “parto humanizado”, seja por meio de veículos oficiais de informação, jornais e redes de televisão; programas de saúde do governo de incentivo do parto normal; marchas e passeatas de mulheres adeptas da ideologia (Marcha do Parto em Casa e Marcha do Parto Humanizado, ambas ocorridas em 2012); multiplicidade de *sites* e de grupos sobre o assunto na internet; filmes, como o “Renascimento do Parto”¹⁶ (2012); livros e congressos, como Simpósio Nacional de Assistência ao Parto Humanizado (SIAParto - São Paulo), já em sua terceira edição, e bem como nos sugerem as pesquisas de Souza (2005), Tornquist (2004), Carneiro (2015), Pulhez (2015), Mendonça (2015) e Rodrigues (2015).

¹⁴ Para mais, ver <<https://www.facebook.com/groups/cesareanao>>.

¹⁵ Doula: a mulher que auxilia a gestante, parturiente e mãe durante o período gravídico- puerperal física, psíquica e emocionalmente. Para mais, ver Carneiro (2015).

¹⁶ Renascimento do Parto. Dir. Eduardo Chauvet e Erica de Paula. Brasil, 2012. 90 min.

Muito embora exista muita confusão no que um parto humanizado (DINIZ, 2005) consiste ou poderia consistir, muito já se ouviu tal expressão, ainda que pela boca de celebridades televisivas, como a *top model* Gisele Bündchen, que pariu em casa, ou por meio da atriz Fernanda Lima, que pariu gêmeos naturalmente na última década. Somado a isso, crescem também os grupos de preparo para o parto natural, as rodas de gestantes, as fontes de informação e de profissionais dispostos a acompanhar um parto sem intervenções médicas e farmacológicas e, por vezes, inclusive, fora do hospital. Essas Iniciativas ainda são tímidas, mas também muito potentes no Sistema Único de Saúde e em hospitais públicos, como no Hospital Sofia Feldman em Belo Horizonte, e nas Casas de Parto em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Ceres, em Goiás. Entre outras instituições, consideradas “amigas da criança” ou “hospital modelo de atenção ao parto”, ambos selos do Governo Federal, na figura do Ministério da Saúde¹⁷.

Dessa feita, em que pesem as imagens de telenovelas ainda anunciarem em horário nobre o trabalho de parto como algo penoso e horripilante, a sociedade brasileira parece cada vez mais tomar contato com a situação crítica do país quanto à assistência pré-natal e natal e a ela reagir, aderindo ao que tem sido chamado de “movimento do parto humanizado” (CARNEIRO, 2015). Um indicador dessa transformação parece ser o resultado da pesquisa “Nascer no Brasil”, realizada pela Fundação Osvaldo Cruz, em 2014, e que consistiu em um grande mapeamento das expectativas e de práticas femininas de parto de 25 mil mulheres brasileiras, de todas as regiões do país, que anunciou/reafirmou o desejo das mulheres de parirem vaginalmente, mas também uma gama de violências por elas suportadas.

Assim como acontece nos Estados Unidos, somente algumas mulheres brasileiras podem arcar com os custos dessa experiência, e essas têm optado por parir em casa, no que denominam parto domiciliar. Um parto diferente dos que aconteciam em casa antes do nascimento do hospital (FOUCAULT, 1993), que necessariamente ali aconteciam com o amparo das rezadeiras ou curiosas (DEL PRIORE, 1995; BRENES, 1991; DINIZ, 1996). Em sua proposta, há, primeiro, a escolha da mulher; as mulheres escolhem parir em casa e não no hospital, preparam-se “parto domiciliar planejado” (PDP), que, por sua vez, tem uma série de premissas como: advir de uma gestação de “baixo risco” (sem nenhum motivo que possa sugerir uma cesárea ou qualquer outra emergência como gestação gemelar, pressão alta, bebê

¹⁷ Programa Hospital Amigo da Criança e Programa Nacional de Humanização Hospitalar. Para mais, saúde.gov.br.

sentado, e tantas outras); contar com hospital de apoio próximo, caso haja uma emergência; contar com um equipe que tenha experiência em parto em casa e não prever o uso de ocitocina (hormônio sintético que acelera as contrações uterinas), de analgesia, de antibiótico intravenoso ou qualquer outra intervenção que demande a infraestrutura hospitalar.

Esse tipo de parto tem acontecido em ambientes urbanos e com assistência de médicos e/ou enfermeiras obstétricas, obstettrizes, *midwives* (com formação no exterior) ou “parteiras tradicionais” (FLEISCHER, 2011). Em uma pesquisa realizada em São Paulo, pode-se perceber que a escolha pela casa, muitas vezes, vem como o refúgio ao/do hospital, que, nesses casos, não representa para a mulher a segurança, o acolhimento e a limpeza. Pelo contrário, muitas mulheres que optaram por um parto em casa durante a pesquisa o fizeram por conta de se sentirem mais seguras e mais à vontade em casa do que nos hospitais e por temerem a possibilidade do “efeito cascata”, a saber, a sequência de intervenções realizadas nos hospitais (enema [lavagem intestinal], tricotomia [raspagem dos pelos pubianos], analgesia [anestesia], ocitocina e cesárea). Para além disso, muitas dessas mulheres têm medo do hospital, outras tantas têm um modo de cuidar de si mesmas e de suas famílias mais afeito às técnicas suaves de cuidado e, por isso, escolhem a casa como espaço para receberem os seus filhos (CARNEIRO, 2015).

Para muitas adeptas do parto humanizado, parir em casa, portanto, funciona como uma espécie de atitude de autoproteção, mas também, em outra medida, como algo muito desejado, seja pela intensidade da experiência idealizada, seja por dados que cientificamente comprovam os benefícios desse modelo de parto para o binômio mulher-bebê e não de uma cesariana (CARNEIRO, 2015). Para isso, essas mulheres “preparam a si mesmas” e as suas família. Escolhem os profissionais afeitos a tal ideia, medem distâncias entre suas casas e os hospitais e adquirem todo o anunciado nas listas das equipes, desde banheira até toalhas, absorventes, fraldas, mangueira, equipamento para ferver/esterilizar objetos, plástico para colchão, recipiente para placenta etc.

Esse plano de PDP costuma ser, importa salientar, o que muitas vezes essas mulheres e profissionais chamam de “plano A”. Mas é preciso (ou aconselhável), conforme prescrições desse universo social, ter também um “plano B”, pois os partos podem envolver uma “transferência” para um hospital. Ou para analgesia, monitoramento, uso de antibiótico ou para uma cesariana, a pedido da gestante ou de emergência. Nesse segundo

momento, no cenário do plano B, geralmente, estão os médicos e não mais as enfermeiras obstétricas ou os médicos que acompanham em casa; assim como acontecia com as HBC *mamas* dos Estados Unidos ao migrarem para o hospital. Quando isso ocorre, o parto domiciliar “vira uma transferência” (CARNEIRO, 2015), resultando, por consequência, naquilo que a mulher não havia desejado e contrariamente para o que havia se preparado. Para muitas dessas mulheres, “a transferência” e/ou a “cesárea” representou o medo, a frustração, a angústia, a morte e a violência, de modo muito similar ao visto nos Estados Unidos. Pode vir no registro da “surpresa”, tornando-se algo concreto somente durante o avançar do trabalho de parto, ou mesmo anteriormente ao parto, quando já se anuncia no final da gestação, tornando o PDP impossível. Para muitas mulheres que vivenciaram essa passagem, a “transferência” pode representar perda de controle e uma grande crise emocional (CARNEIRO, 2015).

Essas seriam as mulheres brasileiras adeptas do parto humanizado que, apesar de terem escolhido e se preparado para um parto domiciliar planejado, viveram, ao final, uma cesariana indesejada ou uma “cesárea não eletiva”, tendo os seus planos completamente contrapostos. No Brasil, esse grupo de mulheres começa a aparecer nos últimos anos, conjuntamente com o crescimento do número de adeptas do parto natural, posto que um grupo desponta do outro.

Controle, trauma e itinerários terapêuticos de si

Nesses três contextos americanos, a cesárea aparece como dor, sofrimento e “trauma”. Grupos de mulheres se organizam para dizer de si e para falarem das experiências que saíram de seu controle. São narrativas que querem um lugar. Ao que parece, a partir delas, despontam outras práticas de cuidado consigo, com a cicatriz e com as feridas emocionais; grupos de *HBC mamas*, bem como novos ou outros tipos de profissionais que ofertam cuidado específico para as mulheres que desejavam um parto natural em casa mas viveram uma cirurgia no hospital, como as *midwives* que também trabalham com *HBC*, nos Estados Unidos, e as *doulas de cesárea*, como se viu no contexto chileno.

Em alguma medida, essas propostas e práticas têm início no controle, que termina no descontrole, no que chamaremos de “lógica reversa” constante, a que se retroalimenta, e em uma inspiração wagneriana (WAGNER, 2010). Essas mulheres planejam e se preparam para parir em

casa ou vaginalmente e, assim, preparam-se para o que entendem ser o descontrolo do parto, pois o parto fisiológico/natural é o parto do tempo e do local incertos, do tempo da surpresa e daquilo que não se pode muito controlar física e emocionalmente. Então, controlar-se-ia primeiro ou antes do parto, organizando o espaço, contratando profissionais especializados, custeando procedimentos, para descontrolar-se depois, no momento do trabalho de parto, em casa ou no que, no Brasil, denominam “partolândia” (CARNEIRO, 2015), uma espécie de estado alterado de consciência. Nos casos de partos que “viram uma transferência” no Brasil ou um HBC nos Estados Unidos, deparam-se com o descontrolo diante daquilo que havia sido planeado, pois a experiência lhes escapa das mãos, e, assim, o auge de um descontrolo totalmente diferente do imaginado em seus planos iniciais. Vive-se o que menos se deseja, aquilo a que as mulheres não estavam dispostas. Faz-se, então, necessário controlar o nascimento por meio da cirurgia. É nesse sentido que os termos controle/descontrolo se alternam em experiências antes diferentes e que passaram a ser semelhantes. As mulheres vivem o descontrolo ao receberem os seus filhos, mas não mais o descontrolo desejado e controlado do parto em casa e sim o descontrolo de seus corpos e de seus desejos, submetidos à lógica dos hospitais e dos profissionais de saúde. Uma aceção do termo (controle/descontrolo) alimenta a outra em seu oposto, numa espiral quase sem fim. Daí a “lógica reversa” constante.

A díade controle-descontrolo deriva das narrativas das próprias mulheres que experimentam a cesárea depois de um parto domiciliar planeado. Nesse sentido, será aqui tomada como linguagem êmica e a partir de trabalhos que se dispuseram a refletir sobre essas categorias. Tornquist (2004), por exemplo, questionou a ideia de natureza vinculada ao parto vaginal, recuperando os escritos de Mauss, com o objetivo de sustentar que mesmo os partos fisiologicamente naturais são atravessados pela cultura porque atravessados pela técnica, seja dos “usos do corpos” ou de nossos comportamentos. Dessa feita, o parto natural seria o parto cultural e, para os nossos propósitos nesse momento, o parto controlado. Ou seja, no encaixe desse argumento, todo parto seria alvo de controle, em que pesem as mulheres buscarem o descontrolo. Por isso, o descontrolo nesse universo feminino deve ser entendido como o não controle médico e cirúrgico dos modos de nascer. Se, conforme a antropóloga, essa seria a “armadilha da nova era”, operar com a ideia de uma natureza *a priori* e intacta seria também impossível pensarmos em um parto fora de controle. Fora de controle não

estará. Mas para as mulheres aqui tratadas o importante é que estejam sob o seu controle e suas escolhas.

Essa sensação de viver o controle médico ao contrário do descontrole do parto natural tem, dessa maneira, gerado o surgimento de um novo grupo de mulheres ou a tal fissura aqui tematizada: o grupo das *HBC mamas* desponta a partir de, mas também diferenciando-se do grupo das mulheres que buscam um parto natural sem interferências médicas e farmacológicas. Esse novo grupo se destaca e parece querer falar de suas particularidades, mas se assemelha ao seu grupo de origem, que justamente nega a cesárea previamente agendada. Por fim, os relatos dessas mulheres circulam em uma outra “lógica reversa”: a da crítica ao modelo hegemônico. De início, essas mulheres se inserem na crítica ao sistema cesarista de nascimento, mas, depois de vivida a cesárea indesejada, e em busca de um espaço para falarem de si, criticam essa própria crítica em uma dobra sobre si mesmas, sinalizando o quanto também a “humanização do parto” pode tornar-se normativa.

Essas três “lógicas reversas”, portanto, aparecem nessas experiências e contextos que, ao final, propõem novos itinerários terapêuticos de si, já que essas mulheres passam a falar de si mesmas de outro modo, criam expressões que as individualizem (à lá *homebirth cesarean mamas* ou *HBC mamas*), digam de suas dores e de seus sofrimentos, mas também se envolvam com outras práticas de cuidado, como os *talleres* e as vivências propostas no Chile e nos Estados Unidos. Pintam e escrevem sobre si e seus corpos em busca da elaboração pessoal do que perceberam como violência, misturando o fisiológico ao energético, o fisiológico ao emocional, nas linhas do já sustentado por Levi-Strauss em “A eficácia simbólica” (1993), a saber, que todo parto é um acontecimento “biopsicossocial”. Se por um lado ou por outro, no limite, o que parece se destacar é que a cesárea indesejada também pode unir mais do que separar: unir mulheres em outros grupos, unir profissionais e mulheres de outros modos e por outras entradas, unir lógicas antes tidas como opostas e possibilidades de práticas de cura, em suas racionalidades médicas e procedimentos cirúrgicos, mas também oriundos do movimento da Nova Era (TORNQUIST, 2004; SOUZA, 2005).

No Brasil, em que pese o cenário da assistência ao parto ser ainda mais intervencionista e cesarista do que no Chile e nos Estados Unidos, raras são as propostas de práticas corporais ou terapêuticas que colocam em foco a cesárea indesejada. Esse movimento ainda é bastante recente, talvez essa seja uma explicação, mas a intenção parece ser agora atentar para tal

fissura também em nossa sociedade, já que relatos de não pertencimento de mulheres já começam a aparecer no pós-parto, bem como histórias de depressão puerperal por conta de não terem parido ou vivido o desejado.

Sendo assim, se, por um lado, a cesárea opera como a representação do controle violento do corpo das mulheres, quando tematizada e sentida por essas próprias mulheres do parto natural como escolha, pode receber outros contornos, ainda que não deixem de significar dor, sofrimento e “trauma”. Elas passam a se reconhecer como essas mulheres e como essas mães, fazendo, inclusive, uso da ideia de dor para serem reconhecidas como pessoas, como já sinalizara Le Breton em *A antropologia da dor* (2003). Essa ao menos é uma leitura que pode ser derivada de passagens como as que se seguem:

For you, beautiful mother; for the life you have created, for the sacrifices you have made, for each and every day have you labored for your little one - physically, emotionally, before, during, and after this birth; for the strength you have found within and the strength you are discovering; for you, for your child, for this journey you are on; for the woman you have become and are becoming. Your story is rich and inspiring; may you honor it and actively engage as it continues to unfold. May your healing be beautiful, peaceful, powerful, and complete. Breathe deeply. Live fully. Love unconditionally (MCDUGAL, 2015).

Fassin (2013), Das (2008) e Kleimnan (1991) são alguns dos antropólogos que nos últimos anos têm se dedicado a pensar sobre as noções de dor, trauma e sofrimento social. Essas categorias aparecem nos escritos, nos depoimentos e nas práticas dessas mulheres, nomeando a experiência da cesárea indesejada e suas consequências em suas vidas como mulheres e mães. Ter os seus corpos cortados lhes causa dor física, posto que é rotineiro reclamarem do desconforto pós-cirúrgico, mas também sofrimento social, por não pertencerem mais ao grupo de mães e parturientes que haviam idealizado; por sentirem-se diferentes, violentadas, invadidas e frustradas. Por vezes, aparece também sob as expressões trauma e, em campo, uma vez escutei: “como uma ferida na alma” (CARNEIRO, 2015). Para Kleimnam, o sofrimento teria uma dimensão intersubjetiva ou interpessoal, enquanto para Fassin o sofrimento social decorreria de uma desconexão com o social, seria um modo de individualização. Para o antropólogo, não podemos dizer que a dor é somente física, pois ela faz falar e tampouco dizer

que o sofrimento social é a simbolização porque ele também pode calar (WEINTRAUB; VASCONCELLOS, 2013, 1051):

Fassin (2004) também recortará esse olhar de Das ao especificar o sofrimento advindo da violência: a experiência de tal violência é que gera o sofrimento, porém, esse sofrimento é resultado também de memória, individual e coletiva, de representações, íntimas, midiáticas ou coletivas: “seu sentido, para as vítimas, os perpetradores ou as testemunhas, excede sempre a simples realização do ato [violento]” (p.23). Mesmo quando inscrita em um ou em poucos corpos, tanto a violência quanto o sofrimento que a constitui são coletivos e são, quase sempre para o antropólogo, um relato, uma defasagem no tempo, já que não são uma descrição da própria atualidade do ato, mas sim do discurso de sua memória por uma vítima-testemunha.

O trauma coincidiria com os modos de se lidar com a violência e teria se tornado um operador de lutas políticas. Segundo Weintraub e Vasconcellos (2013, p. 1050):

Quando um trauma acontece, a cura desse sofrimento depende, sobretudo, de redescobrir o mundo, sublinhando a influência que a linguagem terapêutica tem nesse contexto. Se a violência é a origem do mal, o trauma é parte integrante de sua interpretação. No entanto, além da resposta psiquiátrica ao trauma, é possível propor e considerar outras formas de ação, como a reconstituição das identidades e das comunidades atingidas, a reorganização das narrativas ou dos rituais sociais, conforme descrito anteriormente.

Diante dessa leitura da ideia fassiniana de trauma, ao pensar sobre os casos analisados neste artigo, nos questionamos sobre o que têm feito as *HBC mamás* ou as mulheres com uma cesárea indesejada, que narram suas experiências de dor e sofrimento social e (re)inventam terapêuticas. Em alguma medida, estão a redescobrir o mundo a partir de uma nova identidade e tentando criar linguagem e rituais de reestabelecimento de sua ordem social. Para Venna Das (2008), a dor, em um acepção social, integra os membros a uma comunidade moral, assim o corpo adquire memória dos pactos socialmente tecidos, como nos mais diversos rituais de iniciação. Nessa linha de argumento, a dor seria uma condição de existência da sociedade, existindo assim uma relação entre corpo, dor e memória/testemunho. Le Breton (2003) também escreveu sobre a dor, pontuando-a

como algo situacional, fruto de uma educação e dos vínculos sociais. Em sua leitura, a multiplicidade de dores geraria a vasta gama de práticas e itinerários terapêuticos, indicando como a dor é plural a depender de seu contexto social.

Não se pode, entretanto, creditar a dor e suas manifestações unicamente à cultura, esquecendo que esta só existe através dos homens que a vivem. A cultura não é uma espécie isolável em linhas gerais, não é uma, monolítica, impondo-se como uma estrutura maciça a atores condicionados (...). Cada homem se apropria dos dados de sua cultura ambiente e os reinterpreta segundo seu estilo pessoal. A relação íntima não coloca frente a gente uma cultura e uma lesão, mas mergulha numa situação dolorosa particular um homem cuja história é única, mesmo que o conhecimento de sua origem de classe, de seu pertencimento cultural, de sua religião dê indicações preciosas sobre suas reações (p.140).

Vemos, portanto, que a noção de trauma é aqui acionada como decorrente tanto da dor do corte da cesárea como também do sofrimento social que as exclui do grupo originário, as isola e parece deixá-las sem pertencimento social. Para essas mulheres, ter os seus corpos cortados realmente parece representar uma violência, e esse seria o ponto de partida da trauma, às vezes nomeado como dor, como ferida ou como sofrimento social. Na busca de uma cura, *healing*, o desejo de testemunhar ganha espaço por meio de desenhos e narrativa em palavras. Mas o grande objetivo parece ser não somente nomear a experiência, mas a particularidade do que as conforma como mulheres-mães que haviam optado por um parto em casa e viveram uma cesárea. Por tudo isso, por essa quebra e ausência de palavras que as contemplem, acontece a fissura em um grupo originário de um movimento e de uma ideia. Daí essas mulheres buscarem por meio de suas narrativas um novo lugar, uma nova identidade: através do testemunho da dor e do sofrimento social. Fazendo da cesárea então cola ou liga para outras conformações sociais, não mais no registro da exclusão, mas como aquilo que pode somar, agrupar e nomear sensações físicas e corporais. Para existir foi antes preciso narrar ...

Referências

- CARNEIRO, Rosamaria.
(2015). *Cenas de parto e políticas do corpo*. Rio de Janeiro, Fiocruz.
- BRENES, Anansy.
(1991). História da parturição no Brasil, século 19. *Cadernos de Saúde Pública*, 7: 135-149.
- CAMPBELL, Colin.
(2001). *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco.
- DAS, Venna.
(2008). Violence, Gender, and Subjectivity. *Annual Review of Anthropology* 2008 37:1, 283-299
- DEL PRIORE, Mary.
(1993). Mentalidades e práticas em torno do parto. In: DEL PRIORE, M. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade, mentalidades no Brasil-Colônia*. Brasília: Editora UnB.
- DINIZ, Simone.
(1996). *Assistência ao parto e relações de gênero: elementos para uma releitura médico-social*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo.
- DINIZ, Simone.
(2005). Os muitos sentidos da humanização. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. *Ciênc Saúde Coletiva*. 10(3): 627-37.
- FASSIN, Diddier.
(2004). Et la souffrance devient sociale: de l'anthropologie médicale à une anthropologie des afflictions. *Critique: revue générale des publications françaises et étrangères*, Paris, n.680-681, p.16-21.
- FLEISCHER, Soraya.
(2011). *Entre parteiras, buchudas e aperreios*. Uma etnografia da assistência obstétrica não oficial no Melgaço. Belém do Para: EDUNISC.
- FOUCAULT, M.
(1993). *Microfísica do poder*. 11. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal.
- GAGNEBIN, Jean-Marie.
(2006). *Lembrar, Escrever e Esquecer*. SP: Editora 34.
- KLEINMANN, Arthur.
(1991). *Writing at the margin: discourse between anthropology and medicine*. Berkeley: University of California Press.
- LE BRETON, David.
(2003). *Adeus ao corpo: antropologia e sociedade*. São Paulo: Papyrus Editora.
- LUZ, Madel Therezinha.
(1997). Cultura contemporânea e medicinas alternativas: novos paradigmas em saúde no fim do século XX. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro: IMS/Uerj, v.7, n.1, p.13-43.
- MACDORNAN, Maria F.; MENACKER, Fey; DECLERQ, Eugene.
(2008). Cesarean Birth in US: epidemiology, trends and outcomes. In: *Clin Perinatol*, 35, pp. 293-307.
- MENDONÇA, Sara Sousa.
(2013). *Mudando a forma de nascer: agência e construções de verdades entre ativistas pela humanização do parto*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR).
(2001). *Parto, aborto e puerpério*. Assistência humanizada à mulher. Brasília: Ministério da Saúde/FEBRASCOG/ABENFO.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR).
(2004). Política Nacional de Humanização. citado em 2006 ago 19]. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/saude>>

- NOGUEIRA, Maria Ines; CAMARGO, Kenneth. (2007). A orientalização do Ocidente como superfície de emergência de novos paradigmas em saúde. In: *Hist. cienc. saude-Manguinhos* vol.14 n.3. Rio de Janeiro July/Sept.
- ORTEGA, Francisco (org.). (2008). *Venna Das*: sujeitos de dolor, agentes de dignidad. Bogotá: Universidad de Colombia e Instituto Pensar.
- PULHEZ, Mariana Marques. (2013). Parem a violência obstétrica”: a construção das noções de ‘violência’ e ‘vítima’ nas experiências de parto. *RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 35, pp. 544-564. ISSN 1676-8965.
- RODRIGUES, Laís. (2015). *Parir é libertário*: etnografia em um grupo de apoio ao parto humanizado de Recife/PE. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Pernambuco.
- SADLER, Michele; GONZALO, Leiva; SCHORR, Josefina. (2018). Preferencia por vía de parto y razones de la operación cesárea en mujeres de la región metropolitana de Chile. In: *Revista de Instituto de Salud Publica de Chile*, Vol. 2.
- SOUZA, Heloisa. (2005). *A arte de nascer em casa*: um olhar antropológico sobre a ética, a estética e a sociabilidade no parto domiciliar contemporâneo. Dissertação de Mestrado, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- TORNQUIST, Carmen Susana. (2004). *Parto e Poder*: o movimento de humanização do parto no Brasil. Tese de Doutorado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- TORNQUIST, Carmen Susana. (2002). Armadilhas da Nova Era: natureza e maternidade no ideário da humanização do parto. *Rev. Estud. Fem.*[online]. 2002, vol.10, n.2, pp.483-492. ISSN 0104-026X. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X20020002000016>>.
- WAGNER, Roy. (2010). *A invenção da cultura*. SP: Cosac&Naify.
- WEINTRAUB, Ana Cecília Andrade de Moraes; VASCONCELLOS, Maria da Penha Costa. (2013). Contribuições do pensamento de Didier Fassin para uma análise crítica das políticas de saúde dirigidas a populações vulneráveis. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.3, jul-set. p.1041-1055.

Recebido em
março de 2018

Aprovado em
março de 2019

A polifonia da existência: aportes metodológicos para uma pesquisa biográfica em perspectiva antropológica

Anaxsuell Fernando Silva*

Resumo

O gênero biográfico tem alcançado ultimamente grande sucesso. Tanto entre o público acadêmico quanto entre o público em geral, tal fenômeno mundial registra ocorrência em diversas áreas do conhecimento, dentre as quais podem-se destacar o jornalismo e a literatura. As ciências sociais, especialmente a antropologia, ainda de maneira tímida, buscam contribuir epistemologicamente com esse campo. Neste artigo, objetivamos apresentar alguns apontamentos teórico-metodológicos a respeito da pesquisa e escrita biográfica, notadamente o dissenso entre Bourdieu e Sartre. E, como alternativa metodológica, apresentamos as discussões de Roland Barthes a respeito da noção de romance polifônico. Nosso objetivo é construir um espaço de debate privilegiado na interlocução entre teorias, fontes, métodos e abordagens. E, a partir da construção desse espaço comunicacional, discutiremos os modos de apreensão de uma experiência pessoal e as formas de reavaliação e reconstrução do passado a partir das relações entre indivíduos, grupos e sociedade, para que se possa explicitar os mecanismos culturais e políticos de sua produção, a partir de dimensões coletivas e institucionais que atuam em narrativas de afirmação/construção da história.

Palavras-chave

Biografia. Biografema. Trajetória.

Abstract

The biographical genre has achieved great success lately. Within the academic public as well as the general public, such worldwide phenomenon has been recorded in several areas of knowledge, among which we can highlight journalism and literature. The social sciences, especially anthropology, albeit timidly, seek to contribute epistemologically to this field. In this article we aim to present theoretical-methodological notes on biographical writing, notably the dissension between Bourdieu and Sartre. And, as a methodological alternative, we present Roland Barthes' discussions regarding the notion of polyphonic romance. Our goal is to build a privileged debate space in the interlocution among theories, sources, methods and approaches. And, after the construction of this communication space, we will discuss the ways of apprehending a personal experience and the forms of reassessment and reconstruction of

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor de Antropologia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). E-mail: anaxsfernando@yahoo.com.br.

the past from the relations among individuals, groups and society, so that the cultural and political mechanisms of their production can be explained, starting with the collective and institutional dimensions that act on narratives of affirmation / construction of history.

Keywords

Biography. Biographe. Trajectory.

“Uns sapatos que ficam bem numa pessoa são pequenos para uma outra; não existe uma receita para a vida que sirva para todos.”

Carl Jung

Embora seja a biografia um dos gêneros literários mais lidos e mais publicados no mundo, as pesquisas acadêmicas que tomam a questão biográfica como aspecto central ainda são, em comparação com as outras frentes de pesquisa, diminutos em quantidade. Seu uso tem se dado de forma ocasional, secundário ou complementar em uma pesquisa. Para Felipe Pena (2004, p. 51), pelo fato de não ser reconhecida como gênero autônomo de discurso (situando-se entre a história e a ficção), a biografia cai num “limbo epistemológico”, aspecto que justificaria o suposto desinteresse da comunidade acadêmica em relação à temática (Cf. 2004, p. 51).

A biografia, por um período significativo, foi tipificada como pertencente ao modelo tradicional e hegemônico de história, isto é, mais predisposta à apologia do que à análise, mais delongada nos aspectos que apontavam para as grandes estruturas socioeconômicas, políticas e culturais. Na esteira de Marx e de Braudel, os estudos acadêmicos preteriram as trajetórias individuais em favor do favorecimento das pesquisas macro-orientadas, estruturais, quantitativas, de longa duração.

Karl Marx, para exemplificar, desprezou a trajetória de Luís XVIII, chamando-o de “*cérebro de toucinho*”, e Luís Bonaparte, rotulado como “*mediocre e grotesco*”, ao discutir o golpe de 2 de dezembro de 1851, na França, como desdobramento da “grande lei da marcha da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas (...) são na realidade apenas a expressão mais ou menos clara de lutas entre classes sociais (...)”¹. Nesse cenário, portanto, a atenção dos pesquisadores estava em desvelar as regularidades dos processos sociais e não as contingências da dimensão

¹ De acordo com o prefácio de F. Engels para a terceira edição alemã de “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 327ss.

humana, a imprevisibilidade da vida.

A biografia (gr. Biografia – *bio*, vida; *graphein*, escrever), “escrita de vida”, devido ao seu caráter heterogêneo e fluido, implica uma perspectiva transversal e sistêmica². Tratar o biográfico, para alguns, é uma “tarefa impossível”³ ou uma “conversa difícil, indireta e ininterrupta”⁴, pareceres indubitavelmente dados em função da sua abrangência e seu caráter transdisciplinar. A escrita biográfica abrange, simultaneamente, a antropologia, a literatura, a psicanálise, a história, a literatura, além de outros saberes.

Uma trajetória de vida, qualquer que seja, traz consigo questões pertinentes para a compreensão de diversos processos, eventos, contextos, jogos de poder, lança um olhar sobre a sua própria intenção ao narrá-la – especialmente aqueles que escrevem textos autobiográficos, ou mesmo concedem entrevistas – e reverbera a relevância de considerar a abordagem biográfica como uma metodologia significativa.

No âmbito da Antropologia, George Marcus (1995), ao falar acerca de etnografias multisituadas, sugere que “seguir uma vida ou biografia” poderia expor as justaposições de contextos sociais que ficam invisíveis nos estudos mais estruturais dos processos. Para o referido antropólogo americano, o pesquisador deve seguir as cadeias, trajetórias e fios que fazem parte de um fenômeno específico (neste caso, uma vida) e tratar de fazer conjunções ou justaposições de situações e estabelecer uma conexão ou associação entre elas.

Ao propor a etnografia de um percurso a partir de diversas narrativas – autobiográficas, publicações acadêmicas e literárias, crônicas, pesquisa de campo, entrevistas com o autor e com alguns pertencentes a sua rede de interações –, pode-se abordar⁵, além do itinerário intelectual, a própria dinâmica política de algumas instituições com as quais o biografado

² Não confundir com sistemático. Enquanto sistêmico, refere-se a um fenômeno global (tal qual o sistema sanguíneo ou sistema nervoso) no qual várias causas coordenadas participam do funcionamento de um mesmo conjunto não divisível. Sistemático está relacionado com uma postura ou concepção generalizada por meio da reflexão, está dentro da lógica dividir para explicar.

³ GOBBI, Maria Cristina. Método Biográfico. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. *Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005. p.90.

⁴ Entrevista com Sabrina Loriga: a história biográfica. *Métis: História & Cultura*, Caxias do Sul, v. 2, nº 3, p. 11-21, jan-jun/2003.

⁵ Esta foi a abordagem metodológica que utilizei na minha tese de doutorado. Para mais detalhes, consultar (SILVA, 2014).

estabeleceu relações, sejam elas organizações religiosas ou universitárias⁶, a relação entre pessoas, lugares, afetações, crenças e esperanças.

O princípio basilar da história é a lacuna, e isto faz do leitor de quaisquer narrativas um coautor, não apenas por reconstruir as ações memoradas de acordo com seus próprios referenciais, mas, fundamentalmente, porque a totalidade, a completude, a complexidade da vida não serão abarcadas por uma tese ou um livro (biográfico), havendo, desta maneira, um espaço para novos relatos. Dito de outro modo, “a história de uma vida é apenas o que se sabe sobre esta vida, jamais a sua fiel representação, como pretendem alguns biógrafos” (PENA, 2010, p.35).

O primeiro documento sociológico a respeito das histórias de vida de que se tem registro na Europa e América foi publicado em *The Polish Peasant* por W. I. Thomas e Florian Znaniecki, em 1927. A publicação recebeu significativa atenção e abriu caminho para que Clifford Shaw⁷ e seus colaboradores (1942), na Escola de Chicago, lançassem análises que buscavam constituir materiais úteis para a formulação de teorias sociológicas gerais. Ao avaliar esse momento de incorporação do método biográfico nas Ciências Sociais, Howard S. Becker (1994) afirma que a história de vida se aproximaria mais do terra a terra e instrumentalizaria as análises sociológicas, as quais se interessam por relatos fiéis da experiência que possibilitem a interpretação do mundo no qual o sujeito vive. E completa sua argumentação com uma recomendação expressa:

O sociólogo mantém o sujeito orientado para os temas nos quais a sociologia está interessada, questiona-o sobre acontecimentos que exigem aprofundamento, tenta fazer com que a história contada acompanhe os registros oficiais e os materiais fornecidos por outras pessoas familiarizadas com os indivíduos, acontecimentos ou lugares descritos. (BECKER, 1994, p. 102).

O Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago promoveu vigorosamente essa perspectiva durante a década de 1920. Grande parte das pesquisas faziam uso de documentos pessoais e relatos na tentativa de compor histórias de vida que colaborassem para a elaboração de concepções teóricas gerais das Ciências Sociais. As bases epistêmicas estavam na

⁶ O próprio autor deste texto publicou outros artigos nos quais operacionaliza essa perspectiva teórica e epistemológica (ver SILVA, 2017).

⁷ Aqui, merece destaque a publicação intitulada *Juvenile Delinquency and urban áreas* (SHAW; MACKAY, 1942).

psicologia social de George Mead⁸. E, depois da boa aceitação da publicação em *The Polish Peasant* e da persuasiva defesa do método feita por Ernest W. Burgess, a história de vida desfrutaria de grande popularidade nos círculos acadêmicos das Ciências Sociais. Tratava-se de um dos instrumentos de pesquisa que gozava de significativo espaço e respeitabilidade nas pesquisas desenvolvidas no departamento. Mais tarde, Lindesmith (1947) transformou a estratégia já disseminada entre os pesquisadores num método sistemático de investigação nomeado como indução analítica.

Na avaliação de Becker (1994), com o passar do tempo, outras perspectivas de caráter mais abrangente e generalizante ganharam a disputa por mais espaço nos departamentos de Ciências Sociais, e esse tipo de abordagem investigativa foi perdendo seus adeptos, inviabilizando a própria composição do que ele chama de "mosaico científico" e, sobretudo, inviabilizando a concretização de novas iniciativas de pesquisa.

Em território brasileiro, a emergência desse método ganharia contornos relevantes. Ao problematizar as metodologias qualitativas, característica nodal das suas investigações ao longo da carreira, Florestan Fernandes (1966, p. 65) argumenta que o método biográfico não apenas se constitui um importante registro sociológico mas, também, permite perceber que "o homem, inclusive o homem comum, tem de algum modo a possibilidade de intervir ativamente nos processos sociais que protagoniza".

A forma mecânica com a qual as biografias, em geral, eram elaboradas foi alvo de críticas contundentes de Jean-Paul Sartre. Uma narrativa histórica feita "por fora" sustentar-se-ia em eventos exteriores e em alusão aos grandes ícones explicativos da época (tais como hereditariedade e educação). Nas biografias com as quais trabalhou⁹, Sartre não realiza uma mera descrição factual, ou uma rememoração geográfico-parental (local de nascimento, genealogia, casamentos). Seu método implica tecer uma narrativa biográfica "por dentro", isto é, uma biografia que realce o sujeito concreto, por meio de um movimento compreensivo, o qual possibilite esclarecer as condições históricas, antropológicas e sociológicas que agiam sobre o indivíduo e a forma como delas se apropriou, chegando assim a sua dimensão subjetiva, psíquica.

Sartre, sob influência da abordagem fenomenológica de Jaspers, Husserl

⁸ Ver, por exemplo, George H. Mead. "Scientific Method and Individual Thinker". In DEWEY, John et al. *Creative Intelligence*. Nova York, 1917.

⁹ Sartre publicou três biografias. *Baudelaire* (1947); *Saint Genet: comédien et martyr* (1952); *L'Idiot de la Famille* (1971).

e Heidegger, propõe a mobilização de um método biográfico como recurso para a rigorosa compreensão do sujeito no mundo. Compreender um homem, na perspectiva sartreana, implica ir além daquilo que ele fala ou reflete sobre si, é preciso descrever as ações, sua práxis cotidiana e o contexto no qual este se insere. Assim, é preciso não estar limitado ao discurso ou à linguagem. Trata-se de destacar a especificidade da existência humana.

As obras biográficas serão produzidas por Sartre numa perspectiva interdisciplinar, buscando uma síntese entre psicanálise, marxismo e existencialismo. Nessa perspectiva, ele advoga que o homem é sujeito da sua própria história, e o principal aspecto que o caracteriza é a sua transcendência, pois ele “sempre faz alguma coisa daquilo que fizeram dele” (SARTRE , 1952, p. 25), ainda que este homem não se reconheça na sua ação.

A esse processo de suplantar o que está dado e seguir em direção ao futuro, Sartre chama de *projeto de ser*. Esse projeto é circunscrito a um campo de possibilidades, isto é, as condições materiais, históricas e sociais orientam a existência de um indivíduo. O projeto é, nesse cenário, uma apropriação subjetiva da objetividade (Cf. SARTRE, 1960 , p. 37).

A construção do referido projeto de ser é histórica. Seu engendramento é processual. O sujeito, ao mover-se em direção ao futuro, vai definindo seu ser – estados, qualidades, relações com outrem, racionalidade, postura, ações, corporeidade. Portanto, esse projeto vai aparecer de diferentes formas nos distintos momentos da vida de uma pessoa, sendo retomado, redefinido, mas sempre como pano de fundo de quaisquer atos humanos. Sartre concebe que a vida se desenvolve de forma espiralar, já que “ela volta a passar sempre nos mesmos pontos, mas em níveis diferentes de integração e complexidade” (*Idem*, p. 71).

Assim, o ponto de partida para uma pesquisa biográfica, na compreensão sartreana, deve ser os aspectos concretos da vida nas suas diferentes dimensões. O caminho de investigação, por sua vez, deve desvelar aquilo que processa – nessas distintas dimensões – a unificação do conjunto, que é o ser do sujeito, isto é, seu *projeto* original. É o nexos existente entre os comportamentos, emoções, gostos, gestos, raciocínio do sujeito que unifica cada um desses aspectos em direção a um fim, definindo o sentido da vida de alguém. Dito de outro modo, para Sartre, estudar o *projeto de ser* do indivíduo permite distinguir os diferentes movimentos de uma pessoa no mundo (Cf. SCHNEIDER, 2006, p. 53).

Neste sentido, o que se (per)segue é uma trajetória, mas tomá-la como fio condutor não implica, necessariamente, privilegiar o enfoque sobre a singularidade individual, pois, como aponta Suely Kofes, problematizar a oposição entre indivíduo e sociedade é fulcral ao defrontar com os desafios postos pelo entrelaçamento entre etnografia e biografia.

Nas Ciências Sociais, a referência ao método biográfico, quando se desloca da resistente oposição indivíduo x sociedade, costuma apontar a sua importância para o registro da ação e como um dos meios para a crítica à estabilidade do agente e à identidade supostamente fixa, estável e unitária do ego, problematizando-o com a multiplicidade do sujeito e de suas situações. Assim, o foco em trajetórias, em biografias, tanto pode questionar um modo habitual de categorização da prática considerada apenas do ponto de vista de agrupamentos sociológicos, como problematizar o indivíduo como uma totalidade coerente. Revelaria, ou permitiria revelar, que a superposição de vários mundos nas experiências e interpretações de sujeitos singulares são constituidores da socialidade e não incoerências sociológicas. (KOFES, 2004, p. 9).

O intento de Suely Kofes é levantar as principais questões que se apresentam à pesquisa antropológica que tenha como foco analítico histórias de vida, biografias, itinerários, trajetórias. Há ainda outros autores que se põem nesta discussão, seja no âmbito metodológico ou conceitual, com os quais cabe dialogar.

Pierre Bourdieu, um destes, expõe a noção de trajetória para argumentar contra a noção da vida como uma história coerente, ou como portadora de um sentido, e advoga a necessidade de estar atento ao que ele designa como *ilusão biográfica*. A trajetória social é definida como “a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos” (BOURDIEU, 2002, p. 292). Determinada posição no campo favoreceria determinadas disposições (tendências ou inclinações). Deste modo, “É apenas quando se caracterizam as diferentes posições que se pode voltar aos agentes singulares e às diferentes propriedades pessoais que os predispõem mais ou menos a ocupá-las e a realizar as potencialidades que aí se acham inscritas (BOURDIEU, 2002, p. 213).

Ao estudar um indivíduo, Bourdieu privilegia os processos que subjaz a este. Por exemplo, em *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*,

o argumento parte do posicionamento de Gustave Flaubert no campo¹⁰ literário francês, seguindo para a análise do seu livro *A Educação Sentimental*. A ênfase bourdieusiana é naquilo que considera estrutural e sociológico na trajetória e atuação de Flaubert. Dito de outro modo, a forma como Flaubert engendrou a trajetória do protagonista (Frédéric) e sua interação com outros personagens no jogo de força interno ao campo artístico francês do século XIX desvelariam as regras e as estruturas internas do campo da arte – da sua dinâmica e das forças que o compõem. Essa mesma perspectiva analítica seria aplicável não apenas ao campo literário francês, mas a qualquer outro campo (científico, religioso...).

Sérgio Miceli, em artigo¹¹ publicado na Revista Tempo Social, indicou os aspectos distintivos das análises empreendidas por Bourdieu e Sartre a respeito da trajetória/vida de Flaubert. A proposição deste artigo é que

em vez de mirar as mediações modeladoras da individualidade singular do artista, tal como Sartre procede em relação a Flaubert, Bourdieu dava mostras de estar mais interessado em explorar os fatores incidentes sobre as práticas de todo escritor, que derivavam da operação do sistema mais inclusivo de relações e posições, designado como campo intelectual (MICELI, 2003, p. 64-65).

Na concepção de Pierre Bourdieu, a vida do indivíduo orienta-se tendo sua origem social como um princípio gerador até concretizar determinado objetivo. Assim, “considera-se que cada vida é um todo, um conjunto coerente e orientado, e que só pode ser apreendida como expressão unitária de uma intenção, subjetiva e objetiva, que se anuncia em todas as experiências, sobretudo nas mais antigas” (BOURDIEU, 2002, p. 213). Dito de outro modo, a vida do indivíduo teria um ponto de partida (princípio gerador) e uma trajetória até um ponto determinado. E o conceito de *habitus*¹²

¹⁰ O conceito de Campo é definido por Bourdieu como um espaço estruturado de relações, nos quais as condições objetivas (aquelas pertencentes à estrutura social) e as práticas sociais se manifestam.

¹¹ MICELI, S. *Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea*. 2003.

¹² *Habitus* é um conceito inicialmente formulado por Nbert Elias (1994, p. 150) referente “a composição social dos indivíduos [...] o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade”. Para Ele, o *habitus* seria um estilo ou uma grafia mais ou menos individual que brota da escrita social. Bourdieu retorna ao conceito e o utiliza como nexos fundamentais na constituição do campo social. Para Pierre Bourdieu, o *habitus* marca uma relação de cumplicidade ontológica dos agentes e o mundo social, que estrutura a percepção e a ação prática dos agentes num determinado campo. O

é apresentado como um princípio gerador das práticas. Bourdieu argumenta que “as disposições dos agentes, o seu *habitus*, isto é, as estruturas mentais através das quais eles apreendem o mundo social, são em essência produto da interiorização das estruturas sociais” (BOURDIEU, 1990, p. 158). Assim, a compreensão é de que a construção da realidade social dos agentes não se opera num vazio social, e sim submete-se às coações estruturais e que, por possuírem uma gênese social, as estruturas cognitivas seriam socialmente estruturadas.

Nas palavras de Bourdieu:

É preciso perguntar não como tal escritor [ou agente] chegou a ser o que foi – com o risco de criar na ilusão retrospectiva uma coerência reconstruída –, mas como, sendo dadas a sua origem social e as propriedades socialmente construídas que ele lhe devia, pôde ocupar ou, em certos casos, produzir as posições já feitas ou fazer oferecidas por um estado determinado do campo literário e dar, assim, uma expressão mais ou menos completa e coerente das tomadas de posição que estavam inscritas em estado potencial nessas posições. (BOURDIEU, 2002, p. 244).

Explorando ainda mais um pouco as concepções de Pierre Bourdieu, cabe lembrar seu posicionamento acerca da leitura que Jean-Paul Sartre faz de Flaubert. A principal razão das suas críticas é a fundamentação das explicações sartreanas na singularidade do indivíduo. A noção de projeto original – ou uma história de vida coerente –, Bourdieu rechaça tais explicações e chama atenção para o caráter ilusório das narrativas biográficas.

Parte significativa dos estudos biográficos, no âmbito sociológico, dedica-se às trajetórias sociais de literatos, artistas e intelectuais¹³. E, em linhas gerais, se contrapõe aos estudos biográficos literários que costumam apresentar o indivíduo e sua obra apartados das relações em que estão

habitus seria como “um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes do mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo”. (BOURDIEU, 1996, p. 144).

¹³ Aqui, merecem menção as pesquisas sociológicas de notoriedade que buscam aplicar a perspectiva de Bourdieu, como os estudos de Sergio Miceli sobre os intelectuais brasileiros, publicado em 2001 pela Companhia das Letras sob o título *Intelectuais à brasileira*, e o trabalho de Maria Tarcisa Silva Bega sobre os poetas paranaenses representantes do simbolismo, intitulado *Sonho e Invenção do Paraná. Geração Simbolista e a Construção da Identidade Regional*, São Paulo, 2000.

inseridos, isto é, das *condições sociais de produção*. Ora, para Bourdieu, o caráter fundamentalmente diacrítico da produção que se efetua no interior de um campo possibilita e faz com que seja necessário analisar a totalidade do campo – tanto o campo das tomadas de posição, quanto o campo das posições – em cada obra produzida nessas condições (Cf. BOURDIEU, 1990, p. 178), pois “a constituição do campo é a condição lógica prévia para a construção da trajetória social como série das posições ocupadas sucessivamente nesse campo” (BOURDIEU, 2002, p. 243).

Portanto, o grande empreendimento de uma ciência das obras¹⁴ é expurgar a ilusão presente nos estudos biográficos. Para Bourdieu, a ilusão é um princípio da tradição hagiográfica que “procura ver coerência deliberada de um projeto nos produtos objetivamente congruentes de um *habitus*” (BOURDIEU 2002, p. 84). Nestes, procura-se dar preponderância às estruturas sociais e aos aspectos macrosociais da realidade, preterindo as dimensões subjetivas.

A ideia de “singularidade”, deste modo, é vista como um regime específico de valores organizados socialmente e que, portanto, não estão num plano metodológico semelhante ao das ilusões de gênios individuais a serem desvendadas ou denunciadas no trabalho de interpretação das obras (HEINICH, 2007).

Um dos principais temas dos debates antropológicos contemporâneos é a oposição entre indivíduo e sociedade. Ela se expressa com maior nitidez nos campos da etnologia indígena, da antropologia da ciência e das pesquisas em torno da tecnologia. Aqui ou ali, a questão central em torno da qual circundam outras é a crítica das tentativas de separação entre natureza e cultura capitaneada pelos saberes ocidentais modernos. Esse esforço disciplinar contestatório da Antropologia também é empreendido nas articulações entre vidas e grafias que têm como base epistemológica o projeto de simetrizar seus campos empíricos.

O livro *Vida e grafias: narrativas antropológicas*, entre biografia e etnografia, organizado por Suely Kofes e Daniela Manica (2015), é um marco nesse esforço intelectual. As articulações possíveis entre etnografia e biografia

¹⁴ Procedimento que procuraria as relações entre um autor, suas obras e o campo no qual esse autor se insere. Esse método seria constituído de três operações: 1) análise da posição do campo em estudo no seio do campo de poder no transcórre do tempo; 2) análise da estrutura interna desse campo, suas leis gerais de funcionamento e de transformação, e, por fim, 3) análise do *habitus* dos ocupantes das referidas posições, isto é, os sistemas de disposições, passíveis de atualização – produtos de uma trajetória social e de uma posição no interior do campo. (Cf. BOURDIEU, 2002, *passim*)

são tematizadas de maneira a questionar as disjunções natureza/cultura e indivíduo/sociedade. De maneira mais específica, a aposta das autoras está em questionar a atividade de escrita no fazer antropológico. Essa postura se caracterizaria como uma tarefa dual: de um lado, desestabilizar os pressupostos do ato de biografar, tais como a “individualidade”, o “self”, o “sujeito”, a “coerência da vida”; e, por outro, simultaneamente, a criatividade de engendrar narrativas capazes de dar conta das trajetórias em sua complexidade e extensão. A ousadia da proposta está em apontar um terreno de contágio, tão crítico quanto controlado, entre etnografia e biografia, considerando suas mútuas afecções, mas sem dissipar suas especificidades.

A noção de biografia mencionada, como tenho tentado demonstrar, opera com a ideia de que os indivíduos são atravessados por movimentos culturais e processos históricos involuntários. Essa perspectiva contrapõe-se a certa orientação realista, que marcou a Escola de Chicago, especialmente nos anos 20 e 30¹⁵, como já exposto. Contudo, não está em foco, nessa perspectiva, uma recuperação de dados biográficos de cunho individual e psíquico, mas fundamentalmente o mapeamento, através dos relatos autobiográficos, da trajetória histórica e cultural de um determinado grupo, ou, ainda, das forças que constituem um campo social.

No entanto, como sugeriu Daniela Manica (2009), a transferência da explicação de um plano mais subjetivo, psicanalítico, para o âmbito da objetividade das estruturas sociais – propósito da sua teoria do campo, ao delinear os aspectos, jogos de força e agentes – não põe fim à questão da ilusão, mas impõe noções generalizantes que não permitem perceber as facetas, os tramas e as nuances de uma vida. Tal abordagem – a da ciência das obras – asfixia a criatividade.

Ao tratar a perspectiva bourdieusiana das histórias de vida, Daniel Bertaux, um dos fundadores do comitê de pesquisa “Biografia e Sociedade” na Associação Internacional de Sociologia (ISA), em *Le récit de vie*, expôs sua predileção pela história de vida tal qual ela é contada e narrada pelos sujeitos, expressando os percursos de ação que desenvolvem para levar a cabo seus projetos. Contudo, para ele, o método biográfico deve ser capaz de trazer à tona o que acontece na zona de contato entre a experiência

¹⁵ Os métodos biográficos nos anos 20 e 30 foram de certa forma reprimidos pelo desenvolvimento de uma filosofia positivista neste momento em ascensão que influenciava a Escola de Chicago. É nesse contexto que a história de vida vai se desenvolver como técnica subordinada à necessidade de fazer investigações realistas (cf. MARRE, 1991).

subjetiva e o contexto histórico-social. Com essa proposição ele sugere a inevitabilidade do pesquisador de considerar a complementaridade entre a ação individual e os constrangimentos estruturais. Noutro artigo, publicado no Brasil em 2014, Bertaux identifica duas frentes de discussão já apontadas aqui. Por um lado, ele busca confrontar o que ele chamou de cientificismo, e identifica como principal representante Pierre Bourdieu; noutra direção, Bertaux emprega sua perspectiva teórico-metodológica para investigar a persistência de profissões tradicionais, como é o caso de padeiros artesanais, na medida em que tenta na tessitura da sua análise se distinguir das abordagens que ele caracteriza como subjetivistas.

Ao designar uma narrativa como ilusória, Bourdieu sugere a existência de uma forma legítima – para ele, obviamente, seria a teoria do campo. No entanto, admitir a existência de uma *illusio*, mas não rechaçá-la, é compreender o real de modo não representacional¹⁶. Neste caminho, incorporar a ficção, imaginação ou fabulação seria adotar uma perspectiva metodológica que suplante as dicotomias verdadeiro/falso ou certo/errado e seguir na trilha aberta por Suely Kofes, na qual busca “na intenção biográfica, um procedimento etnográfico” (2001, p. 23).

Assim, ao referir-me a “trajetória” ao longo deste artigo, não me reporto ao sentido empregado por Bourdieu ao conceituar analiticamente “campo”. Ao mobilizar esse termo, e não outros do mesmo universo semântico (itinerário, história de vida, biografia), meu desejo será de evidenciar a articulação, ou, ainda, a tessitura de uma narrativa que é também etnográfica.

Essa postura nos impõe a necessidade de repensar a pretensa ordem social. A partir do uso da palavra “sociedade”, que tem sido mobilizada como uma totalidade perdendo de vista os conflitos que tornam as relações sociais possíveis. Conforme indica Suely Kofes:

Não precisamos do conceito de sociedade, porque não precisamos do conceito de indivíduo como contraponto a ele. Assim, (...) o que precisaríamos é de produzir teorias adequadas da realidade social, e o primeiro passo é apreender pessoas como, simultaneamente, contendo o potencial para relações, sempre incorporadas em uma matriz de relações com outros (*sociality*).

¹⁶ Na modernidade, o acesso ao real se dá pela representação. Para situar trabalho pós-cartesiano, sugiro pensar na metáfora da ressonância ou na da miragem e o sentido destas, ao invés de permanecer na metáfora da representação.

Ou seja, tornar as relações como intrínsecas à vida humana, e não como extrínsecas. (KOFES, 2004, p. 7)

Ao longo de uma pesquisa biográfica, narrativas pessoais, sociais e literárias se entrecruzam. Concepções de uma sociedade ou de um indivíduo homogêneo, monolítico não se mostram relevantes. Narrativas e trajetórias engendram mundos, constroem pontes e, reapropriadas pela leitura antropológica, nos aproximam dos emaranhados fios das tramas sociais.

É nesse cenário que a noção de biografema proposta por Barthes parece significativa para a antropologia. A aproximação desse artefato epistemológico impõe afastar-se das concepções metodológicas majoritárias e hegemônicas da biografia. Essa noção – explicitada inicialmente em *Roland Barthes por Roland Barthes* (1975) – é entendida como uma “anamnese factícia”, uma imitação que está mais próxima da fabulação do que de um modelo-real de vida. O biografema propõe um “amigável regresso ao autor” (1982, p. 49), obviamente não o autor identificado com as grandes instituições da crítica literária ou história, e muito menos com o “herói” recorrente das usuais biografias. O princípio biografemático diz respeito à complexificação e multiplicidade do sujeito.

De acordo com Leyla Perrone Moisés (1983), ao propor a biografemática, Barthes distingue dois tipos de biografias possíveis: uma *biografia-destino*, na qual todos os dados e eventos históricos estão articulados e fazem sentido, e um segundo tipo, uma *biografia-descontínua*, que incorpora a potência dispersiva do biografema, sugerindo uma nova ordenação. Enquanto uma direciona e imputa sentido, a outra povoa o biográfico de uma multiplicidade de signos dispersos que constituem um retrato de vida, contudo um rosto sempre etéreo, inacabado.

Tecer uma biografia com seus componentes (escrita e vida) é, sobretudo, apontar para a força que esse signo possui. Compreendê-la enquanto criação (e não apenas representação já posta por um passado vivenciado) é colocar-se diante de uma postura política que se opõe a todo e qualquer uso estratégico biográfico que sufoque a vida, ou a coloque como um epifenômeno ilustrativo.

A *biografia* deve ser pensada, então, como a grafia possível das vidas que correm, velam-se e revelam-se, avançam e diluem-se sobre o texto escrito. Transformando-se, ela própria, num texto. Roland Barthes advoga que o “texto” é aquilo que se atravessa na obra e que a coloca em movimento,

todas as ações que podem ser lidas, passíveis de apropriação, contudo não estão expressas ou ligadas à obra propriamente dita. Esse movimento – que é também etnográfico – avança não para descrever sistematicamente uma vida (em sua cronologia, fases ou períodos), mas propor entradas, interpretar as passagens das vidas que se engendram e que tornam a biografia sempre aberta, atravessada pela fabulação, espaço poético de engendramento de uma existência menos aprisionada.

Neste biografema, a vida (biografia) e a obra (bibliografia) estão em um mesmo plano de contágio. A vida, em vez de justificar a obra, é tomada com uma narrativa que a sobrepõe, mas, simultaneamente, é transpassada por ela. O autor da vida atravessa a obra, o narrador da obra que, por sua vez, reinventa – fabula – o autor da vida. Essa circularidade, ou recursividade, inviabiliza a gana do método biográfico usual de encontrar fundamento dos escritos de alguém em sua vida, ou vice-versa. Vida e obra são aqui compreendidas num mesmo plano. Mover-se por uma implica reconhecer que essa ação movimentará a outra.

Ainda sobre esse aspecto, vale mencionar Roland Barthes (1999), para quem o que é mais valioso não é apresentar a história do indivíduo, com começo, meio e fim delimitados, mas alguns momentos significativos de sua vida, conectados em sua trajetória como um todo. Para isso, Barthes conceituou “o termo *biografema* para dar conta deste texto que fica entre o “ver e o não ver”, que constrói um corpo que se percebe nas suas intermitências, ou, ainda, “na encenação de um “desaparecimento-aparecimento”.

Em relação a essas possibilidades e impossibilidades, a escrita, a fabulação, diferem significativamente da história material, em que importam as causas e os efeitos. O artista deve ser pensado como uma “Máquina de Expressão que extravasa ou se adianta a respeito do momento histórico do que está em jogo” (PELLEJERO, 2008, p. 67), Deleuze e Guattari (1975), escrevendo sobre Kafka, afirmam:

a máquina literária antecipa uma futura máquina revolucionária, não por razões ideológicas, mas porque só ela está determinada a preencher as condições de uma enunciação coletiva; condições das quais carece o meio ambiente em todos os demais aspectos (...) Não há sujeito, só há *agenciamentos coletivos de enunciação*; e a literatura expressa estes agenciamentos nas condições em que não existem no exterior, onde existem apenas enquanto potências diabólicas do futuro ou como forças revolucionárias por construir. (1975, p. 31).

Pensar o dispositivo de fabulação do biografado é perscrutar suas tentativas de criar as condições para a expressão, sua busca de outros mundos possíveis, por sua vez capazes de desencadear a transformação do mundo existente. A escrita é isto, a produção de novas possibilidades.

O que a antropologia tem a ver com a vida e suas tramas? Ou ninguém se torna “normal” impunemente

Em *O cru e o cozido* (LÉVI-STRAUSS, 2004), primeiro volume das *Mitológicas*, Lévi-Strauss sustenta que a estrutura dos mitos teria a ver com uma organização musical e, nesse contexto, o antropólogo seria alguém que lê as partituras, ao unir as partes da composição dispersas em busca da totalidade harmoniosa. Também Rubem Alves, em *Variações sobre a vida e a morte*, convida seus leitores a compreender a vida como uma música e as ações isoladas como notas musicais. “Concordo com Kierkegaard, filósofo que nunca li: a verdade do coração, morada da alegria, não se encontra na letra; ela se encontra na música, além das palavras (ALVES, 2002, p. 116).

Neste sentido, numa investigação, o pesquisador-biógrafo deve colocar-se como alguém que busca as reverberações das notas que foram executadas num espaço-tempo distinto daquele em que se está. E, a partir do ajuntamento das diferentes notas, tentar ler a música-vida. Ao fazer isso, obviamente, partilha-se a experiência musical daqueles que, em algum momento, ouviram trechos melódicos ou, até mesmo, ruídos da vida em questão.

Em busca de tais sons, para minha investigação de doutorado que culminou na tese *Poética da existência: Rubem Alves, história de vida, tramas e narrativas*¹⁷, realizei pesquisa de campo para fundamentar a tese em diferentes momentos (entre 2009 e 2012) e distintos lugares. Fui até algumas cidades onde o autor que buscava biografar viveu em sua infância, conversei com ex-professoras e colegas dele. Visitei lugares nos quais ele atuou como pastor protestante ou trabalhou como professor e lá conversei com desde ex-alunas até colegas de trabalho que, como ele, dividiam armários. Coletei documentos e os relatos “factuais” acerca da vida dele; ouvi histórias e narrativas pessoais eivadas de afeto (ou desafetos), e a partir destes busquei compor uma única narrativa. Afinal, “Escrever sobre alguém é escrever

¹⁷Tese defendida em 2014, junto ao Instituto de Filosofia de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

entre alguém e com o eco do alguém de outros” (COSTA, 2010, p. 92).

Para montar a partitura dessa vida, consultei livros, documentos e ouvi pessoas. O número limitado e disperso desses “acordes” é também uma opção consciente, baseada nos princípios metodológicos que advogo aqui nesta apresentação. As diferentes narrativas expõem diferentes ângulos discursivos que se sobrepõem¹⁸ em um movimento perene de apuração e construção deste texto-tese. Tal escolha implica não se deter na oposição entre literário/científico, verdadeiro/falso. Como apontou Carlos Ginzburg (2007), ainda que se perceba uma distinção entre os modos narrativos (orais, documentais, biográficos, autobiográficos), o desígnio é buscar uma integração entre realidades e possibilidades distintas de que o material biográfico dispõe.

Nesse processo, tive em mente não apenas que a percepção de *um informante* acerca de algum acontecimento pode incluir seleção do que lhe parece principal, ocultação ou esquecimento daquilo que o incomoda, mas também que a lembrança modifica seriamente aquilo que tenta rememorar. Neste caso, as palavras de Riobaldo soavam como um alerta:

Contar e muito dificultoso. Não pelos anos que ja se passaram. Mas pela astucia que tem certas coisas passadas de fazer balance, de se remexerem dos lugares. A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos; uns com os outros acho que nem nao se misturam. Contar seguido, contar alinhavado so mesmo sendo coisas de rasa importância. Tem horas antigas que ficam muito mais perto da gente do que outras de recente data. Assim e que eu acho, assim e que eu conto. O senhor mesmo sabe, e se sabe me entende. Toda saudade e uma especie de velhice. Riobaldo (ROSA, 2001, p. 115).

Walter Benjamin parece anuir ao jagunço quando afirma ser cada vez mais difícil encontrar alguém com capacidade de narrar, de trocar experiências vividas por palavras. A experiência é a fonte do narrador, constituída por viagens fantásticas, daquele que percorreu o mundo ou daquele que permaneceu em seu país, conhecendo histórias e tradições: “a experiência propicia ao narrador a matéria narrada, quer esta experiência seja própria ou relatada” (BENJAMIN, 1975, p. 66).

¹⁸ A ideia de sobreposição de discursos é originariamente apresentada por Serge Doubrovsky (1991), no texto *Sartre: autobiographie/autoficcion*. Contudo o meu acesso a essa discussão se deu através da tese de doutorado intitulada *Narrativas e sobreposições: notas sobre Maura Lopes Cançado*, escrita/ defendida por Maria Luisa Scaramella (2010).

Percebi, com o desenvolvimento da pesquisa, que o olhar do presente retroage sempre sobre o passado histórico ou biográfico que examina. Quem guardou consigo os ecos de *Grande sertão: veredas* sabe da importância que Rosa atribui à capacidade de transformar recordações "alinhavadas", planas e estéreis em experiências vivas. Narrar o passado como paradoxo que nos intriga e interroga é o desafio do narrador Riobaldo, e em grande medida a tarefa a qual me proponho ao contar a história de vida proposta.

Embora de modo geral haja uma receptividade favorável aos estudos biográficos e seus congêneres, na antropologia – de acordo com Crapanzano (1984) – tais abordagens são periféricas. E isto se deve ao fato de esta disciplina posicionar-se de maneira ambígua (ora vinculada à ciência, ora ligada à literatura), oscilando entre generalização e representação. Neste cenário, *contar* uma vida com viés antropológico requer uma sensibilidade específica, ou, com outras palavras, “ouvidos musicais”.

Importante advertência para um trabalho com interesses biográficos foi dada por Mary Douglas acerca de uma pesquisa biográfica sobre outra antropóloga, Margaret Mead: “Este livro sofre da limitação costumeira da hagiografia: é forte nos elogios (...) e fraco para lidar com os enigmas e problemas de uma pessoa que viveu em determinada época e lugar” (DOUGLAS apud FARDON, 2004, p. 17). Além da admoestação de Mary Douglas em relação aos produtos oriundos de pesquisas biográficas, foi inspirador para mim a leitura de uma biografia feita por Rubem Alves¹⁹, na qual se evidenciava a exaltação da literatura como meio de recriar uma experiência que se perde na factualidade.

Aqui cabe lembrar Merleau-Ponty, para o qual fazer Antropologia exige um longo processo de transformação de si mesmo, para que o contato com o outro não seja cercado de exotismos fantasiosos e relativismos complacentes. Além disso, o antropólogo deve entender que não é um objeto particular o que define sua especialidade, mas sim uma maneira de pensar própria, ver e sentir o mundo; suas generalidades e especificidades.

De modo semelhante, também, Florestan Fernandes (Cf. MARTINS, 1996) argumentava que a qualidade de uma investigação não fica comprometida pela aproximação, identificação do pesquisador com os sujeitos de suas pesquisas e com suas histórias pessoais, e que não se garante o rigor e a objetividade da pesquisa fazendo das biografias um mero pretexto para se chegar a algumas informações, tornando as próprias pessoas irrelevantes.

¹⁹ Refiro-me aqui à *Reverência pela vida*, publicado em 2004 pela Papirus. Nesse livro Rubem Alves busca recontar a vida do líder indiano Mahatma Gandhi.

Seu argumento é que era preciso que tais biografias fossem significativas e transformadoras para o próprio pesquisador.

O exercício de uma escuta ética acompanhada de uma contemplação estética, que esquadrinha as significações das relações sociais para destas extrair significantes, foi – e tem sido – invariável neste trabalho. Tornou-se necessário subverter o *olhar distanciado* de antropólogo, trazendo o longe para perto e reconstruindo os fluxos da história, conservando seu caráter descontínuo e não linear.

Olhar uma vida por um viés antropológico exige, como argumentou Suely Koffes (2001, p. 13), convicção de que a experiência de um sujeito preciso não escapa das concretudes socioculturais e, sobretudo, esse tensionamento o realiza como pessoa. O desafio que se apresenta é entrelaçar experiência social e trajetória singular numa narrativa na qual a argumentação estará dissolvida (e não destilada!).

É possível etnografar gestos e palavras?

Atualmente, o fazer antropológico tem sido alvo habitual de ofensiva facilitada pelo crescente fluxo de informações, pessoas e símbolos. Esse bombardeamento é também perceptível no método antropológico por excelência: a etnografia. Antes consagrada como uma experiência de distanciamento (tanto físico, quanto psicológico), em Malinowski a interface entre o “nosso mundo” e o “mundo nativo” era dada apenas pelo pesquisador. Hoje, as próprias categorias – o “nosso” e o “outro” – foram postas em xeque, assim como o referido distanciamento e o papel do pesquisador nesse cenário. O que se mantém como imponderável para a etnografia é a experiência de alteridade (seja no olhar ou na interpretação), independentemente do distanciamento ou do meio ao qual se aplica. Como nos ensina Peirano:

A pesquisa etnográfica não tem início em lugar especial ou momento determinado; ela tem espaço dentro de nós, quando mobilizamos uma sensibilidade específica. Um evento do dia-a-dia transforma-se em fala nativa, revelando que a etnografia não se define pelo meio de comunicação, mas pelo objetivo a que observação é submetida. (PEIRANO, 2009, p. 59, grifo meu)

Gesto espontâneo foi uma expressão utilizado pelo psicanalista inglês D. W. Winnicott (Cf. Rodman, 1990) para indicar uma das diversas

maneiras pelas quais a criatividade pode se expressar. Estaria relacionado ao cerne, ao centro do ser, representando – segundo o autor – o que haveria de mais autêntico, mais genuíno particularmente para aquela pessoa. Neste sentido, a análise cuidadosa dessas expressões gestuais fazia-se necessária para compreensão da inteireza do indivíduo. Tomo-o em termos filosófico e alegórico para pensar como os gestos, isto é, ações (assim como as palavras) possibilitam refletir sobre o emergir do mundo interno de maneira que os outros possam contemplar.

Pensar os mundos que emanam nas e das palavras assemelha-se ao romance polifônico o qual Bakhtin analisa. Clifford (1998, p. 50) argumenta que “Bakhtin descobre um espaço textual utópico no qual a complexidade discursiva, a interação dialógica das vozes, pode ser acomodada. Nos romances de Dostoiévski ou de Dickens ele valoriza precisamente sua resistência à totalidade; seu romancista ideal é um ventríloquo, um polifonista”.

Em um romance polifônico as vozes que ressoam no texto não se sujeitam a um narrador, no lugar da centralidade e do monólogo, ouvem-se vozes que, livres da supremacia de um narrador central, compõem significados através da interação. Os elementos que constituem esse tipo de narrativa são distintos entre si, mas é exatamente essa diferença que potencializa o texto, enobrecendo tanto seus feitos quanto os efeitos.

O discurso literário subverte os desígnios sociais, desconsidera os limites da linguagem. Desvia, desarticula, atribui um caráter polifônico aos signos linguísticos. Através da fabulação constrói sujeitos ilimitados, voláteis, alegóricos, indefinidos, não apreensíveis. Aqui, a noção de “alegoria etnográfica” proposta por James Clifford pode contribuir:

A alegoria normalmente denota uma prática na qual uma ficção narrativa continuamente se refere a outro padrão de ideias ou eventos. Ela é uma representação que ‘interpreta’ a si mesma. Qualquer história tem uma propensão a gerar outra história na mente do seu leitor, a repetir e deslocar alguma história anterior (...) Um reconhecimento da alegoria enfatiza o fato de que retratos realistas, na medida em que são ‘convincentes’ ou ‘ricos’, são metáforas extensas, padrões de associações que apontam para significados adicionais coerentes (em termos teóricos, estéticos e morais). A alegoria (de maneira mais forte que a ‘interpretação’) destaca a natureza poética, tradicional e cosmológica de tais processos de escrita. (1998 , p. 65).

Concepções do biografado sobre si e sobre o mundo estão em contínuo movimento. Uma pesquisa biográfica não deve ter, portanto, a pretensão de estabelecer um padrão exegético ou uma contiguidade em suas descrições. Dito de outra maneira, esse campo é também alegórico. E, nesse sentido, o olhar etnográfico embevecido da influência história da literatura e das artes tece mais um olhar interpretativo sobre essa “ficção narrativa”. Trata-se de mais uma maneira de pensar e narrar as ações (aqui entendidas como gestos) e as ideias (palavras) que se movimentam nesta vida.

Narrar é algo constitutivo do humano. De alguma forma, a narrativa está sempre presente em nossa vida. Narramos fatos, feitos, fenômenos. Tentamos traduzir sentimentos e experiências por meio de narrativas. Cabe mencionar que os textos científicos também se constituem, de forma elaborada, coesa e parametrizada, narrativas: narram descobertas, compreensões, interpretações, recomendações. Assim, narrar é dimensão basilar da comunicação humana e de atribuição de significado ao mundo ou, dito de outro modo, é no enredo que se encontra o sentido cultural, como lembrou Victor Turner (Cf. 1980, p. 141-188).

O filósofo Paul Ricoeur admite a narrativa e a leitura como pressupostos essenciais para a compreensão da história. A partir da narrativa, o ato da escrita etnográfica não só ganha similitude com o verossímil como arranja a relação entre a intenção e a ação, como pressuposições interligadas. Para ele deve-se valorizar a intriga, pois ela constitui o elo e faz parte da tessitura do texto, a verdade e o sentido de um acontecimento são relativos ao sentido e à verdade de outro acontecimento. Não se distingue dessa maneira a narrativa do conhecimento histórico.

Ainda um pouco mais acerca da ação narrativa em Walter Benjamin, ele advogava que a arte de narrar origina-se na experiência – no alemão, *Erfahrung*, conceito central no pensamento benjaminiano. Para ele, narrar é a capacidade de intercambiar experiência com o outro. Nesse sentido, a experiência é o elemento original e originário a que recorrem os narradores. Narrar (do latim, *narrare*), *etimologicamente*, significa “fazer conhecer”. Portanto, *erfahren* e *narrare* fazem chegar o conhecimento ao homem. *Erfahrung* é a experiência que leva o conhecimento ao homem. Mas não a um conhecimento científico pautado por regramentos necessários ao situar o que é ou não é verdadeiro. *Erfahrung* é a experiência que leva o indivíduo a conhecer a sua existência.

Concomitantemente ao desaparecimento da narrativa como memória e experiência partilhada e transmissível coletivamente, emergiu o modo

capitalista de produção, que responde pela organização socioeconômica do *império da razão*. A sociedade moderna, assentada no modo de produção capitalista, na cientificidade e na técnica, não admite a *Erfahrung*. Neste caso, *Erfahrung* abdica o lugar para a *Erlebnis*, também experiência, mas uma experiência vivida isoladamente por um indivíduo solitário, desligado do seu grupo, de uma memória comum.

Ainda acerca do ensaio *O Narrador*, escrito por Walter Benjamin, a narrativa das transformações sociais e culturais impactou e deu à luz a modernidade europeia. A modernidade técnica inerente ao estilo de vida burguês e capitalista do *império da razão* acaba com a arte de narrar e transforma a comunicação, até então portadora de uma sabedoria, em informação, portanto, um artigo de consumo como outro qualquer. Benjamin propõe a reconstrução da *Erfahrung* acompanhada por uma nova forma de narrativa.

A indissociabilidade entre a experiência e a sua (re)elaboração por meio da condição narrativa – possibilidade de rememorar e, simultaneamente, recriar o vivido – é nodal para o exame dos relatos biográficos. E, mais uma vez, convidando Paul Ricoeur, fiel à proposta hermenêutica de sustentação das tensões antinômicas, recorreu às categorias do pensamento ocidental pontuando, nas concepções paradoxais²⁰, o espaço limítrofe da narrativa ficcional como síntese (não fechada) de um tempo objetivo e de um tempo vivido. Advoga, deste modo, uma função narrativa através da qual se dá a inscrição da ação humana na temporalidade. Ricoeur recupera de Aristóteles duas noções que para ele serão fundamentais, a ideia de *mimese*, relativo à imitação ou representação da ação, e de *intriga*, como agenciamento dos fatos, a qual entende como estruturantes para sua própria definição de narrativa.

Assim, ao retomar a ideia do *muthos* como a arte de compor intrigas, compreendo, assentando com Ricoeur, que a atividade mimética é um ato criativo em que o ficcional é abertura à significação:

O tecer da intriga foi definido, no plano mais formal, como um dinamismo integrador, que tira uma história una e completa de um diverso de incidentes, ou seja, transforma esse diverso em uma história una e completa. Essa definição formal abre o campo para transformações organizadas que merecem ser chamadas intrigas desde que nelas possam ser discernidas totalidades temporais a

²⁰ Refiro-me especificamente à retomada das categorias filosóficas ocidentais, as quais Ricoeur recupera em seu ensaio *Tempo e Narrativa*, como a do *muthos* trágico em Aristóteles e a de *distentio animis* em Agostinho, ou ainda a de um tempo fenomênico, físico, em Kant e a de consciência íntima do tempo em Husserl.

operar uma síntese do heterogêneo entre circunstâncias, objetivos, meios, interações, resultados desejados ou não. (RICOEUR, 1995, p. 16)

O que está em jogo na trama da vida narrada é a tensão permanente entre as forças organizadoras (ordem) e as forças da discordância (caos), a surpresa, o inesperado, o imponderável e arbitrário. É, portanto, através do papel articulador da tessitura da intriga que se compreenderá a mediação fundamental na narrativa.

No caso de empreender uma narrativa etnográfica dos gestos e das palavras de uma vida, é preciso considerar diferenças, vicissitudes, interações, os significados partilhados, acionados ou construídos pelos atores permeados e configurados por interesses distintos, produzindo uma plêiade de especificidades na pesquisa e naquilo que ela pretende ser.

Para etnografar gestos e palavras, vários recursos podem ser mobilizados. Autoras como Fabiana Bruno (2009) têm discutido o uso de fotografias e de imagens na composição etnográfica de trajetórias de vida. Na mesma direção estão as tentativas de propor abordagens metodológicas híbridas como etnobiografias que, a despeito de suas especificidades, trazem consigo preocupações epistemológicas semelhantes e rechaçam modelos hegemônicos de se fazer biografias (Cf. GONÇALVES; MARQUES; CARDOSO, 2012).

O texto etnográfico de um empreendimento como este deve ter um caráter experimental, provisório e incompleto do pensamento; e, como tal, permitir-se abdicar do “empiricismo ingênuo, que preconiza a necessidade de ver para crer” (COMARROF, 2010), de alcançar as coisas em si, próprias às ciências biológicas, por assentir com a ideia de que na etnografia prevalece um método eficaz a despeito e por causa da sua principal fraqueza, a saber, a recusa em fazer uso não problematizado de técnicas padronizadas que permitem conferir uma pretensa objetividade às metodologias científicas. A impossibilidade de separar o objeto do conhecimento daquele que observa uma principal viabiliza uma “tensão produtiva” (*Idem.*, p.2).

Considerações finais: o infinito na palma da sua mão – a pesquisa biográfica e o seu alcance

Ao pensar as marcas biográficas nas produções literárias, é preciso não se perder, insisto, na falácia de que os escritos equivalem à vida do escritor,

como um espelho. Contrariamente, teias intrincadas envolvem a constituição dos sujeitos. Como espelhos estranhos – ora planos, noutra côncavos ou convexos –, deformam, velam, desvelam, rasuram, entretalham as experiências pessoais, sociais, históricas por meio da fabulação. Como ressalta Jacques Le Goff, “uma biografia não é só uma coleção de tudo o que se pode e de tudo o que se deve saber de um personagem” (1995, p. 19).

O pesquisador cuidadoso tem por premissa da sua práxis que nenhuma fonte deve falar por si. Isso porque são diversas as mediações entre o “campo” e suas leituras possíveis, seja qual for sua característica: entrevistas, depoimentos orais, documentos pessoais e/ou oficiais, manuscritos, fotos, objetos, anotações, desenhos, lembranças, silêncios, afetos verbalizados, etc. De cada um extraem-se informações, e outras mais, a depender das perguntas que fazemos ou que estamos dispostos a fazer. Isto porque, no campo, o ato de narrar uma vida é constantemente reformulado à medida que se atualizam as interrogações impostas pelo que se vê e se ouve. Christine Laurière, ao refletir sobre a atividade biográfica, se fez a seguinte pergunta:

qual é o denominador comum entre um coleóptero do tipo mesopteron riveti, a revista Races et Racisme e o Museu do Homem [em Paris]? O mesmo indivíduo, Paul Rivet (1876-1958), que, no primeiro caso, descobriu, quando de uma longa estadia no Equador, mais de trinta novas variedades de insetos que vieram enriquecer as coleções entomológicas do Museu de História Natural, no segundo caso, fundou uma revista anti-racista e, no terceiro, criou um lugar público, vitrine e tribuna da etnologia na cidade, etnologia que ele desejava engajada e edificante. (LAURIÈRE 2002, p. 135)

Um dos mais relevantes obstáculos para a composição de uma biografia, particularmente para os acadêmicos, é unir peças muito variadas, aparentemente desconexas, numa tessitura textual que lhes confira um enredo. No entanto, “[...] o ato humano não se produz em linha reta, mas sim por encruzilhadas, e segundo círculos que, em sua maior parte, são descentrados socialmente” (CLOT apud SANDOICA, 2005, p. 31).

O que advogamos aqui é a abdicação da pretensão de uma história total, assim como do desejo de solucionar mistérios psicológicos que, segundo alguns, permitiria uma análise exegética da obra do biografado. Ao contrário, sugerimos empreender uma pesquisa plural nas distintas

formas de apropriação do biografado, declinando-se do lugar-comum das biografias atuais em que a oposição entre verdadeiro e falso é central, e favorecendo sobretudo a contextualização e a recuperação das redes de socialidade intelectual – interações estas atravessadas por conflitos, errâncias e mudanças de vértices, Incorporando a premissa de que “[...] o ato humano não se produz em linha reta, mas sim por encruzilhadas, e segundo círculos que, em sua maior parte, são descentrados socialmente” (CLOT apud SANDOICA, 2005, p. 31).

Ao contar a vida um indivíduo, permito-me recontar e reinterpretar os acontecimentos históricos de seu entorno. Em decorrência disto não há o estabelecimento de um limite para a construção da biografia, na medida em que estas sempre implicarão a reescrita da história. Assumo, deste modo, o risco da experimentação, da provisoriedade e da incompletude do pensamento. E, com isto, recuso o realismo ingênuo que busca alcançar as coisas em si. Nas palavras de Le Goff, trata-se de compreendermos as biografias:

primeiro e acima de tudo, a vida de um indivíduo e a legitimidade do gênero biográfico dependem do respeito ao seguinte propósito: a apresentação e explicação da vida de um indivíduo na história. Mas a história deve, por sua vez, ser iluminada pela nova historiografia. (LE GOFF, 1995, p. 13)

Um contributo de uma abordagem hermenêutica a partir de Paul Ricouer reforça a fronteira entre sujeito e história como espaço epistêmico por excelência da pesquisa biográfica e afasta-se de uma possível orientação excessivamente realista. Ao tomar os relatos biográficos como modalidades narrativas, estes deixam de ser apenas produtos individuais com ambições factuais para recolocar a interpenetração entre sujeito e história bem como entre os acontecimentos e sua reconfiguração na tessitura das vidas narradas. Tais desafios são mais facilmente apreensíveis nos versos de Willian Blake :

“Ver um mundo num grão de areia
E um céu numa flor silvestre
Ter o infinito na palma da sua mão
e a Eternidade numa hora,”

Referências

- ALVES, Rubem.
(2002). *Livro sem fim*. 2ª. Ed. São Paulo: Loyola.
- BECKER, Howard S.
(1994). *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. Trad. Marco Estevão Renato Aguiar. 2.ed. São Paulo: Hucitec.
- BENJAMIN, Walter.
(1975). *Coleção "Os pensadores"*. São Paulo: Abril Cultural, 1975.
- BENJAMIN, Walter.
(1994). *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 4.ed. São Paulo: Brasiliense.
- BERTAUX, Daniel.
(2016). *Le récit de vie*. Paris, France: Armand Collin. 132 p.
- BERTAUX, Daniel.
(2014). A vingança do curso da ação contra a ilusão cientificista. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*. v. 14, n. 2. P. 250-271.
- BLAKE, Willian.
(2006). *Poesia e prosa selecionadas*. Trad. Paulo Vizioli. São Paulo, Nova Alexandria.
- BOURDIEU, Pierre.
(2002). *As regras da arte*. São Paulo: Cia das Letras.
- BRUNO, Fabiana.
(2009). *Fotobiografia: por uma metodologia da estética em Antropologia*. (Tese de Doutorado). Instituto de Artes/UNICAMP, Campinas.
- CLIFFORD, James.
(1998). *A experiência etnográfica: Antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- CLIFFORD, James.
(1988). *The Predicament of Culture: Twentieth Century Ethnography, Literature and Art*. Harvard University Press.
- CRAPANZANO, V.
(1984). "Life-Histories" In: *American anthropologist*, vol. 86(4), pp. 953-965.
- COSTA, Luciano Bedin.
(2010). *Biografema como estratégia biografemática: escrever uma vida com Nietzsche, Deleuze, Barthes e Henry Myller*. Tese (Doutorado em Educação) UFRGS, Porto Alegre.
- COMAROFF, John & Jean.
(2010). Etnografia e Imaginação Histórica, *PROA - Revista de Antropologia e Arte*, vol.1, n.2.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Kafka.
(1975) *Pour une littérature mineure*. Paris: Minuit.
- FERNANDES, Florestan.
(1966). *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus.
- FARDON, Richard.
(2004). *Mary Douglas: uma biografia intelectual*. Coleção Etnologia. Tradução Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- GINZBURG, Carlo.
(2007). *O fio e os rastros*. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras.
- GEERTZ, Clifford.
(2001). *Uma nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- GOBBI, Maria Cristina.
(2005). Método Biográfico. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. *Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas.
- GONÇALVES, M. A.; MARQUES, R.; CARDOSO, V. Z. (org).
(2012). *Etnobiografia: subjetivação e etnografia*, Rio de Janeiro: 7Letras.
- HEINICH, Nathalie.
(2007). *Pourquoi Bourdieu*. Paris: Gallimard.

- KOFES, Suely.
(2004). "Os Papéis de Aspern": anotações para um debate. In: *História de vida: biografias e trajetórias*. Suely Kofes (Org.). Campinas: Unicamp, IFCH.
- KOFES, Suely.
(2001). *Uma trajetória, em narrativas*. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- LAURIÈRE, Christine.
(2002). *Biographie et archives*. Un cas de figure: Paul Rivet. Paris. Gradhiva, v.30/31.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre.
(1988). *História: Novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- LE GOFF, Jacques.
(1995). Writing historical biography today. *Current Sociology*, London, v. 43, n. 2/3, p. 13.
- LE GOFF, Jacques.
(2002). *São Luís*. Rio de Janeiro: Record.
- LÉVI-STRAUSS, Claude.
(2004). *O cru e o cozido*. Mitológicas 1. São Paulo, Cosac Naify.
- LEVILLAIN, Philippe.
(1996). Os protagonistas da biografia. In: *Por uma história política*. [Trad. Dora Rocha]. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- LINDESRNITH, Alfred.
(1947). *Opiate Addiction*. Bioomington.
- LORIGA, Sabrina.
(2003). A história biográfica. *Métis: História & Cultura*, Caxias do Sul, v. 2, nº 3, p. 11-21.
- MARCUS, George E.
(1995). Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. In: *Annual Review of Anthropology*, Vol. 24.
- MARRE, J. L.
(1991). História de Vida e Método Biográfico. *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre, v.3, nº 3, p. 89-141, jan/jul
- MARTINS, José de S.
(1996). Vida e história na sociologia de Florestan Fernandes (reflexões sobre o método da história de vida). *Revista da USP*, São Paulo, Edusp, n.º. 29.
- MARX, Karl.
(1978). *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural.
- MANICA, Daniela Tonelli.
(2009). *Contracepção, natureza e cultura: embates e sentidos na etnografia de uma trajetória*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). IFCH, UNICAMP, Campinas.
- MANICA, Daniela; KOFES, Suely.
(2015). *Vida e grafias: narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia*. Lamparina.
- MEAD, George H.
(1917). Scientific Method and Individual Thinker. In: DEWEY, John et al. *Creative Intelligence*. Nova York.
- MICELI, Sergio.
(2003). Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. *Tempo social*, vol.15, n.1, pp.63-79.
- MOISÉS, Leyla Perrone.
(1983). Roland Barthes. *Coleção encanto radical*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- PEIRANO, M.
(2009). O paradoxo dos documentos de identidade: relato de uma experiência nos Estados Unidos. *Horizontes Antropológicos*, ano 15, n. 32, p. 53-80
- PENA, Felipe.
(2004). *Teoria da Biografia sem fim*. Rio de Janeiro: Mauad. p. 51.
- PENA, Felipe.
(2010). *Seu Adolpho: uma biografia em fractais de Adolpho Bloch, fundador da TV e Revista Manchete*. Rio de Janeiro: Usina das Letras.
- PELLEJERO, Eduardo.
(2008). Literatura e fabulação: Deleuze e a política da expressão. *Polymatheia – Revista de Filosofia*. Fortaleza, vol. IV, n. 5, p. 61-78.

- RICOEUR, Paul.
(1994). *Tempo e Narrativa*. Campinas, SP: Papirus.
- RODMAN, R.
(1990). *O gesto espontâneo* – cartas selecionadas de D. W. Winnicott. (L. Borges, trad.) São Paulo, SP: Martins Fontes.
- ROSA, João Guimarães.
(2001). *Grande Sertão*: Veredas. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SANDOICA, Helena H.
(2005). La biografía, entre el valor ejemplar y la experiencia vivida. *Asclepio*, Madrid, v. 57, n. 1
- SARTRE, J-P.
(1947). *Baudelaire*. Paris: Gallimard. Col. Folio.
- SARTRE, J-P.
(1952). *Saint Genet: Comédien et Martyr*. Paris: Gallimard.
- SARTRE, J-P.
(1960). *Critique de la Raison Dialectique* (précédé de Question de Méthode). Paris: Gallimard.
- SARTRE, J-P.
(1964). *Les Mots*. Paris: Gallimard. Col. Folio, 1964.
- SARTRE, J-P.
(1965). La Transcendance de L'Ego. Esquisse d'une Description Phénoménologique. Paris: J. Vrin.
- SCHAWACZ, Lilia Mortiz.
(1998). *As barbas do Imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras.
- SCHMIDT, Benito Bisso.
(1998). Luz e Papel, Realidade e Imaginação: as biografias na História, no Jornalismo, na Literatura e no Cinema. *XXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu*. Disponível em <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/bisso.rtf> Acesso em: 20 maio 2011.
- SHAW, Clifford; MACKAY, Henry.
(1942). *Juvenile Delinquency and urban areas*. Chicago.
- SILVA, Anaxsuell F.
(2014). *Poética da existência*: Rubem Alves, história de vida, tramas e narrativas. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). IFCH/ Universidade Estadual de Campinas.
- SILVA, Anaxsuell F.
(2017). Da Teologia da Libertação à libertação da Teologia: a biografia de um intelectual protestante. *Revista Brasileira de História das Religiões*. v. 9. p. 35-65.
- SILVA, Anaxsuell F.
(2017). As cores do crepúsculo: fabulação, teologia e literatura em Rubem Alves. *Estudos de Religião*, v. 31, p. 261-284.
- SCARAMELLA, M. L.
(2010). *Narrativas e sobreposições*: notas sobre Maura Lopes Cançado. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). IFCH/Universidade Estadual de Campinas.
- SCHNEIDER, D. R.
(2006). *A Náusea e a Psicologia Clínica*: interações entre literatura e filosofia em Sartre. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, Rio de Janeiro, v.6, nº 2, p. 51-61.
- THROOP, C. Jason.
(2003). Minding experience: an exploration of the concept of "experience" in the early french anthropology of Durkheim, Lévy-Bruhl, and Lévi-Strauss, *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, Vol. 39(4), 365–382.
- TURNER, Victor.
(1980). Social Dramas and Stories about Them, *Critical Inquiry*, Vol. 7, n. 1, *On Narrative*, pp. 141-168.
- WINNICOTT, D. W.
(1991). *Holding e interpretação*. (S. Barros, trad.) São Paulo, SP: Martins Fontes.

Recebido em
outubro de 2018

Aprovado em
maio de 2019

Nação e palavra: escritores de língua alemã no exílio latino-americano

Patrícia da Silva Santos*

Resumo

Proponho uma reflexão de cunho teórico e empírico sobre a literatura de exílio e de testemunho e seus aspectos sociológicos relativos ao encontro entre culturas e às alterações de identidade promovidas pelo rompimento do vínculo direto com a nação. Para isso, recorro a teóricos como Georg Simmel, Norbert Elias, Alfred Schütz, Theodor Adorno e outros. A base empírica consiste em obras de intelectuais e escritores (sobretudo mulheres) de língua alemã exilados em países latino-americanos por conta de perseguição pelo nacional-socialismo.

Palavras-chave

Nação. Literatura. Exílio. América Latina.

Abstract

This study proposes a theoretical and empirical reflection about exile and testimonial literatures and their sociological aspects relating to the encounters between culture and identity changes promoted by the rupturing of a direct bond with one's nation. To achieve this goal, I resort to authors like Georg Simmel, Norbert Elias, Alfred Schütz, Theodor Adorno and others. The empirical basis comes from works of German language intellectuals and writers (especially women), who were exiled in Latin-Americans countries because of persecution by national socialism.

Keywords

Nation. Literature. Exile. Latin America.

Introdução

O exílio é uma condição social que envolve um dos mais poderosos marcadores de identidade das sociedades modernas: a nação. Ainda que tenhamos assistido nas últimas décadas a processos de globalização que

* Professora adjunta da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (UFPA). *E-mail*: patricia215@gmail.com.

implicam as mais diferentes esferas da vida social, é ainda muito difícil dizer que os domínios simbólicos das nossas sociedades possam prescindir da conexão com os sentidos oferecidos pela nação. Nesse texto, pretendo discutir a relação entre exílio, nação e atribuição de sentido por meio da literatura de exílio produzida por escritores que estiveram exilados na América Latina devido a perseguições pelo regime nacional socialista. A maioria das obras aqui interpeladas como base empírica foi escrita por mulheres.

Embora, conforme reconhece Kestler com propriedade, não haja um consenso entre os pesquisadores de literatura de exílio com relação à possibilidade ou não de se falar de uma estética específica pertinente a esse tipo de literatura (KESTLER, 2005, pp. 7-8), é inegável que as violências e determinantes históricos a cunham de diferentes maneiras, tanto no que se refere às contingências mais evidentes, como aquelas relacionadas à língua utilizada para escrever e veicular os textos, como no que se refere aos fortes movimentos de identidade subjetiva implicados no processo de exílio e de transição entre culturas.

Pretendo destacar duas dimensões cruciais (e complementares) implicadas nesse tipo de literatura desde uma perspectiva que vincula a produção estética ao contexto histórico-social: por um lado, apoio-me na perspectiva que torna a literatura de exílio especialmente relevante do ponto de vista sociológico, referida ao encontro ou choque cultural que lhe é inerente; por outro, pretendo ressaltar outra questão, de cunho mais subjetivo, relativa aos “trânsitos” de identidade que são próprios às manifestações literárias aqui examinadas. As duas dimensões servirão para ressaltar “o quão profunda e terrivelmente os poderes externos podem impor-se sobre as pessoas, até o seu âmago.” – conforme formula uma escritora alemã exilada no México (SEGHERS, 1973, p. 453). No que se refere à metodologia de análise seguida, a literatura será entendida como uma forma de exposição da realidade, como defendia, por exemplo, Auerbach (2007). Portanto, a vinculação decisiva entre essa forma de expressão e a época e lugar de sua origem permite observá-la como um testemunho da história. Dessa vinculação decorre a possibilidade de observar a literatura a partir de um “método que seja histórico e estético ao mesmo tempo” (CANDIDO, 1997, p. 16).

A exposição será feita percorrendo os seguintes passos: inicialmente, exporei rapidamente algumas reflexões acerca da conexão entre nação e produção de sentido, apontando para a forte relação entre manifestação

literária e Estados-nações nas sociedades modernas (aqui, retomo ideias de Georg Lukács e Norbert Elias); depois, também com base no debate da teoria social, pretendo fazer um breve apontamento acerca da condição do estrangeiro (aqui, destaco as perspectivas de Georg Simmel e Alfred Schütz a respeito do problema); por fim, na segunda parte do texto, retomo exemplos empíricos com base em obras de alguns autores de língua alemã exilados na América Latina após 1933 para discutir os dois principais problemas destacados na análise proposta (a exposição do encontro cultural e das alterações subjetivas que demarcam a literatura de exílio) em diálogo com os argumentos teóricos apresentados. Nessa segunda parte do texto, discorro, ainda, sobre dimensões histórico-culturais das sociedades latino-americanas (especialmente, Brasil e Argentina) e levo a cabo um diálogo entre as formas que elas tomaram nas exposições literárias dos exilados e o modo como elas estiveram presentes no debate intelectual do período.

Cumprе mencionar que a América Latina não foi o destino privilegiado dos intelectuais refugiados do regime nacional-socialista, em parte devido a restrições relativas à cultura, à língua e à organização social desses países, em parte por conta de razões de cunho político, diplomático ou mesmo em consequência das restrições no que tange às políticas imigratórias (CARNEIRO, 2007). De todo modo, a despeito das dificuldades, a América Latina também recebeu muitos refugiados intelectuais e escritores, embora a maioria deles não contasse com muito renome no momento da migração forçada. Talvez justamente por isso as pesquisas sobre literatura do exílio latino-americano de língua alemã ainda apresentem lacunas importantes. É fato que autores como Stefan Zweig, Anna Seghers e Paul Zech, todos muito conhecidos antes do banimento da Europa, possuem uma fortuna crítica de suas obras e trajetórias do exílio já consolidada.

No caso do exílio brasileiro, especificamente, podemos mencionar dois trabalhos recentes que buscaram resgatar a história de autores relativamente menos discutidos: a pesquisa pioneira de Kestler (2005), que oferece uma listagem e indicações biográficas de todos os intelectuais exilados no Brasil e, mais recentemente, a pesquisa de Marlen Eckl (2010), que oferece um panorama amplo da “imagem de Brasil” concebida por parte dos refugiados do nacional-socialismo em território nacional. De todo modo, em diálogo com a bibliografia sobre o tema, é possível reconhecer que o exílio latino-americano de intelectuais e escritores perseguidos pelo regime nacional-socialista resultou em intensa movimentação cultural, ainda que muitos textos tenham caído no esquecimento (MÜHLEN, 1988;

KOHUT; MÜHLEN, 1994). Nosso objetivo também engloba a perspectiva de contribuir para esse debate.

Literatura como expressão da nação

Em 1938, Georg Lukács postulava uma relação de simbiose entre literatura e nacionalidade. Para ele, a literatura preservaria uma “relação viva com a herança cultural”, implicaria conteúdos que “crescem da vida e da história do povo”

Onde quer que o patrimônio cultural tenha uma relação viva com a vida real das pessoas, isso é caracterizado por um movimento dinâmico, progressivo, no qual a força criadora ativa da tradição popular, dos sofrimentos e alegrias do povo, dos legados revolucionários são estimulados, preservados, transcendidos e ainda desenvolvidos. Para um escritor possuir uma relação viva com a herança cultural implica ser um filho do povo, nascido da corrente de desenvolvimento do povo. Neste sentido, Máximo Gorki é um filho do povo russo, Romain Rolland era filho do povo francês e Thomas Mann filho do povo alemão. Apesar de toda a sua individualidade e originalidade, apesar de toda sua distância de uma arte que recolhe artificialmente e estiliza sobre o primitivo, o tom e o conteúdo dos seus escritos crescem da vida e da história de seu povo, eles são um produto orgânico do desenvolvimento de suas nações. É por isso que é possível para eles criar a mais alta qualidade da arte e, ao mesmo tempo, tocar um acorde que pode provocar e efetivamente provoca uma resposta nas amplas massas do povo. (LUKÁCS, 1957, pp. 53-54).

Essa vinculação que se efetiva no plano da literatura replica uma dimensão mais geral do processo de desenvolvimento histórico da civilização ocidental. Conforme argumenta Norbert Elias (1992), os Estados modernos substituíram formas anteriores de associação que existiam nas comunidades tradicionais (clãs, tribos, religião etc.) no posto de instâncias doadoras de sentido à existência. Para Elias, após um gradativo processo de secularização, o apego historicamente desenvolvido aos valores do Estado e, conseqüentemente, à coletividade nacional teria origem em um conflito entre o desejo de sobrevivência pessoal e o desejo de sobrevivência da sociedade, pois agora o sentido da existência advém justamente da nação. O argumento básico é que, ao longo do tempo, o Estado teria se firmado

como instância doadora de sentido porque ele é algo que sobrevive às existências físicas, que as transcende. Essa unidade coletiva nacional, com seus valores, crenças, língua comum, história etc. oferece um “sentimento de identidade”, de acordo com o argumento de Elias:

Quanto mais grupos de parentesco como famílias e clãs perderam sua função como suportes de identidade pessoal que se estende para além da morte, mais se fortaleceu a mesma função de outras formações sociais. Ao longo de um tempo na Europa, organizações religiosas especializadas, como igrejas [...] eram os principais focos para onde se direcionavam os desejos gêmeos por uma identidade e por um valor, um pertencimento e um sentido [...].

Em épocas mais recentes, especialmente nos séculos XIX e XX, tais sentimentos fixaram-se, em medida crescente, em produtos sociais puramente seculares com suas tradições de crença e de comportamento; unidades tais como classes ou nações tornaram-se agora os principais focos para necessidades dessa espécie. (ELIAS, 1992, pp. 453-454).

Essa constatação sociológica possui uma reverberação especial nas manifestações artísticas de uma dada sociedade. É nesse sentido que a literatura é uma das formas de expressão desse sentimento de unidade e de identidade que se forma nas nações. Nela, a cultura e o sentido da existência possuem contornos nacionais: desde o traço mais evidente pautado em uma língua em comum até processos ligados à vivência cotidiana, aos comportamentos, costumes, alimentação etc. O sentido e a identidade social estão fortemente ligados ao Estado-nação¹.

Vale lembrar que os conceitos de sociogênese e psicogênese, que permeiam a obra de Norbert Elias, apontam justamente o fato de que, nas sociedades modernas, a formação da nação é acompanhada de perto pela formação de um determinado tipo de personalidade. Em seu último livro, *Estudos sobre os alemães*, o sociólogo tem um intento bem específico ao buscar escrever o que chama de “biografia de uma sociedade-Estado”: deseja chamar a atenção para a “fragilidade” daquilo que denominamos civilização, pensando em um Estado individual, que é a Alemanha de

¹ Embora a hegemonia dessa dimensão seja questionada em algumas perspectivas sociológicas contemporâneas que acentuam os processos de globalização (por exemplo: BECK, 1999), ela continua sendo um traço bastante pertinente das sociedades modernas. De todo modo, o período aqui analisado precede o caráter mais intenso dos processos de globalização e mundialização contemporâneos.

sua época. “Assim como no desenvolvimento de uma pessoa singular experiências de épocas anteriores continuam tendo efeito na época presente, assim também no desenvolvimento de uma nação” (Idem, p. 233). Elias mobiliza um arsenal de fontes e, de maneira bastante coerente, pautado em suas categorias de figuração e processo, constrói uma narrativa cuja intenção última é entender o colapso da civilização alemã no período do nacional-socialismo. Basicamente, por figuração Elias entende a forte interdependência existente entre indivíduos e processos sociais, de modo que as dimensões macrológicas do mundo social se desenvolveriam de maneira concomitante às dimensões micrológicas. Por outro lado, os processos de longa duração são aquilo que Elias toma como o objeto sociológico por excelência: eles encerram uma maneira de observar a forma como aqueles arranjos figurativos vão se desenvolvendo ao longo do tempo em direções determinadas, que não são, contudo, planejadas, ainda que tenham um sentido (ELIAS, 2014). Aplicando essas perspectivas aos Estados modernos – ao longo de seus textos, encontramos principalmente estudos acerca da Alemanha, da França e da Inglaterra –, Elias procurou estabelecer a psicogênese e a sociogênese de modos de comportamento inerentes às civilizações contemporâneas.

Embora não seja o caso de entrar em detalhes acerca desses conceitos aqui, a intenção de apresentar a reflexão elisiana se refere ao fato de que, no caso do livro *Estudos sobre os alemães*, ela procura oferecer um entendimento de como foi possível a ascensão e vigência do nacional-socialismo. Nesse caso, precisamente a forma muito arraigada de consciência nacional facilitou a disseminação de uma determinada crença racial de fundo totalmente irracional. No caso específico da literatura de exílio produzida pelas pessoas que foram vítimas² de perseguição durante o regime nazista, o rompimento radical e forçado com a pátria se espelha tanto por meio dos abalos na identidade daí resultantes como na aproximação que se faz com a cultura estrangeira.

Não se pode esquecer, além disso, a fragilidade dessa situação do apátrida: como sujeitos que perderam o direito a “um governo que os representasse e protegesse”, essas pessoas eram forçadas a viver sob condições de leis de exceção ou sob ausência de leis, conforme discorre

² E aqui vale retomar outra reflexão de Norbert Elias, para quem “as vítimas da história, os grupos sem poder, que foram vencidos têm chances mínimas de serem lembrados”, pois “o principal ramo daquilo que sobrevive como história na memória é, até hoje, um Estado”. A perspectiva aqui assumida de tomar a manifestação artística das vítimas de perseguição vai no sentido de questionar essa lógica da ciência da história. (ELIAS, 1992, p. 393).

longamente Hannah Arendt (1990), ao refletir sobre o declínio do Estado-nação e sobre o conseqüente fim dos direitos do homem – por contraditório que possa parecer, tais direitos só são legítimos quando existem autoridades e instituição capazes de promovê-los. Assim, a perda de direitos nacionais é idêntica à perda de direitos humanos. É nesse sentido que sobreviventes dos campos de extermínio, internados nos campos de concentração, e de refugiados e mesmo apátridas “puderam ver [...] que a nudez abstrata de serem unicamente humanos era o maior risco que corriam” (idem, p. 332). Essa fragilidade da situação social do exilado reverbera na literatura de exílio. Pontualmente, é possível aventar aqui um exemplo brasileiro: a proibição da comunicação em língua estrangeira em público (1938) e o fechamento de jornais e editoras alemães em 1941 cerceou a atividade literária de muitos intelectuais de língua alemã exilados no país (CARNEIRO, 2001).

A condição de estrangeiro

Por outro lado, há uma qualidade especial na condição de estrangeiro, e a literatura produzida por indivíduos que estão longe do seu país de origem também reflete essa especificidade. Para chamar a atenção desse aspecto, evoco um breve e clássico texto de Georg Simmel, intitulado “O estrangeiro”. O autor argumenta, entre outras coisas, que o estrangeiro é “alguém que se intromete como uma peça extra” em uma dada formação e, por isso, consegue estabelecer uma forma específica de proximidade e distância com a cultura e as pessoas nativas – o que lhe concede, por sua vez, objetividade e liberdade em seus julgamentos, também por não “estar amarrado a nenhum compromisso”. Isso porque o estrangeiro é “mais livre, prática e teoricamente, ele contempla as relações sem preconceitos, mede-as em ideais mais gerais, objetivos e, em suas ações, não está ligado a costumes, piedade, antecedentes” (SIMMEL, 1992).

Em uma discussão que toma o texto de Simmel como uma de suas referências, Alfred Schütz (1944) argumenta que a tarefa própria dos estrangeiros seria a interpretação constante. Conforme Schütz, os estrangeiros são confrontados com padrões culturais peculiares que são esquemas de referências inquestionáveis para o grupo doméstico. Tais padrões oferecem, de maneira inconsciente, a receita para agir em cada uma das situações que são apresentadas. Contudo, o estrangeiro é aquele que põe em questão essa “concepção de mundo relativamente natural”, é alguém que reflete a respeito do “pensar como de costume”, acerca daquilo

que para o grupo local é algo naturalizado; a tarefa básica do estrangeiro é, portanto, traduzir e interpretar constantemente um mundo social que lhe é estranho:

Em outras palavras, o padrão cultural do grupo aproximado não é para o estrangeiro um refúgio, mas um campo de aventura, não é um problema claro, mas um tópico questionável de investigação, não é um instrumento para desenredar situações problemáticas, mas uma situação problemática em si mesmo – e uma difícil de controlar. (SCHÜTZ, 1944, p. 506)

Além disso, tomando especificamente o exemplo da língua (elemento crucial no âmbito da literatura, que é o caso que temos aqui em mente), Schütz argumenta que apenas as pessoas internas a um determinado grupo cultural possuem o “esquema de expressão” de uma língua como algo “autêntico”, como parte inerente ao “pensar como de costume”. O esforço feito pelo estrangeiro para dominar a língua local será sempre contingente, em maior ou menor medida. Nesse sentido, o exílio imprime nos indivíduos que o vivenciam aquilo que Edward Said chamou de uma “tristeza essencial”, que “jamais pode ser superada”, “uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal” (SAID, 2003) ou, ainda, as imagens de desterro que Adorno nos legou em seus retratos de uma “vida danificada” (ADORNO, 2008, p. 36).

De todo modo, para a finalidade almejada com esse texto, vale reter do argumento desses autores a perspectiva de que a condição do estrangeiro é uma condição especial, que se reflete na forma como ele se posiciona em relação aos conteúdos socioculturais inerentes à sociedade onde se encontra. No caso específico da literatura de exílio, é essa qualidade peculiar do estrangeiro que frequentemente toma forma linguística. A “herança cultural” toma forma não aos olhos de um “filho do povo”, mas sim de um forasteiro.

Literatura de exílio

Com base nessas breves indicações teóricas, gostaria de discutir alguns trabalhos literários escritos por escritores de língua alemã que se exilaram na América Latina após 1933. Como sabemos, a “era das catástrofes” configurada pelo século XX deixou marcas decisivas nas formas humanas de representação, simbolização e conhecimento. Hannah Arendt chamou

atenção para uma “banalidade do mal” que estaria por detrás de eventos como o nazismo e cujos alicerces se deveriam a elementos da constituição da sociedade moderna (ARENDDT, 1999). De acordo com Theodor Adorno, a exigência moral de todas as sociedades póstumas à *Shoah* deveria ser que “Auschwitz não se repita” (ADORNO, 1986b, p. 674). Para Norbert Elias, o fascismo deveria ser empregado para demonstrar de maneira definitiva que é um grande problema a perspectiva corrente na nossa sociedade de que a civilização seria um comportamento natural dos seres humanos (ELIAS, 1992). Ao contrário: a maneira civilizada é um aprendizado histórico, não é um “atributo geneticamente herdado” e por isso está sujeita a colapsos como o do nazifascismo.

Tenho em mente essas articulações teóricas ao analisar a obra literária de escritores e intelectuais exilados na América Latina devido a perseguições empreendidas pelo regime nazista. Mas, aqui, gostaria de enfatizar uma dimensão bastante específica dos produtos literários deixados por esses autores: aquela que se refere ao encontro entre culturas, às relações entre identidade subjetiva e identidade nacional – entre o “caráter nacional” e as “estruturas de personalidade”, como diria Norbert Elias (Idem) – e aos simultâneos temor e liberdade que podem ser suscitados por uma quebra dessa relação – como elabora, por exemplo, Vilém Flusser (2007).

Penso que, por um lado, de um ponto de vista mais geral, essa perspectiva permite analisar aspectos relativos à condição de estrangeiro, suas reverberações na identidade subjetiva e no julgamento da cultura alheia e, por outro (complementarmente), ela permite discutir aspectos das culturas latino-americanas observados desde uma perspectiva estrangeira (conforme elaborado por Schütz e Elias), mas que se colocam em intenso diálogo com os intensos debates coevos acerca dessas formações nacionais. A literatura de exílio é vista aqui como um posto de observação, formulação e exposição caracterizado pelo desterro. Nesse sentido, permite tanto uma reflexão acerca da importância do Estado-nação para a configuração de sentidos na sociedade moderna (conforme indicava Norbert Elias) como uma indicação das consequências surgidas a partir do rompimento (ainda que parcial) com esses determinantes nacionais no caso da situação de exílio. Além disso, é possível perceber que há um “teor testemunhal” nesse tipo de literatura, associado a uma experiência-limite, uma experiência de ruptura. A ideia de “teor testemunhal” se refere ao fato de que a literatura que tem como referência a narração de catástrofes históricas (como a *Shoah*) não se apresenta nem como gênero literário, propriamente, nem como

historiografia tradicional. Esse tipo de relato se oferece como uma forma de traduzir em palavras um sofrimento e uma realidade que são da ordem do indizível, por isso faz coligir a dimensão estética com a ética, conforme argumenta Seligmann-Silva:

Aquele que testemunha se relaciona de um modo excepcional com a linguagem: ele desfaz os lacres da linguagem que tentavam encobrir o 'indizível' que a sustenta. A linguagem é antes de mais nada o traço – substituto e nunca perfeito e satisfatório – de uma falta, de uma ausência. (SELIGMANN-SILVA, 2006, p. 48)

No caso dos textos aqui analisados, tem prevaecimento o relato autobiográfico. As escritoras e os escritores selecionados oferecem um cruzamento entre experiências subjetivas e história como uma forma de “restabelecer o espaço simbólico” – aquele que é cortado do sujeito pelo trauma (GAGNEBIN, 2006). A história contada nesse tipo de autobiografia não se identifica com a oficial, mas carrega, ainda assim, uma dupla função, conforme Gagnebin argumenta em discussão sobre “memória, história e testemunho”: a de narrar o sofrimento indizível de catástrofes como a vinculada aos regimes totalitários e a de resgatar figuras anônimas (Idem).

O encontro cultural

No caso do Brasil, é bastante sintomático que os refugiados que aqui aportaram tenham destacado, cada um a seu modo, justamente duas das qualidades mais debatidas pelos intérpretes da nação: a que se cristalizou na perspectiva de “democracia racial”³ e a que é remetida ao conceito de “cordialidade”. A idealização de um encontro étnico harmonioso entre múltiplas culturas e o afã integrador dos brasileiros é uma temática

³ No clássico *Casa grande e senzala*, publicado em 1933, a ideologia de uma harmonia entre as raças é desenvolvida por Freyre de modo detalhado, embora, cumpre dizer, o famoso e controverso termo “democracia racial” não seja empregado aqui nessa obra, nem em outras das mais importantes desse autor (GUIMARÃES, 2001). De qualquer forma, a ideia de um híbrido cultural harmonioso, mesmo que não isento de contradições, aparece na reflexão de Freyre: “Talvez em parte alguma se esteja verificando com igual liberalidade o encontro, a intercomunicação e até a fusão harmoniosa de tradições diversas, ou antes, antagônicas, de cultura, como o Brasil. É verdade que o vácuo entre os dois extremos ainda é enorme; e deficiente a muitos respeito a intercomunicação entre duas tradições de cultura. Mas não se pode acusar de rígido, nem de falta de mobilidade vertical – como diria Sorokin – o regime brasileiro, em vários sentidos sociais um dos mais democráticos, flexíveis e plásticos.” (FREYRE, 2006, p. 115).

constante – e, de certo modo, tal aspecto pode ser justificado no caso de pessoas que foram expulsas da Europa justamente com base no ódio racial. A despeito disso, vale ter em mente a observação de Sérgio Buarque de Holanda, para quem: “O desconhecimento de qualquer forma de convívio que não seja ditada por uma ética de fundo emotivo representa um aspecto da vida brasileira que raros estrangeiros chegam a penetrar com facilidade.” (HOLANDA, 1995, p. 148). Como bem sabemos, a cordialidade que respalda tal ética nem sempre é positiva, na medida em que está ligada ao prevalecimento do reino do privado e familiar nas relações sociais do país (inclusive aquelas processadas na esfera pública) e abarcaria, nesse sentido, também inimizades e ódios.

De qualquer forma, essas dimensões aparecem de modo bastante evidente no escritor mais renomado a aportar em terras brasileiras devido à perseguição pelo regime nacional-socialista: Stefan Zweig. Seu clássico *Brasil, um país do futuro* foi lançado pelo próprio autor em 1941, em oito edições diferentes, pouco antes de seu suicídio em Petrópolis, ocorrido em 1942. Não cabe aqui entrar em detalhes a respeito da vida de Zweig, bem documentada pela pesquisa relativa à literatura de exílio (DINES, 2004). Contudo, vale destacar a intrincada relação entre o argumento do livro e o conceito de cordialidade, bem como a ideia de democracia racial.

A expressão cordialidade é constante no texto do escritor austríaco: “As mais diversas classes tratam-se mutuamente com uma polidez e cordialidade que a nós pessoas da Europa, tão brutalizada nos últimos anos, sempre causam admiração”; “encontramos em todo bonde, em toda barca, quer estejamos sentados em frente de um preto, quer de um branco ou de um mestiço, a mesma cordialidade”. Nessas reflexões, também aparece a ideia de que o brasileiro “repugna toda brutalidade” (ZWEIG, 1997, p. 145). A “delicadeza de sentimentos” seria sua propriedade mais característica.

Por conta disso, “todas as contradições, mesmo aquelas do social, [têm] aqui significativamente menor agudez e, principalmente, nenhum exagero venenoso” (Idem, p. 16). O problema central da existência humana, o da convivência pacífica, teria sido resolvido pelo Brasil de modo mais “feliz e exemplar” do que por qualquer outra nação, embora o país tenha a constelação mais complexa e complicada do todos os outros lugares do mundo – vale lembrar aqui uma percepção sociológica desenvolvida por Norbert Elias da existência de uma “polaridade inerente”, uma “inimizade latente” que orienta a formação de grupos na sociedade e o conflito entre

eles e que atualmente está intimamente ligada ao Estado-nação⁴.

Gostaria de destacar especialmente o *perfil conciliador* do brasileiro, que, conforme Zweig, pode ser reconhecido tanto nas personalidades individuais como nos eventos históricos e na ausência de processos revolucionários ou de rompimentos radicais:

Pois essa vontade de conciliação, essa postura humana, não por acaso, foi a atitude de governantes e líderes singulares; ela é aqui o produto natural de um caráter popular, da tolerância nata do brasileiro, que sempre se manteve no curso de sua história. O Brasil é a única das nações ibéricas que não conheceu perseguições religiosas sangrentas, nunca queimaram aqui as fogueiras da inquisição, em nenhum país os escravos foram tratados de maneira proporcionalmente tão humana. Mesmo suas revoltas internas e mudanças de governo se realizaram quase sem sangue. O rei e os dois imperadores que, por causa da vontade de autonomia do país, foram impulsionados para fora dele, deixaram-no sem qualquer importuno e, por isso, sem ódio. Mesmo depois de revoltas e golpes sufocados, desde a independência do Brasil, seus líderes não pagaram o preço com suas vidas. Seja quem for que governasse esse país, era inconscientemente necessário adaptar-se a essa conciliação interna [...]. (ZWEIG, 1997, p. 18)

Essas características promoveriam uma harmonia sem precedentes entre as diferentes classes e raças que vivem no Brasil. Especialmente no que se refere às raças, Zweig constata a vigência de uma convivência harmoniosa. A palavra “mestiço”, por exemplo, não teria nenhum tom depreciador, “o ódio de classes e o ódio racial, essa planta venenosa da Europa, ainda não criou raízes aqui.” (Idem, p. 147). Todo o livro está repleto desse julgamento altamente positivo diante do que Zweig reconhece como uma nação “homogênea”. Sempre em oposição ao que se passa na Europa no momento em que escreve, Zweig exalta o “experimento do Brasil com sua completa e consciente negação de todas as diferenças”. Seu relato é claramente o de alguém que foi ludibriado por uma moral que é “sinuosa até na violência”,

⁴ Norbert Elias formula do seguinte modo em uma discussão que toma como referência central um problema que está no pano de fundo do argumento de Zweig a respeito do Brasil (o nacional-socialismo): “O significado peculiar daquilo que os homens vivenciam como significativo e valioso parece estar associado de diferentes modos (quando não condicionado por isso) por sua exclusividade, sua restrição a grupos parciais da humanidade e inimizades instituídas contra os outros. O valor e o sentido que os homens atribuem a si mesmos como membros de um determinado Estado-nação é um exemplo – talvez o exemplo mais evidente que pode ser indicado nos tempos atuais.” (ELIAS, 1992, p. 456).

como alega Holanda (HOLANDA, 1995, p. 62).

Mas o julgamento de Zweig não difere muito da maioria dos outros. Marte Brill, outra refugiada em terras brasileiras e também uma grande admiradora do país desde que aportou no Rio de Janeiro em 1934, descreve o que aqui encontra com entusiasmo e argumentos similares aos empregados por Stefan Zweig. Há, inclusive, uma passagem na qual um conhecido dela (também um estrangeiro) caracteriza o Brasil de modo a fazer uso da já clássica expressão presente no livro do notório escritor austríaco: “‘It is the coming country’, ele disse extasiado, ‘o país do futuro! Um país bendito, um país de desconcertantes possibilidades!’” (BRILL, 2012, p. 283) De modo significativo, ela intitulou como *O cadinho [Der Schmelztiegel]* a autobiografia que escreveu em 1941, mas foi publicada apenas em 2012. No texto, ela projeta sua trajetória na personagem de nome Sylvia.

A escritora destaca igualmente a cordialidade e harmonia que constata na cultura e convivência brasileiras, afirmando que os homens no Brasil “se encontram em uma atmosfera de jovialidade, confiança e altruísmo” (Idem):

Depois da mistura cruelmente fatídica de índios, portugueses, escravos negros, chegaram a esse cadinho: os espanhóis, os holandeses, os sírios, os judeus, os japoneses. Gerações de italianos e alemães, ingleses e americanos, suíços e dinamarqueses, húngaros e poloneses. Por anos, décadas, séculos. Miseráveis e glutões, trabalhadores e aristocratas, refugiados e aventureiros, uma migração infinita. Guerras e crises, fome e revoltas – cada onda no destino dos continentes lançava multidões de buscadores de refúgio na costa hospitaleira.

Nada ligava esses homens todos além da liberdade: viver a liberdade e morrer a liberdade, odiar a liberdade e amar a liberdade, a liberdade de estar na terra vermelha e construir no céu resplandecente. E todos eram iguais sob esse céu. (Idem, p. 164).

O que mais impressiona Marte Brill no Brasil é a capacidade de misturar os povos: “Nesse respiro incandescente da natureza tropical, as raças tinham se misturado, penetrado, formado, até que estivesse um povo próprio sobre o solo do Brasil, que reconhecia a fusão como a lei de sua vida, como segredo e raiz de sua vida.” (Idem, pp. 149-150).

Do mesmo modo, Susanne Bach, outra exilada em terras brasileiras, afirma que “os brasileiros, sobretudo as pessoas simples, são muito

bondosos e amistosos e não conhecem de modo algum nenhuma diferença de raça” (BACH, 1991, p. 91).

É curioso que, no caso do Brasil, esse aspecto da hospitalidade, da facilidade de integração etc. apareça em destaque em muitos trabalhos de exilados no país. E isso faz parte de uma imagem que o Brasil expõe de si mesmo, a despeito de suas desigualdades extremas. Vale destacar aquela perspectiva de Sérgio Buarque de Holanda, para quem o afã integrador expressaria um “horror às distâncias”, um “desejo de estabelecer intimidade”, uma “suavidade dengosa e açucarada” (HOLANDA, 1995, p. 164, 161 e 55). No caso dos exemplos apresentados, essas dimensões da cultura brasileira coligiram para formatar uma interpretação por parte dos exilados que mascara as diferenças em prol da conciliação⁵. Talvez estejamos, inclusive, legitimados a sugerir que essa proximidade exacerbada do brasileiro rompe com aquela dimensão positiva do estranhamento, da estrangeirice, advogada por Simmel e Schütz – refiro-me especificamente à capacidade dos estrangeiros de estabelecer julgamentos e interpretações objetivos; vale ter em mente que os dois autores estão conscientes da complexidade e ambivalência da difícil posição ocupada por esse tipo social. Ao romper o equilíbrio entre proximidade e distância que sustenta a relativa objetividade do estrangeiro em seus julgamentos, o brasileiro exporia de si mesmo uma imagem idealizada, pautada na conciliação harmoniosa.

É nesse sentido que, quando comparamos esses textos ao trabalho de Doris Dauber, que esteve exilada na Argentina a partir de 1935, por razões de cunho político, parece que vigora precisamente aquela dimensão enganosa da “cordialidade” brasileira para a qual chamava a atenção Sérgio Buarque de Holanda (que ressoa, inclusive, na avaliação política, conforme demonstra a citação de Zweig).

No caso da avaliação feita por Dauber em um texto que leva o título *Quando eu tive três profissões... Argentina, como ela realmente é [Als ich drei Berufe hatte... Argentinien, wie es wirklich ist]* (DAUBER, 1949), há uma forte crítica às políticas populistas promovidas pelo então presidente Juan Domingo Perón. Não entrarei em detalhes nas críticas contundentes que

⁵ Aproveito aqui para citar uma observação bastante pertinente feita por uma comentadora: “São os estrangeiros vindos de civilizações pretensamente superiores (pretensão que vale até hoje), que ficam espantados ao encontrar tanta gentileza ali, onde poder-se-ia encontrar, sem sombra de dúvida, desconfiança e hostilidade. E esta qualidade de cordialidade atribuída pelo outro, pelo estrangeiro mais nobre, é, por assim dizer, reivindicada e assumida pelo brasileiro, este cidadão que não tem muita certeza de seus ancestrais, da sua história e da sua identidade.” (GAGNEBIN, 2011).

a exilada faz à Argentina, principalmente ao seu governo, mas também ao caráter passivo e subserviente do povo, contudo, gostaria de retomar uma imagem que aparece em seu diagnóstico final, porque ela permite também acessar um aspecto ligado à sociogênese e à psicogênese de países latino-americanos – retomando aqui os conceitos elisianos – mas expressa um julgamento da sociedade argentina que me parece menos idealizado do que aquele presente nos intérpretes brasileiros mencionados. A crítica da autora ao governo argentino deságua em uma perspectiva de exclusão histórica das classes populares no sistema político do país:

Argentina é o país da maioria das revoluções. Não foram rebeliões populares. Foram todas lutas do grupo dos líderes militares. Um regimento seguia seu superior, um outro regimento lutava contra. O povo observava como terceiro não participante. E assim os argentinos permaneciam apáticos. (Idem, p. 139)

O diagnóstico de Dauber toca em um ponto central do debate acerca da história argentina e mesmo latino-americana em geral: o fato de que a história transcorra aí de modo alijado do povo, obedecendo a desígnios de pequenos grupos – justamente aquele aspecto que Zweig não notou em sua leitura dos processos revolucionários brasileiros, porque estava mais interessado na dimensão conciliatória.

Discorrendo especificamente sobre a sociedade argentina dos anos 1950, em *Que es esto?*, o ensaísta Ezequiel Martínez Estrada elabora a dificuldade que o povo argentino tem de assumir o protagonismo em sua história. Para ele, no momento do peronismo, era possível constatar entre os populares a falta de organização necessária para transformar o país. Perón teria, de fato, promovido uma espécie de revolução na Argentina, mas sempre jogando com o povo e os proprietários, com a esquerda e a direita, de modo tal que, embora mantivesse a república federativa, corrompia as instituições democráticas. Com relação ao povo, a dificuldade de se libertar da dependência dos governantes tinha ainda relações com a história política, marcada pela submissão e temor. Uma espécie de imobilismo do povo argentino faria com que ele estivesse sempre em busca de um líder personalista, como era o caso de Juan Perón e tinha sido, anteriormente, o de Juan Manuel de Rosas e de Hipólito Yrigoyen (ESTRADA, p. 1956). É o encontro com essas tradições políticas e esse caráter nacional que Doris Dauber registra em seu livro, embora cunhe esse registro com o seu testemunho pessoal. Nesse sentido, afirma-se também nesse relato

de Dauber uma dimensão primordial da literatura de exílio, qual seja: a observação e interpretação da cultura do outro.

“Vive-se perfeitamente bem entre dois mundos”⁶

Outra dimensão que se sobressai na literatura de exílio e que também faz com que ela seja profundamente social é aquela que se refere aos deslocamentos subjetivos que estão vinculados ao deslocamento espacial. Com algumas formulações teóricas de Norbert Elias, procurei sugerir o quanto as representações, a simbologia e o imaginário estão vinculados à formação nacional na sociedade moderna. Por seu turno, Vilém Flusser, filósofo autodidata também exilado em terras nacionais por conta de perseguição nazista, procurou construir uma espécie de filosofia do apátrida, que pudesse expressar a separação desses conteúdos mais objetivos relativos ao Estado dos conteúdos subjetivos que constituem os indivíduos:

A pátria, na verdade, não é um valor eterno, mas uma função técnica específica; no entanto, quem a perde, sofre: fica conectado através de inúmeros fios à sua pátria, sendo que quase todos permanecem ocultos, velados à consciência desperta. Quando os fios se rompem ou são rompidos, isso é então vivenciado no íntimo como uma dolorosa intervenção cirúrgica. Ao ser expatriado de Praga (ou quando tive coragem de fugir), passei por isso como um desmoronamento do universo, pois cometi o erro de confundir o público com o privado, com aquilo que me é mais íntimo. Somente quando reconheci, com dor, que os fios amputados estavam agora ligados a mim, é que fui acometido por aquela rara vertigem da libertação e da liberdade (*Freisein*), aquilo que, como se diz, caracteriza o espírito que flutua por todos os lugares. (FLUSSER, 2007, p. 296)

Contudo, a despeito dessa formulação de Flusser que conecta a liberdade à necessidade de não pertencer a um lugar, podemos ponderar que a identidade nacional é um construto histórico de força bastante intensa. O conjunto de símbolos que nos orienta na sociedade moderna está extremamente ligado aos referenciais do Estado-nação. A língua, as leis, os costumes, a comida etc. No século XX, assistimos à extrapolação radical de tais referenciais e, em muitos casos, ao seu absolutismo. Ainda

⁶ Rosenfeld, 1967, p. 27.

que sob a vontade subjetiva de romper com os fios que ligam à pátria, há uma conexão que prevalece para testemunhar que essa cisão nunca é completa e, além disso, é sempre dolorosa. Gostaria de indicar como esse aspecto se manifesta na literatura de exílio tomando como referencial a obra produzida por uma escritora alemã que esteve exilada na República Dominicana por doze anos.

A poetisa Hilde Domin descreve como uma espécie de segundo nascimento a sua chegada ao mundo no exílio, com outro nome. Tal segundo nascimento se deu quando ela começou a escrever, em Santo Domingo. Por isso ela tomou para si parte do nome do país de exílio, em gesto de homenagem e gratidão – nome com o qual a escritora se tornaria posteriormente conhecida na Alemanha. Postumamente, em 1962, Domin registra em um texto autobiográfico esse nascimento e penso que é possível retomá-lo aqui para apontar aquele trânsito de identidade inerente à produção literário fruto do exílio. Domin intitula o relato de “Entre acrobatas e pássaros. Quase um currículo”. Vale citar uma passagem relativamente longa do início do texto:

Eu, H. D., sou espantosamente jovem. Vim ao mundo apenas em 1951. Chorando, como todos vêm a esse mundo. Não foi na Alemanha, apesar do alemão ser a minha língua mãe. Era falado espanhol e o jardim diante da casa estava cheio de coqueiros. Mais exatamente: eram onze coqueiros. Todos coqueiros machos e, portanto, sem frutos. Meus pais estavam mortos quando eu vim ao mundo. Minha mãe tinha morrido poucas semanas antes. Mas evidentemente eu estava lá já desde sempre. “Sempre”, isso alcança retrospectivamente até pouco tempo antes da assim chamada primeira guerra. Evidentemente, meus pais estavam vivos nessa época, evidentemente, falava-se alemão, a enfermeira, de quem não me lembro, não era uma mulata e diante da casa na Rua dos anéis [*Ringerstraße*] cresciam árvores totalmente cotidianas, acho que acerácea. Em frente da casa havia e há uma pequena amendoeira japonesa. As aceráceas foram derrubadas. Apesar disso, quando eu era criança, a rua era muito mais ampla do que hoje. Ao menos duas vezes mais ampla.

Assim que eu, Hilde Domin, abri os olhos, que choravam, naquela casa nas margens do mundo, onde a pimenta cresce e o açúcar e as mangueiras, mas a rosa apenas raramente, e maçãs, trigo, bétula de maneira alguma, eu, órfã e banida, lá eu levantei e fui para casa, na palavra. “Eu construo um quarto para mim no ar /

entre os acrobatas e pássaros”. De onde não posso ser banida. A palavra, porém, era a palavra alemã. Por isso, eu naveguei de lá de volta através do mar para onde a palavra vive. Havia três anos desde meu nascimento. Eu estive ausente por 22 anos. (DOMIN, 1998, p. 21 – tradução nossa).

É bastante sintomática essa perspectiva de um segundo nascimento que se realiza por meio da palavra. De modo bem direto, a literatura aparece aqui como uma forma de expressão que devolve à autora, a um só golpe, um lar (de onde não pode ser banida), uma identidade (trata-se de uma vida nova, inclusive, com um nome novo) e a língua (“a palavra alemã”): todas essas dimensões estão, contudo, bastante intrincadas. E a produção literária que ganha vida a partir daí é de fato bastante marcada pela experiência autobiográfica do banimento, do exílio, mas também do recomeço e da liberdade para configurar a própria identidade – isso vale tanto para os textos líricos de Domin como para seus trabalhos de cunho ensaístico.

E nessa transição aparecem elementos que são inerentes à literatura de exílio: a língua estrangeira (“era falado espanhol”, como aparece no trecho citado); o estranhamento de coisas que não pertencem à pátria-mãe, do mesmo modo que a ausência de coisas que, ao contrário, eram tão familiares; mas, por outro lado, essa ideia incisiva da língua-mãe como a casa de onde não pode ser banida – a língua alemã aparece como o que resta da Alemanha para muitos refugiados, com maior ênfase, no caso daqueles em que a língua é o instrumento direto de trabalho, como os intelectuais e escritores⁷. Domin reafirma essa perspectiva com frequência:

Para mim, a língua é o que não é passível de perda [*Unverlierbare*] depois que todo o resto se mostrou passível de perda. O último lar irremovível. Apenas o fim da pessoa, a morte cerebral, pode tomá-la de mim: a língua alemã. Nas outras línguas que falo, sou uma hóspede. A língua alemã era o apoio, a ela devemos o fato de que pudemos manter a identidade conosco (DOMIN, 1992, p. 34).

⁷ Theodor Adorno, por exemplo, que no exílio segue escrevendo majoritariamente em alemão, expressa-se do seguinte modo sobre o tema: “A decisão para o regresso à Alemanha não foi motivada simplesmente por necessidade subjetiva, por nostalgia – mesmo que eu não a negue. Também algo objetivo deve ser evocado. É a língua. Não apenas porque, na língua nova adquirida, não se pode nunca atingir, exatamente, com todas as nuances e com o ritmo da linha de pensamento, o pensado assim como na própria. Antes, a língua alemã tem claramente uma afinidade eletiva especial com a filosofia, e, na verdade, com aquele momento especulativo que, no ocidente, é facilmente desconfiado como perigosamente pouco claro – de modo algum sem suas razões.” (ADORNO, 1986b, pp. 699-700).

De todo modo, ainda que não entremos aqui em detalhes a respeito da produção de Hilde Domin, esse seu relato autobiográfico a respeito do momento em que começou a escrever no exílio é bastante sintomático das reverberações subjetivas dessa condição e seus reflexos na literatura de exílio. No caso do trecho citado (e em muitos dos relatos feitos por essa escritora especificamente), é quase como se surgisse outra pessoa, outra identidade que, embora ainda conserve traços da conexão com a nação de origem, agora fala a partir de um posto distanciado dele – justamente isso concede ao registro literário feito no exílio uma qualidade muito própria, que se relaciona com aquelas características teóricas elaboradas por Georg Simmel e Alfred Schütz: o exilado é alguém condenado à tarefa constante da interpretação, que se realiza a partir do posto contingente caracterizado pelo desterro. Contingente no sentido de que é marcado pela desorientação relativa resultante do rompimento forçado com os laços nacionais, mas também pela liberdade de poder estabelecer vínculos menos determinados pelos sentidos fornecidos pela pátria.

Ainda que esse não tenha sido o foco da presente discussão, vale mencionar que a desigualdade de gênero também se reproduz nessa situação de exílio e reforça as dificuldades vividas pelas mulheres apátridas. De uma maneira ou de outra, essa dimensão aparece nos relatos das quatro escritoras mencionadas, seja porque algumas eram mães, seja porque percebiam claramente as diferenças entre a situação das mulheres na Europa e na América Latina. Nesse último sentido, há o relato de Brill, que afirma que, no Brasil, uma mulher não podia ir sozinha a um café (BRILL, 2012, p. 137). Há, ainda, a sensibilidade de Dauber para a percepção da situação das mulheres na Argentina, sua dificuldade de inserção na política ou a precariedade do trabalho doméstico. Katherine Morris lembra que as catástrofes relacionadas à *Shoah* afetaram definitivamente a vida de todas as vítimas, contudo, seria necessário reconhecer que suas consequências atingiram homens e mulheres de maneiras diferentes, também porque uns e outros vivenciavam esferas culturais distintas (MORRIS, 1992).⁸ Mesmo o reconhecimento como escritora é muito mais difícil para as mulheres do que ocorre no caso dos homens, uma vez que a esfera do discurso prevalece amplamente como um domínio masculino. Nesse sentido, vale retomar outro exemplo das exiladas aqui em questão: a poetisa Hilde Domin relata que teria recebido de um colega o seguinte cumprimento: você é “um homem entre os poetas”. Ironicamente, ela reconhece que foi promovida

⁸ Também nesse sentido das especificidades da literatura feminina, cf. MITTAG (1993).

à “pessoa de primeira categoria”; o cumprimento, caso fosse escrito, seria como um salvo-conduto, que a tiraria da necessidade inerente à condição de mulher de ter que arcar de antemão com o “ônus da prova” (DOMIN, 1997).

Para retomar e concluir a discussão mais geral da peculiaridade da literatura de exílio como forma de manifestação da realidade, gostaria de mencionar a feliz expressão de um outro exilado em terras nacionais que equipara a situação do “apátrida” a um “duvidoso privilégio”⁹, que obriga o tempo todo a traduzir e retraduzir a identidade. Nesse sentido, a literatura de exílio torna manifesto que o encontro cultural implica traços muito fortes de alteridade, que ele pressupõe, assim, a necessidade de aprender a lidar com outra cultura e a viver “entre dois mundos” e, além disso, a tomar tal situação como “fonte de enriquecimento” (ROSENFELD, 1967, p. 27). Não se trata, porém, de romantizar o exílio. De todo modo, quando recepcionamos a literatura produzida por exilados, percebemos um questionamento muito forte da centralidade do Estado-nação como determinante da vida social moderna. Tal questionamento pode servir para refletirmos acerca da arbitrariedade e do horror vinculados a esse domínio. O campo estético se oferece, assim, como uma forma de encenar outras formas éticas de convivência humana.

Referências

- ADORNO, Theodor. (1986a). “Auf die Frage: Was ist deutsch”, in ADORNO, Theodor W. *Gesammelte Schriften*. Vol. 10.2. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- ADORNO, Theodor. (1986b). “Erziehung nach Auschwitz”, in *Gesammelte Schriften*, vol. 10.2, Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- ADORNO, Theodor. (2008). *Minima Moralia*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue.
- ARENDT, Hannah. (1999). *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Cia. das Letras.
- ARENDT, Hannah. (1990). “O declínio do Estado-nação e o fim dos direitos do homem”, in *As origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Cia das Letras, pp. 300-335.
- AUERBACH, Erich. (2007). *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva.

⁹ Referência que Rosenfeld faz à situação do escritor Franz Kafka enquanto o “paradigma” da consciência da situação contemporânea de solidão, estranhamento e exílio. (ROSENFELD, 1967, p. 6).

- BACH, Susanne.
(1991). *Karussell. Von München nach München*. Nürnberg: Frauen in der Einen Welt.
- BECK, Ulrich.
(1999). *O que é Globalização?* Equívocos do globalismo: respostas à globalização. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra.
- BRILL, Marte.
(2002). *Der Schmelztiegel*. Frankfurt a. M.: Büchergilde.
- CANDIDO, Antonio.
(1997). *Formação da literatura brasileira*. Momentos decisivos. Belo Horizonte: Itatiaia.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.).
(2007). *O Anti-semitismo nas Américas*. Edusp: São Paulo.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci.
(2001). *O anti-semitismo na era Vargas*. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- DAUBER, Doris.
(1949). *Als ich drei Berufe hatte... Argentinien. Wie es wirklich ist* [Quando eu tinha três profissões... Argentina. Como ela realmente é]. Rudolstadt: Greifenverlag.
- DINES, Alberto.
(2004). *Morte no paraíso: a tragédia de Stefan Zweig*. São Paulo: Rocco.
- DOMIN, Hilde.
(1992). "Rundfunkstatement 1975". In SCHEIDGEN, Ilka. Abel, steh auf, damit es anders anfängt zwischen uns. Begegnungen mit Hilde Domin. *Publik - Forum* nr. 15, ano 21, 14 de agosto.
- DOMIN, Hilde.
(1997). "Über die Schwierigkeiten, eine berufstätige Frau zu sein", in *Von der Natur nicht vorgesehen. Autobiographisches*. Frankfurt a. M.: Fischer, pp. 48-52.
- DOMIN, Hilde.
(1998). "Unter Akrobaten und Vögeln. Fast ein Lebenslauf", in: DOMIN, Hilde. *Gesammelte autobiographische Schriften. Fast ein Lebenslauf*. Frankfurt a. M.: Fischer.
- ECKL, Marlen.
(2010). *Das Paradies ist überall verloren. Das Brasilienbild von Flüchtlingen des Nationalsozialismus*. Frankfurt a. M.: Vervuert Verlag.
- ELIAS, Norbert.
(1992). *Studien über die Deutschen. Machtkämpfe und Habitusentwicklung in 19. und 20. Jahrhundert*. Frankfurt: Suhrkamp.
- ELIAS, Norbert.
(2014). *Was ist Soziologie?* Basel: Beltz Juventa.
- ESTRADA, Ezequiel Martínez.
(1956). *¿Que es esto?* Catilinaría. Buenos Aires, Ed. Lautaro.
- FLUSSER, Vilém.
(2007). *Bodenlos. Uma autobiografia filosófica*. São Paulo: AnnaBlume.
- FREYRE, Gilberto Freyre.
(2006). *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global, p. 115.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie.
(2011). "Cordialidade e estrangeirice: da relação ao outro", in *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências humanas*, Belém, v. 6, n. 2, p. 401-408.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie.
(2006). Memória, história, testemunho, in *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, pp. 39-47.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio A.
(2001). Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito, in *Novos Estudos CEBRAP*, n° 61, nov. p. 147-162.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de.
(1995). *Raízes do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras.
- KESTLER, Izabela Maria Furtado.
(2005). A literatura em língua alemã e o período do exílio (1933-1945): a produção literária, a experiência do exílio e a presença de exilados

- de fala alemã no Brasil. *Itinerários: Revista de literatura*, n° 23, Araraquara.
- KOHUT, Karl; MÜHLEN, Patrick von zur. (Orgs). (1994). *Alternative Lateinamerika: das deutsche Exil in der Zeit des Nationalsozialismus*. Frankfurt a. M.: Vervuert Verlag.
- LUKÁCS, Georg. (1977). "Realism in the balance", in JAMESON, Fredric (org). *Aesthetics and politics*. London, New York: Verso.
- MITTAG, Gabriela. (1993). *Erinnern, Schreiben, Überliefern. Über autobiographisches Schreiben deutscher und deutsch-jüdischer Frauen*, in Claus-Dieter et alii (org.). *Frauen und Exil. Zwischen Anpassung und Selbstbehauptung*. München: Edition Text+Kritik, 11, pp. 53-67.
- MORRIS, Katherine. (1992). "Introduction", in *Brazilian Chronicles of Exile: Women Remember. Autobiographies of German-Jewish Women during the Nazi era*. (manuscrito), pp. 1-20.
- MÜHLEN, Patrik von zur. (1988). *Fluchtziel Lateinamerika. Die Deutsche Emigration 1933-1945: politische Aktivitäten und soziokulturelle Integration*. Bonn: Neue Gesellschaft.
- ROSENFELD, Anatol. (1967). *Introdução*, in ROSENFELD, Anatol (org.). *Entre dois mundos*. São Paulo: Perspectiva.
- SAID, Edward. (2003). *Reflexões sobre o exílio*, in *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das letras, pp. 46-60.
- SCHÜTZ, Alfred. (1944). *The Stranger: an essay in Social Psychology*, in *American Journal of Sociology*, vol. 49, n. 6.
- SEGHERS, Anna. (1973). *Das siebte Kreuz*. Darmstadt e Neuwied: Luchterhand.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. (2006). *História, memória, literatura. O testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Ed. Unicamp.
- SIMMEL, Georg. (1992). "Der Fremde" in: *Soziologie [1908]*, Gesamtausgabe 11, Frankfurt a. M.: Suhrkamp, pp. 764-771.
- ZWEIG, Stefan. (1997). *Brasilien: Land der Zukunft*. Frankfurt a. M. und Leipzig: Insel.

Recebido em
abril de 2018

Aprovado em
março de 2019

Sociologia neoestrutural e gênese organizacional: contribuições da teoria dos *Netdoms* ao debate sobre empreendedores institucionais

Antônio Carlos Andrade Ribeiro*

Resumo

Neste artigo proponho uma leitura do tema do empreendedorismo institucional a partir da sociologia neoestrutural de Harrison White. Argumento que essa teoria, por um lado, soluciona o problema da imersão e o problema do dissenso em torno da posição dos empreendedores institucionais em sistemas interativos. Por outro lado, leva-nos a enxergar esses atores como um tipo particular de identidade com capacidade de exercer maior controle sobre as ambiguidades que se manifestam nos campos organizacionais. Exponho os principais pontos do neoestruturalismo Whiteano e suas implicações para o estudo das instituições. Termino o artigo ilustrando a discussão teórica com dados empíricos sobre os empreendedores institucionais de uma inovação institucional. Os resultados revelaram a existência de três subtipos empreendedores, sugerindo que os recursos para agência empreendedora são desigualmente distribuídos no campo. Por fim, argumento que as habilidades dos empreendedores institucionais são transitórias e que nenhum ator individualmente é capaz de sustentar inovações institucionais.

Palavras-chave

Netdoms. Empreendedor Institucional. Gênese Organizacional. Teoria Institucional. Sociologia Neoestrutural.

Abstract

In this paper I propose a review of the institutional entrepreneurship theme, based on Harrison White's neo-structural sociology. I argue that this theory, on one hand, solves the problem of immersion and the problem of dissent regarding the position of institutional entrepreneurs in interactive systems. On the other hand, it leads us to see these actors as a particular type of identity with the ability to exert more control over the ambiguities that manifest themselves in the organizational fields. I highlight the main points of White's neo-structuralism and its implications for the study of institutions. I conclude the paper illustrating the theoretical

* Doutor em Sociologia. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal de Alfnas (UNIFAL) e coordenador do Observatório de Inovações, Redes e Organizações - OIRO. E-mail: antonilos@gmail.com.

discussion with empirical data on institutional entrepreneurs of an institutional innovation. The results revealed the existence of three entrepreneurial subtypes, suggesting that resources for entrepreneurial agency are unequally distributed in the field. Finally, I argue that the skills of institutional entrepreneurs are transient and that no individual actor is capable of sustaining institutional innovations.

Keywords

Netdom. Institutional Entrepreneur. Organizational Genesis. Institutional Theory. Neo-structural Sociology.

Introdução

O problema central da teoria institucional consiste em desvendar o papel das instituições na determinação de resultados em processos sociais e políticos. Desde os anos 80, este trabalho tem sido desenvolvido a partir de três grandes abordagens teóricas que adjetivam o termo neoinstitucionalismo. Sem constituir uma corrente unificada, as perspectivas histórica, sociológica e da escolha racional oferecem enquadramentos diferentes, às vezes complementares, para o estudo das instituições (HALL; TAYLOR, 2003). Além das contribuições dessas abordagens, uma nova corrente veio oferecer mais um enfoque à teoria institucional. O desenvolvimento dos métodos de Análise de Redes Sociais edificou uma abordagem nomeada neoestruturalismo ou estruturalismo matemático, que encontrou uma elaboração teórica fecunda para análise das instituições sociais e políticas na teoria dos *netdoms*, apresentada no livro *Identity and control: how social formations emerge*, de Harrison White, base para o desenvolvimento de uma sociologia estritamente relacional.

A abordagem de White veio apresentar-se declaradamente com um modelo de análise institucional no artigo publicado em coautoria com o sociólogo americano John Mohr (2008): *How to model an institution*, em que apresentam as principais características da proposta. Retoma-se o trabalho de Mohr e White para discutir os impactos do modelo proposto pelos autores sobre o debate acerca da ação empreendedora (DIMAGGIO, 1988) e, conseqüentemente, sobre a noção de empreendedores institucionais. Antes, porém, expõem-se os principais elementos do estruturalismo matemático de Harrison White e seus seguidores. Busca-se revelar ao leitor como a proposta de análise institucional através do estruturalismo

matemático em voga é capaz de resolver pontos de dissenso no campo da teoria das instituições, em especial: o problema da ação imersa e a discussão acerca da posição ocupada no campo pelos atores envolvidos em processos de mudança institucional. Sob o prisma da teoria de White, a hipótese deste artigo é: empreendedores institucionais são habilitadores de estilos fundamentais na elaboração de cenários favoráveis à participação de base voluntária ou onde recompensas não estão claramente visíveis.

Para fundamentar essa hipótese, o artigo está dividido em cinco partes. A primeira apresenta o neoestruturalismo de White e seus seguidores. Em seguida, discute-se a questão da emergência e mudança dos significados na teoria dos *netdoms*. Na terceira seção, é apresentada a aplicação desse enfoque na proposta do modelo de análise institucional desenvolvido por John Mohr e Harrison White. A quarta parte do artigo analisa o impacto da teoria de White sobre a discussão acerca da agência empreendedora, especialmente considerando o conceito de empreendedor institucional. Na quinta seção, ilustra-se o argumento desenvolvido no artigo, aplicando-o para identificar empreendedores institucionais envolvidos com a gênese de uma instituição. O artigo fecha tecendo as considerações finais.

Neoestruturalismo na abordagem Harrison White: a teoria dos *netdoms*

A teoria proposta por Harrison White parte de uma concepção randômica do mundo social. Para o autor, formações sociais resultam da interação entre identidades buscando controle em contextos turbulentos (WHITE, 2008). Desse ponto de vista, a organização do mundo social não pode ser conhecida de antemão, isto é, não é possível prever a organização social de um determinado grupo deduzindo-a de interesses prévios, como argumentam os teóricos da tradição racional-utilitarista, ou valores e normas internalizados que orientam a ação dos atores imersos em sistemas sociais, como supõe, por exemplo, o sistema teórico desenvolvido por Parsons (1966). Deste modo, a noção de indivíduo na sociologia de White perde centralidade para o conceito de Identidade.

Se na tradição racional-utilitarista a centralidade da categoria indivíduo se manifesta na explicação da ordem social a partir das "motivações racionais dos indivíduos" (COLLINS, 2009), e se é possível argumentar que na teoria parsoniana a relevância dessa categoria pode ser reconhecida na liberdade de escolha do ator individual em situações de ação, nas quais

respondem voluntariamente às orientações valorativas e motivacionais, na teoria proposta por White indivíduos somente agem quando acoplados em identidades. Nessa teoria, indivíduos são concebidos como feixes de identidades, os quais ocupam lugar central na explicação da gênese e manutenção da ordem social. Identidades, não indivíduos, esforçam-se para construir um alicerce social (*footing*) para ancorar suas posições no mundo, e assim elaboram sistemas interpretativos nos quais se autodefinem e através dos quais são definidos por outras identidades. Identidades buscam controlar incertezas na interação com outras identidades. Nesse processo elaboram um guia confiável para ação social. Embora atributos inerentes aos indivíduos possam influenciar a interação social, é sua afiliação a identidades que fornece a base para ação. Neste sentido, enquanto a categoria indivíduo remete a um elemento isolado com alguma capacidade isoladamente de agir, como nos casos das duas abordagens rivais citadas, a categoria identidade é um elemento relacional, define-se na interação com outras identidades; suas decisões e possibilidades de ação são mediadas pelos tipos de interações que desenvolvem dentro de domínios de redes, os *netdoms*.

Identidades emergem randomicamente no mundo social. Por um lado, atuam para estabilização das formações sociais sob as quais mantêm controle, por outro, buscam mudanças quando estão sob controle de outras identidades. Identidades se constituem e se definem no processo interativo durante a disputa pelo controle sobre as incertezas do mundo social. Não há, em relação às identidades constituídas, um conjunto de expectativas de comportamentos predeterminados. Os comportamentos das identidades resultam de um processo contínuo de negociação com outras identidades¹.

¹ Essa perspectiva diferencia-se da teoria dos papéis sociais em Talcott Parsons. Para esse autor, os papéis sociais são uma unidade dos sistemas sociais que oferecem um conjunto de expectativas que orientam a interação social entre os agentes dos sistemas sociais: "el aspecto procesual, que es lo que el actor hace en sus relaciones con otros, considerado en el contexto de su significación funcional para el sistema social. Esto es lo que llamaremos su rol". (PARSONS, 1966). Papéis sociais são constituídos tendo como referências normas, valores e os objetivos coletivos inerentes ao sistema social. Neste sentido, sua definição, seu preenchimento e sua execução são de responsabilidade da coletividade e subcoletividades que ocupam o sistema. No sistema teórico desenvolvido por Parsons, a noção de papel social cumpre a função de contribuir para a estabilidade do sistema social. É por meio da institucionalização dos papéis sociais que se realiza a distribuição de funções e recompensas, um processo que integra as expectativas dos agentes criando direitos e obrigações de comportamentos esperados dos ocupantes de papéis sociais. A relação entre indivíduos e a constituição dos papéis sociais ocorre de maneira passiva. Embora os indivíduos, ao realizarem os papéis sociais, sejam livres para decidir o quanto realizarão das expectativas vinculadas aos papéis, conforme a avaliação das sanções advindas de sua decisão, eles não atuam diretamente na constituição

Indivíduos mobilizam suas identidades em diferentes domínios de redes denominados *netdoms*. Esses são compostos por significados compartilhados e redes sociais, termos em constante interação na vida social. Os primeiros formam o sistema interpretativo, que possibilita que a interação entre os atores sociais aconteça. As redes sociais, por sua vez, constituem um sistema interativo que garante a elaboração e reprodução dos significados compartilhados entre identidades. Os indivíduos acionam e suspendem suas identidades a cada acoplamento e desacoplamento em diferentes *netdoms*.

Todavia, White postula que as identidades podem circular entre diferentes domínios de redes e, ao fazê-lo, incorporam um leque diversificado de significados. Nesse processo, algumas identidades aumentam seu poder para influenciar, elaborar e reorganizar os sistemas interpretativos nos diferentes *netdoms* em que circulam. Ao mesmo tempo, afetam os sistemas interativos que, juntos, disparam ou dificultam a ação social. Isto é, à medida que identidades circulam entre diferentes *netdoms*, elas aumentam sua capacidade para manipular as ambiguidades da vida social e assim exercer maior controle sobre as incertezas desse universo (FONTDEVILA; WHITE, 2010).

Na abordagem do estruturalismo matemático, identidades podem agir sobre as formações sociais, assim como na teoria de Bourdieu (1977) agentes atuam sobre o campo (GODART; WHITE, 2010)². “‘Estrutura’ e ‘cultura’ – [...] – são processos de segunda ordem que devem ser explicados a partir de dinâmicas subjacentes dentro de *netdoms*” (GODART; WHITE, 2010). O desafio consiste em analisar os mecanismos por trás de tais dinâmicas, pois delas a ordem social emerge como “*by-products* da multiplicação e da acumulação [de] processos de controle, os quais, inversamente, moldam a

dos papéis. A relação dos agentes com a estrutura de papéis sociais é mediada pelos processos de socialização e aprendizagem em Parsons. Todavia, papéis sociais só ganham vida quando realizados por indivíduos. Neste momento “cada actor se orienta *hacia* otros actores. Al hacerlo, el actor está actuando, no sirviendo como objeto”. (PARSONS, 1966).

² Neste trabalho, empreendedores institucionais serão considerados um tipo particular de identidade que transita por diferentes *netdoms* do campo organizacional. Em relação ao objeto de pesquisa dessa tese, empreendedores institucionais são a peça-chave na construção do sentido de termos-chave que orientam a ação nos três movimentos estudados. Por exemplo, ao circular por diferentes *netdoms*, elaboram um sentido para o que deve ser a participação dos diferentes atores nas instituições de combate à corrupção. Assim, se o significado do termo “participação”, a definição do que é fazer parte se aproxima das diferentes concepções presentes no campo, será capaz de fundamentar uma narrativa que contorna disputas baseadas em *status*. Isso é essencial para garantir o empenho dos atores em um contexto de participação voluntária e de recompensa pouco tangível. A seguir desenvolveremos esse argumento.

forma como identidades resultam dos processos sociais” (WHITE, 2008). Em outras palavras, cabe entender como as dualidades da vida social operam fazendo emergir significados e identidades imersos em sistemas relacionais semióticos e interativos que dão forma às associações sociais.

Sob o prisma da teoria dos *netdoms*, percebe-se que não é a simples adesão a um acordo formal, a presença nas reuniões, a subscrição em abaixo-assinado ou a inscrição em uma mídia social, em síntese, o desempenho de um papel social que faz emergir uma identidade. Mas são as posições assumidas pelos atores sociais em diferentes *netdoms* e expressas em padrões de relações sociais que relacionam atores às identidades específicas. Trata-se de uma dinâmica contínua de construção e reconstrução dos alicerces sociais que reduzem as incertezas da vida social, em que fins e meios estão em constante processo de reinterpretação³.

Identidades e não atores são a unidade de análise no estruturalismo matemático analisado aqui. Como se percebe, uma identidade não se reduz a uma pessoa física, no sentido mais usual que é empregado. White (2008) chama a atenção para a forma como grupos de indivíduos surgem aleatoriamente para controlar situações estocásticas. Destaca que não há nenhuma garantia de que esses grupos irão permanecer, mas, se isso acontecer de forma regular ou em outros contextos, os grupos podem ser percebidos como identidades. Em tais situações, contos padrões são compartilhados e narrativas são pactuadas e, apesar de conflituosos e inconsistentes, começam a gerar identidades que diferem entre si em força, visibilidade e longevidade. Na teoria whiteana, uma identidade pode ser assumida por um grupo ou por pessoas. Fala-se em identidade como pessoas ou coletivos buscando controle. Quando essa forma de identidade encontra alicerce (*footing*), pode-se substituir a palavra *identidade* por *posição* em um *netdom* (WHITE, 2008). Portanto, uma identidade é uma posição no mundo social. Além desse sentido, White aponta mais quatro para o termo, todos eles conectados uns aos outros, só podendo ser separados analiticamente.

Um segundo sentido para o termo destaca as particularidades dos atores em um *netdom*, diferenciando-os entre os demais membros do grupo, dando-

³ Na teoria dos *netdoms*, o silêncio quanto à origem dos fins perseguidos por atores racionais nas teorias da tradição racional-utilitarista encontra uma solução alternativa à proposta por Parsons (2010). A definição dos fins e dos meios para ação social deriva do modo como identidades criam e recriam os significados e interações que orientam a ação social. Este ponto reforça o caráter processual da teoria, pois fins e meios podem ser reinterpretados na busca pelo controle das incertezas da vida social, sendo os próprios valores e normas reinterpretadas nesse processo.

lhes uma "face social". É nesse sentido que podemos falar, por exemplo, do empreendedor institucional como uma identidade. Mas identidade também pode ser um tipo mais complexo, considerando o trânsito dos atores entre diversos *netdoms* (família, trabalho, bairro, escola etc.). Neste caso, o terceiro sentido para o termo identidade resulta das contradições entre esses domínios de rede, "é o vestígio de identidades diferentes em diferentes *netdoms*. Essa identidade é um registro, por exemplo, de um ser humano mudando de *netdom* a *netdom* ao longo do tempo". O quarto sentido atribuído ao termo é próximo ao do senso comum. É "o que uma pessoa percebe ser seu *self* – uma história encravada narrativamente em jornadas através de diferentes *netdoms*" (WHITE, 2008). Um quinto tipo de identidade "está em um nível distinto que analiticamente é ainda mais abrangente que o nível da disciplina. Esse quinto tipo [...] é a forma na qual pessoas estão realizadas". (WHITE, 2008).

A abordagem Whitiana argumenta que formações sociais emergem de identidades buscando atenuar as incertezas da vida social. Com esse fim, identidades constroem alicerces sociais como guias para a ação social em *netdoms*. Godart e White (2010) ilustram esse argumento:

(...) a totalidade do Exército dos Estados Unidos constitui uma identidade; mas um soldado na frente de batalha é também uma identidade, como é uma casa de um veterano com sua família. Controle nesse contexto de guerra e paz pode assim ser tentado sobre um inimigo no campo de batalha, ou sobre vários componentes da opinião pública em casa. Alicerce (*footing*) pode ser encontrado na razão dada para a guerra – "Por que lutamos" é o título de uma série de filmes da Segunda Guerra do governo dos Estados Unidos – e na camaradagem de uma unidade de batalha ou na procurada tranquilidade da vida familiar.

Entretanto, o processo de organização da vida social está submetido a disciplinas. White (2008) destaca três disciplinas como auto-organizadores constitutivos da ação social: Interfaces, Arenas e Conselhos. Tais disciplinas estão associadas à ordem valorativa - respectivamente, qualidade, pureza e prestígio - que garantem a reprodução da organização social. Disciplinas representam molduras, regras diferentes que constroem identidades no processo de busca de controle. Esses auto-organizadores traduzem normalidades e hábitos e assim estabilizam identidades. Disciplinas são responsáveis pela forma da ação social, pois oferecem uma referência para a ação social apenas para contextos específicos. Deste modo, distinguem-se

da ideia de normas e valores gerais, orientando a ação social em situações diversas dentro de um sistema social, como em Parsons.

Os desdobramentos do quadro conceitual proposto por White em *Identidade e Controle* fizeram-se refletir em diferentes teorias, tais como a teoria institucional, a teoria da cultura, a teoria dos movimentos sociais etc. Essas vêm incorporando dois pontos específicos da teoria dos *netdoms*: (1) uma abordagem processual, que destaca a emergência dos fenômenos sociais como produtos do processo interativo entre cultura (dimensão dos significados) e estrutura (dimensão da interação social) e (2) a elaboração de modelos de análise que buscam dar conta da dualidade entre cultura e estrutura. A teoria dos *netdoms* de White destaca que a vida social nasce de um processo no qual identidades procuram controle mediante a construção de alicerces sociais em contextos de incerteza. A noção de incerteza aqui está baseada na ideia de que a vida social é fundamentalmente imprevisível. Isso não significa negar a ocorrência de regularidades ou possibilidades de predições. Neste caso, imprevisibilidade é assumida como um fato básico da vida social inerente às relações sociais. Assim, a forma assumida pelas associações sociais responderia aos eventos específicos que disparam identidades, cujo resultado não pode ser antecipado.

Emergência e transformação dos sistemas interpretativos: como surgem novos significados

Em síntese, o argumento da teoria dos *netdoms* destaca que as formações sociais resultam de um processo contínuo de criação de estruturas de interação e domínios semânticos que visam diminuir as contingências e incertezas na vida social. A institucionalização da vida social não é o objetivo primeiro, instituições são criadas para atender às necessidades de reprodução de redes interativas e de significados estabilizados, elas sedimentam a codificação de significados. Neste argumento, identidades buscando controle atravessam *netdoms* e desencadeiam novos eventos. Elaboram novos significados e novos padrões de interação, isto é, novos *netdoms*. A mudança social é explicada a partir da habilidade das identidades de transitar entre *netdoms*. "*O processo de mudança de netdom a netdom gera percepção, significados e representações, não o netdom em si próprio*" representa uma fonte de novidade (GORDAT; WHITE, 2010). Instituições reúnem diversos *netdoms*, e sua legitimidade se estabelece a partir da interação entre as identidades que disputam os significados em

cada domínio de rede⁴.

Significados são negociados entre as identidades, e seus sentidos estão vinculados aos *netdoms* a que pertencem, mas significados podem ser transferidos de um domínio de rede a outro ou novos significados podem surgir a partir de reinterpretações à luz do contato com outros campos semânticos. As redes sociais, lócus da ação, adaptam-se a novas configurações semânticas que emergem desse processo e são moldadas por elas. Os novos domínios semânticos podem obstruir ou autorizar novas ações. Uma questão primordial corresponde à forma como o poder é exercido no campo (MOHR; NEELY, 2009). Em especial, considerando a dualidade entre agência e estrutura, tem-se que determinadas identidades manipulam campos semânticos e realizam seus interesses sem perder de vista os anseios coletivos.

A teoria dos *netdoms* postula uma rota de viagem que explica a emergência dos significados em um processo multinível. Inicialmente, os significados elaborados são articulados em histórias, as quais os "combinam em padrões transponíveis de relações, criando redes de significados evocáveis em diferentes contextos. [...]. Histórias são "*scripts*" que podem ser reproduzidos através de contextos sociais, históricos e geográficos" (GORDAT; WHITE, 2010). Elas atravessam *netdoms* e são geradas em públicos (conjuntos de *netdoms*) dotados de significados e expectativas que as estruturam e as mobilizam. Ao mesmo tempo, representam o conteúdo dos espaços comuns de entendimento, isto é, dos públicos.

Se pensarmos, por exemplo, no público da fiscalização e da transparência

⁴ Essa abordagem distingue-se de outras que colocam o processo de institucionalização no primeiro plano, a exemplo do neoinstitucionalismo sociológico, cujo valor do processo de institucionalização encontra-se na incorporação de normas e valores que assumem a forma de mitos capazes de garantir a legitimidade da forma organizacional e garantir sua sobrevivência. Tais teorias contribuíram ao mostrar que a busca por eficiência não se constitui o único objetivo das organizações. As formas organizacionais refletem a disputa pelo controle do campo à medida que precisam ser socialmente aceitas. Para isso, interesses específicos das organizações devem se submeter às regras institucionalizadas e aos valores culturais de seu ambiente. "...organizations are driven to incorporate the practices and procedures defined by prevailing rationalized concepts of organizational work and institutionalized in society. Organizations that do so increase their legitimacy and their survival prospects, independent of the immediate efficacy of the acquired practices and procedures" (MEYER; ROWAN, 1977). DiMaggio e Powell (1983) argumentam que esse processo torna as organizações de um campo similares. Os autores destacam três mecanismos que conduzem o processo: pressões formais e informais sobre as organizações (isomorfismo coercitivo); o grau de incerteza em relação aos fins e meios (isomorfismo mimético); a profissionalização (isomorfismo normativo). Nesta abordagem o processo de institucionalização é responsável por criar estabilidade em ambientes organizacionais, difundindo modelos (mitos e cerimônias) socialmente legitimados que diminuem a diversidade de formas organizacionais.

pública, o *netdom* das agências estatais e o das organizações civis são caracterizados por concepções e entendimentos sobre em quais atividades investir para otimizar a gestão pública. Eles constituem um chão firme para identidades circularem entre eles, um espaço comum para o desempenho da função de guardião do bem público. As histórias reproduzidas em narrativas são ativadas através de interações por meio de expressões verbais ou não, mas são histórias que circulam dentro desse público e entre esses *netdoms*. Por um lado, títulos, cargos, *status* são expressões não verbais que ativam histórias dotadas de significados e antecipam relações. Por outro lado, reuniões em uma comissão ou a plenária de um coletivo disparam interações que ativam histórias por meio de expressões verbais, a partir das quais as estruturas de significados resguardam-se e refletem nas estruturas interativas desse público. Histórias podem sofrer alterações em função do processo interativo entre as identidades⁵.

Na teoria dos *netdoms* histórias se perpetuam quando são transpostas em diferentes contextos e desaparecem quando isoladas. Elas podem ser reunidas em grupos de histórias pelos significados compartilhados, similaridades ou padrões formando grupos de histórias. Entretanto, "dada a ambiguidade intrínseca desses agrupamentos, uma história específica pode assim ser anexada a grupos de história diferentes, dependendo do contexto" (GORDAT; WHITE, 2010). Além desse ponto, grupos de histórias não são estruturas relacionais.

Nessa abordagem processual, como se vê, fragmentos vão pouco a pouco se sobrepondo para formar uma totalidade. Após destacar que significados em e entre *netdoms* são inter-relacionados em histórias e essas somam-se em grupos de histórias, Godart e White (2010) expõem o nível seguinte da produção dos significados: enredos e tramas. Enredos correspondem à forma como histórias são contadas, ordenam eventos em uma estrutura temporal coerente e variam de contexto a contexto. Tramas são idênticas em diferentes contextos. Trata-se de algo como a "moral da

⁵ Este caráter processual da abordagem da teoria dos *netdoms* representa um avanço em relação ao trabalho de Parsons à medida que destaca o caráter dinâmico dos elementos estruturais que reduzem as incertezas da vida social. Vale lembrar que o sistema teórico de Parsons, apesar de focado na explicação da estabilidade da ordem social, concebe a possibilidade de mudança dos sistemas (ou mesmo sua extinção) a partir da resistência de subcoletividades em relação às normas e valores que orientam o objetivo coletivo. Na teoria parsoniana, situações de descontentamento que conduzem à eleição de objetivos coletivos adversos aos eleitos pela coletividade dispararam os mecanismos de estabilização dos sistemas para reestabelecer o equilíbrio. Este pode ser alcançado com adaptações no sistema que levam à criação de novas funções para atender os descontentes. O fracasso neste processo pode levar à extinção de um sistema.

história", a qual pode ser contada através de diferentes enredos. Tramas são genéricas, enquanto enredos são específicos. Nota-se uma dualidade entre tramas e enredos: tramas se alimentam de enredos, e enredos se alimentam de tramas. Os autores destacam a carreira acadêmica como um exemplo de trama, em torno da qual podem se desenvolver vários enredos. Enredos ordenam histórias, e tramas dão forma ao conjunto.

O nível mais complexo de sobreposição do estruturalismo matemático de White encontra-se na relação entre estilos e narrativas. Ambos aparecem como guias de mudanças em formações socioculturais amplas. Estilos representam "a fonte de ação social, mas não necessitam ser orientados" (GORDAT; WHITE, 2010). Eles resumem guias de ação que podem introduzir estabilidade ou mudança social. Expressam não só um jeito de ser e pensar de identidades, mas concebem a relação entre elas. Ações orientadas por estilos geram, transformam ou estabilizam instituições.

Estilos são desenvolvidos ao longo do tempo, mas podem ser reconhecidos em diferentes épocas. No caso brasileiro, podemos notar como as ações dos movimentos sociais dos anos 70 e 80 (DOIMO, 1995) se constituíram um estilo particularmente forte e capaz de marcar a Constituição Brasileira de 1988. Nela deixou registrada sua concepção a respeito da relação entre Estado e sociedade⁶. Godart e White (2010) diferenciam entre estilos *alfa* e *beta*. Enquanto o primeiro tipo de estilo expressa espontaneidades e novidades, o estilo *beta* possui um alto nível de codificação e imitabilidade. Estilos *alfa* e *beta*, enquanto guias de ação, são as fontes de instituições duráveis e, ao mesmo tempo, os motores da mudança institucional.

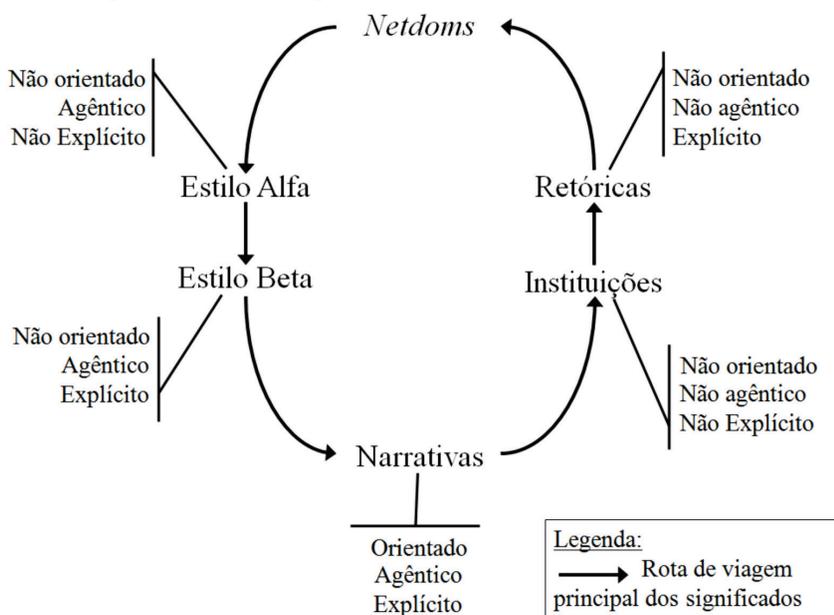
Se os estilos guiam a ação, as narrativas mobilizam para a ação. "Narrativas são usadas no processo de mobilização, como uma ferramenta para convencer aliados e frustrar tentativas de controle adversário, seguindo padrões do tipo codificado de estilo" (GORDAT; WHITE, 2010). Narrativas são mecanismos para organizar e generalizar significados sociais. Seu grau de sucesso está relacionado ao tempo e ao espaço social estruturados por enredos e tramas. Trata-se de construtos generalizados que podem ser transpostos de um contexto a outro.

Na teoria dos *netdoms*, as instituições "podem ser vistas como corte através dos públicos [...]. Alguém pode distinguir tipos de públicos de acordo com as instituições comumente encontradas" ali (GORDAT;

⁶ Isso não significa que no período pré-democrático outros estilos não estavam em disputa. Doimo (1995) destaca pelo menos duas posições dos movimentos sociais em relação à relação com Estado. Em linhas gerais podemos situá-los nas perspectivas do consenso e do conflito.

WHITE, 2010). Elas surgem de estilos betas e narrativas e são prenunciadas em retóricas, são coercitivas e alimentam certas regularidades dentro das formações sociais. Instituições, ao lado de estilo *beta* e narrativa, sedimentam a codificação de significados tacitamente imbuídos no estilo *alfa* em retóricas explícitas. Godart e White (2010) situam o quadro conceitual relacionado ao processo de emergência dos significados na teoria dos *netdoms* em relação a três dimensões: se o conceito é “orientado (*purposive*) ou não (i.e., se é caracterizado pela existência de uma meta), se é agêntico⁷ ou não (i.e., se geram ação nova ou não), e se é explícito (i.e., codificado ou não)”. A Figura 1 ilustra a “rota de viagem principal para significados”.

Figura 1 - Como os significados viajam na teoria dos *netdoms*.



Fonte: Godart e White, (2010). Tradução do autor.

Somente narrativas são orientadas, geram ação e são explícitas. Instituições representam o contrário dessa situação: não são orientadas, não geram ação e não são explícitas. Elas consolidam estilos e significados, permitindo que estilos sejam replicados em outros contextos. Instituições

⁷ A agência na teoria de White envolve o que poderíamos chamar de ação nova (inovadora ou transformadora). Não se refere a toda ação social.

e Retóricas são termos interativos, um sustenta o outro. Os autores argumentam:

Retóricas fazem instituições explícitas nos contextos culturais. Por exemplo, aperto de mão entre adultos é uma instituição em muitos países, mas no oeste é sustentada por uma retórica de relacionamento romântico, enquanto em outros lugares no mundo pode ser sustentada por uma retórica de amizade ou outras relações. Como instituições, retóricas são não propositiva, não agêntica, registram ações passadas, enquanto moldam e constroem ações novas. A explicitação de retóricas assegura a autossustentação de instituições. Histórias mobilizam retóricas na vida cotidiana e 'tornam-se mutuamente relatos compartilhados quando elas juntam públicos em retóricas' e, simultaneamente, retóricas transmitem-se através de histórias. (GORDAT; WHITE, 2010).

Nota-se que na teoria dos *netdoms* a dimensão interpretativa da vida social é tão importante quanto a dimensão interativa. Sob sua lente, podemos entender a lógica de emergência de significados a partir de processos interativos e sua estruturação em um sistema interpretativo amplo. A dualidade entre esses dois sistemas explica a emergência e a manutenção da ordem social. Assim sendo, cabe à teoria institucional desenvolver um modelo capaz de captar ambas as dimensões (interpretativa, interativa) para avançar nos temas da análise das instituições. Na próxima seção, expomos os elementos do modelo proposto por White e Mohr (2008) tendo em vista a aplicação da abordagem exposta até aqui.

Análise institucional sob o prisma do neoestruturalismo de Harrison White

De acordo com a formulação da teoria dos *netdoms*, John Mohr e Harrison White oferecem um modelo de análise institucional baseado em dois princípios basilares: relacionalidade e dualidade da vida social. Nesta proposta, a delimitação do conceito de instituições segue a formulação desenvolvida na teoria dos *netdoms*. Instituições são concebidas como não orientadas, sem capacidade para gerar ação nova e desprovidas de uma codificação explícita. Mohr e White (2008) destacam que as dificuldades atuais em elaborar um conceito robusto de instituição concentram-se em dois pontos: a incapacidade de abarcar toda a extensão da vida social e a

limitação na teorização ampla do conceito. Os autores propõem enxergar além da “casca dura” das instituições, isto é, ir além daquilo que se deixa ver em sua função disciplinadora. Seus apontamentos superam, por um lado, a referência ao conjunto de práticas duradouras observáveis diretamente, tal como as instituições são concebidas pelas correntes histórica e da escolha racional do neoinstitucionalismo, e, por outro, a alusão ao conjunto de valores e normas que são externas e independentes dos atores sociais e de suas relações, como postula o neoinstitucionalismo sociológico. Instituições são concebidas como uma realidade simbólica e empírica que cria níveis entre a interação humana. Consistem em um sistema multinível que sobrepõe *netdoms*.

Para os autores, instituições sociais disciplinam a interação humana, mas são ao mesmo tempo influenciadas e reproduzidas por essa. “Instituições sociais são compostas de diferentes tipos de redes interligadas. Isso inclui as redes sociais que ligam os atores em várias relações sociais e sistemas de papéis” (MOHR; WHITE, 2008), tais como redes de amizade, de colaboração, de conselhos, de repasse de informações etc. Uma instituição é um fenômeno de nível meso, ela atravessa e conecta os diferentes domínios da ação humana. Instituições atravessam as dualidades da vida social e ligam o simbólico ao material, a agência à estrutura, o micro ao macro. Destarte, modelar uma instituição implica enfrentar a necessidade de incorporar à análise institucional as dualidades entre os diferentes domínios da ordem social. Esse elemento no qual se destaca a conectividade entre os atores configura-se no princípio da relacionalidade, que estrutura o modelo de análise desenvolvido pelos autores. Tal princípio não se limita à dimensão interativa da vida social, aplica-se também à dimensão interpretativa. Consequentemente, as instituições são compostas não só por atores ligados entre si, mas também por significados que se articulam em redes semânticas que dão sentido à vida institucional.

Assim, em adição às redes sociais, vida institucional é organizada ao redor de redes culturais, estruturas relacionais que ligam significados, valores, narrativas e retóricas em várias configurações estruturadas. Uma análise institucional necessita atentar para ambas as estruturas: os sistemas de discurso e os sistemas de interação social e para ligações que os uni (MOHR; WHITE, 2008).

Considerando que a vida social é marcada por dualidades, Morh e White

(2008) argumentam que as diferentes camadas da vida social (diferentes *netdoms*: trabalho, família, estudos, facebook etc.) configuram diferentes identidades que são conectadas pelas instituições. Entretanto, ressaltam que cada camada é marcada por dualidades entre o material e o simbólico. Para além de se analisar o sistema interativo entre atores sociais, deve-se focar também a dualidade entre o sistema interpretativo e as estruturas que emergem da interação social. Por exemplo: a configuração de uma rede de amizade não se explica apenas pelos processos relacionais que envolvem os membros de uma população, tais como os processos de transitividade, de homofilia e de reciprocidade. A instituição amizade (como qualquer outra) se manifesta em função da dualidade entre os processos relacionais (dimensão interativa) e o sistema de discursos/narrativas compartilhado, que estabiliza um sistema de amizade (dimensão interpretativa).

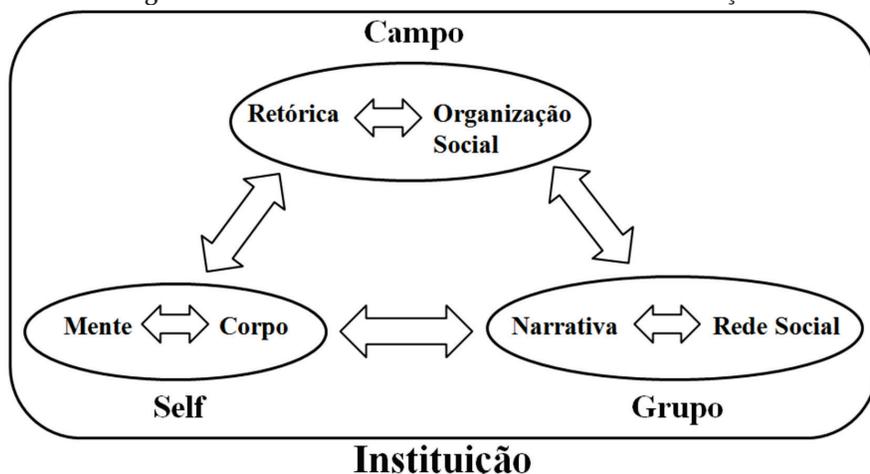
Mohr e White (2008) ilustram seu argumento comentando o caso do sistema de castas indiano. Destacam que o sistema de castas se estabilizou e reproduziu-se não apenas em função de um conjunto de regras e valores, a cultura de uma sociedade. Além disso, o cultural está conectado a um sistema de interação, o sistema de parentesco, que se alastra entre as aldeias indianas. O modelo de análise institucional proposto destaca três tipos de dualidades como terrenos teóricos-chave para a análise institucional. Primeiro falam da dualidade entre estilos e instituições, uma releitura da dualidade agência-estrutura. Sob esse aspecto, cabe à análise institucional revelar como sobreposições de estilos desestabilizam instituições e como a emergência de um novo estilo faz surgir uma nova instituição. Além disso, explicar como instituições decretam estilos. Isto é, como disciplinam e organizam as percepções dos atores⁸.

A segunda dualidade destacada refere-se à interação entre o social e o cultural. O desafio para a análise institucional consiste em explicar a construção coletiva de significados a partir da interação social que resultem em narrativas conectadas em sistemas relacionais semióticos garantidores de uma face interpretativa à experiência vivida. Concebe-se que a interação social (as redes) se configura sob a influência dos valores compartilhados, sistemas interpretativos organizados como narrativas. Por sua vez, as narrativas circulam através das redes de interação.

⁸ Neste ponto a teoria dos *netdoms* aproxima-se da teoria dos mitos institucionalizados de Meyer e Rowan (1977). Enquanto essa última aponta a importância de regras e cerimônias institucionalizadas no ambiente organizacional como garantia de sobrevivência em detrimento da eficiência econômica, a primeira destaca a importância das narrativas aceitas que sustentam as instituições.

O terceiro tipo de dualidade a ser considerado destaca a interação entre os níveis da vida social. Esse é um aspecto central para o modelo proposto, uma vez que instituições são concebidas como pontes entre os níveis da organização social. É esse papel que distingue instituições mais estáveis das formas mais transitórias. Os níveis micro, meso e macro (*self*, grupo e Campo) se ligam uns aos outros por relações duais. Além disso, dentro de cada domínio há mais dualidades, que expressam a dualidade entre o material e o simbólico, modeladas em uma análise relacional das instituições através de redes semânticas e redes de interação social. O papel das instituições é manter coeso esse processo dual. A Figura 2 extraída de Mohr e White (2008) resume esse argumento.

Figura 2 - Dualidades aninhadas dentro de uma instituição



Fonte: Mohr e White (2008). Tradução do autor.

Para a perspectiva neoestrutural de White, as instituições sociais são um *by-product* das interações sociais e dos conjuntos de significados organizados e consolidados em um estilo que se torna hegemônico no campo organizacional. Tal estilo oferece um novo conjunto de valores que orienta as interações sociais. Assim, uma mudança institucional ocorrerá todas as vezes que estilos entrarem em conflito, isto é, todas as vezes que ocorrer a sobreposição de estilos divergentes que disputarão adeptos em público. Quando um estilo se torna preferível aos alternativos, acontece uma inovação institucional. Por outro lado, a estabilidade institucional, nessa perspectiva, está vinculada à capacidade das instituições de criarem

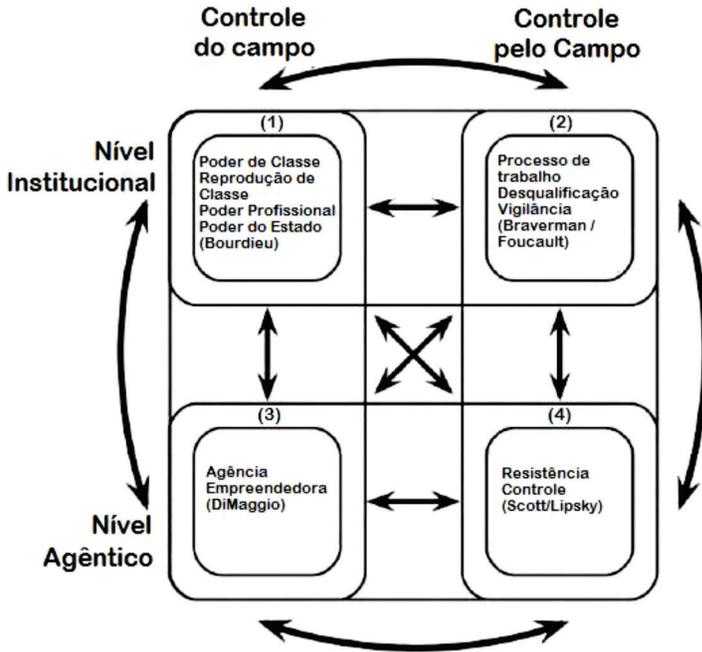
pontes entre os níveis da organização social, conectando o micro ao meso (e macro), o social ao cultural e o agêntico ao estrutural. Embora reconheça a capacidade de agência das identidades e a influência das estruturas sociais sobre o comportamento, origem, mudança e permanência das instituições sociais, esses processos são explicados a partir da dualidade entre sistemas interativos e interpretativos disparados por eventos⁹.

A ação empreendedora sob o prisma da teoria do *netdoms*

Qual é o impacto da teoria dos *netdoms* sobre a teoria da ação empreendedora (DIMAGGIO, 1988)? De maneira ampla, essa questão pode ser respondida considerando a discussão sobre o empreendedor institucional realizada no campo da sociologia das organizações. Mohr e Neely (2009), referindo-se ao estudo do poder em campos institucionais, destacam duas dimensões do exercício do poder institucional interligadas entre si. De um lado, destacam níveis de análise na vida social distinguidos entre agêntico e institucional, a exemplo de DiMaggio (1988). Por outro lado, apoiados em Lawrence (2008), destacam a relação dos atores com o campo, diferenciam os empoderados, que disputam o controle *do* campo, e os não empoderados, que estão diretamente sujeitos às formas de controle geradas *pelo* campo. O cruzamento das duas dimensões revela quatro subdomínios diferenciados pelo nível e pela forma de poder exercido na experiência institucional (Figura 3).

⁹ Se comparado ao sistema teórico de Parsons (1966), a teoria dos *netdoms* inova ao postular um processo de mudança em que valores e normas encontram-se registrados em narrativas que são negociadas pelas identidades que buscam o controle sobre as incertezas da mundo social. Nesses termos, mudança e estabilidade dependem da capacidade de negociação das identidades para apoiar estilos alternativos que sustentam narrativas e ocorrem como um fenômeno processual. Para Parsons (1966), a estabilidade dos sistemas sociais é garantida por normas e valores aos quais os agentes aderem via processo de socialização e aprendizagem. Cabe às coletividades proteger tais valores e normas convencendo seus membros a perseguirem os fins coletivos administrando sanções (positivas ou negativas). No modelo teórico de Parsons (1966), a presença do conflito é permanente, pois está associada à possibilidade de desajuste entre fins individuais e fins coletivos. Neste caso, há o reconhecimento de um mecanismo de mudança social, mas a mudança caracteriza-se mais traumática do que ocorre na teoria dos *netdoms*.

Figura 3 - Poder em campos organizacionais: nível de análise e relacionamento para o controle.



Fonte: Mohr e Neely (2009). Tradução do autor.

Embora interligados e mutuamente dependentes, os autores apontam que esses subdomínios podem ser analisados separadamente, uma vez que apresentam uma lógica institucional de ordenação própria e coerente. Neste modelo, a ação dos empreendedores institucionais se desenvolve no subdomínio caracterizado pelo nível agêntico e pelo sistema de poder em que atores disputam o controle do campo, conforme destacado por Mohr e Neely (2009), o subdomínio 3 da Figura 3, isto é, o da agência empreendedora. Nesse subdomínio podemos analisar a relação entre poder e instituições e discutir o trabalho dos agentes empenhados em criar, transformar ou destruir instituições. A análise do subdomínio da agência empreendedora remete ao argumento de DiMaggio (1988) sobre as relações entre agência e instituição, especificamente o tema dos empreendedores institucionais. Estes são descritos como agentes capazes de manipular os recursos no campo e identificar oportunidades para realizar seus interesses. Tais atores empreendem projetos de institucionalização que moldam o campo organizacional. Para além de desempenharem o papel tradicional

de empreendedor concebido por Schumpeter (1982), esses atores ajudam no desenvolvimento de atividades nas quais se encontram envolvidos e na constituição de novas instituições. Sob esse prisma, empreendedores institucionais são vistos como dotados de habilidade para motivar alianças políticas entre grupos muito diferentes, têm a capacidade de criar significados e elaborar ideias, mas vão além ao utilizarem esses produtos para induzir à cooperação (FLIGSTEIN, 2007). Eles são concebidos como atores dotados de recursos suficientes para promover alterações no campo. Tais agentes introduzem novas práticas e novos sentidos para a ação, inovando ou alterando a configuração do campo. (DIMAGGIO, 1988; MAGUIRE; HARDY; LAWRENCE, 2004; FLIGSTEIN, 2007). No entanto, o desempenho desses atores depende, não raramente, de estratégias discursivas para sustentarem suas ideias a partir da elaboração de novos conceitos (MUNIR; PHILLIPS, 2005).

A noção de empreendedorismo institucional (DIMAGGIO, 1988) tem sido uma ferramenta útil aplicada às discussões sobre criação e mudança institucional. Ela combina as concepções "subsociada" e "supersociada" do indivíduo (GRANOVETTER, 2007) e, assim, apresenta-se com uma solução para a dualidade entre agência e estrutura. Deste modo, suaviza o peso das instituições como guias da ação social sem deixar de reconhecê-las, ainda que valorize mais a dimensão da ação individual. O debate sobre a agência empreendedora contribuiu, assim, para que a abordagem sociológica das instituições ajustasse sua explicação sobre a mudança e permanência das instituições, recuperando a capacidade de agência dos atores sociais.

Em geral, a literatura tem destacado que a promoção das mudanças em campo organizacional está vinculada à habilidade de alguns atores de enxergar além da estrutura na qual estão imersos e a partir de então empreender inovações a simplesmente reproduzir a estrutura existente. Selznick (1972), por exemplo, ao analisar o papel da liderança institucional, destacou que esse ator deve superar as questões técnicas, especialmente referentes à engenharia, necessárias para a produção eficiente, para, no agir político, conduzir o processo de institucionalização da organização por ela liderada. Para o autor, a liderança "vai além da eficiência: a) quando estabelece a missão básica da organização e b) quando cria um organismo capaz de preencher aquela missão" (SELZNICK, 1972). Entendendo o processo de institucionalização de uma organização enquanto assimilação de valores, o autor o destaca como o ponto-limite que distingue a simples

gerência da liderança institucional, cujo principal objetivo deve ser com a integridade institucional. Mudanças institucionais exigem que determinados atores sociais mobilizem aliados, elaborem novos significados e operem mecanismos de cooperação a fim de realizar seus interesses. Selznick (1972) destaca que o

trabalho do líder é testar o ambiente para descobrir que ordens podem tornar-se verdadeiras ameaças, mudar o ambiente encontrando aliados e outras fontes de apoio externo e preparar a sua organização, criando os meios e a vontade para resistir aos ataques.

Discutindo a questão, Baratter, Ferreira e Costa destacam o paradoxo da imersão ou da agência imersa. Esse problema se manifesta na dificuldade encontrada para explicar como é possível alcançar inovações via cooperação entre atores que também estão imersos no campo e, portanto, são "limitados na sua visão de possibilidades de mudanças e restritos em sua capacidade de enxergar além das fronteiras do campo" (BARATTER; FERREIRA; COSTA, 2010). Uma solução para o "paradoxo da imersão" é derivada da teoria da estruturação de Anthony Giddens (2003). Nessa perspectiva, o ator social é visto como um agente capaz de refletir sobre a estrutura na qual está imerso e reconhecer seus aspectos facilitadores e os constrangimentos que ela causa. A partir desse ponto, se julgarem necessário, os agentes sociais seriam capazes de promover a transformação da estrutura. Assim, a teoria da estruturação destaca fortemente a capacidade de agência dos atores sociais para analisar a relação entre instituições e comportamento, bem como para explicar a mudança institucional.

Entretanto, a proposta deste artigo é pensar uma solução baseada na perspectiva neoestrutural de White. O diferencial da abordagem dos *netdoms* encontra-se no foco dado às interações entre identidades e seu interesse pela capacidade dessas em elaborar ou transformar os significados que orientam tais interações. Cabe lembrar que essa abordagem procura explicar a emergência da ordem social e, conseqüentemente, a inovação institucional e a reorganização de campos organizacionais a partir do processo relacional entre identidades buscando controle sobre contextos turbulentos (WHITE, 2008). Desse ponto de vista, o mundo social é por natureza randômico, e sua organização não pode ser conhecida de antemão.

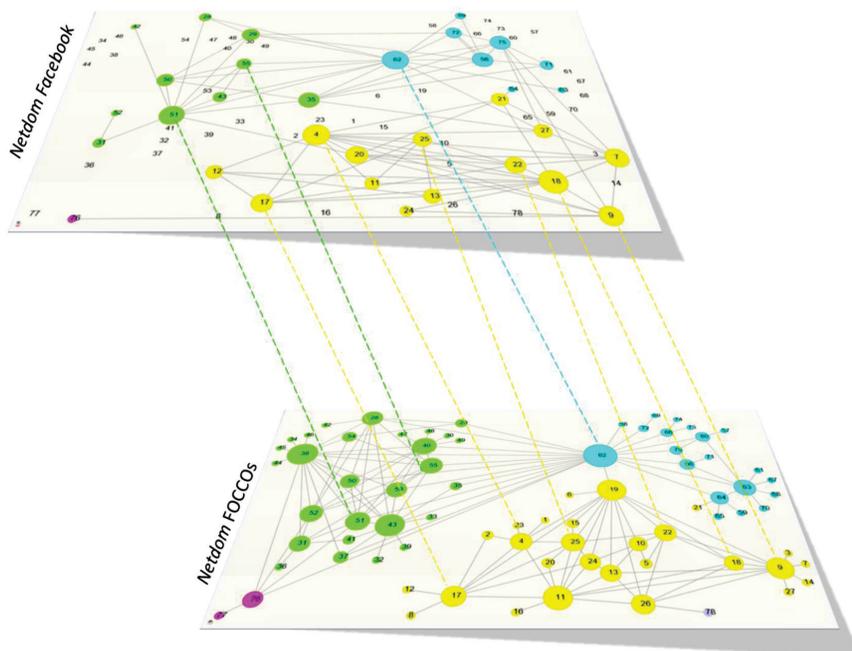
Como vimos, na sociologia neoestrutural, os indivíduos, ao circularem por diferentes domínios de redes (*netdoms*) e acionarem diferentes identidades,

incorporam um leque diversificado de significados. Nesse processo, alguns indivíduos, enquanto um feixe de identidades diversificadas, aumentam seu poder para elaborar conceitos e, conseqüentemente, influenciar a reorganização dos sistemas interpretativos. O movimento de acoplamento e desacoplamento aos *netdoms*, momento em que os indivíduos se conectam a diferentes atores e campos semânticos, conduz à emergência de uma nova identidade no campo com poder de transformar os sistemas interpretativos e interativos que conjuntamente disparam e conduzem a ação social. Essa identidade com capacidade para manipular as ambigüidades da vida social e exercer o controle sobre as incertezas nesse universo é a que nomeio empreendedor institucional. Do meu ponto de vista, a teoria dos *netdoms* consegue explicar o surgimento e desenvolvimento desse tipo de agente, sem anular suas características apontadas pela literatura. Sob esse prisma, os empreendedores institucionais são considerados um tipo particular de identidade que transita por diferentes *netdoms* do campo organizacional.

A Figura 4 representa dois domínios de redes no campo organizacional da prevenção e combate à corrupção para ilustrar nosso argumento. O *netdoms Facebook* e FOCCOs compõem-se de estruturas relacionais diferentes (sistemas interativos), por meio das quais significados alternativos são vinculados a cada plano. Neste exemplo, os atores acoplados nos *netdoms* estão ligados por linhas contínuas, enquanto aqueles que conectam ambos os domínios de redes estão ligados pelas linhas pontilhadas. Isto significa que estes atores mobilizam diferentes identidades em cada domínio. Eles são capazes de interagir com os demais atores acoplados em cada *netdom* e de se apropriarem dos significados ali presentes, os quais reinterpretam e transportam de um sistema interpretativo para outro.

Na Figura 4, diferencio entre os *netdoms* primário e secundário. O primeiro refere-se ao principal domínio de rede que vincula os atores de um campo organizacional. No exemplo que estamos utilizando, as identidades interagem no campo da prevenção e combate à corrupção, dando origem a um novo domínio de rede para realizar ações vinculadas a esse objetivo. Esse *netdom* corresponde aos Fóruns Permanentes de Combate à Corrupção (FOCCOs). *Netdoms* secundários, por sua vez, são representados por outros domínios de redes pelos quais os atores que se acoplam ao *netdom* primário circulam. Sua importância para explicação da ação empreendedora se define pelo grau de sobreposição com o *netdom* primário, isto é, um domínio de rede secundário é tão mais importante quanto mais sua estrutura for semelhante ao *netdom* primário.

Figura 4 - Mudança entre *netdoms*: potenciais empreendedores institucionais



Fonte: Elaborada pelo autor.

O argumento central apresentado aqui consiste na afirmação de que empreendedores institucionais são identidades capazes de fundar e consolidar estilos em campos organizacionais. Tal processo é constitutivo de novos significados ou leva à reformulação de significados antigos que resultam em novos padrões de relações sociais responsáveis pela difusão e reprodução dos significados elaborados. Disso decorre que empreendimentos institucionais não dependem de uma "visão além do campo" para promover mudanças. Sua capacidade para alterar a organização do campo ou para criar novas instituições é concebida diretamente da habilidade de acoplarem e desacoplarem em diferentes *netdoms* e, nesse processo, assumirem uma nova identidade com poder de controle sobre as ambiguidades da vida social. Ao transitar entre os *netdoms*, empreendedores institucionais aprendem a manipular e criar significados, reorganizar sistemas interpretativos e interativos e, conseqüentemente, tornam-se habilitadores de estilos.

A aplicação da teoria dos *netdoms* à discussão sobre a agência empreendedora configura-se como uma nova solução para o paradoxo da

imersão e para o dissenso em torno do posicionamento dos empreendedores institucionais no campo organizacional¹⁰. Sob esse ponto de vista, a agência empreendedora pode ser explicada por meio dos processos internos inerentes à dinâmica da vida social no campo. A posição do ator nos sistemas interativos, se centrais ou periféricos, é menos importante do que o fato de estar ou não conectado aos sistemas interativos. Por mais desfavorável que seja a posição de acoplamento em termos de centralidade, um ator, ao assumir qualquer identidade no *netdom*, terá a oportunidade de se apropriar dos significados que ali circulam e combiná-los com outros conceitos e ideias em outros *netdom*. Como vimos, é essa capacidade que possibilita a inovação. Na linguagem da teoria de White, a formulação de um novo estilo.

A Figura 5 mostra como os empreendedores institucionais promovem a mudança no campo. A leitura do problema da agência empreendedora a partir da teoria dos *netdoms* destaca a habilitação de um novo estilo como o principal mecanismo de gênese e mudança em campos organizacionais. Logo, a ação da identidade de empreendedores institucionais no campo não é direta. A mudança institucional notada no campo não representa a intenção direta de atores promovendo seus interesses (vestidos da identidade de empreendedor institucional). Argumento que a gênese e a mudança institucionais resultam da tradução de um novo estilo habilitado por atores acoplados no centro dos sistemas interpretativos e interativos do *netdom* primário. Esse processo de tradução é apenas influenciado pelos interesses particulares dos atores acoplados na identidade de empreendedor institucional, sem direcionar a ação de forma determinante. A forma final da gênese ou da mudança institucional resulta do processo de negociação entre diversas identidades no campo, das quais o empreendedor institucional é apenas mais uma. Ainda que possua a capacidade de inovar no campo, essa identidade não pode impor seu ponto de vista e deve revisá-lo na interação com outras identidades. Ao contrário está o tempo todo envolvida em um processo que exige a busca constante do convencimento das demais identidades em interação e no qual é levada a reinterpretar alguns de seus posicionamentos.

¹⁰ Ao tentar identificar os empreendedores institucionais, a literatura procurou testar a hipótese que afirma que esses seriam atores centrais nas redes interativas que se formam no campo organizacional. No entanto, os estudos empíricos não conseguiram confirmar essa hipótese. Observou-se que empreendedores institucionais, para além de ocupar posições centrais, podem ocupar a periferia dos sistemas interativos.

Figura 5 - Agência empreendedora e campos organizacionais sob o prisma da sociologia neoestrutural



Fonte: Elaborada pelo autor.

Empiricamente, tais identidades podem ser localizadas, em parte, pelo alto grau de similaridade de seu discurso em relação aos demais participantes do campo, o que pode ser verificado a partir de sua centralidade no sistema interpretativo. Espera-se que a percepção dos empreendedores institucionais direcione as interações e as ações nos *netdoms*, uma vez que estes dominam o campo semântico e, por isso, possuem maior poder de convencimento em relação às outras identidades. Para além de interesses pessoais (conseguir uma promoção) ou organizacionais (cumprir a missão de sua organização), a atuação dos empreendedores institucionais expressa uma visão de mundo. Valores, crenças e ideias são produtos de interações vivenciadas em *netdoms* e expressas de forma convincente no campo organizacional.

Por outro lado, empreendedores institucionais são centrais no sistema interativo do *netdom* primário, pois essa identidade apresenta maior capacidade de comunicação com as demais e, assim, pode alcançar mais facilmente a cooperação. Para além do prestígio dos atores que mobilizam a identidade de empreendedor institucional, mensurado pelo número de relações no sistema interativo, deve-se combinar outras medidas de centralidade e posição na identificação do posicionamento deles dentro dos *netdoms*. Para ilustrar essa estratégia, construímos um modelo de análise fatorial confirmatória e apresentamos os resultados na seção seguinte.

Empreendedores institucionais em *netdoms*: o caso dos Fóruns de Combate à Corrupção

Os dados apresentados nesta seção resultam de 31 entrevistas semiestruturadas feitas entre os dias 5 a 23 de agosto de 2013 para a pesquisa CAPITAL SOCIAL E DENSIDADE DE REDE: a produção da transparência e da fiscalização na gestão pública¹¹ nas cidades de Maceió-AL, Recife-PE e João Pessoa-PB. Os entrevistados selecionados apresentavam alta taxa de participação nas reuniões dos Fóruns. Buscou-se acessar a percepção desses atores sobre a gênese e a dinâmica de funcionamento das FOCCOs. O relato dos participantes permitiu a identificação de atores fundamentais na formulação e implementação das redes, bem como de atores empenhados em motivar sua continuidade. Todos os nomes foram citados espontaneamente em decorrência dos temas levantados nas entrevistas. Essas citações constituem laços de reconhecimento que estruturam a rede analisada aqui como uma *proxy* do sistema interativo. A relação dos entrevistados com palavras-chave ligadas ao problema da prevenção e do combate à corrupção foi utilizada como *proxy* do sistema interpretativo.

Garantimos o anonimato de todos os entrevistados em qualquer produto derivado dos dados coletados, por esse motivo nenhum nome foi citado. As falas que utilizamos para ilustrar nossos argumentos foram numeradas aleatoriamente de 1 a 78. Para além de remeter aos 31 entrevistados, a identificação inclui atores com baixo grau de reconhecimento, citados pontualmente, e com baixa participação nas reuniões dos Fóruns.

Para identificar empreendedores institucionais empenhados na gênese dos FOCCOS, a análise considerou variáveis do sistema interativo, composta por quatro tipos de centralidades e um indicador de desempenho em papéis de intermediadores¹² e variáveis do sistema interpretativo, formada por um indicador de importância dos vértices em relação ao uso

¹¹ O trabalho de campo foi realizado com apoio do CNPq.

¹² O indicador de desempenho em papéis de intermediários (*ipi*) varia entre 0 e 1. Procedemos da seguinte maneira: para cada ator somamos o número de vezes que desempenhou um dos seguintes papéis de intermediadores (coordenador, guardião e representante), chegando a um valor X para cada caso. Para criar a escala de 0 a 1, subtraímos o valor mínimo das somas (X_{\min}) do valor X e dividimos pelo valor máximo das somas (X_{\max}) menos o valor mínimo das somas. Logo, $ipi = (X - X_{\min} / X_{\max} - X_{\min})$.

das palavras-chave, um indicador de multivocalidade¹³ e os quatro tipos de centralidades¹⁴. Os resultados revelaram dois componentes principais, que explicam 89,76% da variância¹⁵. Os componentes representam proxys dos dois sistemas do *netdom* primário.

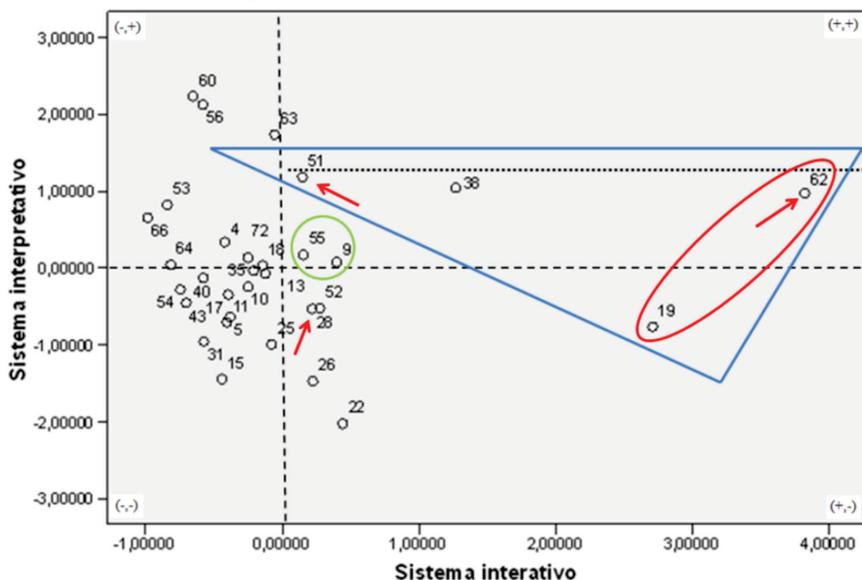
A Figura 6 mostra a relação entre os dois fatores, revelando a posição dos atores *netdom*. As posições condizentes com a identidade de empreendedor institucional estão associadas aos valores positivos nos eixos x e y. Nesse lugar do *netdom* FOCCO podemos observar os atores 9, 38, 51, 55 e 62. Em relação à imersão no sistema interpretativo, os dados revelam um limite para o posicionamento nessa dimensão. A linha pontilhada no quadrante positivo mostra que todos os cinco atores que ocupam esse espaço do *netdom* estão abaixo desse limite. Por sua vez, a dimensão interativa parece responder pela forma diferenciada de acoplamento dos atores no *netdom*, em tese reflexo das funções que esses exercem no domínio de rede.

¹³ O indicador de multivocalidade foi calculado da seguinte forma: atribuímos um valor para cada ator igual à centralidade do bloco do qual ele faz parte. Esse indicador varia de 0 (bloco isolado) a 6 (bloco de atores que se relaciona com 6 blocos de palavras-chaves). Em seguida, adotamos o mesmo procedimento descrito na nota anterior, para transforma os valores em uma escala de 0 a 1.

¹⁴ Especificamente: centralidade de grau, centralidade de proximidade, centralidade de intermediação e centralidade eigenvector. As medidas de centralidades para a rede de dois modos foram calculadas no *software Ucinet*, uma vez que esse *software* realiza as adaptações necessárias para calcular os algoritmos de centralidades em rede de dois modos.

¹⁵ A análise de comunalidade indicou que era necessário retirar a centralidade eigenvector do sistema interativo do modelo de Análise Fatorial. Feito este ajuste, o modelo se adequou.

Figura 6 – Posições no *netdom* FOCCO.



Fonte: Elaborada pelo autor. Dados de pesquisa (2013).

Legenda: tipos de empreendedores nos FOCCOs: setas = formuladores; elipse vermelha = difusores; triângulo azul = motivadores mais antigos; círculo verde = novos motivadores. (Legend types of entrepreneurs in FOCCOs: Arrows = formulators; Red ellipse = diffusers; Blue triangle = first motivators; Green circle = new motivators).

Para leitura dos resultados, consideramos ainda dados qualitativos coletados a partir de entrevistas semiestruturadas. Com base nestes, descobrimos que a identidade de empreendedor institucional, no caso analisado, possui três subtipos: formuladores, difusores e motivadores. A análise fatorial mostra posicionamentos diferentes para os três tipos. Nos FOCCOs, os empreendedores formuladores do estilo são apontados pelas setas vermelhas na Figura 6¹⁶. A identidade de empreendedor formulador parece perder importância no *netdom* primário à medida que a inovação institucional cria autonomia. Relações criadas por essa identidade são essenciais para gênese da inovação, mas, a longo prazo, as instituições dela derivada libertam-se das concepções de seus formuladores. Enquanto os atores 51 e 62, dez anos depois da inovação no campo, conservam-se nesse espaço do *netdom*, o ator 28 se deslocou do núcleo para um setor

¹⁶ A análise qualitativa das entrevistas confirmou a importância desses atores como os formuladores do estilo, bem como os difusores e os mobilizadores nos fóruns. Por questão de espaço, não apresentamos esses dados aqui.

intermediário (quadrante (+, -)). Por um lado, esse deslocamento reflete a evolução da narrativa dos fóruns e, por outro, a habilidade de alguns atores de acionarem mais de um subtipo da identidade de empreendedor.

No primeiro caso, a ampliação da narrativa dos FOCCOs deslocou para setores intermediários ou periféricos do *netdom* atores com posições mais pontuais, como é o caso do ator 28. *“E a ideia de atuação mais forte no sistema de controle, daquilo que é o papel do sistema de controle, do exercício do trabalho de cada órgão acabou deixando-se um pouco de lado para se voltar tão somente ao aspecto, aí é uma visão muito particular minha, para apenas o aspecto do exercício do fomento do controle social. Nesse momento eu achei que de fato a gente tinha perdido uma oportunidade muito grande de focar... o que eu chamo de controle do Estado.”* (Entrevistado 28).

No segundo caso, os atores 51 e 62 continuaram atuando entre os principais motivadores do estilo. Além dessa função, o ator 62 acionou também a identidade de empreendedor difusor. Sua alta centralidade no sistema interativo reflete o modo como ele circula nos *netdoms* da prevenção e combate à corrupção.

A posição que o ator 19 ocupa no *netdom* ajuda a entender um pouco o impacto das funções de difusores e motivadores na dimensão do sistema interativo. Embora localizado em uma posição intermediária (quadrante (+, -), a história contada pelos demais membros dos FOCCOs a respeito desse ator confirma sua atuação como um dos principais difusores e motivadores do estilo FOCCO no seu estado. Contudo, sua posição intermediária no domínio de rede parece associada à afiliação institucional, já que é o único representante de organização civil em posição de acoplar a identidade de empreendedor institucional.

O triângulo azul na Figura 6 destaca os motivadores atuantes desde o começo do movimento. Entre eles, o ator 38 é o único que não mistura sua atuação como motivador com a origem do FOCCO, seja na função de formulador ou difusor. Isto é, a posição do ator 38 no centro do *netdom* foi estabelecida a partir da sua inserção nas relações que se firmaram nos FOCCOs. O mesmo processo explica o posicionamento dos atores 9 e 55 (destacados no círculo verde) que despontam como novos motivadores. Assim como o ator 38, eles se acoplaram ao *netdom* FOCCO quando os fóruns já estavam instituídos. Os relatos durante as entrevistas mostraram que aos poucos esses atores passaram a assumir a posição de empreendedor motivador.

Considerações Finais

Neste artigo ofereci uma leitura do tema do empreendedorismo institucional sob o prisma da teoria dos *netdoms*. O argumento central foi que essa teoria, elaborada a partir da abordagem neoestrutural de Harrison White e coautores, oferece novo fôlego ao debate. Por um lado, ela ajuda a solucionar o problema da imersão e anular o dissenso sobre o posicionamento dos empreendedores institucionais em sistemas interativos. Por outro lado, leva-nos a enxergar esses atores como um tipo particular de identidade que tem a capacidade de manipular significados e, conseqüentemente, exercer maior controle sobre as ambigüidades que se manifestam nos campos organizacionais.

Para fundamentar esse argumento, apresentei os principais pontos do neoestruturalismo Whiteano. Destaquei os principais conceitos e o modo como os significados viajam na teoria dos *netdoms*. Em seguida, apontei como a teoria de White se aplica ao estudo das instituições. Neste sentido, foi apresentada uma nova proposta de análise para as instituições, cuja principal característica consiste na elaboração de um modelo que incorpora a dualidade entre sistemas interpretativos e interativos (o simbólico e o material). Por fim, desvendi como essa proposta de análise neoestrutural afeta diretamente um dos principais temas da sociologia organizacional: a relação entre agência e estrutura. Para isso, tratei especificamente do subdomínio da agência empreendedora abordando a discussão sobre o empreendedorismo institucional.

Terminei o artigo ilustrando a aplicação do modelo apresentado na identificação de empreendedores institucionais dos Fóruns de Combate à Corrupção. Mostrei o posicionamento dos empreendedores institucionais no *netdom* primário. Os resultados revelaram diferentes posicionamentos no centro do *netdom* primário que apontam a existência de três subtipos dessa identidade. Estes se distinguem em função de comportamentos especializados no campo, sugerindo que os recursos para a agência empreendedora são desigualmente distribuídos no campo. Por fim, destaco que a contribuição do neoestruturalismo para o debate sobre empreendimento institucional consiste em oferecer uma abordagem teórica que leva à elaboração de uma estratégia metodológica capaz de identificar empreendedores institucionais no campo. Essa abordagem postula que tal identidade é construída no cotidiano das interações no campo, que as três habilidades dos empreendedores são transitórias e que nenhum

ator individualmente é capaz de sustentar inovações institucionais. Eles precisam mobilizar, negociar e coordenar, em um primeiro nível, a interação entre e com apoiadores da inovação institucional.

Referências

- BARATTER, Marystela Assis; FERREIRA, Jane Mendes; COSTA, Mayla Cristina. (2010). Empreendedorismo institucional: características da ação intencional. *Perspectivas Contemporâneas*, Edição Especial, p. 237-266.
- BATTILANA, Julie; LECA, Bernard; BOXENBAUM, Eva. (2009). How actors change institutions: towards a theory of institutional entrepreneurship. *The academy of management annals*, v. 3, n. 1, p. 65-107.
- COLLINS, Randall. (2009). *Quatro Tradições Sociológicas*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- DIMAGGIO, Paul. (1988). Interest and agency in institutional theory. In: ZUCKER, Lynne (org.). *Research on Institutional Patterns: Environment and Culture* Cambridge: Ballinger Publishing Co.
- DIMAGGIO, Paul; POWELL, Walter. (1983) The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. *American Sociological Review*, Vol. 48, Issue 2, p. 147-160.
- DOIMO, Ana Maria. (1995). *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS.
- FLIGSTEIN, Neil. (2007). Habilidade social e a teoria dos campos. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 2, n. 47, p. 61-80.
- FONTDEVILA, Jorge; WHITE, Harrison. (2010). Power from switching across netdoms through reflexive and indexical language. *REDES-Revista Hispana Para el Analisis de Redes Sociales* 18, p. 326-349.
- GIDDENS, Anthony. (2003). *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- GODART, Frédéric; WHITE, Harrison. (2010). Switchings under uncertainty: The coming and becoming of meanings *Poetics*. Volume 38, Issue 6, p, 567-586.
- HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. (2003). As três versões do Neo-Institucionalismo. *Lua Nova*, nº 58. p.193-223.
- GRANOVETTER, Mark. (2007). Ação econômica e estrutural social: o problema da imersão. *Revista RAE-eletrônica*, v. 6, n.1.
- LAWRENCE, Thomas. (2008). Power, Institutions and Organizations. In: GREENWOOD, Royston; OLIVER, Christine; SUDDABY, Roy; SAHLIN, Kerstin (Ed.) *The Sage Handbook of Organizational Institutionalism*. Sage Publications, Los Angeles, CA. p. 170-197.
- MAGUIRE, Steve; HARDY, Cynthia; LAWRENCE, Thomas. (2004). Institutional entrepreneurship in emerging fields: HIV/Aids treatment advocacy in Canada. *Academy of Management Journal*, v. 47, n. 5, p. 657-679.
- MEYER, John; ROWAN, Brian. (1977). Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. *American Journal of Sociology*. Vol. 83, 2, p. 340-363.

- MOHR, John; WHITE, Harrison.
(2008). How to model an Institution. *Theory and Society*. Vol. 37, 5, p. 485-512.
- MOHR, John; NEELY, Brooke.
(2009). Modeling Foucault: Dualities of power in institutional fields, In: MEYER, Renate; SAHLIN, Kerstin; VENTRESCA, Marc; WALGENBACH, Peter (ed.). *Institutions and Ideology. Research in the Sociology of Organizations*. Vol. 27. Emerald Group Publishing Limited, p.203 - 255.
- MUNIR, Kamal; PHILLIPS, Nelson.
(2005). The birth of the “Kodak Moment”: institutional entrepreneurship and the adoption of new technologies. *Organization Studies*, v. 26, n. 11, p. 1665-1687.
- PARSONS, Talcott.
(2010). *A estruturação da ação social: um estudo de Teoria Social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- PARSONS, Talcott.
(1966). El sistema social. *Revista de Occidente*. Madrid.
- PARSONS, Talcott; SHILS, Edward.
(1987). *Hacia una teoría general de la acción*. Buenos Aires: Kapeluz.
- SCHUMPETER, Joseph.
(1982). *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural.
- SELZNICK, Philip.
(1972). *A liderança na administração: uma interpretação sociológica*. Rio de Janeiro. FGV.
- WHITE, Harrison.
(2008). *Identity and Control: How Social Formations Emerge*. 2.ed. New Jersey: Princeton University Press.

Recebido em
agosto de 2018

Aprovado em
maio de 2019

Transparência: a hierarquização dos países decorrente da opção democrática no índice da *Freedom House*

Vítor César Silva Xavier*

Resumo

O Ocidente tem propagado a ideia de que regime político democrático é a melhor ou até mesmo a única alternativa para a sociedade internacional (FUKUYAMA, 1989). Concomitantemente à valorização da democracia na atualidade, diversas instituições se propõem a difundir e a avaliar a democracia no mundo, dentre as quais a *Freedom House*. Nesse contexto, o presente estudo se propõe a avaliar o método de trabalho adotado pela *Freedom House*, especificamente a partir do valor transparência e com o objetivo de se analisar a adequação dos critérios de mensuração utilizados. A fonte primária de estudo serão os documentos oficiais da *Freedom House*, em especial as regras metodológicas que subsidiam a produção do relatório “Liberdade no Mundo”; em paralelo, obras doutrinárias sobre democracia e transparência irão fornecer referências conceituais importantes ao trabalho. Metodologicamente, o artigo irá primeiramente discutir os conceitos de regime político democrático e as correlatas expectativas quanto aos níveis de transparência possíveis; em seguida, a partir da análise de documentos primários, é preciso identificar o tipo de democracia adotado pela *Freedom House* e, conseqüentemente, a amplitude da transparência esperada pela instituição. Ao final, examinando o grau de transparência exigido pela *Freedom House* e a pluralidade de regimes democráticos teoricamente existentes, procurar-se-á demonstrar pela argumentação lógica a insuficiência dos critérios analíticos adotados pela instituição na medição da democracia no mundo, o que afeta, conseqüentemente, o rank apresentado no relatório “Liberdade no Mundo”. A partir dessa abordagem, questiona-se a forma de inserção do valor transparência no índice da *Freedom House*, uma vez que se adota o conceito de democracia liberal, ocultando conscientemente diferenças entre aqueles países que de fato divulgam informações quantitativa e qualitativamente mais importantes, tais como aqueles que adotam a social democracia.

Palavras-chave

Democracia. *Freedom House*. Índices. *Ranks*. Transparência.

* Doutorando em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: vitorxavier@yahoo.com

Abstract

The West has propagated the idea that a democratic political regime is the best or even the only alternative for international society (Fukuyama, 1989). Concomitantly to the current appreciation of democracy, various institutions are proposing to disseminate and evaluate democracy in the world, including Freedom House. In this context, the present study proposes to evaluate the work method adopted by Freedom House, specifically from the transparency value and with the purpose of analyzing the adequacy of the measurement criteria used. The primary source of study will be the Freedom House official documents, in particular the methodological rules that subsidize the production of the report "Freedom in the World"; in parallel, doctrinal works on democracy and transparency will provide important conceptual references for the paper. Methodologically, the article will first conceptually discuss the democratic political regime and the expectancy of levels of transparency possible; then, with the analysis of the primary documents, it is necessary to identify the type of democracy adopted by Freedom House and, consequently, the breadth of the expected transparency. Finally, comparing the degree of transparency required by Freedom House with the plurality of democratic regimes that theoretically exist, the paper will try to demonstrate the inadequacy of the analytical criteria adopted by the institution in the measurement of democracy in the world, which consequently affects the rank presented in the Freedom in the World report. Therefore, there is an inadequate assessment of the transparency value in the Freedom House index, since it adopts the concept of liberal democracy, consciously concealing differences among those countries that actually disclose quantitatively and qualitatively more important information, such as those that adopt social democracy.

Keywords

Democracy. Freedom House. Indexes. Ranks. Transparency.

Introdução

Há diversos autores, como Kant (2010) e Fukuyama (1989), que sinalizam para uma progressiva expansão do regime democrático na sociedade internacional. Contudo, a expansão democrática, conforme aduz Huntington (1996), não pode ser considerada linear nem uniforme, porque há forças opostas à democracia e relevantes diferenças históricas e culturais entre países. Com base nesse pressuposto, Tom Farer (1996, p. 3) cita que “democracia é uma questão de grau”, de modo a evidenciar que os países poderiam ser classificados em diferentes grupos a partir de seu estágio de

desenvolvimento democrático.

Com base nessa realidade concreta, é evidente que democracia é uma tipologia que comporta gradações, sendo retratada de diferentes formas ao longo da história, o que conferiu ao termo um caráter polissêmico. Considerando a pluralidade de regimes democráticos, peculiaridades histórico-culturais e a importância do tema na agenda internacional, diversas instituições internacionais se propõem a mensurar o grau de desenvolvimento democrático dos países a partir de critérios pretensamente objetivos.

A despeito da instituição avaliadora da democracia, em qualquer relatório de avaliação de regimes democráticos, a transparência é quesito a ser considerado. Isso porque, para diversos autores, tais como Kant (2010), haveria um vínculo indissolúvel desse regime político com a transparência: toda democracia pressupõe logicamente algum nível de transparência, aqui entendida como disponibilização de informações à sociedade civil, sem a qual os cidadãos não estariam aptos a de fato exercerem minimamente poder sobre o Estado. Então, a transparência seria um elemento essencial para a democracia na medida em que possibilita a participação popular, embora o peso dele nas análises desse regime político possa em tese variar.

Tal como a democracia, é de se supor que a transparência também possua diferentes graus, mas isso não significa necessariamente que os Estados considerados mais democráticos são necessariamente aqueles que divulgam informações qualitativa e quantitativamente superiores, já que a transparência é apenas um dos muitos critérios eventualmente utilizados para se avaliar esse regime político. Por outro lado, o conceito de democracia utilizado na avaliação pode alterar a percepção sobre a transparência, na medida em que esta pode ser limitada por concepções minimalistas da primeira.

Por exemplo, conforme citado por Diamond (1996), em tese a referência democrática da *Freedom House* é a democracia liberal; mas até que ponto a referência adotada está adequada ao objetivo de classificar os países? A proposta deste trabalho, nesse tom e em especial a partir do valor transparência, é avaliar a suficiência da metodologia adotada pela *Freedom House* considerada para mensurar os diversos níveis do regime político democrático. É preciso confirmar precisamente o conceito de democracia adotado para as mensurações e, em seguida, avaliar sua suficiência na classificação da maturidade dos regimes políticos e as consequências dessa escolha na metodologia usada e nos resultados encontrados. Considerando

a vastidão dos indicadores utilizados pela *Freedom House*, a proposta de análise parte do valor transparência, pois (a) é pressuposto lógico para qualquer democracia e conseqüentemente está presente dentre os quesitos de avaliação democrática, o que permite futuras comparações entre metodologias de mensuração diferentes; (b) é igualmente variável e objetivamente testável; (c) a análise crítica aos índices democráticos a partir da variável transparência confere ineditismo ao presente trabalho; e (d) a transparência no questionário da *Freedom House* é objeto de análise em 4 questões, influenciando em 16% da pontuação total, demonstrando que análises inadequadas desse valor podem desvirtuar significativamente a mensuração das democracias.

Do ponto de vista metodológico, inicia-se o trabalho com discussão teórica da correlação entre graus de democracia e níveis de transparência; num segundo momento, será necessário se identificar qual a abrangência da transparência utilizada nos questionários da *Freedom House*, isto é, que tipo de informação deve ser divulgada pelo Estado, a fim de ser bem avaliado no ranqueamento. Para tanto, será avaliada a metodologia da *Freedom House*, em especial os questionamentos apresentados relativamente à transparência; com base nas informações que idealmente os Estados devem divulgar, pretende-se confirmar se de fato o parâmetro utilizado seria realmente a democracia liberal. Num terceiro momento, propõe-se comparar o grau de transparência exigido pela *Freedom House* com a pluralidade de regimes democráticos em tese existentes, sejam superiores ou inferiores ao modelo ideal proposto. Ao final, será possível concluir se as gradações existentes de democracia na metodologia da *Freedom House* estão adequadas aos níveis possíveis de transparência, atestando ou não a suficiência lógica das classificações propostas por essa instituição.

Democracia e Transparência

Democracia é um tema controverso que foi retratado de diferentes formas por diversos autores ao longo da história, o que conferiu ao termo um caráter polissêmico. De forma sintética, Diamond (1996, p. 2) divide as concepções de democracia em duas vertentes: a minimalista, também conhecida como democracia eleitoral ou procedural, e a estendida, da qual a denominada democracia liberal faz parte.

Joseph Schumpeter (1961, p. 293) é o precursor da versão minimalista e construiu a sua teoria da democracia a partir da crítica ao **conceito clássico**

de que "o método democrático é o arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o **bem comum**, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprilhe à vontade" – destaque nosso.

Schumpeter (1961, p. 293), ao avaliar a concepção tradicional de democracia enquanto "o ideal de uma comunidade bem ordenada", critica a possibilidade de o eleitor entender o contexto político no qual se insere, inclusive em razão de sua incapacidade de selecionar criticamente as informações sobre os fatos sociais.

Desse modo, tendo o seu senso da realidade muito limitado e ainda que houvesse disponibilização de informações, o eleitor não tem inteligência suficiente para a tomada de decisões políticas: "O cidadão típico, por conseguinte, desce para um nível inferior de rendimento mental logo que entra no campo político" (SCHUMPETER, 1961, p. 313).

Por isso, as vontades individuais seriam muito divididas e divergentes, as decisões políticas em consequência poderiam não ser aquilo que o povo realmente desejaria, não sendo possível dizer que elas representariam a vontade do povo. Dentro dessa realidade, por suas próprias limitações o cidadão não tem condições de participar amplamente do governo.

Nessa perspectiva, Schumpeter (p. 321) rompe com a visão tradicional e define democracia como "um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor". Então, o autor estaria defendendo que a essência da Democracia seria a competição eleitoral e não mais a consecução do bem comum a partir de uma ampla participação popular no Estado. A transparência, conseqüentemente em razão dessa delimitação participativa, seria importante somente nos procedimentos eleitorais, peça-chave na legitimidade representativa schumpeteriana; assim, a disponibilização de informações ao cidadão seria desnecessária em outros campos até em função da incapacidade do cidadão de entender as informações que eventualmente lhe pudessem ser oferecidas. E Schumpeter (1961, p. 314-315) reforça ainda mais essa posição ao alegar que a divulgação de informações pelo Estado normalmente atende a fins políticos imorais:

As maneiras em que os fatos e a vontade popular sobre qualquer assunto são manipulados correspondem exatamente aos métodos da publicidade. (...) Vimos acima porque é tão difícil transmitir ao público uma informação imparcial sobre problemas políticos e nela basear inferências logicamente corretas e por que essa informação

e argumentos políticos pegam apenas se se acomodam às idéias preconcebidas do cidadão. (...) As informações e argumentos que realmente impressionam ao cidadão, por conseguinte, provavelmente servem a algum fim político. É uma vez que a primeira coisa que o homem faz por seu ideal ou interesse é mentir, esperamos, e na verdade descobrimos, que a informação eficiente é quase sempre adulterada ou seletiva e que o raciocínio eficiente em política consiste sobretudo em exaltar certas proposições e transformá-las em axiomas, e eliminar outras.

Assim, na abordagem minimalista de Schumpeter, a transparência nas democracias é necessária somente para a validade do procedimento eleitoral.

Na perspectiva expandida, a teoria democrática liberal, cujo expoente é Robert Dahl (1997), entende que o ideal democrático somente existiria imperfeitamente na forma do que se denominou poliarquia. Conforme aduz Diamond (1996, p. 2), Dahl qualifica esse regime político em termos de conteúdo a partir dos direitos de liberdade e pluralismo, não restringindo a participação do cidadão a escolha dos governantes. Segundo Dahl (1997), os principais direitos em uma democracia seriam:

- de voto;
- eleições livres e idôneas para a disputa do poder;
- elegibilidade para cargos públicos representativos;
- liberdade de organização;
- liberdade de expressão;
- a instituições que garantam manifestações da sociedade sobre as políticas governamentais;
- fontes alternativas de informação.

Cabem dois comentários, neste ponto. Primeiro, os novos direitos que se associam à democracia possuem como fundamento, ao menos parcial e indiretamente, a disputa eleitoral, sendo considerados basicamente liberdades políticas associadas a alguns direitos civis. Segundo, ao se referir a fontes alternativas de informação, Dahl logicamente mantém certo grau de suspeita sobre as informações disponibilizadas pelo Estado, defendendo essencialmente a liberdade de imprensa como garantia democrática, o que se diferencia do direito de acessar informações diretamente do Estado. Em síntese, na democracia liberal de Dahl, garante-se maior participação do

cidadão por meio do reconhecimento de direitos civis e manutenção dos principais direitos políticos.

Por outro lado, para Przeworski (1988, p. 72), a virada keynesiana fortaleceu uma vertente democrática mais social, fundada no reconhecimento de novos direitos que sustentam a ideia de bem-estar. Com efeito, a lista de Dahl precisaria ser entendida como um rol mínimo de direitos para que determinado regime político possa ser considerado uma democracia, sem qualquer pretensão de esgotar as possibilidades que concretamente se apresentam nos diversos países ao longo da história, o que invariavelmente poderia afetar a participação popular. Dito de outra forma, o fato de os Estados reconhecerem outros direitos aos seus cidadãos não descaracteriza a essência de democracia, apenas demonstra que, mesmo dentro do conceito liberal, poderiam se discutir graus, embora haja uma lista mínima de direitos políticos e civis cujo respeito seja essencial à caracterização desse regime. Nesse viés, para Cademartori e Marció (2017, p. 2), “a significativa expansão dos direitos determinou a migração da ideia de democracia política para a de democracia social”.

Com essa perspectiva, em oposição à denominada democracia eleitoral e para além da liberal de Dahl, a vertente social-democrática considera um rol extremamente abrangente de direitos fundamentais do cidadão, tais como educação, saúde, moradia, lazer, trabalho, previdência social, meio ambiente etc.

A disputa eleitoral é um elemento integrante e necessário, mas não suficiente para a caracterização dessa vertente social. Igualmente, o acesso à informação é ampliado; não é um fim em si ou reduzido ao direito de votação, mas meio instrumental essencial para o exercício de outros direitos igualmente fundamentais, de modo que passa a abarcar todos esses conteúdos sociais. O acesso a informações é necessário porque, conforme Mendes, Coelho e Branco (2008, p. 360), “a plenitude da formação da personalidade depende de que se disponha de meios para conhecer a realidade e suas interpretações, (...) para que se possa participar de debates e para que se tomem decisões relevantes” em todos os aspectos da vida em sociedade e no exercício de seus direitos individuais e sociais.

Assim, a democracia social também se diferencia da perspectiva minimalista inaugurada por Schumpeter: defende-se que, desprovido de informação, os cidadãos não podem ser realmente protagonistas na formação da vontade política do Estado. Ou seja, a incapacidade de decisão narrada por Schumpeter é afastada justamente a partir da disponibilidade

da informação, não se tratando de medida inócua. Ademais, a ampla disponibilização de informações públicas é, também, garantia de que a ação governamental buscará realizar a vontade popular, o bem comum rejeitado por Schumpeter. Quanto à democracia liberal de Dahl, a social democracia tem a transparência estendida para além dos direitos básicos por ele listados.

Considerando a existência dessas três acepções básicas, importa citar que, conforme entende Adcock e Collier (1999), é comum na ciência a revisão de conceitos quando se apresentam insuficientes. Nesse sentido, a comparação entre Schumpeter e Dahl é importante neste trabalho porque mostra a transformação do próprio conceito de democracia, embora ambos não tenham focado seu estudo no elemento transparência. Além do mais, como conclusão parcial, verifica-se que o próprio nível de transparência de dados estatais deveria variar nas democracias em proporção aos direitos materiais reconhecidos, de modo a garantir o exercício adequado dos mesmos. Nessa linha de raciocínio, a transparência em diversas democracias da atualidade não poderia se limitar às liberdades civis e políticas, já que nesses regimes faticamente a cidadania não se esgota nessas prerrogativas. Dito de outra forma, embora haja um grau mínimo de transparência em toda democracia sem a qual os cidadãos não podem exercer minimamente poder sobre o Estado, não há *a priori* um máximo de transparência estabelecido para a realização concreta dos ideais democráticos.

Metodologia da *Freedom House*

A) Considerações Preliminares

Embora receba subsídio diretamente do governo norte-americano¹ para o desenvolvimento de suas atividades, a *Freedom House* é uma organização não governamental, fundada em 1941, que se dedica à pesquisa e difusão da democracia, ao fortalecimento da sociedade civil, ao apoio aos direitos das mulheres, à consecução da justiça para as vítimas de tortura, à defesa dos jornalistas e à promoção dos direitos humanos.

Essa instituição privada produz anualmente relatórios técnicos nos quais avalia concretamente, dentro de seus objetivos, a situação específica

¹ Freedom House. Disponível em: <>https://freedomhouse.org/sites/default/files/FINAL_Basic_Financial_Statements_2016.pdf . Acesso em: 09 jul. 2018.

de vários países. Neste trabalho, importa em especial o mais tradicional dos relatórios, “Liberdade no Mundo”, que, com metodologia própria, discute comparativamente o grau de democracia de cada país desde 1972² e é referência para os pesquisadores dessa temática³.

A edição de 2018 abrange a avaliação de 195 países e 14 territórios; os principais pressupostos desse relatório são que⁴: (a) “a liberdade é melhor alcançada nas sociedades democráticas liberais”; (b) a Declaração Universal de Direitos Humanos é mandatória em qualquer país, sendo consequentemente referência nas avaliações da *Freedom House*; e (c) tanto a legislação nacional como sua efetiva implementação são consideradas nas decisões de classificação.

Estruturalmente, o relatório em questão se divide em duas partes, liberdades políticas e civis. Do ponto de vista metodológico, a avaliação consiste na aplicação de um questionário com diversas perguntas acerca dos direitos políticos e civis. Nos aspectos procedimentais, ressalte-se que o questionário é respondido por consultores especializados internos e externos, contratados especificamente para o projeto, que coletam informações de diversas fontes, tais como *internet*, organizações não governamentais, grupos de pesquisa especializados e profissionais; mas é preciso mencionar que os consultores não realizam obrigatoriamente visitas ao país para conhecer diretamente a realidade de cada um deles. Para cada pergunta os consultores da *Freedom House* atribuem uma pontuação; após a realização de uma análise individual, é feita a análise comparativa que considera tanto outros países como avaliações anteriores do mesmo país.

As questões de direitos políticos são agrupadas em três subcategorias: Processo Eleitoral (3 questões), Pluralismo Político e Participação (4) e Funcionamento do Governo (3). As questões de liberdades civis são agrupadas em quatro subcategorias: Liberdade de Expressão e Crença (4 questões), Direitos de Associação e Organizacionais (3), Estado de Direito (4) e Autonomia Pessoal e Direitos Individuais (4).

Cada uma das questões visa na verdade avaliar a situação concreta de cada país, vinculando-se direta ou indiretamente aos valores democráticos.

² Interessa citar que o livro “Poliarquia: participação e oposição” de Robert Dahl foi lançado em 1971 e provavelmente influenciou a metodologia da *Freedom House*, como se verá adiante.

³ Para Diamond (1996, p. 4), “a classificação gratuita da *Freedom House* é o melhor indicador da democracia liberal disponível”.

⁴ Freedom House. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/methodology-freedom-world-2018>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

Para cada questão é atribuída uma nota; a partir da média delas, os países são classificados em livres, parcialmente livres e não livres.

Não há uma correspondência direta entre as democracias eleitoral e liberal e essas categorias da *Freedom House*. Por exemplo, o grupo de países livres contém tanto democracias eleitorais como liberais.

Nesse sentido, o relatório “liberdade no mundo” atribui a designação de “democracia eleitoral” a países que cumprem certos padrões mínimos de direitos políticos, consubstanciado, de acordo com a metodologia, em uma pontuação de 7, ou melhor, na subcategoria do Processo Eleitoral – Direitos Políticos (que vai até 12) e uma pontuação geral de direitos políticos de 20 ou mais (que vai até 40) e uma média geral das liberdades civis de 30 ou mais (que vai até 60). Em relação ao relatório de 2017, o último requisito foi acrescentado, o que se considera pertinente.

Por outro lado, também de acordo com a *Freedom House*, apenas os países classificados como livres podem ser considerados, pela metodologia, “democracias liberais”; contudo, como já asseverado, nem todo Estado bem pontuado e classificado como livre pode ser considerado uma democracia liberal. Nesse sentido, cite-se que, no relatório de 2018, há uma importante alteração em relação a 2017, que corresponde justamente ao cerne das discussões deste trabalho:

A designação “democracia eleitoral” da *Freedom House* não deve ser equiparada à “democracia liberal”, um termo que implica uma **observância mais robusta dos ideais democráticos e uma ampla gama de liberdades civis.** Em *Liberdade no Mundo*, a maioria dos países livres poderia ser considerada democracias liberais, enquanto alguns países parcialmente livres poderiam se qualificar como democracias eleitorais, mas não liberais. (*Freedom House* Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/methodology-freedom-world-2018>> . Acesso em: 07 jul. 2018. Destaque nosso.

Dessa forma, houve uma alteração metodológica na classificação dos Estados Livres que estabeleceu uma distinção entre democracias liberais e eleitorais, embora de forma imprecisa, pois se considera como nota distintiva a ideia abstrata de uma maior gama e efetividade dos ideais democráticos. Por outro lado, nem todas as democracias eleitorais podem ser consideradas livres, mantendo o entendimento de 2017.

B) A Transparência exigida pela *Freedom House*

Os 4 questionamentos (16 pontos) referentes ao acesso de informações estatais pelo cidadão no questionário de 2018 estão pulverizados nas duas categorias do questionário da *Freedom House*: direitos políticos e civis. No questionário da *Freedom House* de 2017, as questões sobre transparência eram restritas aos seguintes temas: procedimento eleitoral, orçamento público, contratos governamentais e ativos dos funcionários públicos. Além do mais, o índice da *Freedom House* tinha como componente o índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional; sem dúvida, a transparência exigida pela *Freedom House* vai além da vertente minimalista de Schumpeter, mas fica evidentemente restrita a um pequeno conjunto de temas.

Ao se comparar as questões de 2017 com a edição de 2018, percebem-se as seguintes alterações referentes à transparência:

- a. Exclusão da pergunta “Qual foi a última pontuação no *Transparency International Corruption Perceptions Index* para este país?”. A *Freedom House* considerava esse tradicional índice na composição do seu, mas essa questão foi cancelada em 2018.
- b. A questão de 2017 “O governo publica despesas contábeis detalhadas em tempo hábil?” foi ampliada para uma disponibilidade *on-line* sem delimitação prévia de conteúdo. Em um primeiro momento, parece ter havido uma ampliação da transparência, mas a questão se atrela essencialmente à iniciativa do Estado de disponibilizarem informações, sem exigir um rol mais extenso. Ademais, ela se insere precisamente no item “funcionamento do governo” dentro da categoria Direitos Políticos do questionário da *Freedom House*, de modo que se subentende tratar-se de disponibilização de informações para o exercício do restrito acervo dos direitos políticos.
- c. A questão de 2017 “Existe um controle da sociedade civil sobre os funcionários responsáveis pela aplicação da lei nos poderes judicial, legislativo e executivo?” foi retirada em 2018, sem inclusão de qualquer nova questão semelhante. A alteração foi negativa, pois um dos maiores objetivos da transparência é justamente possibilitar o controle social.

A partir desses marcos, verifica-se que a exigência de transparência pela

Freedom House em 2018 recai sobre temas muito específicos, em especial sobre procedimento eleitoral, orçamento público, contratos governamentais e ativos dos funcionários públicos, basicamente tal como em 2017. Assim, por exemplo, negativas de acesso a informação sobre a avaliação de efetividade de medicamentos (testes clínicos), em tese, não influenciariam no resultado da avaliação.

Análise do Procedimento de Mensuração Democrática

A) As Principais Críticas ao Trabalho da *Freedom House*

De acordo com Elkins (2000), uma medição da democracia é adequada quando consegue prever satisfatoriamente fenômenos associados ao regime democrático para os quais são estabelecidas hipóteses, tais como a não ocorrência de guerras entre democracias.

Para Elkins (2000), Adcock e Collier (1999), uma metodologia que se propõe a mensurar a democracia pode ser (a) dicotômica, quando estabelece uma divisão apenas entre o que é ou não democracia; ou (b) gradativa, ao estabelecer categorias intermediárias. Para o autor, índices com gradações espelham melhor a realidade e por isso são mais confiáveis. No mesmo sentido, Dahl (2012) expressa preocupação de que uma abordagem dicotômica apresente como resultado uma divisão maniqueísta do mundo, suprimindo a variedade concreta de regimes políticos.

Nessa lógica, Elkins (2000) entende que o objetivo de um bom índice não é apenas mensurar níveis de democracia dentre os Estados democráticos, mas também estabelecer gradações para os Estados não democráticos.

Isto posto, a construção de um índice, conforme assevera Munck e Verkuilen (2002), inicia-se pela identificação do objeto de medição. É preciso, então, identificar os elementos essenciais e os secundários das democracias, sendo certo que essa etapa afeta todo o processo de coleta, avaliação dos dados e produção de resultados. Para Adcock e Collier (1999), é preciso rejeitar a ideia de que existe um único conceito correto; para eles, operacionalizar um conceito pode e deve depender em parte da proposta de pesquisa; assim, a escolha do conceito se vincula aos objetivos do investigador. De acordo com os autores, a formação de um conceito deve se pautar na relação lógica com o propósito da pesquisa.

Após essa etapa inicial de fixação dos elementos do conceito, Munck e

Verkuilen (2002) defendem que é importante considerar o relacionamento entre esses atributos, pois uma avaliação insuficiente em um indicador pode prejudicar diversos outros. Por exemplo, se não é permitida a candidatura de políticos da oposição, o fato de mulheres poderem votar não importa muito.

Em seguida, precisam ser escolhidos os indicadores que irão mensurar os atributos considerados importantes dentro do conceito estabelecido. Esses autores entendem que a escolha dos indicadores é naturalmente guiada pela disponibilidade dos dados, o que não necessariamente é prejudicial à avaliação. É preciso haver lógica entre os indicadores. Foi por esse motivo que, na edição de 2018, a *Freedom House* retirou do seu questionário a pergunta “Qual foi a última pontuação no *Transparency International Corruption Perceptions Index* para este país?” Esse índice da Transparência Internacional⁵, como o próprio nome indica, mensura apenas a percepção da corrupção. Ou seja, além do objeto limitado à corrupção, não se avalia diretamente a transparência de dados estatais, mas apenas uma percepção dos cidadãos, que pode ser alterada por diversos aspectos fáticos não vinculados à transparência, por exemplo, o aumento da liberdade de oposição ou da imprensa para se questionar o governo. Justamente por não haver uma relação lógica necessária entre transparência e a percepção da corrupção, a exclusão da questão foi positiva.

Posteriormente, passa-se à coleta dos dados e, em seguida, à análise e consolidação dos resultados, etapas cuja análise detalhada transcende os objetivos deste trabalho, que se vincula ao conceito de democracia utilizado pela *Freedom House*.

Quanto às críticas que recaem sobre o Relatório Liberdade no Mundo, cite-se que as primeiras críticas⁶ se referem à imparcialidade do trabalho. O simples fato de a *Freedom House* ser parcialmente financiada pelo governo dos EUA⁷ e possuir empregados que atuaram no governo norte-americano (STEINER, 2012) já são motivos suficientes para se questionar a imparcialidade necessária na produção dos relatórios. Ademais, a reduzida

⁵ Disponível em: <https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2018> Acesso em: 07 jul. 2018.

⁶ Munck e Verkuilen (2002) mencionam: a) Definição maximalista; b) Lógica conceitual (problema de combinação); c) Múltiplos problemas de medição; d) Procedimento de agregação inadequado.

⁷ Freedom House. Disponível em: <https://freedomhouse.org/sites/default/files/FINAL_Basic_Financial_Statements_2016.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

equipe responsável por desenvolver e aplicar a metodologia era outra falha grave. De acordo com Steiner (2012), até 1982, o estudo era produzido basicamente por um único autor; embora na atualidade seja produzido por uma equipe de profissionais, não conta com especialistas para cada país analisado, ao contrário de outros índices, como o V-DEM. Mencione-se ainda que não se exige a presença do avaliador *in loco* para a produção do Relatório Liberdade no Mundo.

Steiner (2012) também argumenta que, desde a primeira edição do Relatório anual Liberdade no Mundo, diversos autores percebem uma tendência em favorecer Estados aliados dos norte-americanos. Autores como Noam Chomsky e Edward S. Herman (1994, p. 28) criticam a organização por avaliar com excessivo rigor os Estados que se opõem aos interesses norte-americanos. Esses autores citam situações concretas que reforçariam essa tese, tais como quando a *Freedom House* descreveu as eleições de El Salvador de 1982 como "admiráveis", embora seja notória a tentativa dos norte-americanos de influir no pleito. Steiner (2012), ao comparar os votos na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas e as alianças militares dos Estados Unidos com as notas atribuídas pela *Freedom House*, confirma esse favorecimento, em especial de forma mais evidente nas décadas de 80 e 90. De maneira complementar a esse entendimento, Gianonne (apud STEINER, 2012) entende que a *Freedom House* acaba por validar a hegemonia dos Estados Unidos na medida em que defende sua visão de mundo.

Em segundo lugar, deve-se questionar a falta de relação lógica entre os atributos considerados pela *Freedom House* em seu questionário, conforme resume Munck e Verkuilen (2002, p. 14):

o índice *Freedom House* inclui tantos componentes sob seus dois atributos "direitos políticos" e "direitos civis" (9 e 13, respectivamente) e o faz com tão pouca reflexão sobre o relacionamento entre componentes e entre componentes e atributos - a ponto de que os componentes são apresentados como pouco mais do que uma "lista de verificação" (Ryan, 1994, p. 10) - o que não surpreende que um grande número de aspectos distintos ou, na melhor das hipóteses, vagamente relacionados da democracia sejam agrupados (Bollen, 1986, p. 584).

Em terceiro lugar, o questionário às vezes parece se ater demasiadamente a aspectos formais, deixando de lado questões de efetividade da norma jurídica. O fato é que os relatórios de democracia da *Freedom House*

"ênfataz demais os aspectos formais da democracia, ao mesmo tempo em que não conseguem capturar as relações de poder informais, mas reais, e as formas de influência (...) e frequentemente levam a desvios na avaliação concreta da democracia", conforme atesta Veenendaal (2013, p. 92-112). Tal ênfase na normatividade pode ser prejudicial à análise, conforme ilustra o exemplo dado por Adam Przeworski (2003, p. 265) de que, nos Estados Unidos, os cidadãos são livres para formar partidos políticos e para votar, no entanto, mesmo nas eleições presidenciais, apenas metade dos cidadãos realmente exercem esse direito, e na prática existem apenas 2 partidos expressivos (democratas e republicanos). Da mesma forma, no questionário da *Freedom House*, a análise sobre a transparência recai às vezes em aspectos meramente formais. Por exemplo, a questão "**O processo de orçamentação está sujeito** a uma revisão legislativa significativa e **ao escrutínio público?**" (Destaque nosso) não questiona se efetivamente há controle social, mas apenas se há previsão desse controle na legislação.

B) A Crítica ao Conceito de Democracia a partir do Valor Transparência

Kenneth A. Bollen (1992, p. 189) defende a ideia de que as avaliações produzidas pela *Freedom House*, ao se pautarem em questionários estruturados, embora aplicados por profissionais, tendem a incorrer naquilo que ele descreve como erro sistemático de mensuração, sendo, portanto, relatos parciais da realidade:

Independentemente da direção das distorções, é altamente provável que cada conjunto de indicadores formado por um único autor ou organização contenha erros sistemáticos de medição. A origem dessa medida está na metodologia comum de formação de medidas. **A seletividade de informações** e vários traços dos julgadores fundem-se em uma forma distinta de parcialidade que provavelmente caracteriza todos os indicadores de uma publicação comum. – Tradução nossa.

A ideia central de Bollen (1992) é de que, embora as avaliações sejam feitas por consultores especializados, o próprio questionário de referência imposto já pode estar estruturado de forma a gerar distorções, limitando, por exemplo, o próprio escopo do que será observado pelos avaliadores e consequentemente restringindo a sua autonomia de análise. Dentro dessa perspectiva, considera-se neste trabalho que o erro sistemático de

mensuração poderia em tese ocorrer na metodologia da *Freedom House* a depender do conceito de democracia adotado, em especial porque democracia é um termo de múltiplos significados, e a simples escolha de um conceito restringe o campo de análise e pode beneficiar os interesses de um grupo. Para avaliar essa hipótese, é preciso primeiramente confirmar qual o conceito de democracia adotado pela *Freedom House* e, num segundo momento, as consequências em tese dessa concepção na metodologia adotada na produção de seus relatórios.

A opção democrática da *Freedom House* é feita indiretamente na própria descrição de sua metodologia: “a liberdade é mais bem alcançada nas sociedades democráticas liberais”⁸. Mas é preciso uma confirmação validada a partir da análise do questionário.

Retome-se que o relatório “liberdade no mundo” se divide em duas partes: liberdades políticas e civis. A liberdade se apresenta aqui como sinônimo de um direito oponível a terceiros, uma prerrogativa de ação do cidadão que não pode ser limitada em regra nem mesmo pelo próprio Estado. Então, destarte, o relatório “Liberdade no Mundo” da *Freedom House* considera nas classificações das democracias apenas os direitos políticos e civis, tanto que não há em seus questionários nenhuma pontuação sobre a tutela de saúde, educação, previdência, moradia, lazer, meio ambiente etc. As questões do questionário confirmam essa declaração, pois, embora se assevere a existência de “uma observância mais robusta dos ideais democráticos e uma ampla gama de liberdades civis”, não deixam de ser questões atreladas basicamente a direitos políticos e civis. Por exemplo, a palavra “educação” é citada diversas vezes, mas sempre restrita à ideia de liberdade na escolha de educação, não enquanto um direito oferecido pelo Estado aos cidadãos. O mesmo acontece com a ideia de moradia que, no questionário, limita-se à liberdade de escolher onde residir e não ser discriminado por essa escolha.

Repita-se: o questionário divide-se em duas partes (i) direitos políticos e (ii) liberdades civis. Justamente por isso, e em razão de uma interpretação histórica desse índice, as perguntas “O governo publica informações *on-line*, em formatos legíveis por máquina, gratuitamente, e essas informações são acessíveis por padrão?” e “Os cidadãos têm o direito legal e a capacidade prática de obter informações sobre as operações do governo e os meios para exercer o direito junto às agências governamentais?” não definem

⁸ Freedom House. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/methodology-freedom-world-2017>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

qualquer conteúdo a ser divulgado para além daqueles necessários ao exercício de direitos políticos e civis expressamente citados no próprio questionário; as questões em análise refletem uma preocupação com a possibilidade de o Estado não divulgar na prática informações; mas elas não exigem a publicação de determinado conteúdo para o exercício de outros direitos, como educação e moradia, pois estão fora da própria estrutura do questionário (direitos civis e políticos) e, por isso, não estão previstos como direitos materiais nesse mesmo questionário. Dessa forma, só se pode interpretar que as informações a serem disponibilizadas se referem ao restrito rol de direitos básicos reconhecidos nas democracias liberais, tal como defendido por Dahl e reproduzido estruturalmente no questionário da *Freedom House*.

De fato, a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) que, conforme já dito anteriormente, é a base de referência do citado relatório, somente prevê os chamados direitos de primeira geração, desconsiderando a segunda, a terceira e a quarta gerações de direitos já reconhecidos em outros tratados. Novamente, temos o conceito de democracia liberal focado nos direitos civis e políticos limitando o campo de análise da *Freedom House*, conforme se infere do trecho seguinte de Diógenes (2018, p. 1):

Os direitos de **primeira geração ou dimensão** referem-se às **liberdades negativas clássicas, que enfatizam o princípio da liberdade, configurando os direitos civis e políticos.** (...) Exigem do ente estatal, precipuamente, uma abstenção e não uma prestação, possuindo assim um caráter negativo, tendo como titular o indivíduo.

Podem exemplificar os direitos de primeira dimensão o direito à vida, à liberdade, à propriedade, à liberdade de expressão, à liberdade de religião, à participação política, etc. (...)

Os direitos de **segunda geração ou dimensão** relacionam-se com as liberdades positivas, reais ou concretas, **assegurando o princípio da igualdade material entre o ser humano.** (...)

O direito de segunda geração, ao invés de se negar ao Estado uma atuação, exige-se dele que preste políticas públicas, tratando-se, portanto de direitos positivos, impondo ao Estado uma obrigação de fazer, correspondendo aos direitos à saúde, educação, trabalho, habitação, previdência social, assistência social, entre outros. (...)

Os direitos de **terceira geração** ou **dimensão consagram os princípios da solidariedade ou fraternidade**, sendo atribuídos genericamente a todas as formações sociais, protegendo interesses de titularidade coletiva ou difusa (...)

Podemos citar como direitos de terceira geração: **direito ao desenvolvimento ou progresso, ao meio ambiente, à autodeterminação dos povos, direito de comunicação, de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade e direito à paz, cuidando-se de direitos transindividuais** (...)

Paulo Bonavides, também, defende a existência dos **direitos de quarta geração**, com aspecto introduzido pela globalização política, **relacionados à democracia, à informação e ao pluralismo**, conforme abaixo transcrito:

“(...) É direito de quarta geração o direito à democracia, o direito à informação e o direito ao pluralismo. (...) os direitos da primeira geração, direitos individuais, os da segunda, direitos sociais, e os da terceira, direitos ao desenvolvimento, ao meio ambiente, à paz e à fraternidade, permanecem eficazes, são infraestruturais, formam a pirâmide cujo ápice é o direito à democracia.”-
Destaques nossos.

De acordo com essa classificação tradicional dos direitos humanos, o direito de acesso à informação surgiria somente na quarta geração. Por outro lado, o relatório da *Freedom House* em análise, do ponto de vista estrutural e relativamente ao conteúdo do seu questionário, alcança somente a primeira geração de direitos (liberdades civis e políticas). Basicamente, as perguntas do relatório da *Freedom House* sobre transparência se vinculam a esses direitos de primeira geração, conforme a seguinte síntese de temas-objeto de questionamento:

- processo eleitoral;
- procedimentos de licitação e dados do orçamento público para se determinar o quanto foi gasto com cada política pública, sem adentrar nos motivos e resultados práticos;
- patrimônio dos funcionários públicos e de seus atos enquanto representantes do Estado, a fim de se evitar a corrupção;
- implementação ou não de lei de acesso à informação, com possibilidade de formulação de pedidos de acesso à informação,

mas sem qualquer pormenorização sobre o seu conteúdo, de forma que se deduz tratar do acesso a dados nas situações acima.

Há um erro de lógica cometido pela *Freedom House* na conceituação do regime democrático ao pressupor que a transparência de dados públicos se esgota em determinados temas. O conceito de democracia adotado pela *Freedom House* desconsidera a transparência de uma pluralidade de temas, tais como saúde, educação, moradia, previdência social, afastando o exercício de diversos outros direitos típicos de regimes social democráticos.

De outra via, a teoria das gerações de direito acima descrita reforça a tese de que a democracia apenas se consolida verdadeiramente na quarta geração juntamente com o direito à informação, indispensável para o adequado exercício de todos os outros. O reconhecimento, portanto, de outros direitos para além dos civis e políticos é indispensável para se mensurar os níveis de transparência e, conseqüentemente, de democracia.

Dessa forma, uma proposta para se avaliar os níveis de uma democracia deveria observar o alcance real de outros direitos, em especial com o reconhecimento da necessidade de maior transparência para seu pleno exercício. A *Freedom House* não considera qualquer relação entre níveis de transparência e o exercício de outros direitos políticos e civis, contrariando a posição anteriormente apresentada de Munck e Verkuilen (2002). Tal situação pode descaracterizar completamente o resultado da avaliação; por exemplo: a própria oposição pacífica a um governo somente poderia ser feita efetivamente com acesso à informação. Por tudo isso, a ausência ou níveis baixos de transparência deveria, do ponto de vista metodológico, descaracterizar o regime político enquanto uma democracia.

No caso da *Freedom House*, constata-se também uma deficiência de graduação de democracias, uma vez que somente existem as categorias de Estados democráticos, parcialmente democráticos e não democráticos; ou seja, só há um nível intermediário nas democracias e não há graus entre os Estados não livres. Há um erro de lógica entre a proposta do Relatório Liberdade no Mundo e o conceito de democracia adotado que não permite ir muito além do que perceber as diferenças entre um Estado democrático e um não democrático. Dito de outra forma, o relatório Liberdade do Mundo apenas faz distinção entre as democracias liberais e as eleitorais, sem considerar a hipótese de graus dentro da primeira classificação ou um maior escalonamento fora. A proposta conceitual da *Freedom House* não é capaz de perceber que concretamente a transparência pode ir além

do mínimo estabelecido pelo conceito clássico de democracia liberal de Dahl, de modo que seria em tese possível regimes políticos considerados parcialmente livres terem uma disponibilização de dados estatais mais adequada aos anseios sociais.

Assim, diferentemente de uma análise dicotômica, para se fazer uma abordagem comparativa da democracia, é preciso ir além do mínimo essencial para se caracterizar o que vem a ser uma democracia. Uma adequada valorização da transparência, imprescindível para o exercício de todos os outros direitos, poderia ser nota distintiva de níveis intermediários de democracias numa vinculação direta entre acesso à informação e efetividade dos direitos políticos e civis dos cidadãos.

Conclusão

Para Braman (2006), a relevância da informação na atualidade redefiniu o conceito de poder e transformou o sistema internacional em uma sociedade da informação. Dentro desse contexto, se por um lado a divulgação de dados estatais é importante para se garantir a participação social junto ao Estado, por outro a disponibilização dessas informações não se limita a sua sociedade nacional; em razão da fluidez da informação na sociedade contemporânea, as informações estatais tornam-se acessíveis por qualquer interessado, simbolizando uma abertura internacional dos Estados soberanos sem uniformidade juridicamente estabelecida. Consequentemente, considerando que informação é poder⁹, há um aparente paradoxo entre o valor democracia (transparência) e os interesses estatais internacionais, exigindo cautela na divulgação de dados.

Especificamente do ponto de vista das Relações Internacionais, não há consenso quanto aos impactos da transparência entre os atores. Há autores que defendem a importância da transparência para a redução das incertezas, inclusive do receio de trapaça, possibilitando a cooperação (HASENCLEVER; MAYER; RITTBERGER, 2013, p. 14). De outra via, há autores que retratam a ação dos atores de forma competitiva; para Kerr Pinheiro e Maciel (2014, p. 9), a dinâmica da atividade de inteligência voltada para coleta e análise de informações é marcada pelo conflito e necessidade de conhecer os planos do adversário.

⁹ "Informação é poder e negar, pois, o caráter da informação como instrumento de poder, tanto a informação que se oferta como aquela que se oculta, não deixa de ser uma forma de reforçar a própria posição de poder de quem a detém." (CAMARGO, 2007, p. 97).

Especificamente na perspectiva teórica de que há competição, a simples escolha do conceito de democracia pode beneficiar os interesses de um grupo de atores internacionais em detrimento de outro. Isso porque não existe um marco normativo internacional pactuado que defina expressa e exaustivamente quais informações são públicas e quais são sigilosas, mesmo para Estados democráticos; por outro lado, o discurso democrático liberal, como pano de fundo, definiria quais dados devem ser de acesso público. Nesse sentido, o discurso democrático propalado por atores centrais pode ser visto como uma forma de perpetuar o *status quo*, pois fomenta a transparência de dados especificamente selecionados que não impactam nas relações internacionais, evitando a disponibilização de dados sobre, por exemplo, questões de segurança ou comércio, consequentemente reproduzindo uma situação de dominação previamente existente.

Como visto, a adoção do referencial democrático liberal pela *Freedom House*, no discurso e na prática em parte inspirada na obra de Dahl de 1971, desconsidera a realidade atual dos anseios democráticos e igualmente favorece a manutenção das assimetrias no sistema, na medida que coloca as democracias liberais daquela época como referência a serem seguidas em uma hierarquização do mundo que simplesmente ignora que a democracia pode ter caminhos e pontos de chegada diversos: ao definir conceitualmente o que será primordialmente observado e avaliado, consequentemente, objeto de transparência, impede o rompimento dessa lógica de seguir o caminho indicado pelas potências.

O atrativo do discurso liberal, e consequentemente da classificação da *Freedom House*, é a possibilidade aparente de movimento social dos atores internacionais pela busca de *status*, estar num patamar democrático do mesmo nível das potências, embora sem o mesmo poder de decisão no sistema internacional.

O conceito clássico de democracia de Dahl precisa ser reinterpretado dentro do contexto dinâmico das sociedades, enquanto um tipo ideal para aquela época, mas não como um ponto terminal da história que segue indefinitivamente. A revisão de ideal a ser atingido deve ser encarada como um fato normal. Em termos de transparência, a escolha do conceito de democracia liberal não é um problema por si só. O problema é a *Freedom House* não reconhecer que a teoria de democracia de Robert Dahl de 1971 formulou um conceito com os elementos mínimos para a caracterização desse regime político e, como toda teoria, trata-se de uma redução da realidade. Ao inserir esse conceito em sua referência de

medição da democracia, não poderia ter se proposto a mensurar somente esses elementos mínimos caracterizadores da democracia liberal, mas expandi-los para reconhecer a possibilidade desse ideal democrático estar se transformando e acompanhando a sociedade.

Não há necessidade teórica ou prática de reduzir a participação popular ao exercício de direitos políticos e civis, bem como não há obrigação de limitar a análise do grau de democracia a essas duas variáveis. Embora a essência da democracia seja a participação popular, o nível de transparência de dados estatais deve corresponder ao grau de direitos materiais reconhecidos pelo Estado Democrático, já que sem informação verdadeira e íntegra não se pode agir adequadamente. Então, qualquer avaliação do real nível de democracia nos países depende do acesso à informação.

Ao limitar a transparência, a consequência é que bastaria a disponibilização mínima de dados estatais das democracias liberais para se estar no topo da avaliação da *Freedom House* neste quesito em específico. Então, é possível que Estados considerados menos democráticos nesse rank possam ter até mesmo melhor transparência, apenas porque seguiram por caminhos diferentes da democracia liberal proposta por Robert Dahl em 1971. Ou seja, a metodologia da *Freedom House* não é refinada o suficiente para perceber maiores níveis de transparência para além dos elementos mínimos caracterizadores desse regime político, de modo que não é possível nesse quesito pontuar mais que as tradicionais democracias liberais (16 pontos em 100). O problema se agrava quando se percebe que o relatório acaba, ao final, por não conseguir distinguir em termos de transparência qualquer grau dentre os Estados considerados democráticos (livres), servindo apenas para distinguir governos não democráticos (não livres ou parcialmente livres) de democráticos (livres), conforme implicitamente assumido pela própria *Freedom House*¹⁰: “uma designação de livre não significa que um país ou território goza de liberdade perfeita ou não possua problemas sérios, apenas que goza de uma liberdade comparativamente maior do que aqueles classificados como parcialmente livres ou não livres.

O que se pode concluir é que há uma avaliação inadequada do valor transparência no índice da *Freedom House*, uma vez que a adoção do conceito de democracia liberal oculta diferenças entre aqueles países que de fato divulgam informações quantitativa e qualitativamente mais importantes. Tal constatação afeta a credibilidade de todo o ranqueamento feito, pois o

¹⁰ Freedom House. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world-2016/methodology&prev=search>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

erro comprovado no valor transparência não apenas afeta diretamente o exercício de qualquer direito, já que a transparência é condição para a ação, mas também serve para questionar que tipo de democracia se deseja. Índices mais recentes, como o da V-Dem, adotam um conceito de democracia liberal mais amplo e imparcial, apresentando uma crítica implícita ao referencial da *Freedom House* que parece estar sendo superado.

Referências

- ADCOCK, Robert. COLLIER, David.
(1999). Democracy And Dichotomies: a Pragmatic Approach to Choices about Concepts. *Annual Review of Political Science*, 2. Disponível em: <: <https://escholarship.org/uc/item/80q647rn>>. Acesso em: 16 mar. 2019.
- BOLLEN, Kenneth A.
(1992). Political Rights and Political Liberties in Nations: An Evaluation of Human Rights Measures, 1950 to 1984. In: JABINE, T.B.; PIERRE CLAUDE, R. *Human Rights and Statistics*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.
- BRAMAN, Sandra.
(2006). *Change of State; Information, Policy and Power*. Cambridge: Mit Press. (Cap. 1 e 2).
- CAMARGO, Ricardo Antônio Lucas.
(2007). *Liberdade de Informação, Direito de Informação Verdadeira e Poder Econômico*. São Paulo: Memória Jurídica.
- CADEMARTORI, Daniela Mesquita Leutchuk de; MARCIÓ, César.
(2017). *O Itinerário da Democracia Liberal à Democracia Social e Constitucional*. Disponível em: < <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=07a97691a9980143>>. Acesso em 16 nov. 2017.
- CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e.
(2012). Qual o lugar da democracia nas Relações Internacionais?: Uma narrativa teórica. *Contexto internacional*. 2012, vol.34, n.1, pp.43-77.
- CASTELLS, Manuel.
(2000). *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- CASTRO SANTOS, Maria Helena.
(2010). Exportação de Democracia na Política Externa Norte-Americana no Pós-guerra Fria: Doutrinas e o Uso da Força. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 53, no 1, pp. 157-191.
- CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S.
(1994). *Manufacturing Consent: the political economy of the mass media*. New York: Vintage.
- COX, Robert W.
(1986). Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. In: KEOHANE, Robert. O. (ed.). *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press.
- DAHL, R.
(1997). *Poliarquia*. São Paulo: EDUSP.
- DAHL, R.
(2012). *Democracia e seus críticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- DIAMOND, Larry.
(1996). *Is the third wave over?* Baltimore and London: The Johns Hopkins Un. Press.
- DIÓGENES JÚNIOR, José Eliaci Nogueira.
(2017). *Gerações ou dimensões de Direitos Fundamentais*. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11750>. Acesso em: 20 nov. 2017.

- FLKINS, Zachary.
(2000). Gradations of Democracy? Empirical Tests of Alternative Conceptualizations. *American Journal of Political Science*, Vol. 44, n. 2. pp. 287-294. Disponível em: <www.utexas.edu/cola/orgs/wgold> . Acesso em 16 mar. 2019.
- FARER, Tom.
(1996). Collectively Defending Democracy in the Western Hemisphere: introduction and overview” In. Tom Farer - *Collectively Defending Democracy in the Americas*. Baltimore and London: The Johns Hopkins Un. Press.
- FLORINI, Ann M.
(1999). Does the Invisible Hand Need a Transparent Glove? The Politics of Transparency. *Annual World Bank Conference on Development Economics*, April 28-30. Washington, D.C. Disponível em: <<http://info.worldbank.org/etools/docs/library/18299/florini.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2013.
- FROST, Mervyn.
(2004). *Politics, Public Space and Democratic Global Governance: The Ethical Architecture of Contemporary Practices of International Governance*” in *Festschrift for Ian MacDonald*, (Special Edition of Philosophical Papers. (Grahamstown, South Africa, 2004)
- FUKUYAMA, Francis.
(1989). *The End of History?* National Interest.
- HADENIUS, Axel; TEORELL,
(2005). “Assessing Alternative Indices of Democracy”, *Concepts & Methods Working Papers*, IPSA.
- HASENCLEVER, Andreas; MAYER, Peter; RITBERGER, Volker.
(1997). *Theories of international Regimes*. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/161147/mod_resource/content/1/Hasenclever%202000.pdf> Acesso em: 26 maio 2018.
- HUNTINGTON, Samuel P.
(1996). Democracy’s Third Wave. In: DIAMOND, Larry; PLATTNER, Marc. *The Global Resurgence of Democracy*. Baltimore: The John Hopkins University Press.
- KANT, Immanuel.
(2010). *A paz perpétua*. Porto Alegre: LP&M.
- KERR PINHEIRO, M. M.; MACIEL, R. F. C.
(2014). *O Conhecimento na Inteligência de Estado*. Rio de Janeiro: DataGramaZero. V. 15, n.1., p.8-18.
- MENDES, Gilmar; COELHO, Inocêncio; BRANCO, Paulo Gustavo.
(2008). *Curso de Direito Constitucional*. 3.ed. São Paulo: Editora Saraiva.
- MITCHELL, Ronald B.
(1998). Sources of Transparency: *Information Systems in International Regimes*. *International Studies Quarterly*, v. 42, n. 1, p. 109-130. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/0020-8833.00071/abstract>>. Acesso em: 05 jun. 2016.
- MUNCK, Gerardo L. VERKUILEN, Jay.
(2002). Conceptualizing And Measuring Democracy: Evaluating Alternative Indices. *Comparative Political Studies*, Vol. 35, n. 1, pp. 5-34. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.469.3177&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2019.
- PRZEWORSKI, Adam.
(1997). Democracy and representation. In: *Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*. Isla Margarita.
- PRZEWORSKI, Adam.
(2003). *Liberdade para escolher e democracia*. Economia e Filosofia. Cambridge University Press.
- PRZEWORSKI, Adam.
(1998). *A social democracia como fenômeno histórico*. São Paulo: Lua Nova, n. 15.
- SCHUMPETER, Joseph A.
(1961). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- STEINER, Nils D.
(2012). *Testing for a Political Bias in Freedom House Democracy Scores: Are U.S. Friendly*

States Judged to be more Democratic?
Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1919870>.
Acesso em 14 mar. 2019.

3510347.2013.820710>. Acesso em: 04 dez. 2017.

VEENENDAAL, Wouter. P. I..
(2013). *Democracy in microstates: why smallness does not produce a democratic political system*. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1>

Recebido em
julho de 2018

Aprovado em
março de 2019

Resenha

Com quantos sociólogos se desenvolve um programa de pesquisa em Sociologia da Arte?

VILLAS BÔAS, Gláucia (org.). (2016). *Um vermelho não é um vermelho* – estudos sociológicos sobre as artes visuais. Rio de Janeiro: 7 Letras.

É possível argumentar que até os anos 2000 a sociologia da arte engatinhava em terras brasileiras em meio a investidas importantes para o campo, mas incipientes em termos de continuidade e de um conteúdo programático para os avanços da subdisciplina. Uma situação que começou a mudar nos idos dos anos 2000, sendo o dossiê *Sociologia da Arte Hoje*, organizado, em 2005, por João Gabriel Teixeira, para a revista *Sociedade e Estado*, da Universidade de Brasília (2005, p. 298), uma das iniciativas que demarcam uma virada para os caminhos da sociologia da arte no Brasil. Em seu texto de apresentação ao dossiê, Teixeira demarcava, justamente, as nevrálgicas iniciativas na seara da sociologia da arte brasileira sem deixar de pontuar, no entanto, as suas descontinuidades¹. Entretanto, como se quer argumentar, a partir dos anos 2000, a sociologia da arte no país vem encontrando constância e lugar nas pesquisas de número mais expressivo de sociólogos(as) enquanto suas publicações², que incluem intercâmbio com centros estrangeiros, são

¹ Teixeira (2005) afirmava que, na década de 1940, a sociologia da arte contou com contribuições importantes de Roger Bastide e, posteriormente, de Gilda de Mello Souza, Antônio Cândido e Lourival Gomes Machado, respectivamente, acerca da moda, da literatura e do barroco mineiro. Nos anos 1960, a sociologia da arte encontrou espaço na coletânea *Sociologia da Arte*, organizada por Gilberto Velho (VELHO, 1971). Teixeira destaca, ainda, os posteriores e pioneiros esforços de José Carlos Durand com suas pesquisas sobre o mecenato e a moda no Brasil; de fato, o livro *Arte, Privilégio e Distinção – Artes Plásticas, Arquitetura e Classe Dirigente no Brasil, 1855/1985* ([1989] 2009), de autoria de Durand se tornou um clássico da sociologia da arte no Brasil.

² Algumas referências recentes na área da sociologia da arte no Brasil, são: DABUL, Lígia. *Um Percurso da Pintura – A Produção de Identidades de Artista*. Rio de Janeiro: Ed. UFF, 2001; SANT'ANNA, Sabrina Marques Parracho. *Construindo a Memória do Futuro – Uma Análise da Fundação do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011; BUENO, Maria Lucia (org.). *Sociologia das Artes Visuais no Brasil*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2012; QUEMIN, ALAIN; VILLAS BÔAS, Gláucia (orgs.). *Arte e Vida Social - Pesquisas Recentes no Brasil e na França*. OpenEdition Press, 2016. É importante citar também algumas pesquisas de mestrado e doutorado na área: FORMIGA, Tarcila Soares. *Instituto Brasil-Estados Unidos: Uma Experiência no Campo Artístico Carioca*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ, Rio de Janeiro, 2009; FORMIGA, Tarcila Soares. *À Espera da Hora*

crecentes. Hoje, é possível dizer que a sociologia da arte no país já não é mais intermitente e incipiente, sendo o livro organizado por Gláucia Villas Bôas, *Um vermelho não é um vermelho – estudos sociológicos sobre as artes visuais* (2016), fruto deste momento por que passa a sociologia da arte no Brasil.

Mas, antes de pormenorizar o livro organizado por Villas Bôas, é imprescindível demarcar que a sociologia da arte ao redor do mundo, como no Brasil, enfrentou avanços e retornos, dependendo do contexto específico. Uma iniciativa positiva para esse subcampo da sociologia foi que, em 2017, o *The Cambridge Handbook of Sociology* publicou um verbete de Alain Quemin acerca da sociologia da arte, seus marcos históricos e perspectivas analíticas. Fato, sem dúvida, fundamental para uma subdisciplina que, como apresenta o autor, em alguns países ainda é tomada como um subcampo da sociologia da cultura. Todavia, paralelamente, há uma abertura cada vez maior da sociologia praticada ao redor do mundo para as questões próprias da sociologia da arte, suas características e interesses. Embora presente em trabalhos de autores importantes para a sociologia, como Émile Durkheim, Georg Simmel, Karl Marx e Max Weber, a arte não foi um objeto de estudo privilegiado por eles. Somente em anos mais recentes, a sociologia da arte (nome cunhado por Pierre Francastel)³ alcançou independência (QUEMIN, 2017; PÉQUIGNOT, 2005; TEIXEIRA, 2005). Na década de 1960, inicia-se, ainda de acordo com Quemin, a instituição de um campo específico de

Plástica: O Percurso de Mário Pedrosa na Crítica de Arte Brasileira. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia UFRJ, Rio de Janeiro, 2014; MARCONDES, Guilherme. *Arte, Crítica e Curadoria: Diálogos sobre Autoridade e Legitimidade.* Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia UFRJ, Rio de Janeiro, 2014; MARCONDES, Guilherme. *Arte e Consagração: Os Jovens Artistas da Arte Contemporânea.* Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia UFRJ, Rio de Janeiro, 2018; MIRANDA, Ana Carolina Freire Accorsi. *Discursos e Práticas: A Institucionalização dos Coletivos de Artistas.* Dissertação (Mestrado), Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ, 2014; STOCCO, Daniela. *O Mercado Primário de Arte Contemporânea no Rio de Janeiro e em São Paulo.* Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia UFRJ, Rio de Janeiro, 2016. Outras referências publicadas em periódicos são: SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Entre Convenções e Discretas Ousadias: Georgina de Albuquerque e a pintura histórica feminina no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 50, p. 143-159, 2003; BUENO, M. L.; SANT'ANNA, S. M. P.; DABUL, L. Sociologia da Arte: Breve Histórico da Construção de uma Disciplina. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, p. 266-289, 2018.

³ “His status as a sociologist of art is still debated today, even though Francastel coined the phrase ‘sociology of art’ and held the first chair in this domain (in the sociology of the visual arts at École Pratique des Hautes Etudes that was created in Paris in 1948)”. [Livro tradução do autor: “O seu estatuto de sociólogo da arte ainda é debatido hoje, mesmo após Francastel ter concebido a frase ‘sociologia da arte’ e de ter ocupado a primeira cadeira neste domínio (na sociologia das artes visuais na École Pratique des Hautes Etudes que foi criada em Paris em 1948)”] (QUEMIN, 2017, p. 294).

estudos da arte, especialmente na França e nos Estados Unidos. Howard Becker e Pierre Bourdieu foram importantes em sua criação, concebendo ferramentas teóricas para o desenvolvimento da área. Apesar das diferenças no reconhecimento da subdisciplina, variando sua aceitação ou recusa de acordo com contextos históricos e intelectuais, a sociologia da arte vem ganhando contornos que a colocam em diálogo com diferentes áreas, tais como os estudos de gênero, de raça e etnicidade, trabalho, classes sociais e consumo (QUEMIN, 2017, p. 297-300). Deste modo, a disciplina contribui para o desenvolvimento da sociologia de modo geral.

No bojo dos avanços vivenciados pela sociologia da arte no Brasil e ao redor do mundo, através de 11 capítulos, contando com a colaboração de 12 autores(as), *Um vermelho não é um vermelho* (2016) busca demonstrar os caminhos que estabeleceram um programa de pesquisa em sociologia da arte na Universidade Federal do Rio de Janeiro, reunindo autores(as) associados ao Núcleo de Pesquisa em Sociologia da Cultura da UFRJ (NUSC/UFRJ)⁴, coordenado por Gláucia Kruse Villas Bôas. O livro contribui, assim, para a apresentação de inúmeras pesquisas sistemáticas acerca de temas caros à sociologia da arte que vem se desenvolvendo no Brasil, mesmo fora dos muros da UFRJ, fomentando, deste modo, a produção científica no campo da sociologia da arte brasileira.

É possível dizer que *Um vermelho não é um vermelho* (2016) se organiza, portanto, em quatro partes, a saber: *Memória de um Programa de Pesquisa* – sendo esta parte relativa ao texto introdutório do livro, escrito por Gláucia Villas Bôas; *Museus, Coleções e Mercado* – que conta com trabalhos de Sabrina Parracho Sant’Anna, Tatiana Oliveira Siciliano, Renata Bernardes Proença e Daniela Stocco; *Projetos e Crítica de Arte* – com contribuições de Eliska Altmann, Tarcila Soares Formiga e Marcelo Ribeiro Vasconcelos, em texto conjunto, e Alexandre Pinheiro Ramos; e, por fim, *Arte no Cinema, na Televisão e no Livro* – com capítulos escritos por Nina Galanternick; Julia Polessa Maçaira e Verônica Eloí de Almeida. Essa divisão das partes do livro permite a compreensão dos distintos caminhos que podem ser adotados por pesquisas em sociologia da arte, tratando de variados temas e exibindo variedade metodológica que faz lembrar a noção de “imaginação sociológica” legada por C. Wright Mills, em seu livro *A Imaginação Sociológica*

⁴ O NUSC/UFRJ foi criado em 1988, sendo sediado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, abarcando, inicialmente, pesquisas na área de Pensamento Social Brasileiro e Sociologia da Cultura. Atualmente, vem encampando pesquisas Sociologia da Arte. O NUSC, assim, associou-se a outros núcleos de pesquisa na área de sociologia da arte, como o NECTAR da UFF, o CULTIS da UFRRJ e o CAV da UFJF.

(1959), sendo essa diversidade metodológica, talvez, o maior legado do livro que, assim, auxilia na constituição de um programa de pesquisas em uma subárea da sociologia que cada vez mais cresce no país.

O curioso título do livro parte de uma das etapas iniciais das pesquisas elaboradas pela organizadora do livro. Em 2005, Glauca Villas Bôas iniciou seu projeto de pesquisa em sociologia da arte, após anos dedicada às áreas do Pensamento Social Brasileiro e da Sociologia da Cultura, e como um dos primeiros resultados de sua pesquisa, em uma nova seara sociológica, decidiu experimentar novas metodologias para a exposição dos saberes sociológicos. Assim, em parceria com Nina Galanternick, em 2006, lançaram o curta-metragem *Memórias concretas – Um depoimento de Almir Mavignier*, sobre a trajetória do artista visual brasileiro radicado na Alemanha. Em seu ateliê em Hamburgo, em entrevista para Villas Bôas, Mavignier lembrou um dos ensinamentos que obteve com Josef Albers na Escola de Ulm⁵: “um vermelho não é um vermelho, o vermelho é um vermelho com relação ao fundo” (VILLAS BÔAS, 2016, p. 13). Advém daí o propício título do livro, indicando, justamente, a relatividade de uma cor que, metaforicamente, em termos de metodologia sociológica, faz pensar sobre a necessidade de buscar aparatos, nuances finas, técnicas, metodologias e teorias distintas para tratar dos temas relativos à sociologia da arte.

O livro conta, assim, com uma multiplicidade de visões que resistiria a qualquer tentativa de homogeneização, seguindo um caminho, portanto, de ampliação das perspectivas que podem ser utilizadas com rigor por uma sociologia da arte brasileira. Neste sentido, o texto introdutório de Glauca Villas Bôas, um relato em primeira pessoa, trata sobre como seu projeto individual, de mudança de área após anos consagrados a outros campos de pesquisa, influenciou para a criação de um programa coletivo de pesquisa, que atualmente conta com parceria com outras instituições de ensino do Brasil e de outros países, como França e Portugal. Um projeto de pesquisa responsável, desta forma, pela formação de inúmeros(as) pesquisadores(as) que, ao longo das últimas décadas, vêm sistematicamente desenvolvendo projetos coletivos e individuais na área de sociologia da arte. Já a segunda parte do livro, dedicada a discussões sobre museus, coleções e o mercado de arte, traz, por exemplo, o capítulo de Sabrina Parracho Sant’Anna acerca das disputas vivenciadas em torno da zona portuária da cidade do Rio de

⁵ A Escola de Design de Ulm ou Escola de Ulm, conhecida como Escola da Forma, foi uma escola de design baseada na cidade de Ulm, Alemanha, fundada em 1953 por Max Bill e outros para promover os princípios do Bauhaus.

Janeiro, entre população e poder público, que resultou na criação do Museu de Arte do Rio (MAR). Além do capítulo de Sant'Anna, a parte 2 conta com texto de Daniela Stocco sobre a emergência de duas das principais feiras de arte do Brasil, uma de São Paulo e outra do Rio de Janeiro, diferenciando os empreendimentos e demarcando a relação entre artistas, galerias, colecionadores(as) e demais agentes dos circuitos artísticos que aborda.

A terceira parte do livro trata, por sua vez, da crítica de arte. Assim, conta com o trabalho conjunto de Tarcila Formiga e Marcelo Vasconcelos, acerca de Clement Greenberg e Mário Pedrosa nas décadas de 1930 e 1940, tratando de dois dos maiores expoentes da crítica de arte, o texto exhibe suas proximidades e afastamentos, bem como sua relação com os circuitos artísticos para os quais são referência consolidada presentemente. Esta parte conta ainda com texto de Eliska Altmann sobre a crítica de cinema no Rio de Janeiro, através de estudo sobre a trajetória de dois críticos, de distintas gerações, José Carlos Avellar e Eduardo Valente, tratando das reconfigurações da esfera da crítica que se inter-relacionam com transformações sociais mais gerais. Na quarta parte do livro, encontra-se o texto de Julia Polessa Maçaira, que trata dos usos das ilustrações por quatro livros didáticos de sociologia para o ensino médio, trazendo uma análise apurada que relaciona a sociologia da arte e a sociologia da educação. Por fim, a parte final do livro conta também com a colaboração de Nina Galanternick, em um relato sobre sua parceria com Glaucia Villas Bôas, tratando dos caminhos de pesquisa que resultaram em dois documentários, um já mencionado sobre Almir Mavignier e outro sobre o crítico de arte Mário Pedrosa, *Formas de Afeto: Um Filme sobre Mário Pedrosa*, lançado em 2010. Distinguindo formas de apresentação de saberes, o convencional texto para os sociólogos e muitos outros campos de saber e a linguagem cinematográfica, o texto de Galanternick apresenta diferentes caminhos para a divulgação dos saberes acadêmicos, debate fundamental à sociologia e às demais áreas dos campos de saber que, por vezes, se encontram encarcerados pelos muros das universidades e nas revistas acadêmicas lidas apenas por seus pares.

Um vermelho não é um vermelho (2016) é, neste sentido, um empreendimento coletivo de fôlego, criatividade e rigor em pesquisa sociológica. A multiplicidade de temas apresentados a cada capítulo indica diferentes possibilidades para a sociologia da arte bem como demonstra as várias possibilidades de diálogos que podem ser efetivados a partir dessa subárea da sociologia. É um livro, portanto, que pode ser lido como resultante

de um projeto coletivo e programático para uma área da sociologia, bem como um livro de metodologia, já que a variabilidade de técnicas, temas e nuances apresentadas pelos autores(as) é, de fato, primorosa, permitindo a comparação de técnicas de pesquisa e análise de distintas questões.

Guilherme Marcondes dos Santos*

Referências

- BUENO, Maria Lucia.
(2012). O Mercado de Arte no Brasil em Meados do Século XX. In: BUENO, Maria Lucia (org.). *Sociologia das Artes Visuais no Brasil*. São Paulo: SENAC São Paulo, pp. 75-95.
- DABUL, Lígia.
(2001). *Um Percurso da Pintura – A Produção de Identidades de Artista*. Rio de Janeiro: Ed. UFF.
- DURAND, José Carlos.
([1989] 2009). *Arte, Privilégio e Distinção – Artes Plásticas, Arquitetura e Classe Dirigente no Brasil, 1855-1985*. São Paulo: Perspectiva.
- MILLS, C. Wright.
(1959). *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- QUEMIN, Alain.
(2017). The Sociology of Art. In: KORGEN, Kathleen Odell (Org.). *The Cambridge Handbook of Sociology*. vol. 2. Cambridge, Londres: Cambridge University Press.
- QUEMIN, Alain; VILLAS BÔAS, Glaucia (orgs.).
(2016). *Arte e Vida Social - Pesquisas Recentes no Brasil e na França*. OpenEdition Press.
- SANT'ANNA, Sabrina Marques Parracho.
(2011). *Construindo a Memória do Futuro – Uma Análise da Fundação do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- VELHO, Gilberto.
(1971). Introdução. In: *Sociologia da Arte volume 1*. VELHO, Gilberto (Org.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- VILLAS BÔAS, Glaucia (org.).
(2016). *Um vermelho não é um vermelho – estudos sociológicos sobre as artes visuais*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Teses e Dissertações:**
- FERREIRA, Daniela Stocco.
(2016). *O Mercado Primário de Arte Contemporânea no Rio de Janeiro e em São Paulo*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia UFRJ.
- FORMIGA, Tarcila Soares.
(2009). *Instituto Brasil-Estados Unidos: Uma Experiência no Campo Artístico Carioca*. Tese de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ.
- (2014). *À Espera da Hora Plástica: O Percurso de Mário Pedrosa na Crítica de Arte Brasileira*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia UFRJ.

* Pós-doutorando (bolsa PNPd/CAPES) no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS/UECE). Pesquisador associado ao Núcleo de Sociologia da Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NUSC/UFRJ) e do GRUA - Grupo de Reconhecimento de Universos Artísticos/Audiovisuais (CNPq). E-mail: gui.marcondess@gmail.com.

MARCONDES, Guilherme.
(2014). *Arte, Crítica e Curadoria*: Diálogos sobre Autoridade e Legitimidade. Tese de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia UFRJ.

(2018). *Arte e Consagração*: Os Jovens Artistas da Arte Contemporânea. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia UFRJ.

MIRANDA, Ana Carolina Freire Accorsi.
(2014). *Discursos e Práticas*: A Institucionalização dos Coletivos de Artistas. Tese de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRJ.

Referências de Periódicos:

BUENO, M. L.; SANT'ANNA, S. M. P.; DABUL, L.
(2018). Sociologia da Arte: Breve Histórico da Construção de uma Disciplina. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, p. 266-289.

PÉQUIGNOT, Bruno.
(2005) La Sociologie de l'Art et de la Culture en France: Un État des Lieux. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 20, n. 1, p. 297-301.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti.
(2003). Entre Convenções e Discretas Ousadias: Georgina de Albuquerque e a pintura histórica feminina no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 50, p. 143-159.

TEIXEIRA, João Gabriel.
(2005). Apresentação. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 20, n. 1, p. 297-301.

Filmes:

VILLAS BÔAS, Gláucia; GALANTERNICK, Nina.
Memórias concretas – Um depoimento de Almir Mavignier. Curta-metragem, 2006.

VILLAS BÔAS, Gláucia; GALANTERNICK, Nina.
Formas de Afeto: Um Filme sobre Mário Pedrosa. Curta-metragem, 2010.

Recebido em
agosto de 2018

Aprovado em
maio de 2019

Memorial¹

Cecília Loreto Mariz

Em 1974 ingressei no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco em Recife. Por que escolhi esse curso? Essa foi uma questão que tive que responder muitas vezes, na escola para meus colegas, amigos e familiares e para mim mesma. Entre as minhas colegas de escola e amigos, poucos sabiam o que eram sociologia e antropologia, e os que sabiam diziam que eu não iria ter emprego. Já as pessoas mais velhas, preocupadas com a situação política vigente, falavam que esse curso estava sendo desmontado, que os alunos eram visados politicamente e as posições ou empregos para sociólogos em instituições, como Sudene e outras, tendiam a desaparecer. Assim esse era um curso arriscado de se fazer sob vários aspectos, político e profissional.

Até o segundo científico dizia que queria estudar botânica, como meu pai, mas durante aquele ano decidi que ia prestar vestibular para sociologia e antropologia. Ao lembrarmos do passado, os relatos sobre eventos vivemos e justificativas para decisões que tomamos variam muito. Sabem disso não apenas os cientistas sociais, mas todos que refletem sobre suas próprias vidas com um mínimo de senso crítico. Atualmente considero que os ambientes familiar e religioso no qual vivia podem ter contribuído para meu interesse por sociologia, pois havia nesses grande preocupação com justiça social e problemas sociais em geral. Mas na época não tinha tanta clareza dessa influência. Por outro lado, pode também não ter sido por isso já que não havia ninguém das pessoas com quem convivia e que tinha vivido no mesmo ambiente que fez a mesma opção.

Na família, no colégio onde estudei o primário e ginásio, e também na paróquia e em grupos de jovens da Igreja Católica, que frequentei na adolescência, sempre havia indignação contra injustiças sociais e grande pobreza de parte importante da população de Recife e do Brasil de então. Esse valor era compartilhado, mas havia muito desacordo de como superar a pobreza e a desigualdade social. Em cada um desses ambientes, visões distintas se chocavam e havia acusações mútuas, conflitos entre grupos que

¹ Este memorial foi defendido em 21 de maio de 2018. A banca examinadora foi composta pelos Profs. Patrícia Birman (presidente), Otávio Velho, Carlos Steil, Marcelo Camurça e José Reginaldo Gonçalves.

deviam ser aliados por possuírem um mesmo ideal social.

Por outro lado, aqueles que eram os desfavorecidos e injustiçados, em nome de quem todos falavam e cujos interesses diziam defender, tinham aparentemente outra concepção de mundo e valores. Portanto, ajudar aos mais pobres, em geral, implicava também tentar mudar sua visão de mundo: “conscientizá-los”, “educá-los”, “promovê-los”. O estudo de sociologia e antropologia me parecia um caminho para entender esses múltiplos discursos e as raízes de seus conflitos e dissonâncias. Assim me motivava não apenas pela luta contra problemas sociais e injustiças, mas também pelo maior conhecimento de valores e tensões entre as visões de mundo dos diferentes grupos sociais, por entender conflitos entre grupos e entre indivíduos, e entre indivíduos e a sociedade. Dessa forma também pensava que alguns problemas estudados pela psicologia poderiam ser melhor entendidos quando se estudava a sociedade. Na época não conhecia Durkheim e seu livro *o Suicídio*, mas posteriormente quando o li, achei que tinha encontrado discussões que me interessavam quando procurei o curso.

Fui, então, para o curso de Ciências Sociais na esperança de conhecer mais sobre esses múltiplos problemas desde injustiça social até problemas psicológicos, incluindo stress e saúde mental. Entrei no curso de Ciências Sociais motivada para pesquisa, e como sabia que existia um mestrado em sociologia na UFPE, entrei na graduação já determinada a cursar um mestrado e doutorado depois. Não queria ensinar no ensino médio. Achava que os professores que trabalhavam com adolescentes tinham que passar mais tempo tentando despertar a atenção e o interesse desses do que ensinando conteúdo. Dessa forma, a licenciatura estava fora de meus planos.

Logo nos primeiros semestres da graduação, fiz disciplinas e leituras que me mobilizaram e me deram certeza que tinha escolhido o curso certo. Fiquei um pouco frustrada na época por haver pouca oferta de disciplinas em antropologia, mas os cursos de sociologia e os textos lidos me motivavam a ler mais. Ainda lembro como as leituras do livro *Perspectivas Sociológicas* (cujo título em inglês, *Invitation to Sociology*, é bem mais interessante) de Peter Berger e também do capítulo “A promessa” no *A imaginação Sociológica* de C.Wright-Mills, logo no início do curso, me entusiasmaram.

Enquanto estava ainda no então chamado “ciclo geral”, o professor Heraldo Souto Maior, que nos tinha ensinado Sociologia I e II, perguntou à turma quem queria ter experiência de pesquisa realizando um trabalho voluntário. Fui, assim, codificar questionários de uma pesquisa, da qual

ele participava junto a uma equipe da área de saúde da UFPE, sobre desnutrição infantil em Ribeirão, cidade da zona da mata pernambucana. Nesse processo o professor Heraldo comentava com os auxiliares de pesquisa algumas hipóteses e questões que os dados estimulavam a pensar. Várias dessas me despertaram curiosidade e lembro de algumas até hoje. Qual variável evita mais a desnutrição infantil? A instrução da mãe parecia evitar mais do que a renda total da família. Será que a religião tem impacto sobre o grau de desnutrição?

Quando essa pesquisa acabou procurei outros professores para saber se alguém precisava de auxiliar de pesquisa. O professor Sylvio Maranhão me chamou para ajudar a fazer tabelas para sua tese de doutorado. Também me explicou sua hipótese de trabalho e me sugeriu leituras para entendê-las. Sua tese, que ia ser (e efetivamente foi) defendida na Universidade de Wisconsin, adotava a teoria da dependência de Faletto e Cardoso, que estava muito em voga, para entender o subdesenvolvimento do Nordeste. Supunha que a dinâmica econômica de criação de subdesenvolvimento internacional, tal como descrita pela “teoria da dependência”, se replicaria internamente no país. Assim como outros professores da UFPE que me influenciaram, tais como Lia Parente Costa, Antonio Valença e Salete Marinho, Sylvio Maranhão tinha feito seu mestrado na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) no Chile, onde Faletto e Cardoso trabalharam.

Em 1975, fui estimulada por um chamado da Empresa de Turismo de Pernambuco (Empetur) para elaboração de monografia sobre um grupo folclórico típico do Carnaval de nossa região, os Cabocolinhos ou Caboclinhos. Resolvi então fazer pesquisa levantando bibliografia, conversando com folcloristas, visitando essas agremiações carnavalescas, entrevistando os diretores e membros desses grupos. Consegui ir a mais da metade dos clubes de Cabocolinhos, que estavam registrados em um departamento da polícia estadual. Lembro da surpresa quando descobri da necessidade de registro desses clubes na polícia, e não na secretaria de turismo ou cultura. Fiquei mais surpreendida ainda ao saber que os centros de religião afro-brasileira também precisavam se registrar naquele departamento. Os clubes se localizam todos nas periferias e altos de morros de Recife e região metropolitana habitados por populações de baixa renda.

Em minha pesquisa bibliográfica li os trabalhos de Guerra Peixe, Mario de Andrade, Roger Bastide, Cascudo e Katarina Real sobre o cabocolinho e procurei conversar com folcloristas de Pernambuco. Roger Bastide e

Katarina Real insistiam na origem africana desse folguedo, cuja música e adornos se aproximavam mais de indígenas brasileiros: afirmavam que eram africanos fantasiados de índios. Para Bastide, o movimento indianista supervalorizou o índio e assim os negros se fantasiavam de índios da mesma forma que, em outros folguedos, se fantasiavam de reis europeus. Também defendi a posição desses autores, mas hoje acredito que a origem indígena foi subestimada por eles. O trabalho resultante desta pesquisa foi concluído em 1975 e premiado pela Empresa Metropolitana de Turismo (Empetur) em 1977. Um pequeno trecho foi parcialmente publicado na coleção *Folclore* da Fundação Joaquim Nabuco em 1979.

Quando fiz a pesquisa acima não estava preocupada com a religião, mas essa questão surgiu quando pedi para um membro do grupo que entoava as loas (o cantador) cantar algumas para que eu pudesse, tal como fez Mário de Andrade, registrá-las. O cantador me explicou que ele não sabia a letra da loa, pois era o caboclo, que descia na hora da dança, quem cantava de fato e quem conhecia tudo. Outro fato que me chamou atenção foi a estátua do caboclo “Sete Flechas” no clube desse nome, nela havia bilhetes colados e uma moça me explicou que eram pedidos ao caboclo. Ela mesma colou um bilhete. Ainda durante essa pesquisa conheci o Seu (Sr) João diretor de um clube no Alto José do Pinho, que reencontrei durante o campo para a tese de doutorado. Contarei mais sobre a entrevista que fiz nesse reencontro adiante.

Graças a essa pesquisa sobre Cabocolinhos, me aproximei de Mário Souto Maior, que coordenava o centro de estudos folclóricos da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Muito criativo e entusiasmado pelo que fazia, Mário Souto Maior foi um folclorista produtivo, autor de vários livros. Mantive contato com Mário Souto Maior por vários anos.

Embora o objetivo da pesquisa para a Empetur fosse elaborar uma monografia de cunho folclorista e descritivo, minha ida ao campo levantou muitas questões sobre a visão do mundo das camadas populares. Foi uma surpresa, na época, descobrir o caráter religioso desse folguedo, que julgava antes ter uma dimensão puramente lúdica. Nessa pesquisa, como comentei antes, conheci Sr. João diretor do cabocolinho Tabajaras que morava no Alto José do Pinho, e tive o prazer de encontrá-lo anos depois quando fazia meu campo (em 1987) para a tese de doutorado. Nessa segunda entrevista Sr. João me contou que começou a dançar como caboclo nos carnavais, ainda adolescente, depois que foi aconselhado a fazer isso como único modo de resolver o problema de desmaios que enfrentava, de

responsabilidade de seu caboclo. O carnaval era uma forma de “adorcizar”, para usar a expressão I. Lewis, o “caboclo dele”. Discuto essa entrevista em um texto “Religião e Carnaval” apresentado no congresso da International Conference of Americanists 1988.

Essa experiência de pesquisa foi muito rica, mas sentia falta de orientação e de estar numa equipe de pesquisa. Os meus professores de sociologia da época não tinham interesse, nem valorizavam, os estudos de folguedos carnavalescos. Queria ter uma bolsa de Iniciação Científica (IC) do CNPq, como sabia que havia no departamento de Botânica onde meu pai era professor. Procurei a profa Lia Parente Costa, cujos cursos me estimularam muito, e ela me orientou a elaborar um projeto para concorrer à bolsa IC oferecida pela Pró-Reitoria de Pesquisa da UFPE. Na época Lia trabalhava com a professora Silke Weber em uma pesquisa sobre a democratização da universidade pública e sobre o perfil social dos estudantes universitários. Procurei combinar esse tema com uma questão de interesse pessoal. Meu projeto de IC tinha como objetivo entender motivações e expectativas de estudantes do curso de ciências sociais. Tratava assim de questões da psicologia social e da sociologia da educação.

Para alcançar os objetivos desse projeto, procurei traçar o perfil socioeconômico dos estudantes do curso de ciências sociais da UFPE e também registrar suas motivações, aspirações e expectativas em relação a esse curso. Com a ajuda do professor de estatística, Antônio Valença, calculamos uma amostra representativa sobre o universo de todos os estudantes do curso. Não consegui entrevistar toda a amostra (cerca de 125), mas quase a completei, entrevistando 119 estudantes. Fiz muitas tabulações, como não havia nada similar a *Excel* ou *SPSS*, foi um trabalho manual enorme.

Observei a distância entre o mundo da universidade e o da maioria dos estudantes de Ciências Sociais daquele período. Ocorria no país o chamado processo de “democratização universitária”, quando o vestibular tornou-se apenas classificatório permitindo o ingresso de estudantes de camadas sociais antes ausentes nesta instituição. Esses, contudo, se concentravam em cursos pouco desejados sem muitas chances de empregos futuros, como o de Ciências Sociais. Desejando apenas ingressar na universidade, estudantes se inscreviam em cursos sobre os quais pouco sabiam. Notava que os meus colegas do curso de Ciências Sociais desconheciam completamente o que era o curso em que tinham ingressado. Sentia que entre eles havia uma grande insatisfação com este curso por isso. As disciplinas que mais os

desagradavam eram as mais bem preparadas. Esta pesquisa me permitiu traçar um perfil socioeconômico dos estudantes. Uma das questões que tinha, então, era o que representaria aquele curso na vida daquelas pessoas.

Tentando responder essas perguntas, descobri que, como mostra Max Weber, a vida social é construída por consequências não intencionais das ações sociais. Entrar na universidade tinha, para aqueles alunos, consequências diferentes do que esperavam. A maioria se queixava por não saber que fariam como profissão e tinha entrado no curso sem saber do que se tratava. Observava, contudo, que os estudantes não saíam da universidade da mesma forma que tinham entrado. O curso tinha mudado sua visão de mundo, criando uma certa consciência crítica de sua biografia e da sociedade mais ampla. Nesse sentido embora a chamada democratização universitária fosse limitada em termos de ascensão social, podia ter consequências não intencionais em termos de ampliação de visão crítica social.

Ainda como estudante de graduação, tive experiência coletando dados para pesquisas organizadas por instituições de fora do Estado de Pernambuco (como por exemplo IUPERJ e Cebrap). Também participei do “Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária” (Crutac)² da UFPE). Pelo Crutac, passei cerca de um mês em Sairé, cidade do agreste de Pernambuco, onde com outros estudantes realizamos um pequeno estudo na zona rural e urbana desse município.

Em finais de 1977 fui selecionada para o curso de mestrado em Sociologia da UFPE, que tinha naquela época o nível mais elevado na Capes (A). A seleção era muito concorrida (para os padrões de então) e exigia apresentação de um projeto de dissertação, aprovação em exames de conteúdo específico, estatística, dois idiomas (inglês e francês ou inglês e alemão), testes psicotécnicos e entrevista. Nenhum dos aprovados para o mestrado tinha vindo comigo da graduação de Ciências Sociais e a maioria já tinha tido experiência profissional. Quase todos eram de Pernambuco, mas havia estudantes de outros estados, Sergipe, Mato Grosso e Paraíba. Comecei o curso em março, e em abril comecei a dar aula como professora colaboradora no Departamento de Ciências Sociais da UFPE. Dessa forma, como vários outros colegas, cursei o mestrado ensinando Sociologia I e II (introdução à Sociologia). Mais adiante voltarei a falar sobre o início de minha carreira docente.

O número exigido de créditos em disciplinas no mestrado daquele tempo era bem mais elevado do que hoje em dia, os prazos eram mais amplos

²O Crutac era um programa nacional de extensão administrado localmente pelas universidades.

e a bolsa Capes também permitia renovação. Fiz assim muitas disciplinas interessantes (e li bastante) durante os anos de 1978, 1979 e 1980. Dentre essas disciplinas destaco as teorias sociológicas com Sylvio Maranhão e Cláudio Souto (ex-orientando de N. Luhmann e autor de uma teoria sociológica própria) e em especial os cursos ministrados por Silke Weber, que tratavam de questões como cultura, ideologia e valores. Ao contrário do curso de graduação onde nunca foi sugerida a leitura de Marx (embora estudássemos a “teoria histórico estrutural” e a “teoria do conflito”), no mestrado se discutia bastante essa literatura. Nos cursos citados de Silke Weber, discutimos a *Ideologia Alemã* (Marx e Engels), Althusser, Poulantzas e Gramsci. Como já tinha interesse em sociologia da educação fiz também disciplinas nessa área com Silke Weber.

Na sociologia da educação se discutia muito sobre os valores inculcados na escola e havia na época uma produção de teses e dissertações sobre o conteúdo do livro didático no ensino de história e linguagem. Achei instigante esse tipo de trabalho e resolvi pesquisar o conteúdo dos livros didáticos distribuídos nas escolas públicas para a disciplina “Ciências e Programas de Saúde” dos primeiros anos do curso fundamental. Posteriormente ampliei o escopo da pesquisa com a análise comparativa dos livros de linguagem e matemática e com visitas às casas dos estudantes de área pobre de uma escola em Recife onde se utilizavam esses livros. Fui à casa de vinte crianças conversar com elas e com seus pais ou responsáveis. Meu orientador era Heraldo Souto Maior, mas também contei com apoio importante de Lia Parente Costa e Silke Weber, e essa última me alertou sobre a possibilidade de concorrer em um edital para obter financiamento da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco para essa pesquisa. Tive sucesso nesse edital e recebi esses recursos no início de 1981.

Como já comentei, ensinava na UFPE como professora colaboradora enquanto fazia o mestrado. Mas já no meu segundo ano de curso (em 1979) foi aberta uma vaga para professor auxiliar. Fiz o concurso e fui aprovada em segundo lugar e por isso assumi apenas no final de 1980 quando foram abertas novas vagas para um novo concurso. Em 1981, devido a negociações fruto de uma longa greve, fui promovida juntamente com todos os professores, que tinham sido colaboradores e aprovados em concurso, a professor assistente mesmo antes de concluir o mestrado

Durante o ano 1981 fiz meu trabalho de campo e redigi minha dissertação defendida no primeiro semestre de 1982. Nesse trabalho concluía que o maior problema dos livros didáticos, era menos relacionado aos valores que

transmitiam do que a sua inadequação às condições materiais do aluno e mesmo, das professoras e da escola pública. Para serem eficientes os livros supunham material complementar e informações que nem professores nem a escola conseguiam suprir, muito menos as famílias das crianças. Dialogando com os argumentos de Bourdieu em *A Reprodução*, minha conclusão era que o livro didático analisado (e também por consequência a escola pública estudada) desempenhava um papel de reprodução da situação de classe, mas não pelos valores que ensinava, e sim por sua ineficiência em especial no ensino de ciência, matemática e linguagem. A inadequação do material didático à realidade dos alunos e da escola era enorme e podia impedir o aprendizado e assim se tornava um instrumento de reprodução das diferenças sociais. Acreditava, contudo, que se de fato o conteúdo dos textos analisados fosse apreendido pelos alunos, essa reprodução poderia ser ameaçada. Embora tivesse inicialmente me orientado pela questão da educação como reprodução do sistema de classe social, a pesquisa me tinha me conduzido de alguma forma para identificar na escola um potencial transformador. Achava que o instrumental cognitivo ensinado na escola compartilhado por classes altas e médias (que agora interpreto como uma forma mais racional e moderna de ver o mundo) teria um potencial de mudança social se fosse eficazmente ensinado, ao menos no contexto brasileiro e recifense daquela época. Disse no dia da defesa que não estava discordando de Bourdieu, apenas que nenhum francês da camada popular aguentaria viver na mesma situação que vivia a população que tinha estudado. Acreditava que uma população que soubesse ler e fazer cálculos apropriadamente, como a escola se propunha ensinar, não viveria naquelas condições sem se revoltar ou questionar.

Em 1982 e 1983 tive também oportunidade de discutir os resultados de minha dissertação em vários congressos e encontros que ocorreram em Recife, na Paraíba, no Ceará e no Pará. No entanto, somente pude publicar algumas conclusões do trabalho anos depois (em 1988) no *Cadernos de Estudos Sociais*³ da Fundação Joaquim Nabuco. A Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, que financiou a pesquisa, também selecionou o trabalho final, cujos direitos autorais possuía, para a publicação como livro. Essa, contudo, nunca ocorreu.

Após a defesa da minha dissertação de mestrado, tive as primeiras experiências no ensino de Pós-Graduação. Como havia grande carência de

³ As referências completas desse artigo e de outros de minha autoria mencionados ao longo desse memorial estão no meu cv lattes no endereço <http://lattes.cnpq.br/3387689737905740>.

doutores, vários programas possuíam no corpo docente professores apenas com mestrado. Ensinei nessa época no Mestrado de Geografia a disciplina Metodologia das Ciências Sociais e orientei uma estudante a elaborar seu projeto de dissertação. Também em 1983 colaborei com o professor Roberto Motta na mesma disciplina no Mestrado de Antropologia. Em 1984 ofereci uma disciplina sobre ideologia e valores no curso de especialização (pósgraduação lato sensu) em Psicologia Social na Universidade Católica de Pernambuco.

Na graduação continuava ministrando Sociologia I e II, como vinha fazendo desde 1978, mas tive oportunidade de participar de um projeto experimental de interiorização da UFPE na cidade de Pesqueira, localizada na região agreste de Pernambuco. Fui a primeira professora de Sociologia do curso de Administração. Os professores ficavam hospedados na casa dos moradores da cidade. Na época a vida em uma cidade naquela área ainda era muito distinta da de Recife. Foi uma experiência rica em termos de vivência pessoal. Por razões, que desconheço, projeto não teve condições de ser levado adiante e foi interrompido. Não sei ao certo se apenas se graduou uma turma ou duas.

Como mestre e professora assistente com Dedicção Exclusiva (DE), desenvolvi pesquisa que dava continuidade à minha dissertação de mestrado. Na última, concluía que o uso do texto didático dependia muito do professor, sendo sua atuação o elemento determinante para o sucesso no aprendizado. O professor poderia tornar inúteis bons textos. Nessa nova pesquisa, analisava os discursos das professoras sobre as “crianças carentes”, ou seja, crianças de famílias desprovidas de capital material e social. Os resultados desta pesquisa foram publicados em um artigo na revista *Estudos Sociais* da Fundação Joaquim Nabuco e uma comunicação na *Cadernos de Pesquisa* da Fundação Carlos Chagas/SP.

Ainda mobilizada pela sociologia da educação, me integrei em 1983 a um projeto de pesquisa nacional, coordenado na UFPE pelo Prof. Paulo Gileno Cysneiro do Centro de Educação da UFPE, o EDUCOM. Com apoio do CNPq, esse projeto buscava estudar as condições para introdução dos computadores nas escolas públicas. A equipe do Educom me convidou para pesquisar a atitude dos professores da escola pública em relação à introdução de computadores nas escolas onde ensinavam. O resultado dessa pesquisa foi publicado em coautoria com Paulo Gileno Cysneiros (coordenador do projeto) na revista *Tópicos Educacionais* (v. 3 em 1985). Basicamente, descobriu-se que os professores tinham pouco conhecimento

do potencial dos computadores e nutriam alguns preconceitos, entre esses o de que os alunos não precisariam mais raciocinar ou usar a memória, já que os computadores fariam isso por eles.

Como relatado acima, os primeiros anos de minha formação e experiência como professora pesquisadora foram dedicados ao estudo de questões sociais vinculadas à educação. No entanto, em todos esses estudos, minha área de interesse e foco principal eram antes as atitudes, valores, enfim a forma de ver o mundo e cultura, dos sujeitos que formavam a escola (fossem esses alunos ou professores), do que a instituição educacional com suas legislações e práticas. Cada vez mais me interessava pelos problemas sociais fora da escola, especialmente os valores e estilo de vida das camadas mais pobres que viviam no meio urbano. Esses pareciam distintos daquela visão moderna individualista, que também passava a querer entender mais. Como gostei muito do artigo de Luiz Fernando Dias Duarte (intitulado “O culto do eu no templo da razão”, esse título me impressionou.) escrevi para ele, já professor no Museu Nacional, perguntando se poderia me orientar em um doutorado, mas ele me respondeu explicando que ainda não podia orientar. Na época havia pouquíssimos orientadores de doutorado no Brasil.

Em meados de 1984 encontrei em Recife o professor Peter Berger, que tinha vindo a nosso programa de pós-graduação dar uma palestra. Conversando com ele, me motivei para fazer o doutoramento sob sua orientação na Universidade de Boston (Boston University BU), em um programa interdisciplinar desta universidade, o “University Professors Program”. Peter Berger falou muito bem desse programa recém criado, ao qual se vinculava. Embora contente com a conversa, demorei para escrever refletindo sobre o que e como o faria, quando recebi uma carta, ou melhor um bilhete, escrito por Berger, de próprio punho, dizendo “feel free to write to me”. Com esse estímulo, respondi logo e iniciei o pedido de admissão na BU e também o processo para solicitação de bolsas para as agências Capes e CNPq.

Algumas pessoas da UFPE comentaram que Berger era pró partido republicano, anti esquerda e que havia até boatos de que ele seria da CIA. Pela leitura de seus textos, não achei que sua posição política interferisse em suas teorias de forma problemática, tampouco acreditei que fosse da CIA. Recentemente, li sua autobiografia acadêmica (Berger, *Adventures of an accidental sociologist*, (New York Prometheus Books 2011) em que se refere a esses boatos e também a problemas que enfrentou na academia por

ser crítico da esquerda. Na entrevista que Renata Menezes e eu fizemos com ele em agosto de 2016, perguntamos se tinha sofrido preconceito na academia por suas convicções religiosas (pois tinha afirmado que desde sua juventude sempre foi luterano), e ele respondeu que pela religião não, mas sofreu preconceitos por sua posição política.

Em Boston, tive mais clareza sobre a diferença entre o doutoramento do departamento de Sociologia e o do University Professors Program, no qual me inscrevi. Os dois ofereciam o mesmo título, mas o último (que hoje já não existe mais) permitia a interdisciplinaridade e seguia, em certa medida, os moldes europeus de maior autonomia ao orientador e flexibilidade para o aluno. Peter Berger estava afiliado tanto ao departamento de Sociologia como ao University Professors Program. A ideia de interdisciplinaridade, especialmente com antropologia, me atraía muito e pensei que poderia fazer cursos naquela área, mas durante o programa vi que não seria viável e foquei em sociologia; Meu diploma foi registrado como doutorado em “Sociologia da Religião e da Cultura”. De toda forma, consegui um vínculo com a antropologia desde o início quando fui escolher um coorientador.

Descobri que o fato de elaborar tese sobre o Brasil já me colocava mais próxima dos antropólogos do que dos sociólogos. Nos EUA daquela época, Brasil era tema de antropólogos. O próprio Peter Berger me sugeriu que tivesse como coorientador o professor de antropologia Anthony Leeds, especialista em Brasil. Fiquei bem contente com a sugestão. Tendo já vivido e trabalhado no Rio de Janeiro, Leeds se dedicava especialmene à antropologia urbana. Mais adiante voltarei a falar sobre o Prof. Leeds e seu papel na minha experiência de doutorado.

As disciplinas que fiz com Peter Berger me levaram a ler seu trabalho e também ler e reler os trabalhos de Max Weber, que me pareceram mais claros em inglês. O meu interesse por esse autor e suas teorias aumentaram desde então, como fica claro em minha tese de doutorado e outros textos que tenho publicado, especialmente em dois dedicados a esse autor, um capítulo no livro de Teixeira e Menezes (2003) e artigo com Maria das Dores Machado na revista *Caminhos* (2005). Muitos *insights* de Weber me parecem ser bem úteis para entender fenômenos religiosos contemporâneos. Certamente minhas interpretações das ideias de Weber são marcadas pelas de Berger.

Embora fosse bastante ocupado e viajasse muito, Peter Berger foi um orientador atento. As reuniões para discutir os textos, que eu ia escrevendo para minha tese, eram rápidas, mas bem proveitosas. Com anotações curtas

escritas a mão, comentava por cerca de quinze minutos o que eu tinha entregue, depois escutava minhas respostas a seus comentários e fazia a tréplica. Sua posição política conservadora podia aparecer em algumas piadas e exemplos, especialmente em sala de aula, mas nunca senti que tentasse influenciar minhas reflexões. Como bom weberiano, buscava a objetividade em seus comentários.

Das disciplinas de outros professores que me marcaram, destaco especialmente quatro. Uma delas cursei no departamento de filosofia ministrada por Erazim Kohak, que leu conosco livros de Edmund Husserl. Também me marcou o curso sobre Habermas de James Schmidt. Habermas me ajudou a ampliar meu entendimento sobre racionalidade ocidental moderna. Esse era um tema que me interessava muito e no primeiro capítulo de minha tese de doutorado discuti o papel da razão em contraste com o da crença e religião na vida política e econômica em Marx e Weber. Na publicação da tese, como vou comentar adiante, retirei esse capítulo. Embora essas argumentações teóricas ajudassem a entender a minha tese, elas em si supunham de alguma forma uma nova tese, sobre similaridades entre Marx e Weber, que pensei então poder aprofundar mais em outro momento. No livro, como argumentaram os editores, e concordei com eles, essas reflexões poderiam retirar o foco das novidades das análises e dados empíricos que eu apresentava no trabalho.

A terceira dessas disciplinas foi a de Helmut Wagner sobre Schutz. Bem estimulante, esse curso me fez refletir mais sobre a relação o micro e o macrossocial e também as aproximações possíveis entre Schutz e Simmel. Wagner foi aluno de Alfred Schutz e especialista em sua obra, organizador da coletânea publicada em português pela Zahar como *Fenomenologia e relações sociais: textos selecionados de Alfred Schutz*. Admirava muito a disposição e entusiasmo desse professor, com mais de oitenta anos, vinha de fora de Boston para nos dar aula. No final do curso convidou cada aluno para almoçar separadamente e discutir o *paper* apresentado. Fiquei bem contente nesse almoço porque ele disse que meu *paper* era um ensaio teórico muito bom e original.

Como trabalho final para o curso de Wagner, escrevi a primeira versão do que se tornou um artigo, que publiquei posteriormente no Brasil, “O Estrangeiro e o Homem Moderno” (*Cadernos de Estudos Sociais*, no Recife, Fundaj 1988). Comparando Schutz e Simmel, argumento, nesse artigo, que ambos trabalham com a ideia de que a condição de ser o estranho ou estrangeiro em uma sociedade produz no indivíduo “experiências

subjetivas”, que reforçam crenças e valores individualistas. Argumento ainda que experiências desse tipo forneceriam uma “plausibilidade interior ao indivíduo” que seria complementar à “estrutura de plausibilidade” discutida por Berger. A plausibilidade interior ganharia maior papel em uma cosmovisão individualista, também ajudaria a explicar porque alguns indivíduos podem ter posições distintas daquela de outros com quem convivem. Observando membros de uma mesma família, que convivem cotidianamente com os mesmos grupos e na mesma sociedade, me perguntava como uns se convertem ao pentecostalismo e outros não. Esse conceito poderia ajudar a entender esse fenômeno e o utilizei assim na minha tese de doutorado, também em minhas reflexões sobre religião e carnaval, e posteriormente meus textos sobre alcoolismo e a crença na possessão demoníaca.

Outro professor, cujo curso também me marcou, foi o sociólogo da saúde e da medicina Sol Levine. O seu curso tinha um longo título incluindo as palavras, “Life satisfaction, stress, health, happiness”. Essas eram questões que sempre me interessaram e que surgiram com frequência em minha pesquisa sobre religião. Por causa desse curso li o livro de Aaron Antonovsky (*Health, Stress and Coping*), que continua me inspirando em discussões sobre vários temas, e tenho sempre me referido a ideias desse autor. Acho que esse livro e o curso de Levine, como um todo, têm me ajudado nas reflexões de um dos eixos de minhas pesquisas: a relação entre religião e a busca do bem estar e da saúde. Um dos conceitos chave de Antonovsky é a Salutogênese, que eu me apropriei de forma livre para buscar entender como alguns jovens criados na favela eram capazes de ingressar na universidade, enquanto outros crescidos no mesmo ambiente, às vezes até da mesma família, entravam para o tráfico de drogas (*Os universitários da favela*, 1998 em coautoria com Silvia Fernandes e Roberto Nascimento).

Destaco também a influência de Paule Verdet, uma professora francesa do departamento de Sociologia especialista em Sociologia da Religião, que foi uma das minhas “readers”. Na BU além do orientador e coorientador, o doutorando tinha dois “readers” que participariam da banca. Os meus foram Anthony Leeds, também coorientador, e Paule Verdet. Meu primeiro contato com Paule Verdet foi através de Madeleine Cousineau, na época ainda Madeleine Adriance, cuja tese de doutoramento também defendida na BU, tratava das CEBs no Brasil. Mantenho contato com Madeleine até hoje.

A universidade de Boston era muito internacional, assim tive oportunidade de conhecer e fazer amizade com gente das origens mais diferentes do mundo. A proximidade com gente de países distantes e de culturas diferentes ajudou a colocar em outra perspectiva minha própria cultura e minha vida cotidiana em Recife, o que foi importante para minha própria tese. Também pude conhecer e trocar com estudantes de Harvard e do MIT. Em Harvard havia seminário semanal sobre o Brasil. Nesses anos fiz amigos muito queridos que tenho até hoje.

No final de 1985, Peter Berger inaugurava o “Institute for the Studies of Economic Culture” (ISEC), posteriormente batizado de “CURA- Institute on Culture, Religion and Affairs”. Por mais de vinte anos, foi o diretor, sendo substituído por Robert Heffner. Um dos projetos mais importante na fundação do instituto foi o de David Martin, professor de Sociologia da London School of Economics (LSE), sobre o crescimento do Pentecostalismo no mundo (pesquisa que resultou em seu livro *Tongues of Fire*).

Quando cheguei em Boston não pensava pesquisar religião, tinha apresentado um projeto sobre valores relativos ao trabalho, emprego e desemprego, e queria estudar pessoas que estavam sem trabalho ou sem emprego formal. A participação em debates sobre o crescimento do pentecostalismo despertou meu interesse por esse fenômeno. Decidi efetivamente mudar de objeto de estudo com o convite para auxiliar no levantamento e revisão bibliográfica do material em português e espanhol do projeto de David Martin. Engajada nesta pesquisa fui em 1986 ao México e vim ao Brasil para tentar levantar mais material bibliográfico e para ajudar David Martin em sua pesquisa no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Parte da minha missão era preparar a viagem de Martin ao Brasil agendando para ele entrevistas com pesquisadores do Rio de Janeiro e de São Paulo. Escrevi cartas para vários pesquisadores agendando encontros e conversas. Dessa forma tive contato com Francisco Cartaxo Rolim, Rubem César Fenandes, Pedro Ribeiro de Oliveira e com o Instituto Estudos da Religião (ISER). Dentre os pesquisadores que contatei em São Paulo, lembro especialmente da resposta atenciosa de Cândido Procópio Camargo se desculpando por não poder nos encontrar e sugerindo que eu procurasse Beatriz Muniz de Souza. Soube depois que Cândido Procópio tinha morrido naquele período.

Acompanhei David Martin em várias entrevistas no Rio de Janeiro, fui sua intérprete quando necessário, além de ter feito entrevistas e coletado mais dados bibliográficos. Dessa forma visitei igrejas, dois seminários

pentecostais e bibliotecas. Nos agradecimentos daquele seu livro, Martin me agradece por tê-lo ajudado “a sobreviver no Rio de Janeiro”. Realmente era um período complicado para alguém que não falava português viajar pelo Brasil. Estava em vigor o “plano cruzado”, nos restaurantes havia pouca opção de cardápio e quase não havia vagas em hotéis. Dar esse suporte a David Martin me ajudou muito porque tive contato com o que havia de mais recente sobre religião em geral e pentecostalismo no Brasil. Este trabalho foi muito útil na conclusão do meu projeto de tese.

Inicialmente pensei estudar na minha tese apenas os pentecostais. Focaria nos mais pobres em Recife, como esses lidavam com a questão da pobreza e problemas, como desemprego e outras dificuldades. Mas através de leituras e conversas com meu orientador e ainda com Paule Verdet e Tony Leeds, fui pensando na importância de comparações. Paule Verdet, que tinha muito interesse em Teologia da Libertação, defendia que estudasse também as CEBs. Como havia ampla literatura sobre as comunidades de base e, sobre o catolicismo da teologia da libertação, em geral, achei que a comparação mais interessante seria com a CEBs. Na época havia bem mais interesse no estudo das CEBs do que no pentecostalismo. Minhas conversas com os pesquisadores brasileiros e pesquisas em bibliotecas aqui, quando vim ajudar David Martin, me mobilizaram muito pelo estudo das CEBs. Mas Tony Leeds insistia também a necessidade de pesquisar outros grupos, lembrando da importância das religiões de matriz afro na cultura brasileira. Resisti de início a essa sugestão porque achava que era um projeto ambicioso demais em termos de coleta dados e de revisão da literatura. Sabia da amplitude das pesquisas sobre essas religiões. Mas fui convencida dessa necessidade durante a defesa de meu projeto.

Ainda durante a defesa do meu projeto, os meus orientadores pediam que eu procurasse escrever sobre o Brasil e não apenas Recife. Brasil é grande demais, eu argumentava, meu estudo seria qualitativo com entrevistas, histórias de vida e observações. Esses argumentos não os convenceram. Tony Leeds falava de Brasil, e David Martin iria falar do mundo todo, e não apenas do Brasil. Finalmente concordei e meu projeto propunha pesquisa sobre o Brasil baseada em ampla revisão da literatura e campo em áreas pobres de Recife e do Rio de Janeiro junto a pentecostais, católicos de CEBs e um outro grupo identificado como religiosidade popular que seria formado pelos outros - aqueles que adotavam e praticavam, em graus distintos, catolicismo popular e religiões afrobrasileiras.

Em abril de 1987 iniciei minha pesquisa de campo em Recife em áreas em

que havia CEBs ativas (essas áreas eram menos numerosas do que aquelas onde havia igrejas pentecostais). Escolhi duas para me deter e aprofundar pesquisa durante meu campo, embora tenha visitado e coletado alguns dados em outras. Nessas duas escolhidas podia participar das reuniões de ambos os grupos, CEBs e pentecostais. Posteriormente entrevistava gente da área dos diversos grupos religiosos. Como sou de Recife, tinha facilidade em identificar áreas para fazer o campo e me movimentar entre elas. No campo que fiz no Rio Janeiro contei com ajuda de Anthony Leeds e sua esposa, a também antropóloga Elisabeth Leeds, que tinham vários contatos em favelas da cidade. Também consegui contatos via o pessoal do ISER, especialmente a socióloga Solange Rodrigues.

Além dessa ajuda, o ISER me apoiou porque dispunha de uma ótima biblioteca aberta a pesquisadores de qualquer lugar. Embora fosse um espaço pequeno, era fundamental para quem pesquisava religião ir ao ISER porque lá era possível encontrar praticamente todas as dissertações e teses sobre religião defendidas no Rio de Janeiro e quase todas defendidas em São Paulo e no resto do país. Para um mundo ainda sem internet, encontrar todo esse material em um único espaço físico era algo valiosíssimo. Havia também muitas revistas: além das publicadas pelo ISER, encontrávamos revistas internacionais especializadas em sociologia e antropologia da religião: *Archives de Sciences Sociales et Religions*, *Social Compass*, *Sociedad y Religion* são algumas que me recordo bem. No ISER conheci vários pesquisadores de fora do Brasil, doutorandos como eu, levantando material para suas teses, entre esses estavam Manuel Vasquez, John Burdick, Ken Serbin, Kees de Groot. Ainda no ISER em 1987 conheci Ralph Della Cava, que oferecia um minicurso na UFRJ sobre Igreja católica no Brasil.

Durante esse período no Rio de Janeiro, inspirada pela pesquisa de campo, escrevi um pequeno artigo apontado semelhanças entre as igrejas pentecostais e as CEBs, publicado na revista *Comunicações do ISER* (1988), com ideias que desenvolvi em minha tese posteriormente. Fiquei no Brasil até março de 1988. O ano de 1987, portanto, foi dedicado à coleta de dados para minha tese pesquisando em áreas pobres do Recife e dos municípios circunvizinhos e também do Rio de Janeiro e região metropolitana. No Recife fui ao Alto José do Pinho, Dois Unidos, entre outras áreas; e no Rio de Janeiro coletei entrevistas em algumas favelas (no Morro dos Cabritos, na Penha, em Jacarezinho) em cidades da Baixada Fluminense. Como falei, alguns contatos que permitiram entrar em favelas cariocas eram de Anthony e Elisabeth Leeds que também passaram alguns meses no Rio de

Janeiro enquanto eu fazia meu campo.

Tony e Elizabeth Leeds foram um apoio importante, especialmente logo que cheguei em Boston, em 1985. O casal era muito acolhedor e me incorporou a um grupo de estudantes de Antropologia que se reunia para jantar e trocar ideias sobre suas teses. Lá conheci Cecília Sardenberg, professora de antropologia da UFBA, e outros estudantes de antropologia de outros países. Através de Cecília, conheci doutorandos da Bahia que estavam em Boston e também Júlio Braga, já doutor e especialista em religiões afro-brasileiras. Meu capítulo no livro *Religião e Cidadania*, publicado na Bahia, foi fruto desse contato com Júlio Braga.

Embora Tony Leeds nunca tenha conversado comigo sobre os aspectos weberianos de minha dissertação, percebia por comentários diversos que Weber não fazia parte de sua bibliografia. Apesar disso e das diferenças de posicionamentos na política nacional dos EUA e institucional da BU, Tony Leeds e Peter Berger estavam de acordo em questões em relação ao meu projeto de tese. Leeds teria estado na banca final da tese, mas morreu três meses antes da defesa, em fevereiro de 1989. Já tinha lhe entregue a versão final da tese quando teve o ataque cardíaco que o vitimou.

Sem Leeds na banca, Berger achou que deveria haver alguém que estudasse Brasil e havia apenas um professor de Antropologia, Pollock, que era especialista em um povo amazônico. Assim, os cinco membros da banca foram, além de Berger e Paule Verdet, Brigitte Berger (do departamento de sociologia, esposa de Berger e especialista em sociologia da família), Robert Heffner (do departamento de antropologia, um antropólogo que se dedicava à Indonésia e à antropologia da religião) e D. Pollock.

Em minha tese comparava a forma como pentecostais, fiéis católicos de comunidade de base e pessoas de religiões afro-brasileira e catolicismo popular lidavam com problemas do cotidiano. O foco da análise era a forma como os entrevistados ao contar sua vida entendiam a pobreza, as desigualdades sociais, suas causas e formas de superá-la e enfrentá-la. Procurei explicar o apelo que cada grupo religioso podia ter como cada um podia afetar a vida de seus participantes. Segundo minhas análises, pertencer a uma igreja pentecostal ajudaria a enfrentar uma situação de crise familiar e pessoal retirando as pessoas da miséria, mas não levaria a uma ascensão de camada social. Peter Berger comentou que apostava seu “nome profissional” (*my professional name*) que, em circunstâncias melhores para a economia brasileira, os pentecostais iriam ascender mais do que os de outros credos.

Essa questão não era para mim a mais importante de minha tese. Considero que contribuí mais comparando os pressupostos cognitivos e os valores do cristianismo das CEBs, das igrejas pentecostais e daqueles vinculados a religiosidade afro-brasileira e catolicismo rural. Procurei discutir como esses afetavam também a dinâmica interna de cada grupo, e a relação do fiel com líder religioso e com o sagrado. Essa tese foi revista e atualizada sendo publicada em janeiro de 1994 como livro intitulado *Coping with Poverty* (Temple University Press). Em português publiquei algumas questões e reflexões a partir da tese em artigos na *Revista Eclesiástica Brasileira*⁴ (REB, Petrópolis, 1991), *Revista Crítica de Ciências Sociais* (Coimbra, Portugal, 1991), nas *Comunicações do ISER* (1993) e como capítulo dos livros *Religião e Cidadania* (Salvador: OEA/ Empresa Gráfica da Bahia, 1990) e *Na Força do Espírito* (São Paulo: Aipral, 1996)

Como doutora e de volta ao Brasil e à UFPE em 1989, passei a ser membro dos colegiados do mestrado em Sociologia e também do colegiado do mestrado em Antropologia daquela universidade. Participei de comissões de seleção de estudantes, orientei e ofereci disciplinas nesses cursos. Na graduação de Ciências Sociais ofereci disciplina obrigatória (teoria social) e também eletivas, e ainda disciplina externa. Também fui encarregada, por um período, de editar a revista do Mestrado em Sociologia (na época a *Comunicações PIMES*⁵). Além disso, orientei monografias de conclusão de curso, duas bolsistas de Iniciação Científica do CNPq e alguns mestrandos em antropologia e sociologia. Os meus primeiros três orientandos com dissertações de mestrado concluídas foram da UFPE. Com Lemuel Guerra (o primeiro a defender seu trabalho, que posteriormente se tornou professor de sociologia na Universidade Federal de Campina Grande) publiquei um artigo na *Comunicações do ISER* em 1990 sobre a reação conservadora da igreja católica em curso naquele período. Ainda tive experiência administrativa. Fui eleita vice de Celina Ribeiro Hutzler na chefia do departamento de Ciências Sociais da UFPE, mas logo Celina se aposentou (uma decisão tomada diante de mudanças imprevistas de legislação), e assumi a chefia até a eleição de Mabel Albuquerque, com quem trabalhei em seguida.

Em 1990 várias questões suscitadas em minha tese de doutorado me

⁴ Na época em que fiz meu doutoramento a única revista brasileira acadêmica que consegui encontrar completa nas bibliotecas da área de Boston era a REB. Quando enviei meu primeiro artigo em português para ela, lembrei disso. Gostaria de ter leitores também de outros países. Sabia que era distribuída regularmente em toda América Latina.

⁵ Sigla para Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia. Essa revista não existe mais.

motivavam para novas pesquisas, e assim, propus dois projetos no início daquele ano. O primeiro foi com Heraldo Souto-Maior, meu ex-orientador de mestrado. Apresentamos projeto ao edital Ford/ Anpocs propondo fazer tabulações especiais de dados do IBGE. Os recursos aprovados seriam para a compra das fitas do censo de 1980 e contratação de técnicos em estatísticas e informática, que fariam tais tabulações não realizadas pelo IBGE. Hoje em dia com avanço da informática, com dados do IBGE e programas de tabulações disponíveis na internet, nem lembramos como tudo isso era tão caro e complicado no início da década de 1990. A proposta era que o professor Heraldo analisaria as tabelas sobre família (seu tema de pesquisa), o que de fato chegou a fazer, e eu traçaria o perfil socioeconômico dos pentecostais e protestantes em geral no Brasil, em Pernambuco e Recife. Devido a problemas técnicos com as fitas do IBGE, a pesquisa sofreu muitos atrasos, também os recursos se mostraram insuficientes e a minha parte do projeto foi descartada pelo coordenador (nenhuma tabela com a questão religião foi feita). Assim tive que abandonar esse projeto. A frustração de não ter podido realizar essa pesquisa foi compensada pelo sucesso na aprovação pelo CNPq do projeto sobre alcoolismo e Pentecostalismo, que propus individualmente. Ganhei a minha primeira bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq, com direito a duas bolsas de Iniciação Científica. As minhas primeiras orientandas de IC foram Roberta Bivar Carneiro Campos, que depois obteve doutorado na Inglaterra e se tornou uma excelente professora de antropologia na UFPE com quem troco e dialogo até hoje, e Marcia Couto, também pesquisadora produtiva e destacada professora de sociologia na Escola de Medicina da USP. Foram excelentes bolsistas. Tive sorte!! Essa sorte se repetiu muitas vezes pois, em geral, tenho tido ótimos bolsistas de IC através dos anos.

Em minha tese de doutoramento notei que os entrevistados (pentecostais e outros) relacionavam a adesão ao pentecostalismo à superação do alcoolismo. Esse foi o tema do primeiro trabalho que escrevi depois da defesa da tese e que apresentei no congresso da *Sociedade Internacional de Sociologia da Religião (SISR)*, em agosto de 1989. A ida a esse congresso resultou na publicação do trabalho na revista *Cristianismo e Sociedade* do México. Gostei muito do congresso da SISR e dos debates ali realizados, dedicados apenas ao estudo da religião. Naquele evento de 1989 havia apenas um outro brasileiro além de mim, Ari Pedro Oro. Voltei a esse congresso nos vinte anos, que se seguiram. Também voltei ao tema do alcoolismo, dependências e religião pentecostal.

Refletir sobre discursos de dependência (especialmente dos que a experimentam) tem me ajudado a discutir os valores e crenças sobre autonomia individual, tema central do cristianismo protestante e valor importante na cosmovisão moderna. O apelo para conversão, e mudança de vida cristã, assume e valoriza a concepção de um sujeito individualmente autônomo que pode e deve ser “livre”. A análise de experiência da dependência e sua superação via igreja (ou movimentos como o Alcoólatras Anônimos -AA), nos ajuda a refletir teoricamente sobre as diversas possíveis construções de discursos sobre a autonomia individual.

Essa reflexão sobre individualismo, como tentei mostrar no artigo “O Estrangeiro e o Homem Moderno” (*Cadernos de Estudos Sociais*, 1988), conduz a uma discussão sobre a racionalidade moderna que tem grande afinidade com a vida no mundo globalizado e em grandes cidades. A partir de uma maior elaboração sobre a relação entre a racionalidade moderna e individualismo na cosmovisão contemporânea, montei um projeto “guarda chuva” que integrava os vários temas de meus orientandos de mestrado (dois da sociologia e dois da antropologia) e o apresentei para Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia em Pernambuco (Facepe). A minha experiência no grupo de pesquisa de doutoramento nos EUA me convenceu da importância de trabalhar coletivamente com os orientandos em questões que se inter cruzavam entre os projetos deles e o meu projeto.

Ainda em 1990, enquanto os financiamentos para as pesquisas acima mencionadas não tinham saído, trabalhei em colaboração com a antropóloga Marjo de Theije, na época doutoranda da Universidade de Utrecht, Holanda, que conheci na UFPE, enquanto ela fazia sua pesquisa de doutoramento em Garanhuns. Fizemos um pequeno estudo e também um vídeo sobre a festa e romaria no santuário de Santa Quitéria, na área metropolitana de Garanhuns. Esse santuário nos despertou interesse por ser gerido por leigos apenas. Nossa questão central era a distância entre o catolicismo oficial e o popular. Um dado que nos chamou atenção foi o fato de que essa distância podia ser tão grande a ponto de vários fiéis nem se darem conta de que a igreja católica não reconhecia esse santuário nem reconhecia a própria Sta Quitéria como santa católica. Uma religião gerida pelos próprios fiéis interessava muito a Marjo e a mim, que estudávamos o projeto de empoderamento leigo da Teologia da Libertação. Além da autonomia laica católica, identificamos em nossa análise um “turismo religioso”, tema pouco abordado naquele tempo.

Dessa colaboração e pesquisa com Marjo resultou, além do vídeo

(amador, mas de grande utilidade didática para nós), um artigo publicado em português na revista *Comunicações do ISER*, em 1991, e em holandês em publicação da Universidade de Utrecht, em 1993. Esse trabalho marcou o início de uma importante parceira intelectual e uma grande amizade. Mais adiante comentarei outras colaborações com Marjo, entre essas um convênio internacional.

Quando foram implementadas as bolsas e chegaram os recursos do CNPq e da Facepe, pude iniciar o projeto sobre alcoolismo e pentecostalismo. Pretendia nesse projeto combinar dados quantitativos com qualitativos. Iniciamos a pesquisa aplicando um pequeno questionário em cerca de 400 residências de um bairro pobre do Recife. Pretendia, em um segundo momento, aprofundar a questão com pesquisa qualitativa entrevistando familiares e os próprios, que diziam ter se recuperado da dependência via igreja. Com os dados quantitativos, analisados pelo SPSS, traçamos um perfil religioso e socioeconômico do Morro Nossa Senhora da Conceição, bairro pobre escolhido para a pesquisa. Observamos que um quarto das famílias convivia com um bebedor problema e um terço declarava ter ou ter tido um bebedor problema. Entre os achados interessantes, observamos como as famílias eram religiosamente plurais. Esse conjunto de dados inspirou pesquisas posteriores de vários dos participantes, como por exemplo, a de Márcia Couto sobre a pluralidade religiosa intrafamiliar.

A experiência de coleta desses dados foi muito rica, várias vezes fui ao campo com a equipe de cinco estudantes da UFPE, entre esses as duas bolsistas IC acima citadas. Também contamos com a presença de um colega do tempo de Boston, Dean Graber⁶, que estava em visita no Recife, enquanto trabalhava como jornalista no Rio de Janeiro. Nesse levantamento também tivemos o apoio de Robin Nagle, doutoranda em Antropologia da Columbia University, em trabalho de campo para sua tese (publicada no livro: *Claiming the Virgin*) no bairro que pesquisávamos. Após a ida ao campo fazíamos reuniões onde trocávamos experiência - essa troca era importante para a pesquisa e muito divertida também.

Em 1991 tive oportunidade de ampliar meus contatos de pesquisa fora do Brasil através de algumas viagens. A primeira foi ao Chile a convite de Waldo César do ISER, que me conhecia por meu artigo publicado em 1988 na revista *Comunicações do ISER*, já comentado, no qual apresentava algumas ideias que desenvolvi em minha tese. No Chile participei, como

⁶Dean Graber também me ajudou muito na transformação da minha tese de doutorado no livro publicado pela Temple University Press em 1994.

socióloga especialista em pentecostalismo, em uma reunião promovida pelo Conselho Mundial de Igrejas (*World Council of Churches*). Pude conhecer, além de outros especialistas não religiosos convidados, pastores de vários países da América Latina que me contaram sobre o cotidiano em suas igrejas, a prática de seus fiéis e suas experiências políticas.

A segunda viagem ocorreu graças a um programa de intercâmbio entre o mestrado de Sociologia da UFPE e o Institute of Latin American Studies da London School of Economics (ILAS/LSE). Além de desfrutar da biblioteca da LSE, pude conhecer pesquisadores e professores que trabalhavam no Reino Unido e fazer uma palestra sobre Pentecostalismo no Brasil no ILAS/LSE. Além disso, como resultado de minha troca com Marjo de Theije, recebi um convite do Departamento de Antropologia da Universidade de Utrecht para falar sobre minha tese de doutoramento. Nesta ocasião tive oportunidade de discutir meu trabalho com Andre Droogers, Gert Bank, Franz Kamsteeg entre outros. No Reino Unido tive ocasião de conhecer pessoalmente e conversar com Bryan Wilson que trabalhava e morava na Universidade de Oxford.

Outra viagem em 1991, que resultou proveitosa, em termos de divulgação de minha tese, foi minha ida a um congresso da Latin American Studies Association (LASA) que ocorreu em Washington. Apresentei um texto sobre alcoolismo, pentecostalismo e gênero em uma mesa sobre gênero na América Latina, organizada pelo antropólogo da UFPE Russell Parry Scott. Nesse encontro conheci David Stoll (autor do livro *Is Latin American turning Protestant? The Politics of Evangelical Growth* (1990), que comentou ter lido minha tese e me sugeriu que procurasse a editora da Temple University Press durante a LASA mesmo, pois havia um stand da editora que estava interessada em livros sobre religião na América Latina. De volta ao Recife, enviei minha tese e rapidamente recebi bons pareceres e a aprovação para publicação. Todo processo de atualização de dados estatísticos, da bibliografia e revisão de estilo e do inglês, levou um pouco mais de dois anos e o livro foi finalmente publicado em 1994, quando já estava no Rio de Janeiro trabalhando na UFF.

Meu compromisso legal com a UFPE venceu em agosto de 1991, destaco “compromisso legal” porque sinto que o compromisso afetivo moral nunca tem prazo para se esgotar. Sempre sinto certa culpa por ter deixado a instituição que me deu tantas oportunidades, mas na época queria muito trabalhar no Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro me atraía por vários motivos, e entre esses se destacava a existência de grupo de pesquisadores sobre o

tema religião reunidos pelo ISER. Como comentei antes, conhecia o ISER desde 1987.

No final de 1991 soube que a Universidade Federal Fluminense (UFF) havia aberto um concurso para uma vaga de adjunto em Sociologia e resolvi concorrer. O modo como soube desse concurso, minha inscrição, as datas de sua realização ocorreram surpreendentemente a favor de minha ida para o Rio de Janeiro, como narro a seguir. Ter sido fruto da conjunção de várias ocorrências com baixa probabilidade ajudou a amenizar a culpa de minha decisão de sair da UFPE, dando a impressão que fiz o que “era para ser feito”. Um dia, durante um longo período de greve em todas universidades federais, refletindo sobre se devia ou não sair de Recife, para onde ir, tive a ideia de ligar para o departamento de Sociologia da UFF. Como estávamos todos em greve, liguei meio à toa sem pensar muito, duvidava que atendessem durante a greve. Para minha surpresa, não apenas a secretária atendeu o telefone, mas também me informou que havia um concurso aberto para professor adjunto, mas que o prazo para inscrição se encerrava em uma semana. Pensei que funcionários da UFF faziam mais plantão do que os da UFPE em tempo de greve, depois soube que não era assim, quando trabalhava na UFF raramente consegui falar com essa secretária por telefone.

Logo que soube do concurso entrei em contato com uma amiga no Rio de Janeiro, que se prontificou a ir a Niterói para me inscrever no concurso. Corri para enviar por sedex o material e procuração para minha amiga, que me increveu no final do expediente do último dia de inscrição. Eu era a única candidata. Também, por coincidência, o concurso ocorreria entre dois eventos para os quais já tinha passagem e licença para viajar. Ocorreu uma semana depois do encontro do Grupo do Catolicismo no ISER (Rio de Janeiro) e uma semana antes da reunião da Anpocs em Caxambu, MG.

Sendo aprovada em outubro, tive, como de praxe, alguns meses para assumir o cargo, tempo suficiente para concluir os cursos que ministrava na UFPE referentes ao segundo semestre de 1991. Como a greve na UFF foi bem mais longa do que na UFPE, os cursos que iniciei na UFF, em janeiro 1992, correspondiam ao segundo semestre de 1991. Dessa forma, ensinei disciplinas do segundo semestre letivo de 1991 nas duas universidades.

A primeira disciplina que ofereci na UFF foi introdução às teorias de Marx e Weber nos turnos tarde e noite do curso de ciências sociais. Fiquei positivamente surpresa com a delicadeza do chefe do departamento, Santo Comparato, e a coordenadora do curso, Maria Lúcia Pontual Braga,

me cumprimentarem dizendo que os alunos estavam gostando muito de minhas aulas. Depois descobri que esses colegas estavam aliviados porque aqueles alunos tinham protestado contra minha indicação para essas disciplinas. Por meu doutoramento ter sido nos Estados Unidos, diziam que eu não saberia nada sobre Marx e não poderia dar a disciplina. Antes de me conhecerem já haviam solicitado que eu não ficasse com a turma. Não sei se sabiam quem tinha sido meu orientador, talvez soubessem de sua fama de ser crítico do marxismo. Percebo agora que ali sofri o tal preconceito que Peter Berger disse ter experimentado, como comentou com Renata Menezes e comigo na entrevista já citada que fizemos com ele em 2016.

Na UFF ministrei quase exclusivamente disciplinas obrigatórias de Sociologia na graduação de Ciências Sociais e em cursos externos. A experiência na pósgraduação foi pequena, apenas ministrei um curso de metodologia na Especialização em Serviço Social. No período orientei cerca de seis bolsistas de Iniciação Científica (CNPq e aperj), dois monitores e quatro monografias para conclusão de curso. Pertencia ao departamento de Sociologia e lá fiz grandes amigos que tenho até hoje, também fiz amizade e convivi com colegas dos departamentos de antropologia e de política. Um campus perto da praia com colegas acolhedores e alunos entusiasmados, gostei muito do tempo que estive lá. No entanto, o fato do departamento de Sociologia não possuir pósgraduação naquela época, onde eu pudesse me engajar, limitava meu trabalho acadêmico. De início procurei me vincular ao programa de mestrado que integrava antropologia e política, mas não havia outros pesquisadores com interesses similares aos meus. Decidi sair da UFF aceitando o convite de Patrícia Birman, em 1994, para participar, como professora visitante, da linha de religião da pós graduação em Ciências Sociais da UERJ, mais adiante voltarei a falar da minha decisão pela UERJ.

Quanto à pesquisa na UFF, dei continuidade à parte qualitativa do projeto sobre alcoolismo com dois bolsistas de Iniciação Científica. Redefini o objetivo da pesquisa e entrevistamos (os bolsistas e eu) pentecostais que alegavam serem ex-alcóolatrás (ou ex-alcoolistas) de diversas denominações tanto de classe média como popular. Observamos que, nenhum entrevistado, nem mesmo os de camada média, relatou ter pensado em procurar psicólogo ou psiquiatra quando quis se livrar da dependência que sentiam da bebida. Foram direto para uma igreja. Na análise dos dados, foquei o termo “libertação” frequentemente usado para se referir à superação da dependência. Os dados dessa pesquisa me ajudaram em

estudos que fiz posteriormente. Livre da dependência, o indivíduo se sentia “liberto do demônio”, podendo agir por sua própria vontade, conseguiria parar de beber e seria capaz de seguir os ensinamento de Deus. Doença e desvio da lei de Deus aí se identificavam por terem uma mesma origem e causa.

Encerrando essa pesquisa, tive a chance de me integrar ao grupo de estudo do catolicismo do ISER. Coordenado pelo professor Pierre Sanchis (UFMG), esse grupo, naquele momento formado por Regina Novaes, Patrícia Birman, Samira Crespo, Maria das Dores Machado e por mim, propôs ao CNPq o projeto “A dança do sincretismo”. Relacionado a esse projeto “guarda chuva” Maria das Dores C. Machado (Dodora) e eu desenvolvemos um estudo comparando pentecostais e católicos carismáticos. Nosso projeto, intitulado “Identidade, sincretismo e trânsito religioso”, me proporcionou a minha primeira experiência pesquisando a Renovação Carismática Católica. Esse foi o início não apenas de um novo campo de pesquisa empírico, mas principalmente de uma importante parceria e de grande amizade, que mantenho até hoje, com Dodora. A partir de então trabalhamos juntas em inúmeras pesquisas, publicações em ocasiões as mais diversas, sobre algumas comentarei mais adiante.

Como produto desse primeiro projeto, apresentamos trabalhos em vários congressos nacionais e internacionais, dentre esses destaco o das *Jornadas sobre Alternativas Religiosas em Latino América* (1994, Montevideo, Uruguai) porque durante esse evento foi criada a Associação dos Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM). Essa associação tem sido para mim um espaço importante de troca acadêmica nos anos que se seguiram. Através dela e das Jornadas (que ela passou a promover) ampliamos bastante nosso debate sobre a relação entre religião e sociedade incluindo nesse debate e em nossa rede de trocas colegas de outros países, especialmente Argentina.

A discussão sobre o sincretismo iniciada nesse projeto tem sido um tema recorrente sob formas diversas em vários estudos e projetos subsequentes, como mostrarei a seguir. Essa primeira pesquisa sobre sincretismo, mencionada acima, resultou em artigo publicado com Dodora, em 1994, na revista *Comunicações do ISER*. Nele refletimos sobre o conceito de sincretismo e observamos a circulação entre igrejas evangélicas por parte dos pentecostais que pesquisamos. Argumentamos que todas as religiões são inevitavelmente sincréticas, mas que elas se distinguem por assumir ou negar esse sincretismo. Assim a pesquisa nos levou a sublinhar o contraste entre o discurso antissincrético adotado pelo pentecostalismo ,

que cresce majoritariamente nas camadas populares e nos países periféricos do chamado Terceiro Mundo, e o discurso da religião identificada como do tipo Nova Era e a experiência de religião “à la carte” e de valorização da *bricolage* que se relaciona a processos de desinstitucionalização religiosa, descritos em países mais ricos e mas também entre as camadas de maiores instruções em países periféricos.

Em continuidade ao projeto sobre sincretismo e ainda integrado ao grupo do ISER, propusemos outro estudo comparativo sobre a figura do demônio entre os protestantes pentecostais e os católicos da Renovação Carismática Católica (RCC). Essa pesquisa, que resultou em publicações e participações em eventos, chamava atenção para o papel desempenhado pelo demônio de reforço do discurso antissincrético. Apesar de terem esse papel, os demônios podiam ser considerados manifestações sincréticas porque eram identificados com os deuses de outras religiões. Eram, portanto, sincretimos que negativizavam outras religiões e desautorizavam possíveis sincretismos. Também argumentamos que o responsabilizar o demônio pode ajudar as pessoas a se perdoarem, como no caso dos ex-alcoólatras, e ainda a perdoarem outros, como por exemplo as mulheres que perdoam seus esposos agressores.

Ainda, observamos a relação entre a ênfase no demônio e a maior institucionalização das religiões pentecostais e sua busca por espaço público via mídia e política. As discussões das pesquisas, que fazíamos então, nos levou a destacar a necessidade de relacionar sincretismo e a ênfase no demônio nas religiões à condição concreta de vida do fiel, de sua camada social e sociedade mais ampla. Essas reflexões foram desenvolvidas no texto “Mudanças recentes do campo religioso brasileiro” (*Antropolítica*, 1998) que, em versão revista e retrabalhada, foi também publicado em francês, ambos em coautoria com Maria das Dores Machado (na revista *Social Compass*, 1998).

Dentre outras publicações desse período, destaco duas. A primeira foi o artigo “O Demônio e os Pentecostais no Brasil” que publiquei em 1997 no livro *O Mal à Brasileira* organizado por Birman, Novaes & Crespo. A segunda foi uma revisão bibliográfica crítica sobre a “batalha” ou a “guerra espiritual”, publicada em 1998 no número 48 da *Revista BIB*. Em ambos trabalhos, me inspirei no livro de Keith Thomas, *A religião e o declínio da magia*, e adotei a interpretação de Berger do conceito weberiano de racionalização religiosa. Argumento que essa crença no demônio tende a promover um relativo desencantamento da visão de mundo dos crentes que vieram

do catolicismo ou das tradições de matriz africana. No pentecostalismo esses experimentam uma redução da pluralidade da população de seres sobrenaturais. Os orixás, caboclos, pombagiras, almas penadas, espíritos de mortos em geral e outras entidades. São definidos igualmente como demônios que estão vinculados ao mal. Além de menos plural, o mundo sobrenatural também passa a ter princípios éticos e valores. Por um lado, há Deus e seus anjos que defendem o bem e a virtude e, por outro, Satanás e seus demônios com o mal e o pecado. Apenas a solução de problemas por meios sobrenaturais não justifica a veneração ao ser que a produziu. Passa a ser necessário saber se o evento extraordinário foi de fato uma graça de Deus ou uma armadilha do diabo. Ter fé em Deus, também passa a significar ter confiança. Embora se “saiba” que o diabo existe, não se pode dizer que “se tem fé nele” .

Em geral, quem considera os discursos sobre a ação do demônio no cotidiano como apenas “encantados” e “mágicos” o faz porque apenas os compara aos discursos seculares ou aos de religiões mais intelectualizadas e racionalizadas. Categorizações são geralmente relativas: variam em grau. Podemos entender o papel desencantador e “eticizador” (ou seja, “racionalizador” no sentido weberiano) da crença e prática da batalha contra demônios, comparando-as com as tradições afro-brasileiras e com o catolicismo popular e rural. Comparamos quando descrevemos ou analisamos fenômenos, quer tenhamos ou não consciência.

Com Maria das Dores, pesquisamos os discursos sobre demônios também na mídia evangélica pentecostal televisiva e impressa (especificamente *Folha Universal e Mensageiro da Paz*) e ainda em revistas da Renovação Carismática Católica (*Jesus Vive e é o Senhor*). Produtos dessa pesquisa foram apresentados em congressos e publicados não apenas por Maria das Dores e por mim, mas também por nossas bolsistas de Iniciação Científica que já estavam se graduando. Com efeito, entre 1993-1998, trabalhamos com um animado grupo de bolsistas de iniciação científica, entre essas, Wânia Mesquisa, Sílvia Fernandes, Gisele Reis, Natália Reis, Maria Lúcia Tauil Bernardo, Patrícia Moreira entre outras, e ainda uma bolsista de aperfeiçoamento, Maria José Soares. Todas as citadas fizeram mestrado e cinco fizeram doutorado e se tornaram professoras e pesquisadores em universidades.

Enquanto realizava esses projetos, ingressei na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). De início era professora visitante, depois prestei concurso e pedi demissão da UFF, mas continuava com os mesmos projetos

de pesquisa. Fazia campo com católicos da RCC em Niterói e lá encontramos um grupo reunido em torno de crianças que diziam ver Nossa Senhora. Com nossa equipe de pesquisa, fui a uma dessas aparições no bairro de Santa Rosa. Registro esse evento porque, anos depois, voltei a essa pesquisa sobre a qual falarei adiante.

Além do convite para ser professora visitante na UERJ, em 1994 fui chamada para participar da equipe do projeto de pesquisa sobre evangélicos no Rio de Janeiro, “O Novo Nascimento”, coordenado pelo professor Rubem César Fernandes do Núcleo de Pesquisa do ISER. Além de caracterizar o perfil da população evangélica, essa pesquisa buscava conhecer as diferenças denominacionais, tanto em relação à vida religiosa, crenças e práticas rituais, quanto a atitudes e valores na política e na família. Durante esse trabalho conheci várias pessoas, mas destaco especialmente Clara Mafra que se tornou grande amiga, coautora, e também colega de trabalho na UERJ. Os dados dessa pesquisa geraram um livro coletivo (*O Novo Nascimento*, 1998) também meu texto “A Opinião dos Evangélicos sobre o Aborto” e ainda um artigo com Clara Mafra, (“Family and Reproduction among Protestants in Rio de Janeiro”) no livro organizado por Christian Smith; Joshua Prokopy. *Latin American Religion in Motion* (New York: Routledge 1999).

O pentecostalismo também despertava interesse da igreja católica e o Centro de Estatística Religiosa e Informação Social (CERIS), órgão de pesquisa ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que era sediado no Rio de Janeiro, conseguiu recursos para uma pesquisa comparando rituais e discursos dos católicos da Renovação Carismática com os das CEBs e com os dos pentecostais, tanto os tradicionais como os da Igreja Universal. Para desenvolver esse trabalho, Rogério do Valle, que coordenava o setor de pesquisa do CERIS, convidou Luís Roberto Benedetti, professor da PUC de Campinas e autor de tese que comparava CEBs e RCC, e a mim, e o trabalho se iniciou em fins de 1994.

Benedetti e eu propusemos que o estudo acima adotasse metodologia qualitativa e fosse realizado em Campinas e no Rio de Janeiro, cidades na quais cada um de nós já tinha feito pesquisa e poderia acompanhar cotidianamente o trabalho. Além de comparar os quatro grupos religiosos em duas cidades, decidimos em cada cidade comparar grupos de bairros de camadas médias com os de áreas mais pobres como favelas. Com a equipe de pesquisadores, realizamos, portanto, estudos de caso em grupos de RCC, CEBs e em igrejas pentecostais e neopentecostais de camada média

e de baixa renda em Campinas e no Rio de Janeiro. Um fenômeno que nos chamou atenção na pesquisa foi a força do crescimento da RCC nas camadas populares em geral. Já observávamos isso com Maria das Dores, mas nesse projeto ficou mais evidente pela amplitude do campo. Em Campinas notou-se também o surgimento das novas comunidades criadas por líderes da renovação carismática; anos depois essas comunidades se tornaram um tema importante de minhas pesquisas. Além de uma publicação do CERIS com os dados da pesquisa, essa experiência resultou na criação de laços entre algumas das participantes, muitas se tornaram minhas orientandas em algum momento, e coautores em outros, e amigas sempre, entre essas, destaco, Andrea Damacena Martins, Katia Medeiros, Sílvia Fernandes, Brenda Carranza e Rozicléa Nascimento.

Nos anos seguintes minhas pesquisas passaram a estar vinculadas basicamente à UERJ, onde, como já comentado anteriormente, entrei como visitante em 1994 e depois como concursada em 1995. A seguir, antes de falar sobre as pesquisas ali realizadas, explico minha motivação para mudar para UERJ e comento as atividades de ensino e outras que tenho desenvolvido aqui desde então.

A minha principal motivação para vir trabalhar na UERJ era a ideia de ser parte de uma pósgraduação que possuía uma linha de pesquisa em religião. O caráter interdisciplinar do Programa de Pósgraduação em Ciências Sociais (PPCIS) era um atrativo especial para mim. O tema religião tem sido, no Brasil em geral, mais estudado e debatido por antropólogos do que por sociólogos. Com efeito, a linha de pesquisa em religião tem, até hoje, uma maioria de colegas com doutoramento em antropologia.

Em termos de atividades de ensino na UERJ passei a ministrar disciplinas, tanto obrigatórias como eletivas na graduação, no PPCIS e na Especialização em Sociologia Urbana. Na graduação em Ciências Sociais cheguei a oferecer quase todas as teorias, da área de sociologia e já ofereci duas obrigatórias da área de metodologia. Também ministrei disciplinas para cursos de fora de nosso departamento, entre esses Comunicação, Filosofia, Serviço Social, Enfermagem e Psicologia.

Na pósgraduação ofereci disciplinas obrigatórias, mas com frequência tenho ministrado cursos vinculados à linha de pesquisa em religião. Tive oportunidade de preparar cursos em conjunto com outros colegas. Durante os dez primeiros anos no PPCIS ofereci as disciplinas na época obrigatórias, Teoria Social I e Teoria Social II, ora sozinha ora compartilhando com colegas, como Luis Rodolfo Vilhena, Marcia Contins, Myrian Sepúlveda.

Estava ministrando um curso com Luís Rodolfo, no primeiro semestre de 1997, quando ele sofreu o acidente que o vitimou. Foi um choque, ficamos todos muito abalados.

Em 1997, dois anos depois de meu ingresso na UERJ foi criado o “Prociência”, programa que tem incentivado muito a pesquisa em nossa universidade. Meu primeiro projeto Prociência, também apoiado pelo CNPq, continuava a comparação do uso da mídia por católicos e evangélicos, que vinha desenvolvendo com Maria das Dores Machado. A presença destacada da RCC e dos pentecostais na mídia televisiva sugeria uma afinidade eletiva entre o tipo de espiritualidade desses grupos e a linguagem televisiva. Com o apoio de bolsistas do PIBIC da UERJ (muitos que depois entraram na pós graduação como Marcela Serrano, que concluiu seu doutorado e é professora do CEFET e Paulo Batista, aprovado para doutorado/2018 no IFCS) e bolsistas de Aperfeiçoamento, estudei a grade de programação e o surgimento da emissora católica “Rede Vida de Televisão” e também a extinta evangélica “Vinde TV”. Publiquei sobre o tema um artigo na revista *Antropologia e Imagem*, e um capítulo no livro *Religião e espaço público* (organizado por Patrícia Birman 2003). Discutia nesses textos como a igreja católica no Brasil reviu sua inicial rejeição a se vincular a um canal de televisão e, que apesar de todo apoio dessa igreja, a Rede Vida não se dizia um canal católico, mas “o canal da família”. Também procurei entender as diferenças entre a Rede Vida e Vinde TV. Essa análise me fez pensar que se Weber tivesse conhecido o sistema televisivo (com seus apresentadores, atores), tal como conhecemos no Brasil hoje, poderia ter incluído os meios de comunicação de massa no texto “Rejeições do mundo e suas direções” como mais uma esfera que tanto poderia concorrer com a religião, quanto reforçá-la.

Com essa equipe de pesquisa, fizemos também um levantamento do perfil social e religioso dos estudantes de ciências sociais no ano de 1998. Com dados digitados, fizemos análises preliminares, mas os arquivos digitados no excel se perderam. Dessa pesquisa temos publicado apenas uma reportagem de uma jornalista que registrou os percentuais encontrados. Tenho ainda os questionários, espero conseguir de novo digitá-los para comparar esses dados de 1998 com os atuais. No entanto, uma reflexão, anterior a essa coleta de dados, sobre o perfil sócio-econômico de estudantes da UERJ inspirou um texto que escrevi com dois orientandos na época, Silvia Fernandes (cursando seu mestrado) e Roberto Batista (bolsista de Aperfeiçoamento do CNPq), sobre os universitários que cresceram e

viviam em favelas. Já comentei anteriormente (ao falar do uso do conceito “salutogênese” de Antonovsky) sobre esse artigo que foi publicado com o título “Os Universitários da Favela” na coletânea *Cem anos de favela* de Zaluar e Alvito (1998).

A mídia religiosa e sua afinidade com a espiritualidade pneumática inspiraram a proposta que apresentei ao CNPq para pós-doutoramento na École de Hautes Études de Sciences Sociales (EHESS), Paris/França (1999-2000). Nessa estadia, conheci melhor o trabalho de Danièle Hervieu Léger e os integrantes do centro que dirigia (*Centre d'Études Interdisciplinaires du Fait Religieux/CEIFR*) e também os estudos da equipe do *Institute de Recherche sur les Sociétés Contemporaines* (IRESCO). Nesse instituto tive contato especialmente com Martine Cohen, que tinha realizado estudos sobre Renovação Carismática Católica, e Françoise Champion, que estudou por muitos anos religião e emoção, dedicando-se posteriormente à sociologia da saúde. A antropóloga Marion Aubrée, que tem ampla pesquisa sobre religião, foi outro contato importante e ótima interlocutora. Marion também organizava eventos sobre o Brasil no *Centre de recherches sur le Brésil contemporain* (CRBC) na EHESS, onde conheci pesquisadores franceses e também brasileiros de todas as partes do Brasil, entre esses doutorandos que faziam pesquisa sobre religião, como Lívia Fialho e Mísia Reesink da Bahia.

Também nesse período tive oportunidade de ir à Universidade de Cambridge/Reino Unido, a convite de David Lehmann, para dar uma palestra sobre o demônio e os pentecostais no Brasil. Também participei de duas bancas de doutorado, uma, a de Marjo de Theije, na Universidade de Utrecht, na Holanda, e a outra na de Grénoble, França.

Os estímulos e leituras nesse período me levaram a ampliar os objetivos de meu projeto de pós-doutoramento para além do entendimento da mídia religiosa. Procurei pensar como a crescente importância da mídia na igreja católica estaria revelando um reordenamento interno do campo católico brasileiro. O interesse de vários pesquisadores da França sobre o que se passava com as CEBs e ainda algumas palestras sobre catolicismo francês e aparições da Virgem na sociedade contemporânea (como, entre outras, a de Elisabeth Claverie sobre aparições em Medjugorje) me levaram a formular, no meu retorno ao Brasil, projetos sobre a dinâmica interna ao campo católico. O contato e trocas com Mísia Reesink, que, como já mencionei, fazia seu doutorado na EHESS, me estimularam, na volta ao Brasil, pesquisar os relatos das aparições da Virgem de Niterói e sua relação

com a RCC no Brasil. Posteriormente essa pesquisa gerou artigos, e ainda a organização, com Carlos Steil, e a própria Mísia, de um livro cujos capítulos tratavam de aparições da Virgem em distintas partes do Brasil, *Maria entre os vivos* (2003).

A partir do ano 2000 e até o de 2009, meus projetos tinham como foco o catolicismo no Brasil: seus novos rumos, o crescimento e transformação da RCC e as “novas comunidades católicas”. A primeira dessas pesquisas buscou comparar católicos da RCC e com os dos grupos mais vinculados à teologia da libertação. Nesse projeto contei com a colaboração não apenas de Maria das Dores Machado (que estava já na Escola de Serviço Social ou ESS, UFRJ), mas também de Marjo de Theije (que era professora da Vrije Universiteit de Amsterdam). Marjo passou um ano sabático em Pernambuco coletando, como eu fazia no Rio de Janeiro, dados entre os católicos carismáticos e os da libertação. Por meio dessa parceria publicamos posteriormente um artigo na *Latin American Research Review* (2008) sobre como esses dois tipos de catolicismo lidam com as tensões entre culturas local e global. Minha primeira orientanda de doutorado, Andrea Damacena Martins, realizou estágio “sandwich” com Marjo na Vrije Universiteit de Amsterdam (VUA). Dessa experiência começou a ideia de um convênio entre UERJ e VUA que voltarei a mencionar adiante.

Com Maria das Dores Machado também voltei pesquisar sobre catolicismo “da libertação” quando, a convite de Carol Drogus, analisamos entrevistas com mulheres que eram das CEBs na época da pesquisa de doutoramento de Carol Drogus e que tinham sido entrevistadas por ela para sua tese de doutoramento cerca de dez anos antes. Queríamos saber se essas mulheres ainda eram de CEBs e o que faziam e pensavam depois de tantos anos e tantas mudanças na igreja católica brasileira. Observou-se que quase todas estavam afastadas da política, das CEBs e da militância no catolicismo da libertação. Havia as que participavam de ONGs, algumas aderiram a uma espiritualidade alternativa (do estilo Nova Era), mas essas se distinguiam de outras que tinham optado pelo catolicismo carismático. Essa pesquisa resultou em um artigo com Maria das Dores (publicado na revista *Praia Vermelha* (2000), e capítulos, com autoria também de Carol Drogus, no livro *Activist Faith* (2005), dessa última com Hannah Stewart Gambino.

Pesquisar a pluralidade interna do catolicismo me fez voltar a refletir sobre sincretismo e barganhas cognitivas nessa igreja, e retomar o diálogo com Sanchis, como pode ser visto nos textos “De vuelta al baile del

sincretismo: un dialogo con Pierre Sanchis". (*Ciencias Sociales y Religión*, v.7:189 - 202, ano 2005) e no "Catolicismo no Brasil Contemporâneo: Reavivamento e Diversidade" (publicado em 2006 na coletânea organizada por Faustino Teixeira e Renata Menezes). No primeiro texto, que inicialmente foi apresentado em uma mesa de uma das "Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina" sobre a contribuição de Pierre Sanchis, retomo a ideia do sincretismo como inevitável e presente em todas as religiões e culturas. No segundo sugiro, entre outros argumentos, que as "barganhas cognitivas" com a modernidade poderiam ser consideradas também modalidades de sincretismo e que essas barganhas seriam responsáveis por teologias mais "racionalizadas" ou racionalizadas (no sentido weberiano) com relativo poder desencantador como as da "libertação" e da "inculturação".

Procurei aprofundar essas reflexões sobre "teologia da inculturação" e sua proximidade com a teologia da libertação e ainda com a prática e discursos dos católicos identificados com essa teologia no Brasil no artigo que publiquei com Marjo de Theije em 2008 (já citado) e em outro com Maria das Dores Machado (*À propos de l'inculturation dans le catholicisme brésilien contemporain. Social Compass*, v.55: 290 - 303, 2008). Apontávamos nesses trabalhos que a chamada "inculturação" da fé para os católicos de uma parte do mundo levaria a uma relativização do peso da cultura e assim a uma potencial "desinculturação" de católicos de outra parte e com outra cultura. Essa desinculturação ocorreria especialmente entre os líderes e missionários: somente com essa "desinculturação", real ou em potencial, o catolicismo continuaria unificado em uma única igreja. Esse processo de desinculturação seria similar à racionalização religiosa levando a uma ampliação do desencantamento e maior ênfase na ética. Não interpreto que esse tipo de análise crítica seja negativa ou que vá contra esse tipo de teologia.

Nesse período meu interesse pela diversidade e tensões dentro do catolicismo e a opção metodológica por comparações entre grupos católicos foram compartilhados por alguns orientandos⁷. A comparação com outros grupos, especialmente evangélicos, mas também com os não cristãos, contudo, continuava sendo um recurso que usei frequentemente para entender as especificidades católicas. Em artigos e capítulos de livros com Maria das Dores Machado publicados nos anos 2003, 2004, 2006, 2007

⁷ Por exemplo, as teses de doutorado de Andrea Martins Damacena (2004), Sílvia Frenandes (2004) e João Marcus Assis Figueredo (2008).

comparamos católicos e evangélicos quanto a suas atitudes em relação a gênero, política e trabalho social. Portanto, não deixei de refletir sobre evangélicos e procurei também estudar grupos não cristãos, como foi o caso do islamismo (mais adiante comentarei sobre a pesquisa que realizei sobre islamismo nesse mesmo período com Vitória Peres).

Estudando a RCC e sua diversidade interna, me surpreendi com a multiplicação das chamadas “novas comunidades” (identificadas no Brasil por Brenda Carranza em Campinas e também estudada pela orientanda de mestrado Eliane Martins). Passei vários anos estudando essas comunidades que se revelaram espaço privilegiado para geração de lideranças religiosas e vocação para o sacerdócio. Além disso, muitas dessas comunidades agenciam missões dentro e fora do país. Também se destacam por sua evangelização através das mídias eletrônicas, TV, rádio e internet, e por suas obras sociais. A coleta de dados foi possível graças a uma equipe de bolsistas de Iniciação Científica formada por estudantes muito talentoso, criativos, curiosos, e muito alegres, entre esses Paulo Victor L Lopes, Debora Minuzzo, Patrícia Borges, Janine Targino, Wallace Ferreira e Rosiane Silva (que depois teve bolsa de Aperfeiçoamento). Nessa pesquisa conhecemos mais a Toca de Assis que inspirou artigos com Paulo V. Lopes, em 2009 e depois com Katia Medeiros, em 2012. Orientei as monografias de muitos desses estudantes e vários deles fizeram mestrado e já são doutores hoje em dia, Janine Targino, por exemplo, continuo como minha orientanda no PPCIS onde fez mestrado e doutorado, hoje é professora na pósgraduação da Universidade Cândido Mendes (IUPERJ).

Nos anos seguintes produzi vários textos sobre essas comunidades, dentre os quais os artigos “Comunidades de vida no Espírito Santo: juventude e religião” (revista *Tempo Social* v.17: 253 - 274, 2005), “Insatisfações com a família e sociedades contemporâneas: uma comparação entre comunidades católicas e New Age” em coautoria com Gláucia Buratto de Melo (*Estudos de Sociologia (UFPE)*. v.13: 2007), capítulos de livros e em especial a coletânea, *Novas Comunidades Católicas: em busca do espaço pós-moderno*. (2009) com Brenda Carranza e Marcelo Camurça. Nossas pesquisas, como também as dos outros autores que publicaram nessa coletânea, apontavam uma atração de jovens pela vida nessas comunidades. Observamos ainda uma tendência à radicalização doutrinária numa direção mais conservadora e ortodoxa, e projetos de expansão global. Nesse sentido havia similaridades entre esse tipo de catolicismo e algumas experiências islâmicas no Brasil que vinha estudando com Vitoria Peres (UFJF), como comentarei posteriormente.

Além das missões internacionais, as novas comunidades têm promovido turismo religioso, dessa forma, seu estudo permitia refletir sobre fluxos globais e religião, questão que se tornou importante em minha produção nos anos seguintes. Sobre esse tema publiquei o texto “Missão religiosa e migração: ‘Novas Comunidades’ e igrejas pentecostais brasileiras no exterior”, em 2009, na revista portuguesa *Análise Social* (Lisboa). , v.XLIV: 61 - 188, e também em 2013, com Brenda Carranza, “Catholicism for export: The case of Canção Nova” In: ROCHA, C; VASQUEZ, M. (Org.). *The Diaspora of Brazilian Religions*. 1ed.Herndon, VA: Brill, 2013, v. , p. 137-162.

Motivada por Vitória Peres (UFJF) e em colaboração com ela, passei a estudar o Islamismo. Iniciamos nosso trabalho nos meados do ano 2000, portanto, um ano antes do “11 de setembro”. Vitória me convenceu o islamismo no Brasil com a ideia de comparar conversão ao islamismo com ao pentecostalismo, ela também chamava atenção para a falta de pesquisas no Brasil (naquela época) sobre uma religião que crescia muito no mundo. Os estudos da década de 1970, coordenados por Cândido Procópio Camargo, revelavam no Brasil um islamismo restrito à comunidade migrante e seus descendentes, de forma que esse autor considerava que, em nosso país, essa religião universalista tinha se tornado “quase étnica” (observava o mesmo ocorria com o luteranismo naquele período). Mas essa situação se transformava nos finais dos anos de 1990, como mostravam reportagens jornalísticas sobre presença do islamismo fora daquela comunidade étnica.

Até o início de 2006, Vitória e eu fizemos pesquisas nas comunidades islâmicas do Rio de Janeiro e de São Paulo, entrevistando líderes e conversos, assistindo rituais e lendo material de divulgação. Além dos novos fiéis de fora da comunidade étnica, observamos que havia em São Paulo dois *sheiks* nascidos no Brasil e formados na Arábia Saudita desenvolvendo atividades com jovens e se dedicando ao que chamavam “divulgação do Islã” (usavam o termo “divulgação” e faziam questão de dizer que não realizavam proselitismo e não buscavam conversos). A existência de sheiks brasileiros era uma novidade daquela época, até então os *sheiks* era estrangeiros e, em geral, nem sabiam português. Os trabalhos que Vitória e eu elaboramos tratavam assim da nova forma do islamismo se colocar na sociedade brasileira. A crescente demanda de estudos sobre islamismo estimulou nosso estudo. Como já mencionei, tínhamos planos de desenvolver comparações, não apenas com a conversão ao pentecostalismo, mas também com grupos católicos, que estudava na época, comparando discursos sobre rupturas

com a sociedade mais ampla, usos da mídia, formas de mobilizar jovens e mulheres. A morte prematura de Vitória em 2006 interrompeu esses planos. Apesar de relativamente curto período de colaboração, Vitória e eu escrevemos vários artigos, quase todos apresentados em congressos e alguns publicados.

Por vários anos, não conseguia voltar aos nossos textos. Participei de bancas sobre o tema e acompanhava a literatura, mas não conseguia focar novamente no que estávamos escrevendo. Apenas em 2012 com convite de Paul Freston para escrever um capítulo sobre Islamismo para um volume sobre religião na América Latina, voltei a trabalhar no tema (foi capítulo intitulado “Islam in Latin America” publicado no livro *The Cambridge History of Religion in Latin America* publicado em 2016). A atualização da bibliografia, que fazia para o texto solicitado por Paul Freston, me estimulou a retomar ideias e um texto que tinha escrito com Vitória sobre conversão ao islamismo. Revi esse artigo retrabalhando argumentos e atualizando bibliografia e publiquei “A Adesão ao Islã: o discurso da ruptura e da continuidade” na revista *Antropológicas* em 2014.

Em 2003, a parceria com Marjo de Theije resultou em um convênio internacional entre a UERJ e a Vrije Universiteit, Amsterdam (VUA). De início nosso convênio, que foi batizado de “Paulo Freire” pela equipe holandesa em homenagem ao educador brasileiro, integrava, além da UERJ e da VUA, outras três universidades brasileiras, a UFRGS, a UFPE e a UFMG. Entre os produtos desse convênio, destaco os intercâmbios discentes, a organização de três eventos ocorridos na UFRGS, na VUA, e na UERJ e ainda publicações de dois dossiês em revistas distintas e de newsletter online.

O primeiro evento, que ocorreu na UFRGS, reuniu apenas integrantes das universidades conveniadas. Nesse momento se procurou que os integrantes de cada grupo das diferentes universidades conhecessem a produção uns dos outros. Também aí foi definido um eixo ou foco temático que unisse os projetos em andamento dos diferentes pesquisadores. Esse eixo foi identificado como a relação entre a religião e fluxos e deslocamentos contemporâneos na sociedade global, especificamente o fluxo da periferia para o centro. Dois foram os resultados desse encontro. O primeiro foi a proposta de um número bilingue na revista *Debates do NER*, com artigos que discutiam a produção nas ciências sociais sobre religião em cada universidade participante do “Paulo Freire”. Nesse número publicado em 2007, há um artigo de Clara Mafra e meu, no qual analisamos as pesquisas

sobre religião realizadas por professores e estudantes do PPCIS/UERJ (Mafra e Mariz 2007). O segundo foi a ideia de se propor um projeto ao edital universal do CNPq que permitisse reflexão coletiva e troca entre as distintas pesquisas envolvidas no convênio a partir do eixo temático definido. Portanto, para apoiar esse conjunto de pesquisas vinculadas ao convênio, concorri a um edital universal e obtive recursos que gerenciei durante os anos de 2005-2007.

Nesse eixo de pesquisa, procurei refletir sobre fluxos missionários de igrejas cristãs a partir de países que eram objetos de missão no passado, estudando o caso específico brasileiro. Procurava também comparar discursos de grupos evangélicos com os de católicos que realizavam missões no exterior (questão sobre a qual trabalho ainda desde então). Resultados parciais de pesquisas desenvolvidas nesse projeto foram apresentados no evento realizado na UERJ, em 2006. Para esse evento convidamos também outros pesquisadores brasileiros e estrangeiros, que trabalhavam no tema, mas que não necessariamente eram das universidades conveniadas. Vários dos trabalhos desse evento formaram um dossiê publicado na revista *Religião e Sociedade* v.28 (1) Clara Mafra e eu fomos as editoras desse número da revista publicado em 2008.

Através da amiga e colega da UERJ. Clara Mafra. e Aparecida Vilaça (PPGAS - Museu Nacional da UFRJ) conheci em 2009 Joel Robbins que esteve na UERJ para uma apresentação sobre seus argumentos do que chamava de “antropologia do cristianismo”. Robbins chamava atenção para os problemas que dificultavam o entendimento do cristianismo pela antropologia, impedindo muitos antropólogos de perceberem que a adesão ao cristianismo poderia criar rupturas, mudanças tanto na vida pessoal quanto social. Para ele, a antropologia somente poderia entender o cristianismo se aceitasse reconhecer rupturas e mudanças culturais. Identificava na atitude e sentimento negativo por parte dos antropólogos em relação à cultura ocidental cristã um dos responsáveis pelos problemas da antropologia no entendimento do cristianismo. Suas reflexões sobre mudanças e conversão tinham afinidade com o que argumentei em minha tese e meus outros trabalhos. Maria das Dores e Clara Mafra também se identificaram com o projeto antropológico de Robbins e ficamos interessadas em continuar o diálogo e troca com ele. Daí naquele ano mesmo decidimos com Aparecida Vilaça, do Museu Nacional, convidar Robbins para dois eventos que ocorreriam (e ocorreram de fato) no ano seguinte (2010). O primeiro no Museu Nacional foi organizado por Aparecida enquanto o

segundo, organizado por Maria das Dores, Clara e Diana Lima, teve lugar na Escola de Serviço Social/UFRJ. Motivada por esses eventos, convidei Robbins para uma visita acadêmica solicitando APV Faperj, assim tivemos recursos para trazê-lo de volta ao Rio.

No encontro da Escola de Serviço Social, coordenado por Maria das Dores Machado, foram convidados também outros pesquisadores de fora do Rio de Janeiro e do Brasil. Os trabalhos desse encontro foram publicados na revista *Religião e Sociedade* vol.32 (2) dezembro de 2012, que Clara Mafra e eu editamos.

Também participou desses eventos Roberta Bivar C. Campos (UFPE), que tinha feito seu pós-doutoramento com Simon Collins e também compartilhava interesse pela abordagem de Robbins. Nessa ocasião planejamos escrever um texto que dialogava com antropologia do cristianismo. Um ano depois publicamos o artigo intitulado *Pentecostalism and National Culture; a Dialogue between Brazilian Social Sciences and the Anthropology of Christianity* na revista *Religion and Society: Advances in Research*, v. 2 (Mariz e Campos, 2011) Nesse texto adotávamos a perspectiva da antropologia do cristianismo para fazer um balanço crítico da produção sobre evangélicos pentecostais no Brasil. Também discutíamos a própria antropologia do cristianismo, concluindo que o foco na ruptura ou na continuidade dependeria do objetivo do trabalho, podendo ser interpretado assim como uma opção metodológica. Identificamos ainda similaridades entre algumas propostas de Robbins e a teoria weberiana. Roberta Campos e eu retomamos ideias desse artigo sobre a produção brasileira em capítulo no livro *Rumos da Antropologia no Brasil e no Mundo: geopolíticas disciplinares*, publicado em 2014.

Antes desses textos serem publicados, ainda reencontrei Joel Robbins na Universidade da Califórnia San Diego, quando me convidou para dar uma palestra sobre o artigo que escrevi com Marjo de Theije já comentado (o publicado na *Latin American Research Review*, v.43). Essa minha apresentação ocorreu quando Clara Mafra fazia seu pós-doutoramento com Robbins, em San Diego. Também nos reencontramos no congresso das “Jornadas sobre as alternativas religiosas”, que ocorreu em Porto Alegre (2013). Robbins pediu que comentasse seu texto publicado na *Debates do NER* no ano seguinte (Mariz, 2014).

A troca com Robbins inspirou Clara a criar o Grupo de Estudo do Cristianismo (GEC), registrado no diretório do CNPq e cadastrado na UERJ. No PPCIS, uma das atividades do grupo tem sido organizar palestras regulares com pesquisadores sobre cristianismo. Clara mantinha viva a

reflexão no grupo organizando sempre eventos, alimentando e ampliando a rede de troca e contato entre pesquisadores da área. Assim conseguiu construir, entre seus orientandos, alunos e ex-alunos, um sentimento de união e identidade que ainda é forte. Além do grupo amplo registrado no CNPq, havia um grupinho unido e ativo na UERJ formado por seus orientandos, Claudia Swatowiski, Bernardo Brito, Sérgio Prates, Bruna Lasse, Lívia Reis entre outros. Esse grupinho sofreu muito com a doença e falecimento de Clara (em julho de 2013), mas se uniu em seu projeto e tem me ajudado muito a manter o GEC vivo e atuante no cotidiano da UERJ. Muitos deles agora já concluíram suas teses e dissertações, e continuam no grupo. Cláudia Swatowiski, que esteve como pós doutora na UERJ com bolsa Faperj até 2016 e agora é professora em Uberlândia na UFU, tem sido fundamental na manutenção do GEC. Clara partiu, mas deixou viva essa rede que une vários pesquisadores em diferentes partes do país: Roberta na UFPE, Brenda Carranza em PUC Campinas, Cláudia Swatowiski em UFU, Sérgio Prates no Rio de Janeiro, Andreia Vicente na UniLab, Foz do Iguaçu entre muitos outros.

Retomei meus estudos comparativos entre carismáticos e pentecostais em 2010 quando Paul Freston (Wilfrid Laurier University/Canadá) nos convidou (a Maria das Dores Machado e a mim) para coordenarmos com ele uma pesquisa sobre os discursos de lideranças pentecostais e carismáticas brasileiras. O projeto era financiado pelo *Pentecostal and Charismatic Research Initiative* (PCRI), vinculado à Universidade Southern California, Los Angeles, EUA, que gerenciava fundos da Templeton Foundation. Como estava nosso projeto ficou sediado na UERJ, fiquei encarregada da coordenação operacional da pesquisa. A proposta se subdividia em três subprojetos. O primeiro era voltado para a relação desses grupos religiosos com a política, o segundo estudava seus projetos e discursos sobre missões internacionais para Europa e o terceiro tinha como foco a competição e o diálogo de protestantes pentecostais com católicos carismáticos. A pesquisa durou de agosto de 2010 até dezembro de 2012, e envolveu pesquisadores que trabalhavam dentro e fora do Brasil, entre esses Ari Pedro Oro (UFRGS), Donizete Rodrigues (Universidade da Beira Interior/Portugal) e Kachia Téchio (Universidade Nova de Lisboa), Joanildo Burity (inicialmente no Reino Unido depois em Recife na FUNDAJ/PE), Brenda Carranza (Universidade Católica de Campinas). Também integraram estudantes de doutorado e mestrado orientados pelos professores acima. Partilhei a responsabilidade de coordenação acadêmicas dos subprojetos

sobre missões com Paul Freston e o sobre a relação entre os católicos da RCC e protestantes pentecostais com Maria das Dores Machado. Entre os produtos sob minha responsabilidade dessa pesquisa, destaco a publicação de artigo que compara discurso de líderes evangélicos e os da RCC sobre ação social na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Mariz, 2016), e também a elaboração de artigos ainda não publicados, mas já apresentados em congressos e eventos, com Brenda Carranza. Nesses textos apontamos para as semelhanças entre os discursos dessas lideranças que, ora competem, ora se aliam. No primeiro texto, destaco como a ação social para recuperar dependentes de álcool e droga tende a ganhar importância nos discursos desses líderes que defendem a necessidade da religião assumir esse tipo de ação. Os entrevistados argumentavam que a medicina tem fracassado na solução desse tipo de problema e concluem que a religião deve ocupar espaço onde a ciência falha..

Esse projeto vinculado ao PCRI proporcionou a organização de dois eventos na UERJ e dois outros fora do Rio de Janeiro. O primeiro evento na UERJ foi dedicado à análise dos discursos políticos. Contou com apresentações de Paul Freston, Joanildo Burity e Maria das Dores Machado e comentários de Patrícia Birman. Em março de 2012, promovemos o segundo evento da UERJ que, além da participação de Paul Freston, Maria das Dores Machado e Brenda Carranza, contou com a presença de José Casanova do departamento de sociologia da Georgetown University e diretor do *Berkley Center's Program on Globalization, Religion and the Secular*, EUA. Casanova debateu nossa pesquisa e também fez uma palestra no PPCIS sobre religião e globalização.

Os outros integrantes desse projeto também organizaram eventos em cidades que tinham também significado para a própria pesquisa. Um evento foi em Campinas, primeira cidade onde se instalou a RCC no Brasil, e outro em Lisboa para onde iam vários missionários estudados. Nesses eventos que ocorreram fora do Rio, Ari Pedro Oro se juntou aos outros pesquisadores da equipe dos dois eventos da UERJ. Em Lisboa contamos também com pesquisadores da equipe da Europa (Inglaterra e Portugal). O evento de Campinas foi organizado por Brenda Carranza e o de Lisboa por Kachia Tecchio.

A equipe do PCRI da Southern University of California também organizou eventos para reunir todos os que receberam financiamentos daquele programa. Em 2012 fui a Nairobi a um desses eventos e conheci coordenadores dos demais projetos financiados no mesmo período que

o nosso. O PCRI apoiava pesquisas na Rússia, na Ilha de Fiji, na África (Nigéria e Quênia), na Indonésia e na América Central (Guatemala e El Salvador). Também tive oportunidade de conhecer um pouco da África e visitar reuniões de católicos carismáticos e conhecer missões de padres católicos indianos no Quênia.

A partir de 2009 e 2010 meus projetos para o CNPq e também para o Programa Prociência da UERJ voltaram a incluir evangélicos. Voltei a trabalhar com dados sobre evangélicos no censo com Clara Mafra e Paulo Gracino Souza Jr (que foi meu orientando e se tornou professor na Universidade Cândido Mendes). Escrevi um texto com Paulo Gracino Jr para o livro sobre o censo organizado por Faustino Teixeira e Renata Menezes, *Religiões em movimento: o censo de 2010*, publicado pela Vozes em 2013. Nesse texto intitulado “As igrejas pentecostais no censo de 2010” e também no artigo comentando o trabalho de Clara na revista *Debates do NER*,¹⁴ publicado em 2013, discutimos a tendência crescente dos evangélicos não se identificarem por igrejas quando questionados “qual sua religião ou culto?”. Chamava atenção que a igreja católica se destaca das igrejas protestantes porque tende a ser identificadas também como religião. Sugeriria que é um *bias* católico assumir que a resposta à questão acima de incluir a declaração da igreja a que se pertence. Além disso, levantava questões sobre se o fato de membros de igrejas distintas se declararem igualmente como “evangélicos” seria o sinal de um crescente ecumenismo no campo protestante brasileiro com maior aproximação entre os pentecostais e os protestantes históricos.

As questões que discutia nesses artigos acima, como também aquelas analisadas no projeto que coordenei sobre as relações entre pentecostais e católicos carismáticos, se relacionavam à pesquisa sobre ecumenismo e alianças e disputas no mundo cristão. Para a realização dessa pesquisa contei com a colaboração do estudante Carlos Henrique de Souza, que realizava dissertação de mestrado sobre pentecostalização, ou carismatização nas igrejas históricas, focando o caso da igreja metodista. Tendo defendido sua dissertação em 2013, Carlos Henrique cursa atualmente doutorado no PPCIS. Com ele publicamos artigo em 2015 *Contemporânea*, revista de sociologia da Universidade de São Carlos, intitulado “Carismáticos e pentecostais: os limites das trocas ecumênicas”.

A relação entre religião e saúde esteve sempre presente em minhas preocupações de pesquisa. Tal como já comentei anteriormente no caso da dependência a bebidas alcólicas, a doença aparecia nos discursos de

pessoas de diferentes tradições religiosas, especialmente os pentecostais, relacionada a ações do demônio. Em vários trabalhos discuti direta ou indiretamente a questão da saúde e resistência a doenças. Fiquei contente, portanto, quando uma professora de psicologia da UFPE, colega e amiga de longa data, Rosinha Barbosa me procurou para orientá-la em seu pós-doutoramento sobre “Implicações da religiosidade/espiritualidade no desenvolvimento de comportamentos resilientes”. Seu pós-doutorado foi concluído em 2011. Nos anos que se seguiram, retomei o tema, inicialmente orientando a tese de Janine Targino sobre casas religiosas de recuperação de dependência a álcool e drogas.

Mais tarde, já em 2013, a convite de Eduardo Faerstein do Instituto de Medicina Social coorientei Ana Paula Nogueira Nunes, sua estudante de doutorado. O trabalho com Ana Paula e seu orientador resultou em um artigo em coautoria entre Nunes, Mariz e Faerstein, publicado na revista *Dados* em 2016 que identificou relação entre a declaração de mudança de religião e autopercepção de saúde na amostra do banco de dados do projeto Pró-Saúde (EPS) coordenado por Eduardo Faerstein. Outro achado interessante nessa pesquisa foi a grande proporção de espíritas kardecistas e de pessoas que se declaravam “sem religião” nessa população: 13% e 12% respectivamente, aproximadamente o dobro dos pentecostais que nessa amostra eram apenas 6%.

Atualmente estou envolvida em dois projetos que tratam de religião e juventude. Em 2013, junto com Paulo Gracino Jr e um grupo de pesquisadores de diversas instituições apresentamos projeto para o edital temático da FAPERJ. Aproveitando a realização do evento católico “Jornadas Mundiais da Juventude” ou JMJ no Rio de Janeiro, o grupo propôs realizar *survey* com os participantes. Também para fins comparativos se buscou realizar outros dois *surveys* com questões similares em eventos de massa que ocupam ruas do Rio de Janeiro de forma regular a cada ano, a “Marcha para Jesus” e a “Caminhada pela Diversidade Religiosa”.

Esse projeto, como também os resultados das pesquisas sobre novas comunidades e experiências em missões e de ecumenismo, me convenciam cada vez mais da importância da juventude dentro de projetos religiosos. Os jovens se destacam entre os que se tornam missionários, entre os mais radicais, e também entre os mais ecumênicos. Em 2018 ainda procuro ampliar reflexões sobre juventude e cristianismo nos projetos em curso apoiados pelo CNPq e pelo programa Prociência. Vinculadas à questão da juventude e a esse meu projeto orientei as teses de doutorado de Ronald A.

Lira (2015), Alexander Magalhães (2017) e as dissertações de mestrado de Igor Accioly (2015) e Jessica Machado (2017)⁸. Esse tema é também central nas teses de Luciana Gonzalez (2016) e Katia Medeiros (2012).

Tanto a minha pesquisa nesse período (Prociência e CNPq) quanto o projeto, que me levou a passar um ano (agosto de 2015 a agosto de 2016) na New York University (NYU), com bolsa Estágio Sênior da Capes, propunham o estudo da relação juventude e religião. No entanto, o projeto do Estágio Sênior pretendia também retomar contatos acadêmicos, dentre esses, o meu ex-orientador, Peter Berger, e concluir textos pendentes. Reencontrei meu ex orientador em 2015 e 2016, conversamos várias vezes por telefone e fiz duas visitas a ele em Boston. Na última dessas visitas, em agosto de 2016, pude juntamente com Renata Menezes entrevistá-lo, como comentei anteriormente. Fiz novos contatos, não apenas em New York, mas também em Chicago. Fui convidada pelo departamento de estudos da religião da DePaul University em Chicago para dar uma palestra sobre meus estudos comparando pentecostais e católicos carismáticos no Brasil, em evento sobre catolicismo. Também me pediram para avaliar os trabalhos de estudantes que foram apresentados naquele evento. Além de comentar esses trabalhos, participei de um júri para selecionar o melhor para uma premiação.

Recentemente pesquisando os jovens que participaram da JMJ do Rio de Janeiro da “Marcha para Jesus” (projeto em andamento) retomei a temática religião e política. Como a análise dos dados da pesquisa realizada pelo PCRI ainda não se esgotou, continuo trabalhando nela. Portanto, diante de um convite para falar sobre religião no Brasil no congresso “*Crossroads in Cultural Studies 2016*”⁹, que ocorreu na Sydney University e Western Sydney University, na Austrália em dezembro de 2016, tratei desses dados em uma apresentação com Brenda Carranza.

Esses congressos em 2016, foram os últimos que participei recentemente. Atualmente não tenho ido tanto a congressos como costumava fazer por muitos anos quando ia todos os anos a congressos nacionais e internacionais.

⁸ A juventude é um tema frequente no estudo da religião e apareceu em vários outros trabalhos que orientei como as dissertações de Wellington Pinheiro (2015), e de Pedro H. Jorge (2009) e ainda as teses de Denise dos Santos Rodrigues (2010). Maria Goreth Santos (2008) e Sílvia Fernandes (1999).

⁹ Maiores informações sobre esse congresso organizado pela “Association for Cultural Studies” (ACS) consultar o site <http://crossroads2016.org/>. Fomos (Brenda Carranza e eu) palestrantes convidadas, ver <http://crossroads2016.org/speakers/> e <http://crossroads2016.org/cecilia-mariz> (sites disponíveis em 30 de dezembro de 2017)

Costumava organizar mesas, seminários entre outras atividades com várias colegas do Rio de Janeiro ou de fora do Estado ou do país. Com Maria das Dores Machado, organizamos o GT de religião da Anpocs por três anos. Passei oito (8) anos como membro do conselho da Sociedade Internacional de Sociologia da Religião (SISR) representando a América do Sul, de 2001 a 2008.

Chegando ao final desse memorial devo mencionar ainda minha experiência com administração, atividade a que me dediquei relativamente menos. No biênio 2003-2004, junto com a professora Maria Josefina Sant'Anna, coordenamos o PPCIS. Durante esses dois anos enfrentamos greves de funcionários e nos preparamos para uma avaliação trienal da CAPES, e graças a todo investimento de anos de trabalho do conjunto do colegiado e estudantes, nosso programa foi promovido naquela avaliação recebendo o conceito 5 da CAPES. Em 2017 voltei a me envolver na administração assumindo a coordenação a discente do PPCIS. Além dessa experiência de coordenação no PPCIS, tive algumas experiências administrativas na UERJ como coordenação da área de Sociologia e de representação em alguns conselhos universitários mais recentemente. Dentre atividades fora da UERJ, lembro ainda os dois anos que fui coordenadora da área de Ciências Sociais, Políticas e Relações Internacionais da Faperj, de 2012 a 2014. No entanto, como pode ser visto por esse memorial, meu maior investimento e o foco de minha carreira tem sido a pesquisa e também na formação de pesquisadores através da orientação e ensino. A troca durante e orientação bem como na sala de aula é muito estimulante e ajuda na atividade reflexão e de pesquisa.

Para concluir queria destacar que tenho orgulho de meus ex orientados. sou feliz por ter muitos ex-orientandos com livros e muitos artigos publicados que continuam produzindo trabalhos originais com dados novos e reflexões instigantes, coordenando grupos de pesquisa e em congressos, orientando outros estudantes, sendo professores no ensino superior, no ensino técnico e médio, em várias partes do país, e trabalhando em órgãos como o IBGE. Evidente que são pessoas talentosas e já eram quando os conheci, mas gosto de pensar que contribui de alguma forma para que se motivassem para o estudo e a pesquisa em nossa área. Essa contribuição na verdade é uma troca - uma via de mão dupla. Meus orientandos e alunos sempre me ajudaram muito em minhas reflexões com suas pesquisas e conversas.

Rio de Janeiro, dezembro de 2017

Memorial¹

Carlos Eduardo Rebello de Mendonça

1. Introdução geral e resumo

Ao tratar de meu processo de progressão como Professor do Instituto de Ciências Sociais, vem a propósito lembrar o que dizia Pierre Bourdieu sobre o caráter *ad hoc*, factício mesmo, de toda apresentação biográfica e autobiográfica; segundo o sociólogo francês, tal tipo de narrativa seria sempre uma seleção dos acontecimentos de uma existência, em que o critério orientador da mesma seleção seria o “da qualidade social do mercado em que é oferecido” (Bourdieu, IN Amado e Ferreira, 2006: 189). Tendo em vista que, no meu caso pessoal, a minha formação acadêmica foi interdisciplinar e, por isso mesmo, sumamente aberta à contingência, esta apresentação corre o risco de ser ainda mais artificial. Vem a pelo, portanto, a necessidade de inscrever de antemão esta apresentação numa moldura, de desenrolá-la a partir de um eixo que não seja os dos acasos, positivos ou negativos, de uma existência singular. Acredito que, para tal, teria de inscrever a minha biografia acadêmica sobre uma base mais objetiva do que a simples exposição autobiográfica. Para tal, buscarei auxílio numa base temporal que ultrapasse o meu tempo de vida e que a inscreva num quadro mais propriamente histórico-sociológico, a saber, a minha história familiar. Não que eu ignore que uma história familiar seja tão artificiosa – e mesmo mitológica – quanto uma biografia singular. Apenas, na sequência das gerações no tempo histórico, é possível perceber, ao menos, certas repetições, certas regularidades, que podem funcionar – especialmente numa exposição que remete ao campo das Ciências Sociais – como base de uma elaboração ideal típica, no sentido weberiano da palavra, isto é, como uma súpula dos fatos mais representativos de uma existência singular.

Começemos, assim, por dizer, com a história de uma família, e, evitando as ficções apologéticas *ex post* deste tipo de literatura, digamos que, tanto quanto pode alcançar a minha memória consciente, a história intergeracional do meu grupo familiar caracteriza-se pela recorrência de um tipo ideal do

¹ Memorial defendido publicamente na data de 7 de dezembro de 2018, perante a banca composta pelos professores: Maria Claudia Coelho (UERJ), Carmem Feijó (UFF), Lená Medeiros de Menezes (UERJ), José Reginaldo Gonçalves (UFRJ), Moacir Palmeira (UFRJ) e Myriam Moraes Lins de Barros (UFRJ).

pensamento social brasileiro – o do bacharel funcionário público, nas suas dimensões mais típicas que poderiam ser resumidas no triplo “m” – milícia, magistério, magistratura. O que importa, na medida mesma em que nos coloca para além da história de uma família e dentro de um determinado contexto histórico – o do Brasil do final da República Velha e do início da Era Vargas – e, neste contexto, com a história de um determinado projeto político compartilhado: o de levar o país à modernidade capitalista, e , com ela, á racionalidade econômica, técnica, científica e legislativa. É nessa *superfície social* – para usarmos, novamente, o termo de Bourdieu (op.cit., 190) que se desenrola a minha história familiar e também individual.

Sem entrar em muitos detalhes que aqui seriam deslocados², narrar a história dos que me precederam , pais e avós, é – como dizia Žižek – falar não apenas dos seus êxitos, do que conseguiram fazer, mas também, e principalmente, do que não conseguiram realizar – as suas oportunidades perdidas (Žižek, 2006: 341). Ora, pode-se dizer que um traço representativo daqueles que me precederam foi exatamente o fato de terem sido intelectuais de classe média que aderiram – entusiasticamente - a uma proposta de Modernidade capitalista , de modernização econômica, política e social, a partir de bases puramente racionais, instrumentais e iluministas – de forma criteriosa e competente; mas, também, com a consequência última de que, muito embora tivessem galgado posições de responsabilidade, jamais chegaram a uma posição propriamente diretiva. Faltou-lhes algo além da mera – e inegável – qualificação: conexões, “amistosidades” – mais exatamente, o elemento contingente, *pré*-moderno, não-meritocrático, pelo qual pudessem ter melhor plotado a sua trajetória no curso histórico da almejada Modernidade brasileira. Se, como escreve Habermas, parafraseando Arnold Ruge, a Modernidade consiste exatamente na identidade entre a Filosofia e a realidade histórica (Habermas, 1990:57) a História realizando a Filosofia – então a trajetória dos meus maiores refletiria precisamente o caráter *falhado* da Modernidade brasileira, a sua subsunção do desenvolvimento econômico a relações políticas e sociais atrasadas. Como escreve Roberto Schwarz, no rescaldo do Golpe de 1964 e dos Anos de Chumbo, a modernidade capitalista brasileira, dependente e subordinada, ao mesmo tempo em que revoluciona e transforma a base econômica, “revive e tonifica a parte de arcaísmo ideológico e político que necessita para a sua estabilidade” (Schwarz, 1992:74).

² Remeta-se o leitor deste, no entanto, a um trabalho meu recente sobre a atividade intelectual e profissional do meu avô materno (Rebello de Mendonça: 2018).

Ou talvez mais: nesta trajetória intergeracional de ascensões truncadas, tipicamente brasileira, talvez reflita-se o caráter frustrado de *toda* Modernidade capitalista, a subordinação do ideal iluminista ao elemento inevitavelmente não iluminista do privilégio adquirido e do *vested interest*.

Minha formação inicial foi de economista, tanto na graduação quanto no mestrado, e meus objetivos profissionais eram menos acadêmicos do que chegar a ser um gestor na Administração Pública. Acontece, no entanto, que por alguma deficiência pessoal – talvez o *ethos* artístico (as Artes Plásticas tendo sido sempre o meu *violon d'Ingres*) e literário (o gosto pelas línguas estrangeiras e pelas leituras) – não consegui chegar a tal posição. De fato, no decorrer dos anos 1980 e da transição à Democracia do pós-ditadura, não foi difícil perceber que o Brasil não reviveria facilmente o ideal de uma Modernidade desenvolvimentista como concebida nos anos 1960, seja da forma imaginada pelos membros do ISEB (de onde minha mãe havia trazido um exemplar da primeira aula inaugural do instituto, dada por Álvaro Vieira Pinto), seja pelo Concretismo... Já na minha dissertação de Mestrado, que tratava da organização disfuncional do mercado de trabalho brasileiro no rastro das migrações internas dos anos 1970, pareceu-me já que um traço bastante saliente da Modernidade brasileira era a sua base atrasada – que este ideal de Modernidade repetia o topos do que Roberto Schwarz chamaria “as ideias fora do lugar” (Schwarz, 2014).

No entanto, e se as ideias da Modernidade estivessem fora do lugar *em toda parte*? Já no final dos anos 1980, eu já havia ido fazer um doutorado em Sociologia onde defendi uma tese interdisciplinar sobre Keynes, em que eu sublinhava que o grande reformador do Capitalismo já havia descoberto o quanto a Economia de Mercado, no que diz respeito a variáveis tão importantes quanto o poder de compra da Moeda, o padrão ouro, a taxa de juros, envolviam elementos inteiramente artificiais e arbitrários no que diz respeito à distribuição do Produto Social Geral da atividade econômica. O que Keynes dizia, parecia-me ser que a Modernidade capitalista, sob sua aparência de racionalidade, encontrava-se carregada de irracionalidades que não eram meras patologias, mas partes essenciais do funcionamento do sistema capitalista na sua generalidade.

É precisamente a partir daí que explico o mau mais duradouro interesse intelectual – que, até o momento, tem rendido três livros publicados em coedição pela FAPERJ e um quarto já aprovado para publicação – a obra de Trotsky.

Usualmente, o marxismo é interpretado como parte do Discurso

Filosófico da Modernidade – mas, na leitura favorecida pela Teoria Crítica, entre outras, como uma expressão de um projeto de Modernidade econômica, fundado no desenvolvimento das Forças Produtivas, e, como tal, excluído de uma dimensão emancipatória. Ora, é em Trotsky e em sua noção do Desenvolvimento *desigual e combinado* que encontramos, no meu entender, uma reinterpretação do marxismo no sentido de afirmar o caráter essencial e internamente *contraditório* da Modernidade capitalista, o fato de que a Modernidade econômica afirma uma racionalidade econômica aparente que a organização política e social da sociedade burguesa na sua generalidade *desmente* a todo o momento, uma contradição perene e explosiva entre a promessa formal de racionalidade e igualdade e a realidade da irracionalidade e da desigualdade – o que explica a “permanência” da Revolução e do projeto socialista.

Investigar esta contradição entre a promessa da Modernidade e a sua *realidade*, em todos os níveis da vida social – na política, nas relações macrosociológicas, na vida cotidiana mesmo – me parece um projeto intelectual suficiente para ocupar o que me resta de vida acadêmica, como professor, autor, e orientador. E certamente é uma forma de prosseguir – e, de certa forma, vindicar – a trajetória dos que me precederam.

2. Exposição de carreira

2.1. Formação acadêmica

Formei-me em 1980 como economista, na atual Universidade Candido Mendes – Ipanema. Em 1982, fui admitido no programa de Mestrado em Economia Industrial do então Instituto de Economia Industrial da UFRJ (atualmente apenas IE), na Praia Vermelha, então recém constituído, e que tinha a proposta de – em oposição à ortodoxia econômica neoclássica então dominante - criar uma pós-graduação em Economia sobre bases teóricas mais institucionalistas e, portanto, mais atentas às condições sociopolíticas de formulação e execução de políticas econômicas alternativas. Foi orientado, portanto, por uma socióloga – a professora Maria Valéria Junho Penna – que elaborei uma dissertação de Mestrado que tratava das transformações do mercado de trabalho no Brasil a partir da análise das grandes estatísticas nacionais sobre migrações internas nos anos 1970. Esta dissertação – que seria hoje inviável, dados os quatro anos gastos na sua redação – tinha o

valor heurístico de sustentar que a urbanização maciça da população e do mercado de trabalho do Brasil nos anos 1970 (os Anos de Chumbo – o que não era nenhuma coincidência) devia-se menos ao avanço do processo de industrialização e muito mais à latifundização do campo sob a férula do agronegócio, em que a mecanização e a gestão centralizada da grande exploração agrícola haviam provocado a liquidação de uma grande parte da agricultura familiar e a conseqüente liberação coercitiva de um excedente populacional ocupado no campo (o “hiperemprego”, como o chamava o conservador Eugênio Gudín, cf. Bielchowsky, 1996:41 sqq.) destinado à engrossar duradouramente as periferias urbanas e a ocupação informal. Pode-se dizer, portanto, que este foi meu primeiro contato intelectual com o caráter particularmente regressivo da modernidade brasileira.

Ao entrar no programa de Doutorado em Sociologia do então IUPERJ em 1987, eu tinha o desejo precisamente de explorar essa noção de uma modernidade contraditória. Interessado originalmente em trabalhar na área da Sociologia do Trabalho, acabei por realizar – graças à compreensão e ao apoio do meu orientador acadêmico e de tese, os saudosos professores Ricardo Benzaquem de Araújo e Edmundo Campos Coelho – uma tese interdisciplinar no campo da Teoria, concentrando-me sobre a obra do economista inglês Keynes, no qual reconheci que este pensador econômico, a partir de uma base epistemológica extremamente estreita – a da Economia Neoclássica inglesa da época vitoriana – e ignorando ou opondo-se ao marxismo e mesmo ao institucionalismo, havia desvendado o caráter artificial da noção de um Livre Mercado autorregulado e em equilíbrio normal, demonstrando que a reprodução bem sucedida do Capitalismo dependeria de variáveis exógenas – a taxa de juros, a política monetária, e, principalmente, as decisões de investimento – influenciadas por toda sorte de contradições políticas e sociais.

Assim, desde o início da minha carreira acadêmica, tenho trabalhado sobre um eixo de interesse que consistiria, exatamente, em trabalhar sobre as diversas instâncias de uma modernidade contraditória, dividida contra si mesma – seja no campo econômico como no político e cultural.

2.2. Atividade Profissional

Trabalhei em algumas faculdades particulares (UCAM, Univercidade, UNESA) durante a década de 1980, mas a partir de 1993 fixei-me nas posições de professor na UERJ (tempo parcial), na UFRJ (tempo integral) e

na PUC. Tenho lecionado principalmente Teoria Sociológica e Política, após um período em que trabalhei em pesquisa sobre Economia da Tecnologia na UFRJ, sob a direção da falecida professora Anna Luiza Ozório de Almeida. Tenho me preocupado, na UERJ, em lecionar principalmente sobre Teoria Crítica da Sociedade e sobre Sociologia da Cultura e da Arte.

2.3. Produção Intelectual

Começamos do começo: os meus primeiros artigos referem-se principalmente à minha atividade de economista, que iniciou-se como pesquisador autônomo na UFRJ, entre 1986 e 1989, na área de Economia do Trabalho (quando participei como assistente da elaboração de um estudo sobre o mercado de trabalho no Brasil por encomenda do Ministério do Trabalho à UFRJ, sob a direção do Prof. Claudio Salm) e da Ciência e da Tecnologia (como já dito, como colaborador da Profa. Anna Luiza Ozorio), assim como durante o meu período como participante de um grupo de Economia regional na Cândido Mendes de Campos dos Goitacazes entre 1986 e 1989. Estes trabalhos ocupavam-se com a constituição de alternativas de governo em termos, seja da geração de empregos em âmbito nacional, seja de geração de oportunidades alternativas de ocupação como o Norte do Estado do Rio (“os restos do latifúndio” como dizia a profa. Anna Luiza) e/ou de geração de valor agregado ao produto de atividades agrícolas na fronteira amazônica. Ora, historicamente não seriam estas alternativas que iriam prevalecer na agricultura (e na pequena empresa) brasileira nos trinta anos seguintes.... por mais que estes trabalhos – como outros tantos, inumeráveis – buscassem demonstrar a viabilidade econômica destas estratégias alternativas de geração de renda e emprego. A questão de uma modernidade econômica não apenas contraditória, mas excludente, adquiria para mim, academicamente, importância fundamental. Já no meu primeiro trabalho de envergadura como pesquisador, que era um relatório ao Ministério do Trabalho, ficava estabelecido que o desenvolvimento econômico, por si só, não seria capaz de melhorar significativamente, em termos qualitativos a posição do Trabalho *vis-à-vis* do capital no Brasil, primeiro porque a acumulação de Capital no agronegócio continuaria atuando no sentido de *destruir* oportunidades de ocupação, segundo porque a concentração de renda persistente atuava no sentido de rebaixar de saída as reivindicações dos trabalhadores (Salm, Org., 1987). Posteriormente, trabalhei em dois projetos de pesquisa – um financiado

pela Finep e coordenado pela Profa. Anna Luiza, sobre o Estado das Artes das Biotecnologias no Brasil, de forma mais ou menos concomitante com o meu trabalho de pesquisa - parcialmente financiado pelo IPEA - na Cândido Mendes de Campos dos Goitacazes, sobre desenvolvimento da agricultura familiar nesta região do Estado, em contraposição ao complexo agroindustrial da cana de açúcar. Ambos estes projetos, uma vez convertidos em relatórios de pesquisa (Almeida et alli, 1990; Rebello de Mendonça, 1990) deram conta de que estas atividades econômicas “alternativas” apresentavam grande plasticidade econômica e mostravam-se bastante dinâmicas do ponto de vista da acumulação de capital, mas que não eram capazes de superar a predominância das atividades econômicas mais tradicionais, ainda que menos dinâmicas e mais rotineiras. O problema que se punha era o de que o mero processo de desenvolvimento econômico, por maior que fosse a sua complexidade e dinamismo, não era capaz, por si só, de pôr fim ao caráter socialmente desigual e politicamente atrasado do sistema social na sua totalidade. O papel desempenhado por uma *Cultura* e uma *Política* no interior de qualquer processo concreto de mudança social adquirem, assim, uma importância fundamental. Como, em 1993, comecei a trabalhar como professor concursado na UERJ, esta questão é que viria a organizar grande parte, senão a totalidade, da minha atuação subsequente como cientista social no senso estrito.

Fixei os meus interesses de pesquisa mais recentes nas áreas da Sociologia Política marxista, Sociologias da Cultura e da Arte. Gostaria de chamar a atenção para o fato de que tenho uma atividade como artista plástico não-profissional que chega a anteceder a minha carreira acadêmica, envolveu um esforço de formação razoável (completei minha especialização em pintura na Escola de Artes Visuais em 2000, sob a orientação de Daniel Senise, tendo feito também cursos de fotografia), e que tal atividade foi feita principalmente no campo da pintura figurativa, em que, ligando-me à tradição expressionista da Nova Subjetividade alemã, procurei sempre introduzir o comentário político e social dentro dos meus trabalhos, para além da expressão de uma mera subjetividade individual - dentro da postulação de Benjamin de que a arte moderna - desde que não-fascista - só poderia superar a banalização que a Indústria Cultural lhe impôs pela via da sua politização ; a politização da Arte é o único antídoto à uma estetização fascizante - e vazia - da Política (Benjamin, 1977: 44).

Minha grande questão acadêmica, no entanto, fez-se precisamente num sentido inverso ao do marxismo mais convencional: mais do que buscar

um sentido material original dos fenômenos sócio-políticos, minha maior preocupação intelectual acabou por ser a de determinar de que forma o processo objetivo de modernização econômica, ainda que sobre determinando (para utilizar o termo de Althusser) objetivamente a reprodução de uma sociedade de classe, sofre a influência contingente e subjetiva dos diversos discursos políticos e culturais, e de que maneira estas diversas modernidades “alternativas” concorrem uma com as outras no decorrer de um processo histórico. Vivendo numa sociedade em que historicamente o discurso da modernidade sempre esteve “fora do lugar” porque sempre associado, mais do que ao conservadorismo, à obsessão da ordem e da hierarquia, à mobilização autoritária disciplinadora e heteronômica, a questão de uma alternativa política e cultural à tal modernidade dominante sempre pareceu-me revestir-se de uma importância fundamental.

Daí o meu interesse crescente pelas questões de Sociologia da Cultura – que me levaram a participar, na UERJ, do grupo de pesquisa sobre Arte Cultura e Poder organizado pela professora Myrian Sepúlveda, lecionar inúmeros cursos de eletivas – e, também, os trabalhos que publiquei (um deles com a colaboração da professora Bianca Freire-Medeiros) sobre os seriados americanos *Xena* e *Rome*, cujo tema de fundo era a *plasticidade* da mitologia grega e da história romana, sua capacidade de serem reapropriadas nos mais diversos contextos históricos pelos mais diversos sujeitos – bem de acordo com a noção, cara ao marxismo de Walter Benjamin, de que a “ressurreição” do passado, a recuperação e a reapropriação das suas contradições não resolvidas está na base do processo de constituição do sujeito revolucionário (Benjamin, 1985). Esses trabalhos não devem ser entendidos como uma apologética dos produtos da Indústria Cultural, e sim como uma tentativa de opor, à ideia nietzscheana de que “os fatos não existem” – ou, como diz Paul Veyne (1983), o que existe é apenas uma imaginação constituinte que fala de nada e para nada – a ideia de que o mais importante, numa narrativa histórico-mitológica (ainda que subliterária), é menos a determinação de um qualquer sentido originário do que a maneira como o sentido destas narrativas é, historicamente, periodicamente *adicionado e transformado*. E seriam precisamente estas mudanças de sentido que dão conta das contradições sociais e políticas de uma época, assim como das diversas tentativas de resolução destas mesmas contradições. Não sendo o desenvolvimento econômico um processo linear e unívoco, as questões político-ideológicas adquirem uma importância central na análise

sociológica da nossa época – e com ela a questão dos diversos sujeitos destes processos.

Durante a década de 1990, paralelamente à redação da minha tese de doutorado, escrevi alguns artigos exploratórios – dois dos quais chegaram a ser publicados na revista *Dados*, a respeito da temática da Revolução na obra de Trotsky, na qual eu tomava partido do caráter de “herdeiro indomado da tradição marxista” do revolucionário russo para discutir, precisamente, o caráter *subjetivo* que o processo revolucionário e pós-revolucionário tomava na obra do mesmo, a centralidade da questão da *direção* revolucionária no estabelecimento do sentido último do processo revolucionário, a inexistência de um sujeito histórico que já surgisse com a compreensão “feita” das tarefas objetivas a empreender. Uma questão importante vis-à-vis da dinâmica paradoxal da nossa época, cuja característica mais saliente é exatamente o aprofundamento claro e *objetivo* das contradições normais do Capitalismo, mas associadas ao “borramento” *subjetivo* do Proletariado como sujeito contra-hegemônico suposto (em grande parte, aliás, em função do *aprofundamento* de um processo de proletarianização que constantemente torna imprecisa a divisão econômica entre o Proletariado e a Pequeno-burguesia, sem que esta perca, no entanto, seu *ethos* próprio). E, em Trotsky, o marxismo é, acima de tudo uma práxis – no sentido estrito, helênico, da palavra: o sentido do processo histórico revela-se διὰ τὰς πράξεις - através da *ação concreta*, “pragmática” dos sujeitos. Nos referidos artigos, um dos quais era sobre o conceito de “Revolução Permanente”, eu implicitamente contestava os pressupostos metodológicos de uma das modas intelectuais da época – o “marxismo anafítico” à maneira de Jon Elster e G.A. Cohen, que queria fazer do marxismo uma análise “sociológica” de tipo durkheimiano, explicando a mudança social e a transformação das relações de produção a partir de *regularidades comportamentais*, de comportamentos individuais racionais mais ou menos obrigatórios (“Marxismo da Escolha Racional”). Contrariamente a isto, o marxismo de Trotsky coloca ênfase no propriamente histórico, entendido como *singularidade*, *contingência*, como “crítica concreta das situações concretas” entendidas na suas *particularidades*.

Existe uma frase pouco conhecida de Trotsky, nos seus cadernos de anotações para a biografia de Lenin, em que ele se pergunta o que um marxista poderia fazer da noção freudiana de Inconsciente, como aquilo que já não é mais a Matéria, mas ainda não é o Ser Consciente (Trotsky, 1986: 107). Tal significa trabalhar a questão do papel do *desejo* – e do seu caráter idiossincrático – *vis-à-vis* do Materialismo Histórico – o qual, com Trotsky,

se torna definitivamente *histórico*: particular, e não uma mera repetição de um esquema explicativo geral, de uma generalidade “sociológica”.

2.2.1. Livros Publicados

Com exceção de dois trabalhos publicados como livro pela UCAM-Campos dos Goitacazes na década de 1980, minha produção de livros diz respeito, fundamentalmente, à minha publicação de, até o momento, cinco trabalhos de um comentário sobre a obra *escrita* de Trotsky, que, pelo seu caráter particular, passo a detalhar aqui.

É bem sabido que Marx foi “normalizado” como objeto de estudo acadêmico, no final do século XIX, ao preço de ser tido como um economista ou um sociólogo, assim como da rejeição das suas bases filosóficas idealistas e de um mecanicismo que praticamente “foraclui” a questão da agência individual no Materialismo Histórico – que, sempre que é retomada, coloca sempre o problema de um “retorno” ao Idealismo hegeliano – de Lukács a Žižek. É ao filósofo esloveno que devo uma expressão econômica do problema de que aqui se trata: a relevância concreta do marxismo para os dias de hoje implica em romper com o “fetiche” do sujeito revolucionário “autêntico”, produto necessário das contradições de classe – pois este sujeito simplesmente *não existe* (Žižek, 2006: 337). É claro que a solução de Žižek para este problema, como apontava um meu orientando de doutorado na sua tese (Gajanigo, 2012), é falha, porque idealista e estranha ao Marxismo: tal solução implicaria em revalorizar “Lênin” ou o “Proletariado” como simples *significantes*, expressões ideais de uma posição *subjetiva*, uma “negatividade” social (id., 341). Só que a imperfeição da posição žižekiana aponta para uma questão concreta, que é o fato de que parece faltar ao marxismo, ainda hoje, uma dimensão propriamente “compreensiva” no sentido weberiano da palavra, uma “crítica concreta das situações concretas” – uma Sociologia propriamente histórica. E é aqui que entra a importância própria da obra de Trotsky.

Se pensarmos na obra do próprio Lênin, notamos que ela carece de uma dimensão propriamente histórica, no sentido de que a leitura de *O que fazer?* e *O Estado e a Revolução* não nos permite fazer uma descrição concreta da Revolução Russa – a historicidade propriamente dita é um pano de fundo, algo que fica em segundo plano diante das considerações gerais. A obra de Trotsky, pelo contrário – especialmente por ser uma iceberg, em que a parte mais visível encobre toda uma massa de escritos pouco acessíveis

e multifacetados – é principalmente *histórica*: chega ao geral a partir do entendimento das circunstâncias particulares, e nisso introduz no marxismo um elemento que lhe falta frequentemente – uma sociologia propriamente *política* e uma constante preocupação com o processo de constituição dos sujeitos. Enquanto que em Lenin, e.g., existe a crítica do economicismo e do espontaneísmo, e a afirmação da necessidade da vanguarda – mas não a descrição do seu processo de constituição concreto – em Trotsky o que se encontra no primeiro plano é exatamente a constituição dos sujeitos dentro da sua especificidade histórica.

Não sendo historiador, nunca foi meu propósito contar a biografia de Trotsky, ou a história da URSS, de maneira a vindicar ou justificar o revolucionário russo através do *wie es eigentlich gewesen*. O que sempre me interessou foi entender a obra de Trotsky como um instrumento que possibilitasse entender a dinâmica social do Capitalismo – e principalmente sua expressão *política* – hoje. Existe toda uma vertente do pensamento de Esquerda – principalmente a de inspiração frankfurtiana – que, ao identificar o movimento socialista como um reflexo da dinâmica econômica e social do “mundo do trabalho”, considera que a política do Socialismo só poderia refletir o caráter disciplinador, hierarquizante e alienado do processo produtivo capitalista, e que a recuperação do caráter politicamente libertário do projeto socialista teria que ser feita pelo seu desenraizamento da sua base de classe – o que equivale a criar um discurso emancipatório sem um sujeito definido – é o caso de Habermas (1990: III, excurso). Inversamente – mas também ao preço de uma queda no Idealismo – tem-se a postura de um Žižek, que, ao querer preservar a relevância concreta de discurso político propriamente marxista, hipertrofia o seu caráter de pura negatividade, de ímpeto revolucionário (e burocrático, como demonstra a adesão do filósofo esloveno a uma reabilitação limitada do voluntarismo stalinista), mas ao preço do mesmo desenraizamento de uma base social definida.

Ora, o meu ponto de partida na minha apreciação temática da obra de Trotsky – a sua apreciação *ex post* do regime soviético à luz do stalinismo – parte do caráter intransigentemente materialista desta análise. Trotsky não rejeita a experiência soviética, não fala (senão no título das versões estrangeiras) de uma “traição” da Revolução, de um Socialismo “falso”. Ele fala, o tempo todo, do caráter de classe concretamente proletário do estado soviético, mesmo na sua expressão stalinista; precisamente por isso, ele considera que a *forma política* de um Estado *não* se encontra sobredeterminada pela sua base social, e que, muito pelo contrário, dentro

dos limites da sua posição concreta no interior das relações de produção, a mesma classe social *pode escolher agir politicamente de formas extremamente diversas*. O que parece um programa tímido de reforma do Socialismo real em Trotsky (a “democratização” do Partido Bolchevique, a luta contra a sua degeneração burocrática), é na verdade a afirmação de que o Proletariado soviético não estava, como em Althusser, sobredeterminado a seguir apenas o curso “não-humanista” do stalinismo – mais exatamente, o humanismo expresso como ditadura de classe (Althusser, 1996: 227).

Precisamente por isso, a obra de Trotsky não fala sobre o proletariado ser o sujeito universal, mas como ele *torna-se* tal, não apenas com a compreensão do seu interesse como sujeito emancipatório concreto, mas também pela capacidade que ele desenvolve de *atrair* outras classes para o mesmo projeto. É exatamente aí que entra a agenda do meu segundo livro publicado sobre Trotsky: a forma como ele, na conjuntura extremamente difícil da Europa Ocidental entre duas guerras mundiais, levanta a questão da simples possibilidade de uma transformação revolucionária em sociedades burguesas complexas, em que a classe operária *strictu sensu* é um sujeito político a mais espremido entre a política burguesa convencional e as demandas pequeno-burguesas de todo tipo, expressas não apenas na ascensão do fascismo mas também na política identitária (das minorias nacionais, religiosas, mulheres, etc.). E, diante desta situação muito mais complexa, na sua fenomenologia, do que a da Rússia de 1917, o que Trotsky martelará é que o Proletariado não se constitui como sujeito histórico meramente por ser uma maioria, como queriam Kautsky (1979) e outros marxistas “sociológicos”; ele tem, pelo contrário, a obrigação de *tornar-se* tal, de atrair a si a “classe média” para um projeto político comum e emancipatório.

Projeto emancipatório este que se torna possível através do problema fundamental da obra de Trotsky – e assunto do meu terceiro trabalho publicado (e de uma versão alternativa em inglês publicada – inadvertidamente – em esquema de *printing on demand* por mim, numa uma editora alemã talvez pouco confiável): o conceito de *Revolução Permanente*.

A Revolução “Permanente” deve ser entendida, na sua “permanência”, não como repetição constante e artificiosa de uma explosão revolucionária fabricada pelo voluntarismo do sujeito, mas como uma *continuidade* – no caso, de uma Revolução Burguesa cujo desiderato de Liberdade e Igualdade permanece historicamente *incompleto*, limitado pelas relações de propriedade burguesa, até que venha a completar-se pela transformação

socialista. Toda sociedade burguesa é “atrasada”, na medida em que todas as sociedades capitalistas históricas preservam uma panóplia de privilégios nela incrustados, em benefício de direitos de propriedade estabelecidos e bem concretos, assim como em detrimento da igualdade, ainda que meramente abstrata.

Sustento no meu quarto (ou quinto, se contadas as duas versões do trabalho sobre a Revolução Permanente) trabalho sobre Trotsky, de publicação aprovada, mas ainda não financiada em coedição pela FAPERJ - que tem por objeto específico a avaliação que Trotsky faz da política americana a partir da realidade dos anos 1920 e 1930 - que Trotsky, diante da especificidade política dos EUA, expressa na ausência de um partido socialista de massa, tiraria uma consequência lógica da teoria da Revolução Permanente quando estabelece que a construção de tal partido socialista de massa *teria obrigatoriamente de passar pela política de identidade* - e mais exatamente, pelo movimento negro, que constituiria a sua base *necessária* - na medida em que uma classe operária cujo núcleo mais organizado fosse branco e racista, estaria desprovida de uma *animus* revolucionário, e, portanto seria *incapaz* de constituir-se como sujeito histórico de direito próprio; estaria condenada a nutrir-se de migalhas de privilégios corporativos caídos - ou a ela lançados - da mesa da burguesia - o que as “deploráveis” (*pace* Hillary Clinton) bases sociais da presidência Trump iriam provar cabalmente.

Um quinto (ou sexto) volume, que tem sido programado como parte de um futuro pós-doutorado, buscará estabelecer melhor as relações intelectuais entre o marxismo de Trotsky e o fenômeno político do identitarismo através da sua dupla exposição ao nacionalismo: na sua juventude, enquanto correspondente jornalístico e militante socialista nas Guerras Balcânicas de 1912-1913, em que testemunhou o choque entre os diversos movimentos nacionais irredentistas (sérvio, búlgaro, macedônio, etc.) do Leste Europeu; no final da vida, seu contato com o México de Cárdenas e o populismo latino-americano. Especialmente importante aí é a relação de Trotsky com o elemento *ambivalente* do nacionalismo e o modo como este pode legitimar tanto um projeto político *excludente* (as guerras balcânicas, que ainda estão conosco até hoje, inclusive com sua área geográfica expandida com a queda do bloco soviético) quanto um projeto político abrangente, de criação de uma consciência latino americana ao mesmo tempo nacional e supranacional.

Na sua juventude de militante socialista, o contato de Trotsky com

os movimentos nacionais balcânicos como correspondente de guerra de um jornal liberal de Kiev o levaria a uma posição de oposição ao caráter irredentista e excludente destes nacionalismos, expressa na sua denúncia das atrocidades do exército sérvio contra as populações albanesas, e contra as atrocidades do exército romeno contra os búlgaros, em escritos (Trotsky, 1980) que seriam suficientes para dar-lhe a posição de uma Cassandra profetizando, com quase um século de antecedência, sobre as consequências deletérias da política de identidade do ponto de vista do internacionalismo proletário. Só que uma análise dos escritos trotskianos sobre o nacionalismo não estará completa se não levar em consideração a evolução subsequente sobre esta questão, que passa pelo seu “bloco” com Lenin contra as políticas “russificantes” de Stalin, ponto de partida da luta fracionária durante o interregno de 1923-1928, e terminam nas suas simpatias “populistas” vis-à-vis do México de Lázaro Cárdenas, suas “leniências” vis-à-vis do varguismo, seu interesse nos movimentos camponeses na Bolívia, etc. – que fariam do trotskismo uma espécie de extrema-esquerda do populismo latino-americano subsequente. O que significa que Trotsky foi capaz de reconhecer na já referida ambivalência do nacionalismo o seu traço político constitutivo - o que é fundamental para uma análise da política de identidade que vá além de meramente presumir seu caráter antinômico à política de classe. Esta pesquisa, portanto, visa contribuir para estabelecer uma fenomenologia histórica da relação entre estas duas formas de movimentos políticos dentro do quadro das contradições próprias à sociedade capitalista e às relações entre seu centro e sua periferia.

O projeto sobre um comentário temático em vários volumes sobre a obra de Trotsky continua, assim, “em aberto”, sem que ainda haja um número estabelecido de volumes. Além do sexto volume, acredito que pelo menos mais um volume completo, sobre a relação entre Economia e Política, na obra do revolucionário russo seria absolutamente necessário ao trabalho de conjunto. Seria necessário também escrever um pouco sobre certas questões miscelâneas, como seu trabalho como crítico literário, sua relação intelectual com Freud e a Psicanálise, etc. De qualquer modo, será necessária uma conclusão que busque sublinhar o que, no meu entender, é o mais importante em valor heurístico na biografia intelectual de Trotsky: o fato de que ele hipetofia o valor autônomo do Político, do imaterial e do subjetivo – sem deixar, por um momento que seja, de ser um clássico do marxismo.

2.2.2. Orientações, projetos de pesquisa, direções futuras.

Tenho sido, em um quarto de século como professor da UERJ (e, eventualmente, na UFRJ, onde orientei um único trabalho de graduação) um orientador razoavelmente produtivo, com 40 orientações concluídas em agosto de 2018 – o que é um mérito, antes de mais nada, dos alunos que me honraram com a sua confiança. Tenho me ocupado com orientações sobre temas que, por si só, foram “macro”, de grande fôlego em si mesmos: a questão da identidade cultural e o marxismo em Paulo Gajanigo, os trabalhos sobre a Economia e Sociologia da mineração de Tadzio Coelho, a análise da construção do Socialismo em Cuba de Julian de Araújo Brito. No entanto, tem sido uma preocupação minha buscar orientar projetos que trabalhem com questões micro, relativas à Sociologia da Cultura e da Vida Quotidiana, no sentido de tentar entender de que maneira a subjetividade dos agentes interage com as variáveis macro no sentido de dar direção e sentido aos processos de transformação social. De modo geral, não gostaria de citar individualmente este ou aquele projeto, na medida em que todos foram valiosos, mas entre os trabalhos que orientei, chamo a atenção – citando apenas os mais recentes – para as dissertações de mestrado de Bruno da Silva Bezerra, Maria Cândida Vargas Frederico, Hebe de Souza Oliveira e o trabalho de conclusão de curso de Marcelle Frossard de Araújo, que tratam precisamente de questões como o significado ideologicamente carregado da identidade de “classe média” e seu papel no discurso político brasileiro, em Hebe Oliveira; a questão da educação como capital simbólico e as dificuldades enfrentadas por uma classe média emergente de apropriar-se do mesmo, em Marcele Frossard; as tentativas de intelectuais e artistas de constituírem-se como portadores de um capital simbólico de forma independente da Indústria Cultural, em Bruno Bezerra e Maria Cândida. Todos estes trabalhos colocam o problema fundamental da aquisição e acumulação de um capital subjetivo, de identidade própria e influência por parte dos sujeitos sociais, problema este que adquire especial acuidade num momento em que a esfera pública encontra-se praticamente colonizada na sua generalidade pelos interesses privados, situação esta já antecipada no seu desenvolvimento geral pelo Habermas de *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. (Habermas, 1994). Num momento em que os grandes sujeitos objetivos (a classe, o partido) encontram-se eclipsados pela discursividade do pequeno grupo privado – o que só muito raramente se dá no sentido de permitir ao subalterno “poder falar” – subalterno este para o

qual o grande problema da sua época é a conversão do seu *interesse material em desejo subjetivo* (Spivak, 1988).

Precisamente por isso, para além de um pós-doutorado que será ocupado com a pesquisa e redação do sexto volume sobre a obra de Trotsky, proponho-me ainda a publicação já iniciada sobre a obra de Gilberto Freyre, *Ordem e Progresso*, que explorasse exatamente a relação de Freyre, precisamente com a questão de como enfrentar a questão da modernidade dentro de um contexto propriamente brasileiro – trabalho este que, ao mesmo tempo, funcionasse como um ensaio em honra à memória do meu orientador acadêmico no então IUPERJ, Ricardo de Araújo Benzaquem, ao qual também estou dedicando um trabalho sobre *Le Cid*, de Corneille. Num momento subsequente, no entanto, pensaria em fazer pesquisa em Sociologia da Cultura e da vida quotidiana, focando em grupos de afinidade que se dedicam à uma “micromilitância” em determinadas áreas bem definidas, principalmente na área do Meio Ambiente (voluntariado ecológico, observação de aves, etc.) de maneira a determinar de que maneira esta atividade de pequeno peso específico, mas intensamente sentida, funciona em termos de constituir o embrião de uma práxis.

3. Conclusão

Por uma questão de minha formação pregressa como economista, fui direcionado a buscar explicações basicamente objetivas sobre fatos sociais. Minha carreira subsequente, no entanto, me chamou a atenção para o papel do *subjetivo* na explicação dos mesmos fatos. Não sei dizer se consegui avançar muito neste sentido. Mas que tenho procurado honestamente avançar – ou pelo menos claudicar – nesta direção – acredito que o tenha feito.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2018.

Referências

- ALTHUSSER, Louis.
(1996). *Pour Marx*. Paris: La Découverte.
- ALMEIDA, A. L. O.; REBELLO de Mendonça, C.E.; PATRICIO, I. E. M. S. ; CAVALCANTI, V..
(1990). *Biotecnologia: Situação Atual e Perspectivas*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, .
- BENJAMIN, Walter.
(1977). *Das Kunstwerk im Zeitalter seiner technischen Reproduzierbarkeit*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp Verlag.
- BENJAMIN, Walter.
(1985). "Teses sobre Filosofia da História", In F. Kothe, org., *Walter Benjamin*. S. Paulo: Ática.
- BIELCHOWSKY, Ricardo.
(1996). *Pensamento Econômico Brasileiro, 1930-1964: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BOURDIEU, Pierre.
(2006). "A Ilusão Biográfica", IN In: Amado, Janaína & Ferreira, Marieta M. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas.
- GAJANIGO, Paulo Rodrigues.
(2012). *Identidade Cultural e Consciência de Classe no Capitalismo Tardio*. Tese de Doutorado, PPCIS/UERJ.
- HABERMAS, Jürgen.
(1990). *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: D. Quixote.
- HABERMAS, Jürgen.
(1994). *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- KAUTSKY, Karl.
(1979). *O Caminho do Poder*. S. Paulo: Hucitec.
- MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello de.
(1990). *Desenvolvimento da Agricultura no Norte Fluminense 1975/1985*. A Estrutura Geral do Agro Norte-Fluminense Atual. Rio de Janeiro: IPEA-Programa Nacional de Pesquisa Econômica (Texto para discussão).
- MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello de.
(2018). *A Educação rural para a modernidade no Brasil da década de 1930: introdução ao arquivo de Joaquim Moreira de Sousa, Diretor da Instrução Pública no Ceará*. Paper apresentado no XIV Congresso da BRASA.
- SALM, Claudio, org.
(1987). *O Mercado de Trabalho Brasileiro: estrutura e conjuntura*. Ministério do Trabalho/IEI-UFRJ.
- SCHWARZ, Roberto.
(1992). *O Pai de Família e Outros Ensaios*. S. Paulo: Paz e Terra.
- SCHWARZ, Roberto.
(2014). *As Ideias Fora do Lugar*. S. Paulo: Penguin.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty.
(1988). "Can the Subaltern Speak?" In Lawrence & Nelson, eds., *Marxism and the Interpretation of Culture*. Chicago: University of Illinois Press.
- TROTSKY, L. D.
(1980). *The Balcan Wars 1912-1913*. Nova Iorque: Monad.
- TROTSKY, L. D.
(1986). *Trotsky's Notebooks, 1935-1936: writings on Lenin, Dialectics, and Evolutionism*. Pomper & Felshtinski, eds. Nova Iorque: Columbia University Press.
- VEYNE, Paul.
(1983). *Les Grecs ont-ils cru à leurs mythes? Essai sur l'imagination constituante*. Paris: Seuil.
- ŽIŽEK, Slavoj.
(2006). *Às Portas da Revolução*. S.Paulo: Boitempo.

Memorial¹

Ignacio Cano

A Marielle Franco, companheira no Conselho de Defesa dos Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro durante muitos anos, in memoriam

Introdução

Quando, em finais da década dos 70 na Espanha pós-franquista, decidi estudar sociologia, recebi olhares de incredulidade e incompreensão. Afinal, por que um bom aluno escolheria uma matéria enigmática e de duvidoso rendimento simbólico e material? Naquela Espanha que deixava atrás progressivamente a ditadura, a despeito do golpe de estado de 1981 que acabou não triunfando, a necessidade de mudança social e política era clara, ainda mais para a jovem geração ávida para enterrar décadas de obscurantismo. No meu caso, um dia em que lia “O medo da Liberdade” do psicólogo social Erich Fromm, decidi por algum motivo que a sociologia podia ser o melhor caminho para entender o mundo e transformá-lo.

Na minha chegada à universidade me deparei com um panorama não muito diferente do que eu viria a encontrar na América Latina, anos depois: o predomínio da visão marxista como ferramenta central de compreensão e transformação da realidade. O problema era que o marxismo, um poderosíssimo instrumento de interpretação e de mudança social ao longo do século XIX, tinha chegado àquelas alturas do século XX um tanto desgastado. Politicamente, a experiência autoritária e ineficiente do socialismo real na Europa do Leste tinha diminuído muito o seu apelo social. Epistemológica e cientificamente, a sua capacidade de gerar conhecimento novo parecia esgotada. O status de Karl Marx como um gigante do pensamento social não estava em discussão, mas o que dizer de seus sucessores? O último pensador marxista de certa estatura que meus professores conseguiam citar era Gramsci, mas ele tinha morrido antes da Segunda Guerra Mundial. Restava, então, o eterno retorno aos textos do velho Marx que, junto com Weber e Durkheim, compunha a trilogia

¹ Este memorial foi defendido em 11 de Janeiro de 2019. A banca examinadora foi composta pelos Profs. Helena Bomeny (presidente), Maria Celi Scalon (UFRJ), Michel Misse (UFRJ), José Ricardo Ramalho (UFRJ) e Elisa Reis (UFRJ).

elevada aos altares. O pior, entretanto, era o dogmatismo dominante, que tentava resolver discussões teóricas por meio de citações de ‘O Capital’, capítulos e versículos incluídos. Muitos marxistas se negavam a ler autores de qualquer outra corrente, esconjurados a priori, num exercício de ignorância que teria envergonhado o próprio Marx, que tanto tinha se esforçado por entender as obras de Adam Smith e de David Ricardo antes de formular suas próprias teorias. Esperava-se de nós, alunos, que condenássemos o que não conhecíamos, pois o conteúdo das ideias alheias era aparentemente tão tóxico que devia ser descartado sumariamente sem ser compreendido. Positivismo e funcionalismo eram, entre outras, algumas das bruxas que deviam arder na fogueira intelectual antes que fossem esclarecidos seus propósitos. Algumas pesquisas, que eu posteriormente viria a chamar ‘pesquisas circulares’, começavam com uma introdução em que tudo era revelado e que coincidia exatamente com a conclusão, prévia excursão através de dados que não tinham a rigor nada a ver com nenhuma das duas. Era um jogo em que não se podia perder, visto que os dados, quando existiam, não corriam o menor risco de refutar a teoria. Mas era um jogo tremendamente entediante e, tudo indicava, pouco produtivo tanto intelectual quanto politicamente. Não era aquela a terra prometida que eu esperava para entender e mudar o mundo. Por isso, progressivamente, fui me inclinando mais na direção de professores que ensinavam conteúdos mais técnicos, que me apresentavam um maior desafio intelectual e que dialogavam com a realidade, aceitando o risco de que ela os contradissesse de vez em quando.

Depois de uma longa tese sobre os estereótipos sociais e sua perpetuação através da memória seletiva, dentro do campo da psicologia social (que na Espanha era uma das possíveis especialidades dentro da sociologia), eu me considerava razoavelmente bem formado do ponto de vista metodológico, mas ainda absolutamente perdido sobre como o que eu tinha aprendido poderia ajudar a transformar o mundo para melhor. Eu integrava, com minha orientadora e outras colegas, quase todas mulheres criativas, divertidas e que me tratavam como a um igual, um maravilhoso grupo de pesquisa que me protegia do dogmatismo e do feudalismo imperante na universidade, segundo o qual doutorandos eram apenas soldados do exército do professor titular ao qual deviam obedecer e servir, na esperança de serem promovidos. Entretanto, vários dos temas de pesquisa que abordávamos em nosso grupo eram compartilhados por um reduzido número de pessoas. Lembro-me bem da ‘correlação ilusória’, um mecanismo

pelo qual uma pessoa comum acreditava que dois fenômenos estavam relacionados mesmo quando a informação apresentada a ela não justificava esta vinculação. Os 10 ou 12 pesquisadores que escreviam sobre o tema no mundo pareciam todos muito inteligentes, era verdade, mas ninguém manifestava uma pretensão de que aquilo tivesse uma consequência fora dos livros e das aulas. E a psicologia social ainda se consumia com uma crise de identidade permanente sobre a sua aparente irrelevância, da qual pretendia sair duplicando seu nome. Assim, falava-se da 'psicologia social social' para diferenciá-la da 'outra', a menos social. Como a mágica nominal não funcionava, eu temia que surgisse a proposta de triplicar o nome (psicologia social social social) na tentativa desesperada de se afirmar. Bem, não seria por aí que a transformação social, por humilde que fosse, chegaria, nem seria assim que nós conseguiríamos que o velho Marx ficasse minimamente orgulhoso de nós.

Depois do doutorado, fui à guerra civil de El Salvador como voluntário das Nações Unidas e encontrei lá novas possibilidades. Para os esquerdistas tradicionais, a noção dos direitos humanos era uma frescura, talvez útil ocasionalmente contra a repressão estatal, mas que, se levada muito a sério, poderia atrapalhar o verdadeiro objetivo, a revolução. Por outro lado, os direitos humanos se apresentavam como uma possível represa contra a barbárie que torturava a América Central, cruel *front* da guerra fria onde milhares de camponeses eram massacrados por terem ousado defender seus direitos ou simplesmente por morarem em áreas estratégicas. Nesse contexto, os direitos humanos se revelavam como uma estrutura normativa alternativa (já que o sistema de justiça criminal não existia, não funcionava ou, pior, funcionava para proteger as elites), que podia ser contraposta à barbárie. Eles substituíam o desacreditado direito natural na tentativa de encontrar normas universais para proteger os indivíduos da ação ou omissão dos Estados. Com efeito, no meio século anterior, os direitos humanos tinham produzido tratados e convênios na tentativa de conter a face mais sinistra do poder estatal. Por outro lado, seu caráter internacional lhe conferia uma certa sofisticação, ao tempo que alimentava o ódio de muitos daqueles que promoviam a barbárie. Estes pensavam que aqueles limites colocados por estrangeiros sempre alinhados com a esquerda poderiam ter sentido em Copenhague ou em Toronto, mas não num lugar onde os conflitos se resolviam à bala. Essa mesma rejeição nacionalista aos direitos humanos, acusados sempre de irrealis, como procedentes de uma Arcádia beatífica, eu encontraria depois em muitos outros lugares, como

Brasil e África.

De qualquer modo, aquele conceito etéreo, por mais 'soft law' que fosse, funcionava de alguma forma naquele contexto. Meus colegas do ACNUR conseguiam colocar algum tipo de limites no que os generais podiam fazer e a irritação destes últimos era um sintoma do poder daquela norma. Afinal, os Estados Unidos da América do Norte financiavam aquele exército, e não seria positivo para um país que afirmava defender o 'mundo livre' ter que conviver com a imagem de soldados treinados por eles desrespeitando explicitamente os princípios internacionais acordados após derrota do nazismo. Por outro lado, isso não tinha evitado a morte de 80.000 pessoas ao longo da guerra civil e da repressão dos anos 80, a maioria executadas longe do campo de batalha. Àquela altura, contudo, os piores horrores da guerra já tinham passado e a chamada 'comunidade internacional' procurava uma saída para o conflito.

2. Os direitos humanos e a ciência social

Assim, os direitos humanos constituíam uma trincheira contra a barbárie, uma forma modesta de transformação ou, no mínimo, de procurar evitar que a transformação acontecesse num sentido regressivo. Mas, afinal, o que a ciência social tinha a ver com os direitos humanos? Ela podia, obviamente, estudar os direitos humanos como objeto de pesquisa. Podia também usar sua experiência na coleta de informações sociais para reconstruir a memória das vítimas e do próprio país.

Contudo, não era claro o que um sociólogo podia trazer de diferente a essa abordagem. Meu trabalho como membro da Comissão da Verdade das Nações Unidas para El Salvador me ofereceu novas pistas. O objetivo da Comissão era elaborar um relatório sobre as violações aos direitos humanos e ao direito internacional humanitário cometidas pelos dois contendentes durante a guerra, como uma forma de registro do passado e como uma contribuição para a reconciliação nacional e para a não repetição dos horrores.

Eu era o único sociólogo, num cargo de menor importância, entre muitos advogados jovens, ávidos de investigar casos famosos, começando pelo magnicídio de Monsenhor Romero, assassinado com um tiro no peito enquanto celebrava missa em 1980. Para além dos casos de grande repercussão, que seriam investigados 'de ofício', a Comissão convocou as vítimas das violações e os seus familiares para apresentar suas denúncias.

Uma romaria de dor se formava a cada manhã na porta da instituição. Pessoas humildes, vindas de todos os cantões do interior do país, traziam suas trágicas histórias de torturas e mortes de entes queridos. Os advogados tomavam a declaração e preenchiam um formulário com os dados básicos, mas a recepção de milhares de denúncias tornava impossível a investigação de todas elas e inviabilizava dar uma resposta individual para cada caso.

O direito, especialmente o direito penal, foi criado para lidar com casos, e com as respectivas responsabilidades, um a um. As evidências usadas como provas são também quase sempre individuais. Era, no entanto, justamente o colapso dos sistemas de justiça criminal que abria espaço para uma abordagem de direitos humanos. Com efeito, se os tribunais funcionassem de forma satisfatória e castigassem os responsáveis pelos abusos, a defesa ativa dos direitos humanos talvez não fosse necessária.

Nesse cenário, uma abordagem da ciência social oferecia novas ferramentas. Assim, por exemplo, as numerosas denúncias de ataques contra a população civil em dias consecutivos, e em áreas progressivamente próximas à fronteira com Honduras, permitiam comprovar a intenção das autoridades de expulsar os camponeses daquelas regiões e obrigá-los a se tornarem refugiados, mesmo em ausência de testemunhas ou de ordens escritas com este teor. Em outras palavras, era possível inferir intencionalidade e, portanto, culpa, a partir de um conjunto de múltiplas evidências fragmentárias e convergentes.

Paralelamente, os abusos cometidos por cada um dos atores armados apresentavam características próprias, um ‘padrão’ na terminologia dos advogados. Estes padrões permitiam, em alguns casos, atribuir com alta probabilidade a responsabilidade por uma violação a um destes grupos, a partir da descrição do que aconteceu, mesmo quando não havia identificação individual dos autores.

Em suma, a análise multivariada de um grande número de casos com suas respectivas variáveis permitia extrair conclusões relevantes, inclusive do ponto de vista penal, ali onde o direito penal convencional carecia de elementos probatórios suficientes. E isto adquiria ainda maior importância para enfrentar um dos paradoxos mais cruéis das violações massivas aos direitos humanos: quanto mais brutal é o crime, mais difícil é encontrar as provas que o confirmem. Assim, quando quase todos os habitantes de uma aldeia eram exterminados, como aconteceu em El Mozote em 1981, era muito difícil receber denúncias concretas e as pouquíssimas testemunhas que sobreviveram tinham um grande temor de serem também assassinadas.

Embora o Relatório da Comissão da Verdade para El Salvador só incluísse estas análises “estatísticas” num Anexo (o Anexo II), isto já era um grande avanço num texto que, a priori, só iria ter uma abordagem jurídica.

Uma das respostas possíveis ao paradoxo antes mencionado, desenvolvida posteriormente durante meu pós-doutorado na Universidade do Arizona, seria tentar estimar o número total de abusos acontecidos a partir da probabilidade de obter dois ou mais testemunhos do mesmo fato, na linha dos modelos que estimam populações animais em função da probabilidade de capturar repetidamente os mesmos indivíduos em capturas aleatórias efetuadas num determinado território (Cano, 1997).

Outro desafio relacionado à análise de um número grande de denúncias era justamente a tentativa de contabilizar o número total de violações cometidas durante a guerra por cada um dos atores armados. Como algumas das denúncias continham só elementos parciais (por exemplo, um pedestre havia visto como alguém era assassinado num determinado lugar, mas desconhecia a identidade da vítima), era possível que dois casos denunciados de forma independente correspondessem, na verdade, ao mesmo fato. Em consequência, era necessário identificar os casos que eram relatados por mais de uma denúncia, para evitar a repetição e a superestimação do número total. Para tanto, era preciso cruzar um conjunto de variáveis centrais (local, data, hora, tipo de violação, autor presumível, identificação da vítima) para detectar tais repetições. Como a informação era com frequência parcial, como já foi explicado, era conveniente ordenar os casos de diversas formas (temporalmente, espacialmente, etc.) para poder determinar se a similaridade entre eles podia apontar a um mesmo episódio. E, em caso de dúvidas, era preciso estabelecer quais informações teriam precedência e adotar regras para decidir se os casos eram ou não relativos ao mesmo fato. Tal processo de cruzamento devia ser feito probabilisticamente, após diversos testes empíricos, e envolvia necessariamente alguma chance de erro, mas não havia alternativa para estimar o número total.

3. Letalidade policial no Rio de Janeiro

Deixei El Salvador finalmente persuadido de que as ferramentas da ciência social podiam de fato ser úteis na defesa dos direitos humanos. Quando cheguei ao Rio de Janeiro em 1996 e comecei a trabalhar numa ONG, logo recebi a missão de fazer uma pesquisa sobre mortes pela polícia, uma

encomenda da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que queria examinar o impacto da chamada “Premiação Faroeste”. Em 1995, o governo Marcelo Allencar convidou um oficial do Exército para o cargo de Secretário de Segurança: o general Nilton Cerqueira, chefe do grupo que matou Lamarca, e notório participante da chamada linha dura das Forças Armadas durante a ditadura militar. Uma das medidas que tomou foi a criação de uma “premiação por bravura”, acompanhada, ocasionalmente, de uma “promoção por bravura”. A premiação significava um incremento salarial de 50 a 150%, e era concedida aparentemente aos policiais envolvidos em ocorrências com resultado de morte de supostos criminosos. Anos depois, Luiz Eduardo Soares, no seu livro autobiográfico “Meu Casaco do General”, relatou que um alto funcionário do governo Allencar confidenciou-lhe que, num cenário de alta incidência de corrupção policial em que os agentes aceitavam propina do narcotráfico para não combatê-lo, o objetivo da medida era justamente oferecer um incentivo que, em tese, os estimularia ao combate frontal e os afastaria da corrupção imperante.

Para avaliar o impacto de tal premiação, que começou em maio de 1995, foi necessário analisar todas as ocorrências de mortes em intervenções policiais antes e depois da entrada em vigor da política, especificamente entre janeiro de 1993 e julho de 1996. Como a polícia não contabilizava essas mortes, consideradas uma mera externalidade do trabalho policial, foi preciso montar uma equipe de pesquisadores para ler uma a uma todas as milhares de ocorrências policiais registradas no município do Rio de Janeiro.

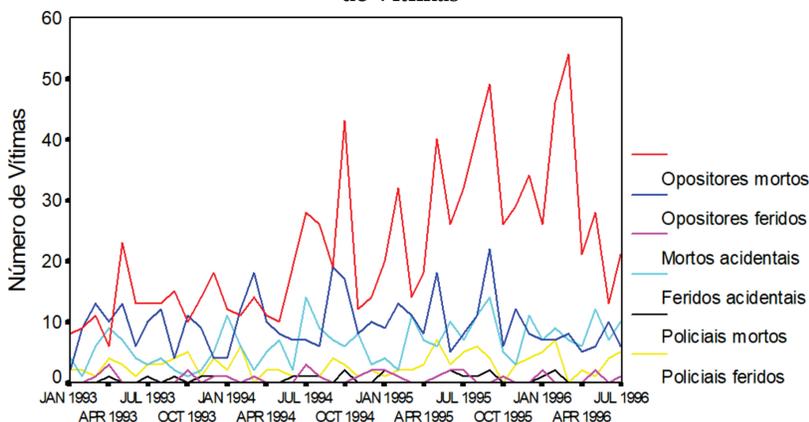
Como acontecia na América Central, o sistema de justiça criminal era incapaz de identificar e punir os abusos, portanto era preciso uma abordagem diferente que permitisse extrair conclusões globais de um amplo número de casos, mesmo que elas não fossem necessariamente aplicáveis a todos eles nem a um caso em particular. Para tanto, os indicadores sintéticos de uso da força se faziam necessários, entre eles: a) a proporção de homicídios dolosos devidos à intervenção da polícia; b) a razão entre opositores mortos e policiais mortos; e c) a razão entre opositores mortos e opositores feridos, o denominado índice de letalidade. A revisão da literatura internacional (Chevigny, 1991) e a comparação com dados internacionais permitia estabelecer limiares razoáveis, isto, é, o limite máximo desses indicadores em situações de uso legítimo da força letal. No caso da proporção de homicídios que são resultado da intervenção policial, o valor em cidades

ou países onde não havia suspeitas de uso excessivo da força situava-se por volta de 5% e não ultrapassava 10% (Cano, 1997b). Para a razão entre opositores mortos e policiais mortos, Chevigny (1991) assinalava que valores superiores a 10 indicariam uso excessivo da força. E no referente ao índice de letalidade, a razão entre opositores mortos e opositores feridos, esperava-se sempre um valor inferior a 1, isto é, um número maior de feridos do que de mortos. Resultados superiores a 1 apontam para o uso excessivo da força e para a presença de execuções sumárias.

A primeira conclusão do estudo foi que o número de mortes decorrentes de intervenções das polícias cariocas era muito elevado e crescente no período considerado. O número médio mensal de opositores mortos pela polícia era de 20 em 1993, de 25,6 em 1994, de 34 em 1995 e de 34,1 em 1996. Considerando que a premiação tinha sido introduzida em maio de 1995, estes resultados apontavam a um incremento nas mortes provocadas pela polícia depois de que a política foi adotada (Cano, 1997b).

A justificativa do governo, entretanto, como era de se esperar, foi que a administração anterior, o governo Brizola, tinha se caracterizado pela omissão em relação à criminalidade. Dessa forma, um governo mais enérgico produziria maior número de enfrentamentos e mortes simplesmente como resultado da sua maior atividade policial. Contudo, um dado importante refutava esta explicação do governo. Uma vez que a premiação foi instaurada, aumentaram significativamente os opositores mortos, mas não os feridos, em relação aos quais não se observava uma tendência clara (ver Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução Mensal das Vítimas em confrontos com a Polícia por Tipo de Vítimas

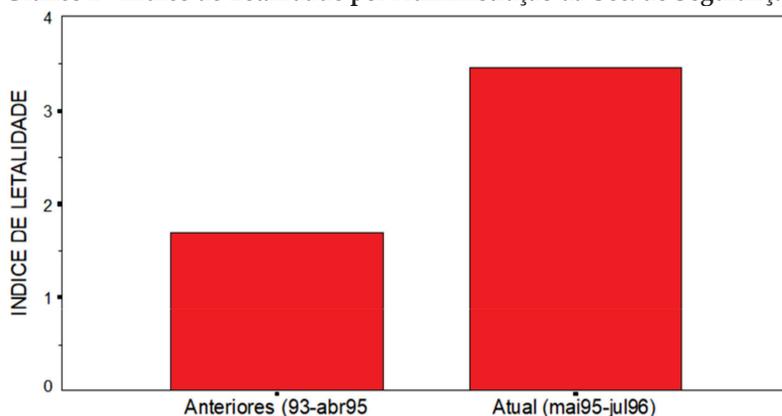


Fonte: Cano, 1997b

Assim, se o número de mortes tivesse aumentado simplesmente em função de uma maior atividade policial, esperar-se-ia um crescimento paralelo dos mortos e dos feridos. Em ausência destes últimos, resultava evidente que tinha se elevado de fato a letalidade policial, isto é, a intensidade do uso da força e não simplesmente a sua frequência. A polícia tendia a agir para matar em maior medida, em comparação com o período precedente.

Essa conclusão era confirmada pelo índice de letalidade, a razão entre opositores mortos e feridos, que cresceu de forma dramática após o início da nova política (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Índice de Letalidade por Administração da Sec. de Segurança



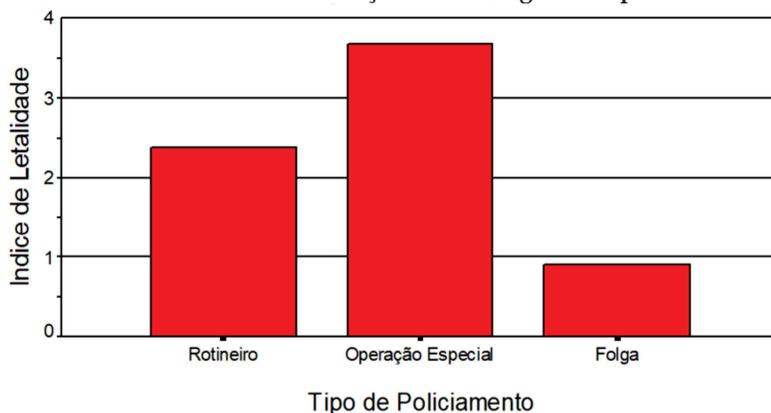
Fontes: R.Os, IPMs, Prom. Bravura (ISER))

Fonte: Cano, 1997b

Outro dado interessante era a comparação do índice de letalidade de acordo com o tipo de intervenção policial. As ocorrências que aconteciam durante o policiamento rotineiro apresentavam um índice de entre 2 e 2,5 mortos para cada ferido, enquanto que nas operações especiais, desenvolvidas normalmente em favelas com a participação de um grande contingente policial, o índice ascendia a mais de 3,5. Por sua vez, nas ocorrências acontecidas durante a folga dos policiais, o índice era inferior a 1, isto é, o único valor compatível com o uso proporcional da força letal. Em outras palavras, quando os policiais se viam surpreendidos e entram num confronto armado de forma imprevista, o seu uso da força parecia ser mais comedido e proporcional. Inversamente, quando a polícia planejava suas intervenções o resultado era muito mais letal, o oposto do que deveria

acontecer se ela aplicasse nas suas intervenções os princípios de moderação e minimização dos danos, princípios que seriam incluídos posteriormente na Portaria Interministerial No. 4.226 (de 31 de Dezembro de 2010) sobre o uso da força.

Gráfico 3 - Índice de Letalidade da Ação Policial segundo Tipo de Policiamento

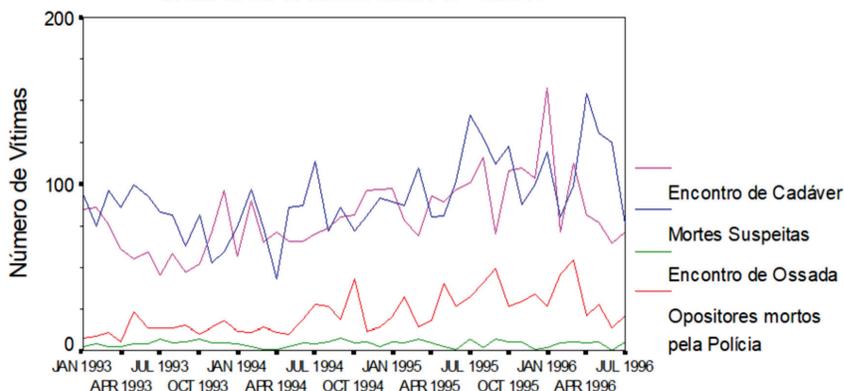


Fonte: Cano, 1997b

Uma hipótese alternativa ao aumento da letalidade policial, e que também poderia explicar os resultados obtidos, seria que os policiais passassem a registrar mortes provocadas por eles como tais, mortes que antes poderiam ficar registradas de forma genérica (como 'encontros de cadáver', por exemplo) e que agora, em virtude do incentivo econômico, seriam classificadas de forma correta. Nesta hipótese, não haveria um aumento das mortes nem da letalidade policial, apenas uma mudança na forma de registro. Se este fosse o caso, caberia esperar uma diminuição nos registros das categorias residuais ('encontros de cadáver', 'encontros de ossada' ou 'mortes suspeitas') paralelamente ao aumento dos registros de mortes decorrentes de intervenção policial. O Gráfico 4 mostra a evolução destas categorias residuais junto com os mortos pela polícia. Como pode ser observado, todas essas categorias tendem a aumentar em 1995 e 1996, o que descarta que o aumento da letalidade registrada pudesse ser devido a uma reclassificação das mortes.

Gráfico 4 - Evolução Mensal de Mortes Registradas por Tipo de Registro

Estado do Rio de Janeiro. Janeiro 93 - Julho 96



Fonte: Secretaria da Polícia Civil/ R.O.s, IPMs e Prom. Bravura (ISER)

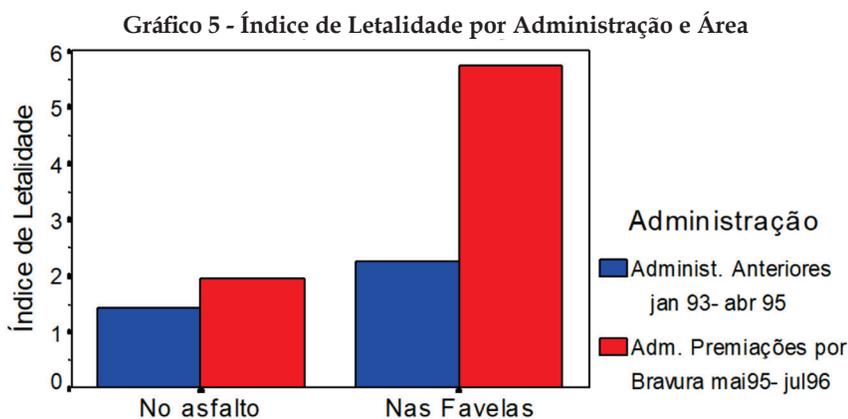
Fonte: Cano, 1997b

Quando os resultados foram apresentados a um grupo de oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro durante um curso de formação, alguns deles formularam outra hipótese alternativa. Na sua experiência, os feridos em confrontos armados em favelas eram retirados pelos próprios grupos criminais antes de que pudessem ser identificados e presos pela polícia. Em função disso, um aumento das intervenções em favelas provocaria automaticamente um incremento do índice de letalidade, não porque a letalidade fosse necessariamente maior, mas simplesmente por causa da maior subnotificação dos feridos nestes locais. De fato, os dados comprovavam dois pressupostos dessa teoria: a) que o número de mortes em intervenções policiais em favelas tinha aumentado significativamente após a introdução da 'Premiação Faroeste', presumivelmente em função do incentivo gerado; b) uma letalidade muito superior nas intervenções policiais em favelas comparadas às do 'asfalto'. Na verdade, esta hipótese alternativa poderia ser formulada de forma mais ampla, sem ter que recorrer à ideia da subnotificação dos feridos em favelas. Se a letalidade policial era mais elevada nas favelas, qualquer que fosse o motivo, e a proporção das intervenções entre asfalto e favela mudasse em favor desta última, haveria automaticamente uma elevação do índice de letalidade, não porque a polícia agisse de forma diferente ao que antes fazia, mas simplesmente em função do contexto em que atuava.

Para testar estas hipóteses, uma publicação posterior (Cano, 1998)

comparou o índice de letalidade nas favelas e no ‘asfalto’ antes e depois da introdução da mencionada premiação. Se a explicação alternativa fosse verdadeira, caberia esperar uma estabilidade nos índices de letalidade tanto no asfalto quanto na favela, quando comparados os períodos anteriores e posteriores à premiação. Assim, o maior índice no período posterior seria devido apenas a uma diferença na composição deste índice total entre favela e asfalto.

O Gráfico 5 testa esta possibilidade e revela que o índice de letalidade se incrementa entre os dois períodos, mas este aumento é ainda muito maior na favela, onde passa de 2 a mais de 5. Isto é, houve sim uma elevação da letalidade policial, particularmente nas favelas, e o resultado global não pode ser explicado simplesmente em função de um aumento das intervenções nas favelas.



Fonte: R.O.s, PMs, Prom. Bravura

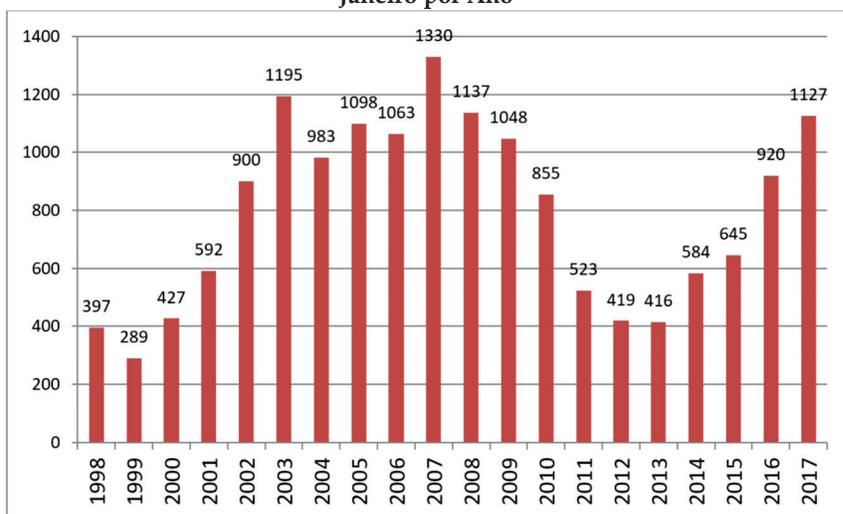
Fonte: Cano, 1998

Os resultados da pesquisa sobre letalidade policial no Rio de Janeiro foram usados como evidência em duas instâncias político-jurídicas de grande importância: a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Os dados que comprovavam que a chamada ‘premiação faroeste’ estava incentivando o uso abusivo da força foram utilizados pela Comissão de Direitos Humanos da ALERJ para embasar a proposta de acabar com a mencionada premiação. Com efeito, a ALERJ suspendeu a premiação em 1998, três anos depois de ser implementada. Na prática, isto significou que novas premiações não foram mais concedidas a partir desta data, mas os

policiais que tinham sido objeto dela continuaram a recebê-la. Quando, anos depois, um novo governo tentou interromper estes pagamentos, os policiais ganharam na justiça o direito de incorporá-los ao seu salário. É provável que esta gratificação por bravura tenha tido um efeito socializador nas corporações policiais para além do tempo em que foram concedidas. De fato, o número de mortes em intervenção policial no Rio de Janeiro continuou aumentando ao longo dos anos a partir de 1999 (ver Gráfico 6), apesar de os governos subsequentes não apoiarem explicitamente a política do confronto. Note-se, adicionalmente, que os dados específicos que permitiriam uma avaliação ao longo prazo desta política, nunca foram tornados públicos.

Gráfico 6 - Número de Pessoas Mortas em Intervenções Policiais no Rio de Janeiro por Ano



Fonte: ISP

Os dados da pesquisa sobre letalidade policial no Rio também foram apresentados perante a Comissão de Direitos Humanos da Organização de Estados Americanos dentro do caso aberto por instituições da sociedade civil (ISER, CEJIL e Human Rights Watch) em relação a dois massacres perpetrados pela Polícia Civil do Rio de Janeiro na favela Nova Brasília, nos anos de 1994 e 1995. As evidências da pesquisa foram utilizadas para mostrar que aqueles episódios não constituíam fatos isolados, mas se enquadravam dentro de um padrão de abuso da força por parte das polícias fluminenses.

Estes casos de Nova Brasília foram consolidados num único procedimento que acabou na Corte Interamericana de Direitos Humanos, onde o Brasil foi condenado, em 2017, pela “violação do direito às garantias judiciais de independência e imparcialidade da investigação, devida diligência e prazo razoável, do direito à proteção judicial, e do direito à integridade pessoal, com respeito às investigações”² desses fatos (Sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 16 de fevereiro de 2017: caso Favela Nova Brasília vs. Brasil).

4. O viés racial

Após muito tempo entorpecido com a falsa noção de ‘democracia racial’ e a ideia de que as desigualdades entre os grupos sociais se explicariam apenas por diferenças de classe social numa sociedade com um passado escravocrata e com escassa mobilidade social, o Brasil acordou para a existência do racismo. Diversos estudos começaram a mostrar que os negros recebiam um tratamento pior do que os brancos, mesmo quando ambos se encontram em situações parecidas (Hansenbalg, 1979; Silva 1985; Ribeiro, 2006). De fato, o sistema de justiça criminal é um espaço que oferece amplas condições para a manifestação do racismo por vários motivos. O principal é a seletividade social com que opera. Assoberbado com um número de casos impossível de atender, o sistema precisa necessariamente ser seletivo. Esta seletividade não é, obviamente, aleatória, mas responde à estratificação social do país, focalizando-se em pessoas de classe baixa, entre as quais a população negra está super-representada. A segunda razão é a grande discricionariedade com que o sistema de justiça opera, unida à falta de registros e controles sobre a sua atuação, pelo menos nos seus níveis iniciais de contato com o cidadão. Assim, se as decisões judiciais são escritas e supostamente fundamentadas, submetidas a revisão por tribunais superiores, o policial na rua precisa tomar decisões imediatas, atua muitas vezes sem supervisão e raramente existe registro de suas intervenções, a não ser que elas se deparem com crimes. Se um policial, por exemplo, revista preferencialmente pessoas de cor negra, isto não poderá ser sequer

² O Brasil não foi condenado pela Corte pelas execuções sumárias em si mesmas porque a competência da Corte só foi reconhecida pelo Brasil em 1998 e, portanto, aplica-se apenas a fatos ocorridos posteriormente a esta data. A violação ao direito a uma investigação imparcial e diligente continuou a ocorrer depois desta data, inclusive até o momento atual, o que permitiu que estas violações fossem conhecidas pela Corte.

comprovado, pois não há registros dessas revistas, muito menos incluindo a cor das pessoas que são objeto delas. Nesse cenário, parecia de extrema pertinência o estudo da possibilidade do viés racial por parte do sistema de justiça criminal, começando com a atuação policial. Considerando que existem registros sistemáticos no caso de uso da força letal e tomando em conta as pesquisas já mencionadas sobre o tema, fazia sentido começar esta abordagem analisando o possível viés racial no uso da força letal por parte da polícia.

Os estudos sobre viés racial apresentam desafios metodológicos consideráveis. O primeiro é a necessidade de separar conceitualmente as diferenças entre negros e brancos da existência de viés racial ou racismo. Assim, o diferencial de renda entre brancos e negros, por exemplo, pode ser atribuído em parte a diferenças de escolaridade ou de capital cultural. Para poder concluir que existe viés racial, é preciso comprovar que brancos e negros *nas mesmas condições* são submetidos a tratamentos e resultados diferentes. Trata-se de colocar em prática a velha cláusula latina *ceteris paribus*, cuja operacionalização, de extrema dificuldade, tem levado aos estudos sobre causalidade a optar por métodos experimentais e quase-experimentais (Shadish, Cook & Campbell, 2002). Obviamente, é praticamente impossível a experimentação nesta área, pois não é possível alterar à vontade a identidade racial de uma pessoa, nem submetê-la a determinadas condições de forma arbitrária. Resta então uma estratégia metodológica indireta que possa estimar quanto do diferencial é devido a outras causas e que parte dele é produto do viés racial.

Uma segunda dificuldade metodológica origina-se na própria operacionalização da variável raça. Em geral, a atribuição racial acontece por auto-declaração do cidadão em resposta a uma pergunta específica, como acontece nos censos brasileiros, que oferecem as seguintes opções de resposta: branco, pardo, preto, amarelo e indígena. Essas categorias, por outro lado contestadas por diversos movimentos sociais, permitem estimar a população negra e branca em cada cidade e estado, ou seja, permitem determinar o denominador das taxas. Por sua vez, a raça das pessoas que entram em contato com o sistema de justiça criminal (revistadas, encaminhadas a delegacia, presas, acusadas, sentenciadas ou encarceradas) é comumente determinada pelo funcionário que preenche os respectivos documentos e não através da auto-declaração. Em certas ocasiões, tal procedimento responde a lógicas institucionais que são instrumentais para a sua função. Por exemplo, no caso de um fugitivo da justiça ou de um retrato

falado, interessa a raça que seria atribuída à pessoa por outros policiais que irão procurá-la, sendo praticamente irrelevante o grupo étnico com o qual a pessoa se identifica. Na prática, isto significa que as taxas de pessoas brancas e negras submetidas a determinadas condições são estimadas a partir de duas fontes diferentes: hetero-atribuição, no caso do numerador, e auto-declaração, no caso do denominador. Em segundo lugar, ambas as fontes estão longe de serem consensuais e estáveis. A auto-declaração racial das pessoas pode mudar ao longo do tempo e de fato tem mudado no Brasil. Alguns estudos mostraram que as variações na composição racial entre censos consecutivos não poderiam ser explicadas apenas pelo crescimento vegetativo nem por outras mudanças demográficas, mas por alterações na forma como muitas pessoas se definem racialmente a si mesmas (Wood, 1991). Por outro lado, pesquisas mostraram que a forma em que classificamos racialmente os outros é influenciada significativamente pela forma como nos classificamos a nós mesmos, de forma convergente, tal que os que se consideram brancos tendem a atribuir esta mesma cor a um maior número de pessoas e os que se definem como pretos também atribuem essa cor com maior frequência a terceiros (Cano & Schweiger-Gallo, 2008). Em suma, a categorização racial não é estável nem objetiva, mudando com o passar do tempo, o que dificulta o cálculo de taxas de incidência confiáveis por grupo racial.

4.1 O viés racial na letalidade policial

Uma primeira aproximação ao estudo do perfil racial das vítimas da letalidade policial em São Paulo e no Rio de Janeiro (Cano, 2010) confirmou que, como era esperado, os mortos pela polícia são negros em maior proporção do que a população total. De fato, 60% dos residentes no estado do Rio de Janeiro eram brancos, comparados com apenas 30% dos mortos pela polícia (Tabela 1). Adicionalmente, a proporção de negros (pretos e pardos) entre os opositores mortos em intervenções policiais era de 70%, superior a essa mesma proporção entre os opositores feridos (57%) e entre as vítimas acidentais desses confrontos armados (49%). Esse último resultado pareceria fortalecer a hipótese do viés racial, visto que a proporção de negros é mais elevada quando o desfecho é fatal.

Tabela 1 - Composição Racial das vítimas civis de intervenções policiais, comparadas com a população carcerária e a população geral da cidade do Rio de Janeiro

Cor	Opositores mortos	Opositores feridos	Mortos e feridos acidentais	População carcerária	População em geral
Branca	240 29,8%	89 42,6%	80 50,6%	4.578 40,4%	3.252.517 60,0%
Parda	325 40,4%	64 30,6%	38 24,1%	2.975 26,3%	1.715.178 31,6%
Preta	240 29,8%	56 26,8%	40 25,3%	3.780 33,4%	454.609 8,4%
Total	805 100%	209 100%	158 100%	11.333 100%	4.967.695 100%

Fonte: Cano, 2010

Entretanto, um diferencial na composição racial dos mortos pela polícia não comprova por si só a existência de viés, pois há diversas outras possíveis razões para este resultado. A primeira e mais evidente é que a polícia poderia apresentar um viés contra pessoas de classe baixa, entre as quais a população negra está super-representada. O viés neste caso não seria de natureza racial, mas social, embora o resultado em termos raciais fosse o mesmo. Outra possibilidade é que a polícia poderia manifestar um viés territorial, isto é, poderia ser mais violenta em determinados locais, como as favelas, onde há uma maioria de residentes negros. Nesse suposto, o cenário seria semelhante ao caso de um viés social. Especificamente, para interpretar um diferencial na composição racial das vítimas diretamente como viés, seria preciso supor que brancos e negros estavam nas mesmas situações, ou seja, que estavam em condições análogas quanto à possibilidade de serem vítimas de disparos policiais, sejam estes legítimos ou ilegítimos. Considerando, por exemplo, que pessoas de classe alta podem protagonizar tipos de criminalidade mais lucrativos e menos violentos, os chamados crimes de colarinho branco, enquanto indivíduos de classe baixa que optarem por uma vida criminal não teriam muitas outras opções além do crime violento, e considerando ainda a forte relação entre cor e classe social no Brasil, é difícil garantir que todos os grupos raciais apresentem necessariamente a mesma probabilidade de serem envolvidos em confrontos armados com policiais.

De forma geral, a alta correlação entre classe e raça apresenta um forte desafio metodológico aos estudos de raça no Brasil pela dificuldade

de separar o efeito de cada uma delas sobre o tratamento recebido pelas pessoas.

A estratégia metodológica seguida para abordar o problema consistiu, em primeiro lugar, na comparação entre a chance de morrer versus ser ferido nos confrontos, sob o suposto de que ambos, mortos e feridos, se encontravam em situação equivalente e só diferiam no desfecho. A hipótese a ser testada, então, muda levemente, pois neste novo foco a questão não é mais se há um viés racial na utilização ou não da força letal, mas se existe o viés uma vez que a força letal foi utilizada, isto é, na intensidade dessa força. A segunda estratégia metodológica foi analisar separadamente os casos acontecidos dentro e fora de favela. As pesquisas anteriores comprovaram, como já foi apresentado, que a polícia era muito mais letal dentro do que fora da favela e dados censitários mostraram que a proporção de população negra era também superior dentro dela. Assim, se o viés for de natureza social ou territorial, a maior chance de os negros serem fatalmente vitimados pela polícia deveria acontecer como resultado da comparação entre as favelas e o asfalto, mas não necessariamente dentro de ambos locais. Contrariamente, se houver um viés racial, ele deveria se manifestar nos dois tipos de locais. A Tabela 3 apresenta os dados organizados dessa maneira.

Tabela 3 - Tabulação cruzada do resultado (ferido vs. morto) por raça, de acordo com o local

Local		Branco	Pardo	Preto	Total
Fora da Favela	Resultado: ferido	63 34,4%	43 24,0%	39 28,1%	145 28,9%
	Resultado: morto	120 65,6%	136 76,0%	100 71,9%	356 71,1%
	Total	183 100%	179 100%	139 100%	501 100%
Dentro da Favela	Resultado: ferido	26 17,8%	21 10,0%	17 10,8%	64 12,5%
	Resultado: morto	120 82,2%	189 90,0%	140 89,2%	449 87,5%
	Total	146 100%	210 100%	157 100%	513 100%

Fonte: Cano, 2010

A conclusão mais evidente é que a probabilidade de morrer versus ser ferido é mais elevada dentro do que fora da favela, como já tinha sido assinalado. Mas o resultado mais importante aqui é que a probabilidade de morrer é superior para pretos e pardos em comparação com os brancos e esta diferença se mantém tanto fora (76% e 72% versus 66%) quanto dentro da favela (90% e 89% versus 82%), o que reforça a hipótese do viés racial. Para verificar se essas diferenças eram estatisticamente significativas, os dados foram submetidos a um modelo log-linear com a seguinte especificação:

$$\text{Ln}(m_{ij}) = \mu + \alpha_i + \beta_j + \delta_k + \gamma_{ij} + \gamma_{ik} + \gamma_{jk} + \gamma_{ijk}$$

onde m_{ij} é o valor da célula da linha i e a coluna j , μ é a constante para todas as células, α_i é o efeito da linha i (resultado: ferido ou morto), β_j é o efeito da coluna j (raça: branca, parda e preta), δ_k é o efeito da terceira dimensão (local: favela versus asfalto), γ_{ij} é a interação de resultado e raça, γ_{ik} a interação de resultado e local, γ_{jk} a interação de raça e local, e γ_{ijk} a tripla interação (raça, resultado e local).

Em primeiro lugar, o teste de verossimilhança revelou que a tripla interação não era estatisticamente significativa e podia ser removida do modelo³. A interação local x raça também não era significativa⁴. Isto podia ser interpretado no sentido de que a distribuição racial das vítimas não era significativamente diferente dentro e fora das favelas. Dado que sabemos que a composição racial da população era, de fato, muito diferente, esta falta de significância era indicativa de que a polícia seleciona especialmente pretos fora das favelas, de modo que a proporção de vítimas pretas fora das favelas (28%) chega perto da proporção de vítimas pretas dentro delas (31%). Por sua vez, a interação área x resultado era estatisticamente significativa⁵, o que significava que a probabilidade de morrer era maior dentro do que fora das favelas, como já era conhecido. O resultado mais relevante foi que a interação raça x resultado também era estatisticamente significativa⁶, o que podia ser interpretado no sentido de que pretos e pardos tinham maior probabilidade de serem mortos (versus feridos) comparados com os brancos.

³ Teste de Razão de Verossimilhança de Chi-quadrado= 0,476; graus de liberdade=2; p=0,788.

⁴ Teste de Razão de Verossimilhança de Chi-quadrado= 4,364; graus de liberdade=2; p=0,1128.

⁵ Teste de Razão de Verossimilhança de Chi-quadrado= 42,86; graus de liberdade=1; p<0,0001.

⁶ Teste de Razão de Verossimilhança de Chi-quadrado= 12,66; graus de liberdade=2; p=0,0018.

Uma maneira sintética de apresentar estes resultados é calcular o índice de letalidade por cor e por local (Tabela 4). Dessa forma, fica evidente que a razão entre mortos e feridos é muito maior dentro do que fora da favela e que, em ambos os entornos, os brancos apresentam uma razão menor do que os pretos e, especialmente, do que os pardos, embora a diferença entre esses dois últimos não seja estatisticamente significativa.

Tabela 4 - Índice de letalidade dos opositores em intervenções policiais

Local	Branco	Pardos	Pretos
Fora da Favela	1.9	3.2	2.6
Dentro da Favela	4.6	9.0	8.2

Fonte: Cano, 2010

Testes adicionais mostraram que o número médio de armas dos opositores apreendidas pela polícia por episódio não era diferente naqueles em que os suspeitos eram brancos, pardos ou pretos. Da mesma forma, o número médio de disparos que tinham sido efetuados pelas armas apreendidas era similar nos três casos. Além disso, o percentual de armas curtas e longas, estas últimas de maior poder destrutivo, era também semelhante nos três tipos de episódio, independentemente da raça do opositor. Em outras palavras, a maior letalidade contra os opositores negros não poderia ser atribuída, a princípio, ao fato de eles estarem melhor armados ou de eles terem disparado mais contra os policiais.

Em suma, o resultado foi robusto na direção da interpretação de viés racial. A estratégia metodológica utilizada possibilitou rejeitar explicações alternativas relativas a: a) diferenças na categorização racial, pois todos os documentos foram preenchidos pela Polícia Civil, presumivelmente sob os mesmos critérios, e de acordo com a percepção racial dos policiais; b) vieses geográficos relativos aos locais em que a letalidade é mais elevada, visto que o efeito se manteve tanto dentro quanto fora da favela; c) possíveis diferenças quanto à probabilidade de negros e brancos se envolverem em confrontos armados com a polícia, considerando que, teoricamente, todos os casos analisados eram de pessoas que, de acordo com a versão policial, estavam enfrentando a polícia. Sabemos que a versão policial nem sempre é verdadeira e que existem numerosos episódios de execuções sumárias, mas de qualquer modo é plausível supor que todas estas pessoas se encontravam, teoricamente, em situações equivalentes de serem atingidas por disparos

policiais e que a diferença reside justamente no desfecho destes disparos. Em consequência, não há hipóteses alternativas discerníveis que possam explicar estes dados de forma diferente ao viés racial no uso da força letal.

A apresentação desse estudo aos policiais causou controvérsia e muitos questionaram a conclusão, em função do elevado percentual de policiais negros existente dentro da PMERJ. De fato, uma pesquisa com alunos das duas academias da PMERJ, a de oficiais e a de praças, mostrou que entre estes alunos a proporção de negros (pretos e pardos) era de 62,5%, enquanto que no censo a proporção de negros na população do Estado do Rio de Janeiro era de 54,9% (Cano, 2015). Contudo, o fato de conter uma alta proporção de policiais negros na corporação não garante que o viés racial não exista. Idealmente, seria de grande interesse analisar os resultados de acordo com a cor dos policiais envolvidos, para ver se existe ou não uma diferença neste padrão de viés racial em função da raça dos próprios policiais, mas estes dados não estavam disponíveis.

4.2 O viés racial nas sentenças

Outro ponto de grande interesse nesta área é o estudo do possível viés racial nas sentenças. O sistema de justiça criminal funciona como um funil a partir de um processo que começa com a intervenção policial, usualmente da Polícia Militar, continua com a investigação realizada pela Polícia Civil, a acusação do Ministério Público, a sentença dos tribunais e, por último, o cumprimento da pena por parte no sistema penitenciário. Se a proporção de delitos sofridos que é denunciada já é muito reduzida, o percentual de crimes efetivamente denunciados à polícia que seguem seu curso até produzir uma sentença condenatória é ainda muito menor. Em pesquisa realizada no Rio de Janeiro (Cano & Duarte, 2010), estimamos que menos de 8% dos homicídios e menos de 3% dos roubos resultam numa sentença condenatória contra pelo menos um dos autores, ou seja, a grande maioria dos crimes, inclusive os mais graves, fica impune. Isso abre espaço para um amplo processo de seletividade que poderia incluir ou não elementos raciais.

A possível existência de viés racial nos últimos estágios do sistema de justiça criminal seria de extrema relevância não apenas para o Poder Judiciário, mas como um sinal para o conjunto do sistema. Como já foi explicado, o trabalho da polícia é muito mais discricionário e muito menos sujeito a revisão do que o trabalho dos juízes e, conseqüentemente, mais

aberto à possível manifestação de vieses e prejuízos. Mas isto não significa que não possa existir viés nas sentenças. De fato, uma longa literatura nos Estados Unidos estudou e por vezes encontrou viés racial nas sentenças. No Brasil, Adorno (1995a, 1995b) analisou uma amostra de sentenças relativas ao crime de 'roubo qualificado' em São Paulo e encontrou que a probabilidade de ser condenado era 9% maior para pretos e pardos do que para os brancos, atribuindo este resultado ao viés racial. Por sua vez, Kahn (1999) revisou sentenças pelos crimes de homicídio, roubo e furto em São Paulo, controlando apenas pelo número de crimes cometidos pelo réu, e não achou diferenças de acordo com a cor do réu. Vargas (2004) se debruçou sobre sentenças pelo crime de estupro e encontrou que réus pretos mostravam maior probabilidade de serem condenados a penas de prisão do que réus brancos e que o processo tomava menos tempo quando o preso era negro.

Em suma, uma parte das pesquisas realizadas no Brasil, embora não a totalidade, concluiu pela existência de viés racial nas sentenças penais. Entretanto, a grande maioria das pesquisas realizadas apresentava limitações metodológicas e não conseguia descartar diversas hipóteses alternativas para explicar as diferenças na probabilidade de condenação entre negros e brancos ou no tamanho da pena. Como já foi explicado, estas diferenças poderiam ser devidas a vieses de classe social e não de raça, considerando a alta correlação entre as duas, ou ainda a vieses de outros tipos. Existe também a possibilidade de que negros e brancos se envolvam com probabilidade diferente em diversos tipos de crime.

A literatura sobre viés judicial tenta isolar os chamados fatores legais, os elementos que a legislação contempla como influências na sentença, dos fatores extra-legais, que são questões sociais ou ideológicas que, a princípio, não deveriam ter impacto sobre o veredito. O problema metodológico é, por um lado, que alguns dos elementos mencionados pela legislação apresentam um grau de ambiguidade elevado, como por exemplo a noção de 'risco social' e, por outro, que as bases de dados utilizadas nas pesquisas raramente contêm todos os fatores legais relevantes.

Em função disso, a estratégia metodológica desenvolvida para testar a possibilidade de viés racial nas sentenças partiu da coleta de uma amostra de mais de mil sentenças em cada um dos dois estados considerados, Rio de Janeiro e São Paulo, totalizando 2.307 sentenças (Cano, Ribeiro & Meireles, 2010). Para cada uma delas, uma equipe de pesquisa leu os documentos incluídos e codificou características do réu, da vítima, do crime e do

processo penal, bem como os agravantes e atenuantes contemplados pelo juiz na sua decisão. Para poder obter um número suficiente de casos para cada tipo criminal e não desperdiçar recursos com crimes infrequentes cujo número seria reduzido, foram considerados apenas três delitos: homicídios, roubos e crimes relativos a drogas. Eles representam, de fato, a maioria das sentenças penais emitidas tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo e também são justamente os crimes que suscitam maior alarme social.

As sentenças foram acessadas e lidas nas Varas de Execução Penal de ambos os estados. Estas varas ocupam-se da aplicação das penas, o que significa que não têm acesso aos casos de absolvição, apenas às condenações. Consequentemente, a variável dependente não poderia ser a probabilidade de condenação, mas a extensão da condenação, especificamente o número de meses de pena de prisão contra cada réu. Uma vantagem desta escolha é que se trata de uma variável contínua que apresenta maior sensibilidade na análise, isto é, maior poder estatístico nos testes, do que seria o caso de uma variável dicotômica (condenação versus absolvição). Foram incluídas sentenças de primeira e segunda instâncias, embora estas últimas sejam uma pequena minoria.

A variável raça ou cor era registrada em diversos documentos que faziam parte do expediente da sentença. Em geral, a categoria racial usada para um réu era consistente entre os diferentes documentos, mas em alguns casos havia divergências (ver Tabela 5).

Tabela 5 - Cor do acusado nos documentos da sentença⁷

	Frequência	%	% Válidos
Branco	811	34,7	36,3
Pardo	650	27,8	29,1
Preto	369	15,8	16,5
Branco/Pardo	256	11	11,5
Pardo/Preto	123	5,3	5,5
Branco/Pardo/Preto	10	0,4	0,4
Branco/Preto	16	0,7	0,7
Total de casos válidos	2.235	95,6	100
Sem informação	102	4,4	
Total	2.337	100	

Fonte: Cano, Ribeiro & Meireles, 2010

⁷ Para esta análise, 'negro' foi considerado 'preto' e 'amarelo' foi acrescentado ao branco.

Originalmente, a ideia era utilizar os casos inconsistentes para fazer um teste adicional da hipótese central. Assim, se a expectativa era um tratamento penal mais duro contra os pretos e, em menor medida, contra os pardos, esperar-se-ia uma posição intermediária para aqueles classificados como pretos-pardos, isto é, mais leniente do que para aqueles categorizados consistentemente como pretos, mas mais rigorosa do que contra os réus classificados sempre como pardos. Caso a escala de dureza das penas acompanhasse esta escala de cor, isto reforçaria a validade interna da conclusão no sentido de que as diferenças no tratamento seriam devidas à raça. Entretanto, uma primeira exploração revelou que os casos com categorização racial inconsistente recebiam penas mais longas do que os outros. Comprovou-se então que os processos contra réus que eram condenados a mais meses de prisão eram mais longos e continham mais documentos, provavelmente pela sua maior complexidade ou pelo fato de que os advogados de pessoas com maior hierarquia no mundo do crime apresentavam mais evidências e mais recursos. Ao mesmo tempo, o maior número de documentos para o mesmo réu estava associado, como caberia esperar, com uma maior probabilidade de encontrar alguma inconsistência na categorização racial. Isto provocava, por sua vez, uma relação espúria entre divergências na classificação racial do réu e severidade da sentença, o que obrigou a abandonar a ideia de utilizar essas inconsistências para testar a hipótese. Finalmente, cada caso foi considerado racialmente de acordo com a classificação mais comum entre todos os documentos que continha. Os réus que tinham um número igual de documentos com duas cores diferentes ficaram como indeterminados e tiveram de ser descartados. Com isso, a perda de casos nesta variável de raça atingiu 7,7% do total.

A estratégia analítica para testar a possibilidade de viés racial incluiu três tipos de abordagem: a) um modelo multivariado que contém todos os crimes mencionados e conta com o número médio de meses de prisão como a variável dependente e com um conjunto de variáveis independentes que incluem, além da raça, características do réu, da vítima e do fato, além dos agravantes e atenuantes; b) um modelo multivariado que considera crimes que receberam exatamente o mesmo tipo de acusação por parte do promotor para comparar as penas médias determinadas pelo juiz para réus de raça diferente. Neste caso, o suposto é que os promotores identificaram as circunstâncias relevantes na sua acusação e que o viés resultante da sentença seria responsabilidade dos juízes. Não haveria aqui, portanto, a possibilidade de detectar um viés introduzido pelos promotores, pois o

modelo parte das decisões dos próprios promotores que são tomadas como parâmetro de comparação; c) uma comparação das penas médias auferidas a réus de cor diferente que foram condenados pelo mesmo crime e com os mesmos agravantes e atenuantes. Tratar-se-ia aqui do viés mais claro e mais flagrante cometido a princípio pelo próprio juiz, visto que haveria uma diferença entre a pena de réus de cor diferente apesar de terem sido condenados sob as mesmas circunstâncias agravantes. Não seria possível, nesse caso, a identificação de vieses raciais mais sutis, por exemplo, através da utilização diferencial desses mesmos agravantes e atenuantes.

A comparação da média bruta do número de meses de prisão por crime e cor pode ser observada na Tabela 6. A sentença registrada aqui para cada caso é a última proferida, de forma que se houver sentença de segundo grau, será essa a incorporada na análise, caso contrário tratar-se-á da primeira instância.

Tabela 6 - Número médio de meses de pena de prisão na sentença de acordo com o tipo de crime e a cor do réu

Tipo de Crime	Cor do Réu			Total
	Branca	Parda	Preta	
ROUBO	73,9 (n=500)	68,5 (n=427)	66,1 (n=211)	70,4 (n=1138)
HOMICÍDIO	113,8 (n=59)	118,3 (n=30)	82,3 (n=12)	111,4 (n=101)
DROGAS	32,0 (n=368)	32,9 (n=345)	34,6 (n=204)	32,9 (n=917)

Fonte: Cano, Ribeiro & Meireles, 2010

A princípio, não se observa um padrão racial claro na duração das sentenças, pois a pena média por roubo é algo maior para os brancos enquanto que a pena por crime de drogas é algo superior para os pretos. O reduzido número de casos de homicídio torna as estimativas instáveis para este tipo de crime. Observe-se, contudo, que a ausência de diferenças nas médias brutas também não é prova da ausência de viés. Imaginemos, por exemplo, que os brancos ocupam posições de maior destaque nos grupos criminais e que, em função disso, cometem crimes mais graves. Sendo assim, caberia esperar uma pena mais longa para os brancos, tal que uma pena igual para todos estaria indicando um viés contra os réus negros. Em outras palavras, as médias brutas são apenas uma evidência geral e não constituem prova num sentido nem no contrário.

Foram calculados modelos multivariados para estimar a pena média separadamente para cada tipo de crime, inclusive porque a proporção de réus por cor não era constante entre eles. O reduzido número de homicídios não permitiu obter estimativas confiáveis, de forma que este crime não pôde ser analisado de forma independente.

No caso do delito de roubo, os presos em flagrante recebiam penas mais curtas do que aqueles presos após uma investigação. Dado o alto número de casos e a obrigada seletividade no trabalho investigativo, é muito provável que a polícia se dedique preferencialmente aos roubos mais graves, aqueles justamente que podem resultar numa condenação mais prolongada. Após várias análises exploratórias, o modelo que estima a pena por roubo incluiu as seguintes variáveis independentes: cor do réu (preto, pardo ou branco), cor da vítima e flagrante vs. não flagrante. Apenas esta última variável obteve resultados significativos⁸.

Nos crimes relacionados a drogas, a presença de advogado privado está associada a penas mais longas, talvez porque os traficantes com maior carreira criminal e que cometeram crimes mais graves são justamente aqueles que podem pagar um advogado. Assim, o modelo para estimar a pena pelo crime de drogas incorporou as seguintes variáveis independentes: cor do réu, flagrante versus não flagrante e presença ou não de advogado privado. Estas duas últimas apresentaram um efeito conforme foi explicado, pois presos em flagrante receberam penas mais curtas e aqueles com advogado privado, mais longas. A cor do réu não atingiu significância estatística, apesar de se aproximar dela. Em suma, até aqui não se observou evidência clara da existência de viés racial.

A segunda abordagem metodológica, como foi descrito acima, partiu de crimes em relação aos quais os promotores ofereceram a mesma denúncia, pelo mesmo tipo de crime. Um mínimo de 40 casos do mesmo tipo foi exigido para esta análise, com vistas a obter estimativas estáveis, o que significou incorporar seis tipos de roubo e quatro tipos de crimes de drogas, representando todos eles aproximadamente 85% do total de casos. No modelo multivariado subsequente, que incorporou a presença de advogado privado e a existência de flagrante, a cor do réu não apresentou resultados significativos nem para o roubo nem para os delitos relativos a drogas. Em outras palavras, não foi possível identificar viés racial nas decisões dos juízes a partir de casos que tinham sido tipificados da mesma forma pelos promotores.

⁸ Usando um nível de significância de $\alpha=0,05$.

A terceira abordagem consistia, como foi explicado, em comparar a pena média de réus que haviam sido condenados pelo mesmo tipo penal, incluindo os mesmos agravantes e atenuantes. Isso foi realizado de duas formas. A primeira, através de um modelo multivariado que contempla cada um dos agravantes e atenuantes como uma variável independente. A vantagem é conservar todos os casos, a desvantagem é que há um alto número de agravantes, o que implica na perda de muitos graus de liberdade, e também que uma parte considerável dessas circunstâncias agravantes é aplicada a um número reduzido de casos, o que significa estimativas instáveis. Por outro lado, esta análise parte do suposto de que os agravantes possuem um efeito linear no cálculo da pena, que não mudaria com a ocorrência conjunta de vários deles. Caso contrário, a possibilidade de estimar interações estatísticas entre vários agravantes e/ou atenuantes complicaria excessivamente o modelo. A segunda forma de aplicar esta abordagem foi através do *pareamento*, ou seja, da seleção de grupos de casos que continham exatamente os mesmos agravantes e atenuantes aplicados a réus brancos, pretos e pardos. Nesta opção as variáveis independentes já não são os agravantes ou atenuantes individuais, mas um conjunto de variáveis que identificam, individualmente, cada um destes grupos de casos sujeitos aos mesmos agravantes. A grande vantagem aqui é a equiparação total dos casos dentro do mesmo grupo, com um controle máximo sobre os fatores que incidem sobre eles. Para tanto, é preciso, contudo, um número mínimo de casos por tipo, o que se traduz numa perda dos tipos infrequentes. Com efeito, após a exigência de um mínimo de 20 casos por tipo, perdemos 46% dos casos. O resultado da análise foi consistente usando ambas estratégias analíticas, pois a cor do réu não apresentou um impacto significativo em nenhuma delas.

Em suma, as diversas abordagens analíticas não obtiveram evidência de viés racial nas sentenças penais pelos crimes de roubo, homicídio e drogas nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. A nossa interpretação foi que o juiz tomava a decisão com base nos documentos do processo penal, provavelmente antes inclusive de encontrar o réu na audiência. Nesse sentido, a cor do réu pode vir a ser um elemento secundário no processo, se é que o juiz chega a tomar conhecimento da raça do acusado antes de decidir a pena. Outro elemento relevante é que a classificação racial nos documentos, como já foi mostrado, nem sempre é consistente, o que dificultaria ainda mais uma decisão baseada neste critério. Consequentemente, o viés racial deve existir em fases anteriores dentro do sistema de justiça criminal, mas não necessariamente no momento da sentença.

Nesse sentido, é preciso destacar que o rigor metodológico das ciências sociais aplicado aos direitos humanos deve servir tanto para confirmar denúncias quanto para descartá-las, quando for o caso. Porém, é conhecido o forte viés de publicação nos periódicos, que faz com que seja muito mais provável que os resultados sejam publicados em revistas científicas quando eles forem estatisticamente significativos do que no caso contrário, a despeito do fato de que a relevância social é a mesma. Assim, é muito mais fácil publicar um estudo que comprova viés racial do que outro que obtém o resultado contrário.

Com frequência, o viés na divulgação das informações não é apenas, digamos, de caráter cognitivo ou 'científico', mas também político. Em certa ocasião, contatei um respeitado colega que estava também pesquisando viés racial, após ter tomado conhecimento de uma pesquisa por ele iniciada e cujo resultado eu não estava conseguindo encontrar na literatura. Ele me revelou que não comprovou viés racial e optou por não publicar os resultados, entre outras coisas para não contrariar o movimento negro. Em outra circunstância, uma operadora do sistema de justiça que assistiu à apresentação dos resultados da nossa pesquisa me recomendou não difundir eles entre os juízes, pois na opinião dela isso ajudaria a encobrir o racismo institucional. Entretanto, eu continuo acreditando que a difusão das pesquisas não é só uma obrigação científica e moral, mas também que, do ponto de vista estratégico, é justamente a divulgação plena dos estudos científicos, com todas as suas limitações e contradições, que conseguirá elevar a sua legitimidade e a aceitação das suas conclusões. Os resultados das pesquisas científicas raras vezes são tão claros e inequívocos quanto as interpretações políticas, mas isto, longe de ser um problema, deveria servir para sofisticar a reflexão política e, sobretudo, as propostas dirigidas a transformar a realidade.

5. Os determinantes da letalidade policial

Uma ferramenta essencial para pensar políticas públicas é o conhecimento preciso dos determinantes da conduta que se deseja alterar. Após um bom tempo acompanhando a incidência da letalidade policial no Rio de Janeiro e a forma como o sistema de justiça criminal lidava com ela, a chegada de um tempo de interlocução mais fluida com as autoridades de segurança pública abriu espaço para pesquisas mais profundas sobre os determinantes deste fenômeno, justamente num momento em que a letalidade policial vinha

caindo após ter atingido um pico histórico em 2007.

A maioria dos estudos internacionais sobre letalidade policial opta por uma abordagem individual, em que se trata de ver quais elementos do perfil dos agentes de polícia favorecem um maior ou menor uso da força, ou bem por uma abordagem institucional ou estrutural, em que os determinantes são procurados nas práticas da instituição ou dos seus gestores ou ainda nas características da sociedade em geral ou do regime político.

O objetivo da pesquisa iniciada em 2014 (Magaloni & Cano, 2016) era explorar os determinantes da letalidade policial simultaneamente nos níveis individual e organizacional, para contribuir com a formulação de políticas orientadas a reduzi-la. Com este objetivo, foi aplicado um questionário sobre uso da força a mais de 5.000 integrantes da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Todas as unidades da PMERJ na Região Metropolitana do Rio de Janeiro foram contempladas, incluindo batalhões territoriais, UPPs e unidades especializadas, de forma que em cada uma delas pelo menos 20% do efetivo foi entrevistado. Isto requereu uma verdadeira operação de guerra da equipe de pesquisa para conseguir aplicar um campo tão extenso num período breve, tentando interferir o menos possível no funcionamento da instituição. Por exemplo, foi preciso entrevistar os agentes na hora de mudança de turno. A pesquisa teria sido impossível sem o apoio e a implicação ativa tanto da Secretaria de Segurança quanto da cúpula da PMERJ. Mesmo assim, as resistências à aplicação do questionário não foram poucas e enfrentamos também dilemas éticos incomuns. Assim, a colaboração com qualquer pesquisa social deve ser sempre voluntária e os sujeitos pesquisados possuem sempre o direito de negar ou interromper a sua colaboração, conforme reza qualquer manual ético da área. Por outro lado, os policiais receberam do Comando Geral a ordem de preencher o questionário, razão pela qual foi preciso, ocasionalmente, buscar fórmulas para que os que assim o desejassem não tivessem que responder sem dar a impressão de estar descumprindo a ordem. Os questionários foram depositados em urnas para garantir o anonimato dos respondentes, essencial numa instituição tão hierárquica. Infelizmente, os oficiais interpretaram que a sua função era garantir que as praças preenchessem o questionário, mas não preenchê-lo eles mesmos. Por isso, foi muito pequeno o número de casos de respondentes com patente igual ou superior a capitão. Portanto, consideramos que a pesquisa era representativa da PMERJ até a patente de tenente.

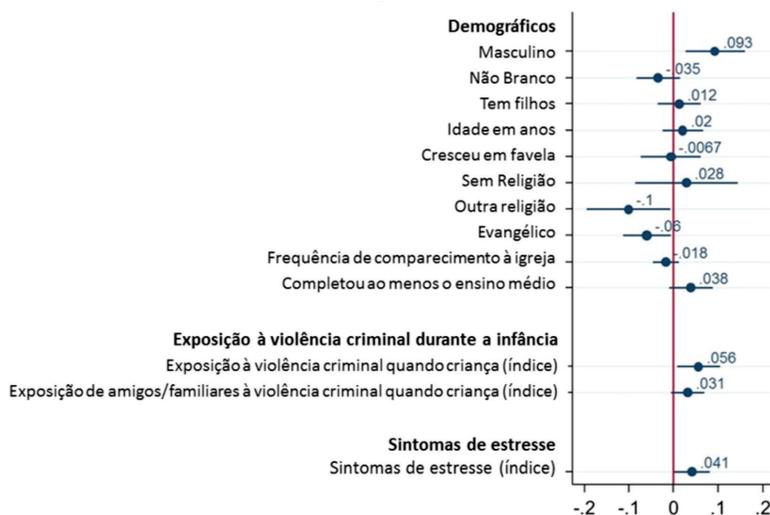
O questionário estava centrado no uso da força e atitudes relacionadas a esse uso, mas incluía questões relativas ao perfil do policial, sua trajetória

dentro da corporação, o contexto em que ele ou ela trabalhava e os incentivos institucionais recebidos. Adicionalmente, o questionário continha alguns experimentos, ou seja, perguntas formuladas de forma diferente em cada uma das duas versões diferentes do questionário, como uma forma de testar como determinadas informações ou formulações impactavam na resposta dos policiais.

A primeira constatação foi o elevadíssimo nível de uso da força e de exposição a confrontos armados que os policiais militares do Rio de Janeiro experimentam na sua vida profissional: 36% dos entrevistados revelaram ter atirado contra alguém nos doze meses anteriores durante o seu trabalho policial, enquanto 57% afirmaram que alguém atirou contra eles durante o mesmo período.

O objetivo mais importante do estudo foi a elaboração de um modelo estatístico para estimar o grau de uso da força por parte de cada agente. Esta variável dependente era operacionalizada como uma escala a partir das respostas a um conjunto de itens sobre a utilização da arma de fogo tanto dentro quanto fora do serviço. As variáveis independentes foram introduzidas sequencialmente e em bloco no modelo, de acordo com seu conteúdo, começando pelos fatores individuais. O Gráfico 7 mostra as variáveis que revelaram uma associação significativa com o grau de uso da força letal por parte do policial.

Gráfico 7 - Fatores individuais que predizem o Uso da Força: coeficientes padronizados⁹



Fonte: Magaloni & Cano, 2016

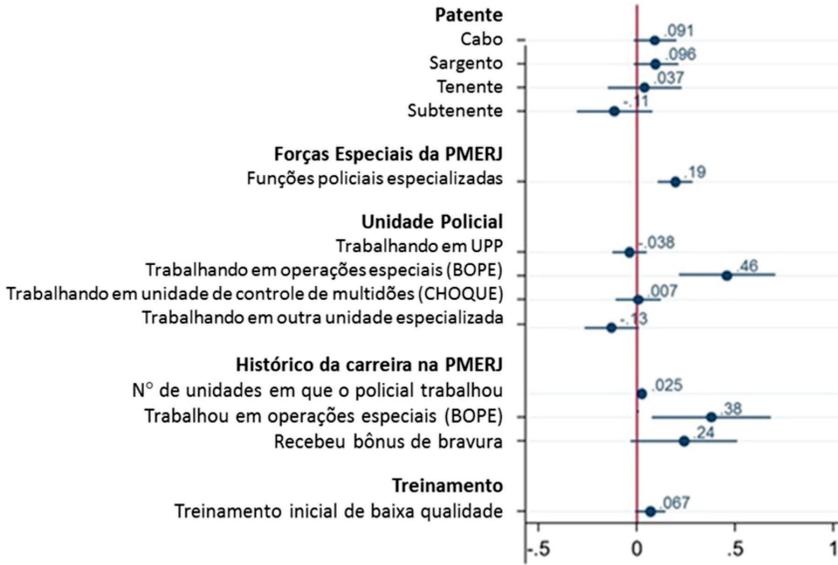
Como o gráfico permite observar, os policiais que mais fazem uso da arma de fogo são homens, pessoas que suportam altos níveis de estresse e também indivíduos que já desde criança ficaram expostos à violência. O efeito da violência na infância no uso atual da força pelos policiais nos remete ao efeito inercial e multiplicador da violência e a sua capacidade de se reproduzir a si mesma. Por outro lado, policiais evangélicos e de outras religiões usam menos a força do que aqueles sem religião. Cabe lembrar que num modelo estatístico multivariado como este, os coeficientes indicam a contribuição única de cada variável, controlando a influência das demais variáveis independentes dentro do modelo. Neste caso, por exemplo, isso significa que o maior uso da força dos homens em relação às mulheres não poderia ser explicado por um maior nível de estresse dos primeiros, visto que ambas as variáveis estão no modelo e uma não anula a significância da outra.

Quando são considerados, adicionalmente, os fatores profissionais (Gráfico 8) é possível observar que os policiais que trabalham em unidades

⁹ O ponto representa o valor do coeficiente padronizado e a barra horizontal vermelha encarna o intervalo de confiança de 95%. Assim, quando a barra *não* corta a linha vertical (que indica um coeficiente igual a zero), isto indica que a influência dessa variável sobre o uso da força é estatisticamente significativa. Contrariamente, quando há interseção entre a barra horizontal e a vertical não podemos falar em associação significativa.

especializadas, e particularmente no BOPE, fazem um maior uso da força, como caberia esperar.

Gráfico 8 - Fatores profissionais que predizem o Uso da Força: coeficientes padronizados

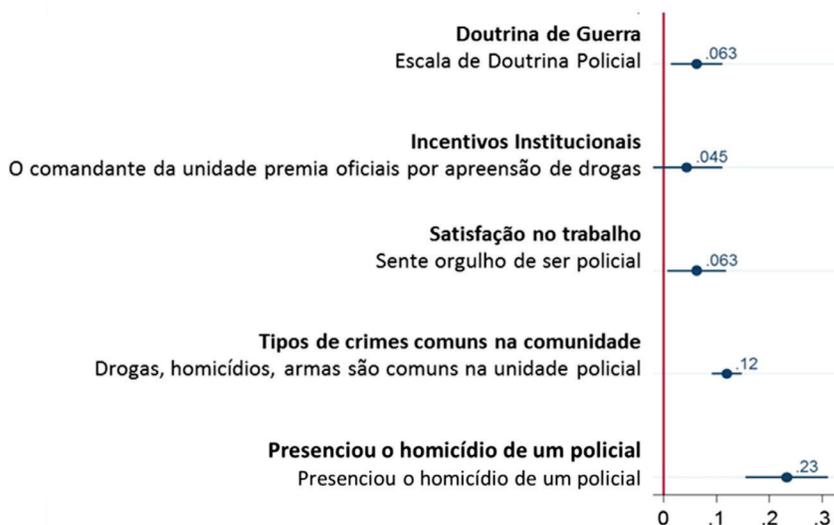


Fonte: Magaloni & Cano, 2016

Mais interessante é o fato de que o policial que já trabalhou no BOPE continua fazendo posteriormente um uso mais frequente da arma de fogo que os colegas que não passaram pelo BOPE. Isto poderia ser interpretado como um efeito de socialização do BOPE no uso da força ou como um produto da auto-seleção dentro do BOPE, ou seja, pelo fato de que os policiais mais inclinados a usar a força talvez escolham trabalhar no batalhão de operações especiais. Em qualquer um desses dois casos isto abre um espaço de reflexão sobre a possibilidade de reduzir a letalidade trabalhando com policiais que entram ou pretendem entrar no BOPE. Um resultado não esperado é que os policiais que consideram deficiente o treinamento recebido na entrada na corporação tendem a usar mais a força letal, o que também levanta questões sobre possíveis políticas preventivas associadas à formação.

Por último, as atitudes dos indivíduos e os incentivos institucionais também ajudam a predizer o uso da força (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Fatores atitudinais, institucionais e ambientais que predizem o Uso da Força: coeficientes padronizados



Fonte: Magaloni & Cano, 2016

Conforme era previsto, policiais que acreditam mais numa doutrina policial de guerra e aqueles que trabalham em áreas onde crimes violentos são comuns tendem a fazer maior uso das armas de fogo. Um resultado não tão esperado é que os agentes que sentem orgulho de serem policiais tendem a usar mais a força, o que sugere uma identidade policial fortemente vinculada ao emprego da violência. Uma das variáveis que apresenta uma relação mais estreita com o uso da força é o fato de o policial ter sido testemunha do homicídio de um colega. Como em outros casos, isso pode ser tanto uma causa quanto um efeito do uso incrementado da força. Na primeira hipótese, o policial submetido ao sofrimento psíquico de ver um colega assassinado pode tender a ser mais violento, por estresse ou por vingança. No segundo caso, o policial que trabalha em contextos mais perigosos corre um maior risco tanto de usar a arma quanto de ser testemunha de vitimização policial.

Um elemento importante do ponto de vista metodológico é que os modelos estatísticos foram estimados de novo acrescentando o efeito fixo das unidades policiais, isto é, incorporando variáveis que estimam a letalidade média de cada batalhão. Os resultados foram bastante consistentes na comparação dos modelos com e sem efeito fixo das unidades

policiais. Considerando que os modelos com esse efeito fixo controlam, a princípio, todas as diferenças devidas às unidades em que os policiais estão lotados, isso significa que os determinantes previamente apresentados ajudam a distinguir por que uns policiais usam mais a força do que outros *dentro* de uma mesma unidade, isto é, submetidos a princípio às mesmas condições ambientais. Essa consistência dos modelos reforça a validade das conclusões.

Em suma, o uso da força policial não é uma simples resposta técnica a um risco profissional, mas está também associado às características pessoais do policial, à sua trajetória dentro e fora da instituição e a diversas práticas institucionais. Em consequência, há fatores de diversa natureza que podem ser considerados no desenho de políticas públicas de redução da letalidade policial.

Além dos modelos sobre uso da força, esta pesquisa incorporou ‘experimentos de *survey*’ para avaliar o impacto de determinadas informações ou formulações, a partir de duas versões do questionário que eram distribuídas aleatoriamente entre os respondentes e que continham pequenas diferenças entre si. Assim, o questionário incluía alguns cenários com relatos de uso da força sobre os quais se pedia aos policiais que se pronunciassem.

Um dos cenários contava a história seguinte: *“Dois policiais percebem que dois jovens suspeitos começam a correr. A polícia pede para que parem, mas os jovens continuam correndo e entram em um beco. A polícia corre atrás deles e novamente ordena que parem, mas ao perceber que os jovens estão fugindo, disparam vários tiros. Um dos jovens acaba morto e o outro ferido.”* A partir daí, as duas versões diferem. Na versão A do questionário, o texto continua com a seguinte frase: *“Ao revistar a mochila dos jovens encontram drogas, um rádio, um revólver e dinheiro.”* Já na versão B, a frase diz o seguinte: *“Ao revistar a mochila dos jovens encontram uma bolsa, uma carteira, dinheiro e um tablet.”* O texto estava acompanhado de uma das duas fotografias seguintes.

Gráfico 10a: Grupo da bolsa e I-pad

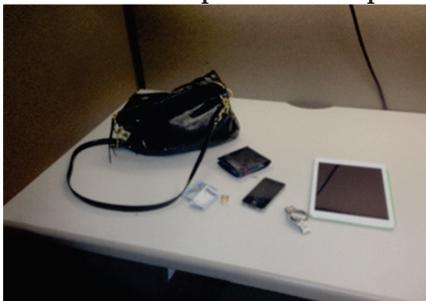


Gráfico 10b: Grupo de arma e drogas



Fonte: Magaloni & Cano, 2016

A seguir, os respondentes deviam indicar em que grau concordavam (1-*concordo totalmente*; 2-*concordo*; 3-*não concordo nem discordo*; 4-*discordo*; 5-*discordo totalmente*) com uma frase que afirmava que os policiais descritos atuaram corretamente naquela situação. Do ponto de vista técnico e legal, não há nenhuma dúvida de que os policiais tinham agido de forma incorreta e ilegal, contrariando os princípios internacionais e a normativa brasileira, visto que o uso da arma de fogo só está permitido quando a vida dos policiais ou de terceiros está em perigo iminente e, no relato, se descreve claramente que os policiais atiram contra suspeitos aparentemente desarmados, apenas para impedir sua fuga.

Tabela 7 - Respostas dos Policiais ao Experimento sobre Uso da Força, por Condição Experimental

Grupos de tratamento	Respostas dos Policiais (%)		Razão de Chances 1/	P valor 2/
	Concordou que o policial atuou corretamente	Discorda que o policial atuou corretamente		
Armas e drogas	18,3	81,7	4,18	0,000
Bolsa e Ipad	5,1	94,9		

Fonte: Magaloni & Cano, 2016

De acordo com a hipótese, os policiais que ficavam sabendo que os suspeitos carregavam armas e drogas aprovavam a atuação policial em maior medida (18%) do que aqueles que liam que os jovens carregavam apenas uma bolsa e um i-pad, isto é, não poderiam ser aparentemente associados ao crime (5%). Essa diferença, plenamente significativa,

indica que os policiais avaliam o uso da força em função de informações contextuais, muitas das vezes indisponíveis no momento da decisão, como era o caso aqui, e não apenas em função de informações técnicas. Em outras palavras, alguns policiais estavam dispostos a legitimar uma ação ilegal desde que ela fosse deflagrada contra pessoas associadas de alguma forma à criminalidade violenta, mesmo quando isso só poderia ser sabido a posteriori. Esta conclusão condiz com os numerosos casos de uso abusivo da força policial registrados no Rio de Janeiro, e especificamente com episódios de disparos contra indivíduos em fuga, que às vezes são pessoas sem envolvimento criminal. O resultado desta pesquisa deveria ser empregado no treinamento policial para mostrar como erros são cometidos e intentar preveni-los no futuro.

5.1 O papel dos comandantes na letalidade policial

É um fato admitido tanto na literatura quanto no âmbito policial que a doutrina e as práticas de um batalhão refletem, em alguma medida, o perfil e as orientações do seu comandante, especialmente numa instituição hierárquica como a Polícia Militar. Na primeira pesquisa já relatada sobre letalidade policial no Rio de Janeiro (Cano, 1997b), foi documentado que a entrada no comando do 9º Batalhão de um coronel historicamente identificado com a política de confronto armado resultou num número de mortes cinco vezes mais elevado por parte deste batalhão nos meses seguintes.

Portanto, qualquer política de contenção da letalidade deveria contemplar o papel que os comandantes podem desempenhar. Para estimar especificamente qual é o peso dos comandantes na letalidade policial, foi realizado um estudo a partir dos dados da PMERJ por batalhão, no período de janeiro de 2005 a novembro de 2015 (LAV-UERJ, 2016). Um total de 9.085 pessoas foram mortas pela polícia nesse período. A letalidade policial está concentrada especialmente em alguns batalhões do estado, como revela a Tabela 8.

Tabela 8 - Média de Mortes Mensais em Intervenções Policiais, por BPM: jan 2005 - nov 2015

BPM	Mortes em decorrência de intervenção policial	BPM	Mortes em decorrência de intervenção policial
1	2,24	21	1,29
2	0,50	22	2,58
3	4,43	23	0,75
4	0,98	24	0,74
5	0,54	25	0,81
6	2,17	26	0,09
7	3,48	27	2,24
8	0,22	28	0,11
9	8,90	29	0,02
10	0,02	30	0,12
11	0,17	31	0,27
12	3,88	32	0,74
13	0,08	33	0,54
14	5,66	34	0,76
15	7,15	35	0,69
16	4,85	36	0,02
17	1,33	37	0,08
18	1,25	38	0,02
19	0,44	39	1,79
20	3,90	40	2,07
		41	5,51

Fonte: LAV-UERJ (2016)

De fato, a metade das mortes estão concentradas em apenas 6 batalhões, o que levanta questões relativas a subculturas policiais que podem estimular o uso da força.

Para estimar o impacto dos comandantes, foi estimado um modelo multivariado cuja variável dependente é o número de pessoas mortas mensalmente em decorrência de intervenções policiais na área de cada batalhão. Como variáveis de controle foram consideradas as seguintes: a) uma variável categórica que identifica cada batalhão, que deveria absorver todas as peculiaridades de cada um deles no que diz respeito à letalidade; b) uma variável temporal que identifica o mês e o ano, que deveria controlar

a existência de tendências ou de sazonalidade na letalidade; c) o número de pessoas mortas por homicídio (e outros crimes análogos como latrocínio e lesão seguida de morte) por mês e batalhão, como um indicador do nível de violência letal no local, que deve ser um dos determinantes do uso da força policial; d) o número de policiais militares mortos em serviço nesse mês na área de cada batalhão, que é um indicador direto do risco ao qual os policiais estão expostos, que, por sua vez, deve ser um motivo central do uso da força. Por último, a variável independente central é a identificação do oficial que comandava o batalhão nesse mês.

Em suma, o objetivo do modelo é estimar a influência dos comandantes na letalidade policial, uma vez controlados os efeitos do batalhão, do momento, do nível de violência e do risco sofrido pelos policiais.

Esta análise enfrenta alguns problemas metodológicos. Uma limitação é que a rotatividade dos comandantes é muito limitada. No período considerado, foram registrados 242 oficiais lotados como comandantes, de forma que cada comandante trabalhou em média em 1,86 batalhões durante um tempo médio de 9,3 meses. Especificamente, 48% dos indivíduos comandou apenas um único batalhão, o que dificulta a estimativa do efeito sobre a letalidade na medida em que, nestes casos, é muito mais difícil distinguir o efeito do comandante do efeito do próprio batalhão. O ideal teria sido uma ampla rotatividade para observarmos comandantes mais ou menos inclinados ao uso da força letal comandando unidades com maior e menor inclinação a esse uso da força, para poder estimar melhor o efeito do comando.

Outro problema metodológico está conectado com o número relativamente baixo de mortes pela polícia por mês e batalhão, de forma que em 54% dos casos (a unidade de análise é mês-batalhão) não registram nenhuma morte. Isso significa que a distribuição de letalidade para esta unidade de análise está longe de uma distribuição normal, que é a mais utilizada nos modelos estatísticos. Em função disso, foram usados na análise tanto um modelo normal quanto uma distribuição de Poisson, adequada para contagens de eventos relativamente raros.

No caso da distribuição linear, a estimativa da influência dos comandantes se dá através da diferença na proporção de variância explicada pelo modelo (R^2 ajustado) *com* e *sem* a variável que identifica o comandante. O resultado é que 8% da variância pode ser atribuída ao papel dos comandantes.

No caso da distribuição de Poisson, a estratégia é semelhante, só que ao invés de usar R^2 ajustado, que não é aplicável nestes casos, usa-se um

pseudo R^2 , como o R^2 de McFadden (1974). De fato, o valor do índice de ajuste do modelo AIC é menor para o modelo de Poisson do que para o modelo normal, o que sugere que o primeiro se ajusta melhor aos dados. A comparação do pseudo R^2 com e sem variável dos comandantes indica que aproximadamente 5% da variância pode ser atribuída aos oficiais no comando dos batalhões.

Em suma, embora o valor seja reduzido, provavelmente subestimado em função da já mencionada escassa rotatividade dos comandantes, o estudo permite concluir que uma parte significativa da variância da letalidade entre batalhões pode ser atribuída à figura do comandante, o que confirma a importância de considerar o papel do comando em qualquer política de redução da letalidade policial.

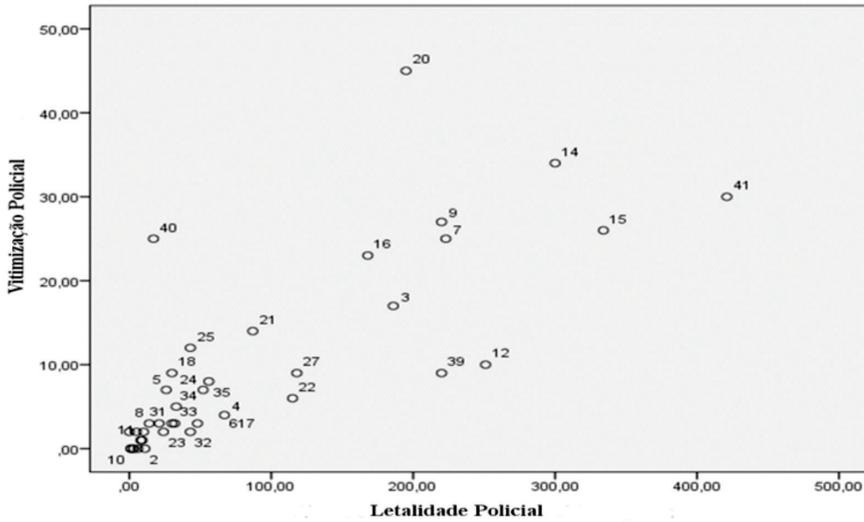
5.2 A vinculação entre letalidade e vitimização policial

No Rio de Janeiro virou um bordão amplamente aceito que o estado tem “a polícia que mais mata e a que mais morre”, estabelecendo um vínculo entre a letalidade provocada pela corporação e a vitimização sofrida por ela. Contudo, pesquisas diretas sobre esta vinculação são raras.

Na sua dissertação de mestrado por mim orientada, a pesquisadora do LAV Terine Husek Coelho se propôs a estudar exatamente esta conexão e, mais especificamente, qual é a reposição da PMERJ à morte de um policial e qual impacto isto tem na letalidade policial posterior (Husek Coelho, 2017). Com efeito, a pesquisadora mostra que a correlação entre o número de pessoas mortas pela polícia na área de um batalhão e o número de policiais mortos nessa mesma área é muito elevada, como mostra o Gráfico 11, e como revela o alto coeficiente de correlação de Pearson: 0,779¹⁰.

¹⁰ O coeficiente de correlação de Pearson oscila entre 1 (correlação máxima e positiva) e -1 (correlação máxima negativa).

Gráfico 11 - Número de pessoas mortas pela polícia e número de policiais mortos na área de cada BPM (2010-2015)



Fonte: Husek Coelho (2016)

Numa análise das variações diárias de ambas as dimensões por batalhão, Terine revela que nos dias em que não há morte de policiais, um batalhão registra uma média de 0,04 vítimas fatais em decorrência de intervenção policial em sua área. Nos dias em que algum policial é vítima de homicídio nessa área, a letalidade policial é cinco vezes maior: 0,20 mortos.

Quando estimado o efeito da morte de um policial na letalidade policial num modelo estatístico que controla o efeito do Batalhão, do mês, do dia da semana e dos homicídios acontecidos nesse dia na área do batalhão (como uma forma de controlar a intensidade da violência letal local), o impacto da morte do policial na letalidade é ainda de 0,11 mortes de civis a mais, um resultado estatisticamente significativo.

Entretanto, a letalidade policial no mesmo dia que morre um policial vítima de homicídio poderia acontecer no mesmo incidente, com vítimas dos dois lados, ou, inclusive, antes da morte do policial, razão pela qual não poderia ser considerada, necessariamente, uma consequência desta última. Para testar o impacto da morte do policial, Terine estimou a letalidade policial acontecida *no dia posterior* à morte de um policial na área do BPM correspondente. De fato, a letalidade policial de um BPM no dia posterior à morte de um policial nessa área, controlando por todas as variáveis já mencionadas (mês, dia da semana, BPM e número de homicídios dolosos

nessa área), é o dobro da normal (0,08) e esta diferença é estatisticamente significativa. Adicionalmente, a letalidade policial posterior à vitimização policial variava em função das circunstâncias em que o policial tinha morrido: a) durante um roubo ou tentativa; b) através de uma execução sumária na folga do policial; c) durante o trabalho policial, ou seja, em serviço. Dessas três circunstâncias, a que apresentava maiores efeitos era a última. Assim, quando um policial em serviço morria na área de um batalhão, a letalidade do batalhão no dia seguinte aumentava em média em 350%.

Tabela 9 - Impacto da morte por homicídio de um policial na área de um BPM no número de mortes decorrentes de intervenção policial na área desse BPM no DIA SEGUINTE, de acordo com as circunstâncias da morte do policial

Circunstâncias da morte do policial	Aumento das mortes no dia seguinte	% de aumento
Todas as mortes	0,04*	100
Execução [Folga]	0,05*	125
Roubo [Folga]	0,03	-
Trabalho Policial	0,14*	350

Fonte: Husek Coelho (2016)

(*) efeito estatisticamente significativo

Em outras palavras, a letalidade policial aumenta particularmente quando um policial morre durante o serviço, o que mostra que a reação da corporação a estas mortes multiplica a letalidade. Nas entrevistas qualitativas a 32 policiais militares, Terine explorou os motivos que levavam a esta reposta. Em primeiro lugar, constatou o terrível impacto psicológico das mortes de policiais entre seus colegas, cujas reações podem ser resumidas em três possibilidades: a) medo a ser a próxima vítima; b) revolta e raiva; c) apatia. Por outro lado, para alguns policiais que foram feridos e não morreram, essas feridas eram interpretadas como uma medalha e um motivo de orgulho. Quanto aos motivos que levavam a PMERJ a responder às mortes dos seus integrantes com operações que aumentam a letalidade, a autora mencionou os seguintes elementos que aparecem nas entrevistas: a) prejudicar financeiramente o tráfico, que é visto como responsável pelas mortes; b) prender aqueles que atiraram ou orquestraram a morte de um policial, mesmo quando não se costuma conhecer o autor específico, nem há tempo para investigar, razão pela qual a resposta se inscreve mais dentro de uma lógica bélica de ‘golpear o inimigo’; c) mostrar ao restante da

tropa e aos familiares que a morte não ficará sem resposta; d) demonstrar força para não se deixar intimidar; e) vingança pela morte do companheiro. Dessa forma, a ‘resposta’ à morte do policial parecia se enquadrar mais dentro de um âmbito simbólico e bélico e não só não conseguia prevenir novas mortes, mas, provavelmente, possuía o efeito contrário: estimular a espiral de vingança mútua.

6. Ajudando a implementar uma política de controle da letalidade

A partir de 2012, a interlocução com a Polícia Militar tornou-se mais fluida e, em 2014, a cúpula da PMERJ pediu ao LAV a elaboração de um índice que servisse para identificar os policiais que faziam um uso excessivo da força, como um instrumento para construir uma política de monitoramento e controle do uso da força letal. O comando da PMERJ queria, sobretudo, um instrumento que lhe permitisse identificar excessos individuais, policiais que atiravam em excesso, antes de que eles provocassem uma tragédia e um escândalo público, como regularmente costumava acontecer quando a imprensa divulgava episódios em que os policiais matavam a pessoas ‘ostensivelmente inocentes’. A ideia era que uma vez identificados esses agentes, eles seriam submetidos a re-treinamento ou, eventualmente, retirados do trabalho operacional e alocados em trabalhos administrativos onde o uso da força não fosse necessário.

Para nós do LAV, o objetivo central era criar um incentivo institucional para a redução da força letal no conjunto da corporação, pois sabíamos que ele era excessivo e que havia amplas oportunidades para reduzi-lo. Se os policiais eram cientes de que seu uso da arma estava sendo monitorado individualmente, isso por si só poderia constituir um estímulo para a sua contenção. Obviamente, esses dois objetivos (identificação de casos extremos e incentivos gerais) não eram incompatíveis, mas complementares, e poderiam até se reforçar mutuamente se a iniciativa fosse desenvolvida e disseminada da forma correta.

O monitoramento do uso da força contava com uma ferramenta poderosa, pois a partir de finais de 2012 a PMERJ começou a informatizar o registro do consumo individual de munição. Cada policial que usava munição durante o serviço devia reportar esse uso, inclusive para pedir nova munição, através de um formulário que era registrado eletronicamente num sistema centralizado, o SISTMATBEL, pelos encarregados das armas em cada batalhão.

Tratava-se de uma pesquisa aplicada, enormemente desafiadora do ponto de vista metodológico e político, considerando as possíveis implicações e as resistências previsíveis. O objetivo aqui não era aumentar o conhecimento teórico sobre o fenômeno nem formular um índice ideal para sua utilização universal, mas elaborar uma proposta metodológica que servisse de base para uma política pública para ser aplicada a curto prazo na realidade da PMERJ com os dados disponíveis e nas condições imperantes, sem requerer por exemplo novas informações difíceis de serem obtidas. Depois de muitos anos denunciando o problema e reclamando medidas, esta era uma oportunidade para tentar contribuir com uma política de prevenção de violações aos direitos humanos e com uma política de segurança pública mais democrática.

Nesse sentido, a proposta devia ser viável, realista e, na medida do possível, ajudar a vencer as inevitáveis resistências que a política provocaria. Não seria possível, por exemplo, sugerir que 50% dos policiais militares fluminenses deveriam ser re-treinados ou retirados das ruas como consequência do seu nível excessivo de uso da força, pois a retirada massiva do contingente policial seria inaceitável dentro e fora da corporação, minando a sustentabilidade política da proposta.

O processo de construção do indicador foi desenvolvido em consulta permanente com diversos setores da PMERJ (medicina, psicologia, treinamento, Estado Maior), o que constituiu um grande desafio e uma experiência quase etnográfica de grande interesse para os membros do LAV.

Os primeiros passos consistiram em formular o que o índice *não* seria, para evitar dúvidas e mal-entendidos posteriores. Em primeiro lugar, o índice não teria como objetivo a avaliação da qualidade do desempenho do policial e, portanto, não seria um instrumento da política de premiações ou de promoções, apesar de esta ser outra demanda do comando da PMERJ ao LAV. Entretanto, a elaboração de um índice de qualidade do desempenho policial era uma empresa de maior complexidade ainda e era preciso resgatar a especificidade do uso da força. A meta estratégica era justamente desnaturalizar o uso da arma entre os policiais, como se fosse algo consubstancial à sua atividade, e transformá-lo numa competência específica que requereria treinamento, avaliação e credenciamento periódico sem os quais ela não poderia ser exercida. Por outro lado, se o índice fosse usado para premiações e promoções, ele sofreria ainda mais pressões quanto à validade e confiabilidade das informações necessárias

para calculá-lo.

Um segundo ponto que ficou estabelecido, relacionado com o anterior, é que o índice não possuiria propósitos disciplinares ou de punição, pois, caso contrário, a resistência interna seria ainda muito maior e o ocultamento de informação mais provável. Se eu tinha aprendido alguma coisa ao longo de anos trabalhando na área de direitos humanos, era que o controle penal dos abusos, sempre necessário, tinha na prática um impacto reduzido em função das próprias limitações do sistema de justiça criminal. Para conseguir um efeito maior na redução das violações era preciso optar por medidas administrativas e políticas que gerassem incentivos para diminuir as condutas abusivas ao invés de fingir ser capazes de punir penalmente todas elas. Esta necessidade de gerar incentivos tinha sido entendida perfeitamente, num sentido contrário, pelos formuladores da famosa ‘premiação por bravura’, um exemplo perfeito de um incentivo perverso. Já os movimentos de direitos humanos parecem ter maior dificuldade em incorporar esta visão. De qualquer forma, apesar de afirmar que o índice não possuiria função disciplinar, sabíamos que a maioria dos policiais consideraria as medidas implementadas a partir dele como uma punição, particularmente aqueles que eventualmente fossem retirados das ruas em função do seu uso excessivo da força. Esse tinha sido o caso, por exemplo, da política implementada pelo Estado de São Paulo (o *Programa de Acompanhamento de Policiais Militares Envolvidos em Ocorrências de Alto Risco- PROAR*) nos anos 90 (Pinc, 2006). Mesmo assim, era essencial que a divulgação interna insistisse em que a iniciativa não tinha um caráter punitivo e que a ideia era diminuir o uso da força sem entrar no mérito de se era legal ou não, nem sequer se era tecnicamente adequado ou não, em cada caso. Em última instância, tratava-se de uma medida de proteção tanto à sociedade quanto aos próprios policiais, para evitar que eles incorressem em erros de consequências potencialmente trágicas, embora fossem evidentes as dificuldades de persuadir os policiais disso.

A despeito do que foi mencionado, uma parte do comando da PMERJ mantinha a esperança de poder usar o índice com propósitos disciplinares. Nesse sentido, foi discutida a possibilidade de que houvesse uma correlação entre desvios disciplinares registrados e abuso da força letal. Se isto fosse certo, a folha disciplinar do policial poderia ser considerada um dos elementos a tomar em conta para decidir se ele podia ou não utilizar a arma. Mesmo dessa forma indireta, receávamos que tal vinculação entre sistema disciplinar e aptidão para usar a arma teria repercussões negativas para

a proposta dentro da corporação. Parte do receio era também devido ao fato de que, no trabalho de direitos humanos, era comum que um policial acusado de uma execução sumária apresentasse uma folha disciplinar limpa, justamente porque o sistema disciplinar das polícias amiúde não presta grande atenção a graves violações e se centra na manutenção da hierarquia interna (Cano & Duarte, 2013). Para tomar uma decisão sobre este ponto, foi decidido fazer uma pesquisa exploratória sobre a relação entre consumo de munição e número de punições sofridas. Como os dados das punições não estavam informatizados e era necessário processá-los e codificá-los um a um, o estudo foi limitado a um único batalhão. Foi preciso trabalhar com diversos supostos em relação aos dados ausentes, vistas as limitações do registro. No final, de 4 simulações possíveis, 3 delas não registraram correlação significativa entre número de punições e consumo de munição e a quarta simulação apresentou uma leve correlação negativa, isto é, contrária à hipótese central. A partir desse resultado, foi descartada a utilização das informações disciplinares para a elaboração do índice, o que trazia vantagens políticas pelos motivos antes explicados.

A princípio, o comando da PMERJ desejava uma pontuação única, um score, a partir do qual fosse possível determinar se o policial deveria usar ou não uma arma de fogo. Entretanto, foram distinguidas quatro dimensões diferentes, em cada uma das quais o policial precisava mostrar um resultado satisfatório para poder ter acesso a uma arma no seu trabalho:

1. Aptidão Física.
2. Aptidão Psicológica.
3. Aptidão Técnica.
4. Histórico compatível no Uso da Força Letal, medido através do uso de munição.

Esses quatro componentes integravam o Índice de Aptidão para o Uso da Força Policial (IAUF). É preciso reconhecer que, a despeito dos avanços metodológicos na elaboração da proposta, não fomos afortunados na formulação do acrônimo que a encarnasse. A intervenção requerida para que um policial recuperasse o credenciamento para poder usar a força dependia, obviamente, da natureza do problema: tratamento médico ou psicológico para as duas primeiras dimensões, treinamento em caso de deficiências técnicas, e treinamento e eventual retirada das ruas quando houver consumo excessivo de munição. Em relação a este último ponto, a decisão de quando um policial seria apenas submetido a treinamento e quando seria retirado do policiamento durante um tempo era, de fato, a

mais controversa, oscilando entre posições mais assertivas e outras mais cautelosas que preferiam insistir mais no treinamento e menos na remoção.

Em suma, o policial precisava atestar competência em todas e cada uma das quatro dimensões, não sendo possível compensar deficiências numa delas através da excelência em outras. Dessa forma, por exemplo, não era suficiente que o policial tivesse todos os conhecimentos necessários para o uso da força se não possuísse equilíbrio psicológico para tal, como não faria sentido um policial tentar compensar sua falta de condição física para o uso da força através de uma ótima condição psicológica. Portanto, foi decidido não elaborar uma pontuação única e exigir o cumprimento de um mínimo em cada uma das quatro dimensões. Os requisitos físicos, psicológicos e técnicos foram estabelecidos pelos respectivos setores da PMERJ e não serão explicados aqui. Focalizaremos no último componente, o relativo ao uso efetivo da força letal no passado, mensurado através do consumo de munição.

Uma decisão metodológica de grande importância era a referida à disjuntiva entre avaliar o policial em relação ao conjunto da polícia ou em comparação apenas com o seu batalhão. Por um lado, esta última opção poderia aparecer como uma mensuração mais adequada no sentido de tomar em consideração o contexto, supondo que os policiais de um mesmo batalhão estejam submetidos às mesmas condições. A pergunta passaria a ser, então, em que grau um policial usa a força em comparação com seus companheiros de batalhão. O inconveniente dessa opção era que ela assume que cada batalhão, em média, usaria a força de forma adequada e que, portanto, só caberiam medidas em relação a quem excede a norma do próprio batalhão. Essa estratégia ignora o fato de que há subculturas policiais em determinadas unidades que são mais propensas ao uso da força e isto impediria gerar incentivos coletivos, restando apenas os individuais. Por isso, decidiu-se optar pela primeira possibilidade: ponderações que levassem em consideração o conjunto da polícia e não apenas o batalhão. Dessa forma, os batalhões com um uso elevado da força acabariam com uma maior proporção de policiais sendo re-treinados ou retirados da rua, o que geraria problemas operacionais e, com eles, um incentivo forte para que o comandante tomasse medidas para conter a letalidade.

Outra decisão metodologicamente relevante era o que fazer em relação ao tipo de arma utilizada pelo policial. Assim, se o policial usar um fuzil ou uma arma que dispare em rajada, é esperável que o consumo de munição seja mais elevado do que se ele usar uma pistola. Entretanto, aplicar uma

ponderação para o tipo de arma utilizado acabaria diminuindo, em termos relativos, o consumo de munição dos fuzis. Considerando que a utilização desse tipo de arma em áreas urbanas densamente habitadas constitui um perigo para a população e que seria desejável, na medida do possível, uma redução desse tipo de armamento policial, optou-se por não introduzir uma ponderação pelo tipo de arma e tratar todas elas por igual. Dessa forma, não se oferece uma vantagem para o uso de armas de alto poder de destruição. Por outro lado, desconsiderar o tipo de arma diminuía os problemas de confiabilidade e validade das informações, pois o dado do tipo de arma poderia não ser plenamente confiável na medida em que um mesmo tipo de munição pode ser usado para diversas armas.

Finalmente, o índice de consumo individual de munição foi ponderado por apenas dois elementos: a) a incidência de violência letal na área em que o policial trabalhava; e b) a função que o agente desempenhava.

Se a força letal deve ser usada em resposta a uma ameaça contra a vida, é razoável supor que ela seja mais necessária em áreas em que os homicídios são frequentes. Em consequência, o consumo de munição foi ponderado pela razão entre a taxa de mortes violentas por 100.000 habitantes (nos 6 meses anteriores) na área do Batalhão em que o policial trabalha e a taxa de mortes violentas no mesmo período para o conjunto do estado. As mortes violentas incluem homicídios dolosos, roubos seguidos de morte (latrocínios) e lesões dolosas seguidas de morte. Isto é, incluem-se todas as ocorrências contempladas dentro do conceito de 'letalidade violenta' do ISP com exceção das mortes decorrentes de intervenção policial, pois considerar também elas introduziria endogeneidade entre o fenômeno e a sua ponderação e faria com que um aumento da letalidade policial automaticamente aumentasse os limites tolerados em relação a ela. Como resultado desta ponderação geográfica, os policiais que trabalhavam em batalhões com uma incidência de mortes violentas maior do que a média estadual veriam reduzido o seu consumo de munição ponderado, em relação ao consumo bruto, enquanto que os agentes que estavam lotados em áreas com menor taxa de mortes violentas do que a média estadual teriam este consumo ponderado aumentado.

A segunda ponderação correspondia à função do policial, pois não seria razoável esperar o mesmo uso de munição por parte de membros de grupos de apoio tático, que são chamados justamente em incidentes de risco, e por parte de policiais que desenvolvem trabalhos administrativos e que só ocasionalmente são chamados ao patrulhamento nas ruas. A ponderação

pelo tipo de função foi estimada a partir dos resultados observados do consumo efetivo por função policial em anos anteriores, ajustando para que a média de todas as ponderações fosse igual a 1. Isto significa valores superiores a 1 para funções com maior uso da força e inferiores a 1 para funções em que o uso da força é menor (Tabela 10).

Tabela 10 - Fator de Correição do Consumo de Munição por Função Policial

FUNÇÃO	PONDERAÇÃO
GAT	1,94
RADIO PATRULHA	0,69
POLICIAMENTO A PÉ	0,44
ATIVIDADE MEIO	0,65
OPERAÇÃO	1,61
PM2	1,26
OUTRAS	0,49
TOTAL	1

Fonte: LAV (2015)

A ponderação por função foi colocada no denominador da fórmula final, de forma que policiais em funções com maior probabilidade de uso da força tivessem o seu consumo ponderado reduzido em relação ao seu consumo bruto, em quanto policiais em funções com menor uso da força experimentassem um aumento no seu consumo ponderado.

A fórmula final para o cálculo do consumo de punição ponderado foi a seguinte:

$$CMP = CM \times \frac{TMV \text{ Estado}}{TMV \text{ por BPM(AISP)}} \times \frac{1}{\text{Fator Corretor por Função Policial}}$$

Onde: CMP = Consumo de Munição Ponderado

CM = Consumo de Munição Bruto

T MV *por BPM* = Taxa de Mortes Violentas por 100.000 habitantes durante os últimos 6 meses na área do BPM (AISP) onde o policial está lotado

TMV *Estado* = Taxa de Mortes Violentas por 100.000 habitantes, num período de 6 meses, para o conjunto do estado.

Uma vez calculada a distribuição do consumo ponderado, que levava em consideração a intensidade da violência letal da área e a função desempenhada pelo agente, foi determinada a sua média e o seu desvio padrão. A nova média registrou um valor semelhante à média do consumo bruto, pois o índice foi construído de forma que as ponderações individuais tendessem a se cancelar entre si. Para o cálculo do desvio padrão foram desconsiderados os valores extremos ('outliers'), aqueles policiais com mais de 100 disparos registrados nos últimos 6 meses. Em vários desses casos, a suspeita era que alguns policiais estavam registrando munição não apenas para eles mesmos, mas para outros policiais, o que distorceria os resultados. De fato, aceitar estes valores extremos teria produzido um desvio padrão excessivamente elevado.

A partir daí, considerou-se um limiar máximo de consumo de munição aceitável: aquele que correspondia à média do consumo ponderado mais dois desvios padrões. Policiais que ultrapassavam este limiar deviam ser submetidos a cursos de re-treinamento e/ou serem retirados das ruas durante um período. Aplicando este critério, 2,3% dos policiais da PMERJ estariam acima do limite e deveriam ser encaminhados às medidas antes mencionadas. Considerava-se que esta proporção era razoável em termos operativos e políticos para não causar um prejuízo significativo à atividade de patrulhamento. Obviamente, esta proporção de policiais acima do limite tolerado variava de um batalhão para outro e superava 10% em alguns batalhões de alta letalidade: 14,2% no 7º BMP e 13% no 41º BPM. Isto era um efeito desejado da política, na medida em que causava mais restrições operacionais a estas unidades de alta letalidade, e com elas um maior incentivo aos seus comandantes para mudar a situação. Por outro lado, as unidades especiais, como por exemplo o BOPE, não estavam sujeitas a estes procedimentos, pois precisariam de um sistema de controle diferenciado que levasse em conta as particularidades da sua tarefa.

Infelizmente, o programa de controle do uso da força baseado no IAUF só foi implementado de forma experimental durante um tempo reduzido em 2015, e foi posteriormente interrompido em função das resistências internas e externas à corporação.

A mencionada sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2017 sobre o caso de Nova Brasília, de cumprimento obrigatório para o Brasil, determinava, entre outras coisas, "adotar as medidas necessárias para que o Estado do Rio de Janeiro estabeleça metas e políticas de redução da letalidade e da violência policial". Esta era uma oportunidade inédita para que as políticas de controle da letalidade

mencionadas, ou outras com a mesma finalidade, fossem retomadas para que o Rio de Janeiro deixasse de ser um laboratório de letalidade policial.

Referências

- ADORNO, S.
(1995a). Discriminação Racial e Justiça Criminal em São Paulo. *Novos Estudos*. CEBRAP 43: 26–44.
- ADORNO, S.
(1995b). Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. *Estudos Históricos* 18 (9), 283–300.
- CANO, I.
(1997). Evaluating Human Rights Violations. in CHELIMSKY, E.; SHADISH, W.E. (Eds.) *Evaluation for the 21st Century*. Thousand Oaks, California: Sage Publications. 1997
- CANO, I.
(1997b) . *Letalidade da Ação Policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER.
- CANO, I.
(1998) . *O Uso da Força Letal pela Polícia do Rio de Janeiro: os Fatos e o Debate* Archê. Ano VII, no. 19. Faculdades Integradas Candido Mendes. Rio de Janeiro.
- CANO, I.
(2010). Racial bias police use of lethal force in Brasil. *Police Practice and Reseach: An International Research.*, volume 11, número 1 Pg. 31–44.
- CANO, I.
(2015). Perfil, Trajetória e Treinamento Dos Policiais Militares do Rio De Janeiro. FAPERJ: *Edital Prioridade Rio – 2012*. Relatório Final. Dezembro 2015. Mimeo.
- CANO, I; DUARTE, Thais
(2010). *A mensuração da Impunidade no Sistema de Justiça Criminal do Rio de Janeiro*. in Segurança, Justiça e Cidadania/Secretaria Nacional de Segurança Pública. Ano II. Num. 4 pg. 9-44 Brasília. ISSN: 2178-8324
- CANO, I; DUARTE, Thais
(2013). Análise Comparativa das Legislações Disciplinares das Corporações de Segurança Pública: uma proposta de Matriz de Lei Disciplinar para o Brasil in FIGUEIREDO, Isabel de Seixas; NEME, Cristina; LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro (org.) *Pensando a Segurança Pública 2*. Brasília: SENASP . pg. 303-382.
- CANO, I. ; RIBEIRO, L. ; MEIRELES, E.
(2010). Race, Crime and Criminal Justice in Brazil in KALUNTA-CRUMPTON, A. (Ed.) *Race, Crime and Criminal Justice*. New York: Palgrave Macmillan. Pg. 207-241. ISBN: 978-0-230-22029-4.
- CANO, I.; Schweiger-Gallo, I.
(2008). *El impacto de la información estereotípica y de la autocategorización sobre la categorización racial em Brasil*. Seminario ‘Los valores en la psicología social contemporánea’. Universidad Complutense de Madrid. Madrid. 4 de dezembro de 2008.
- CHEVIGNY, Paul,
(1991). Police Deadly Force as Social Control: Jamaica, Brazil and Argentina. *Série Dossiê NEV*, n.2, 1991, p. 10. Núcleo de Estudos da Violência, USP, São Paulo
- COELHO, Terine Husek
(2017). *Medindo Forças: a vitimização policial no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pósgraduação em Ciências Sociais. UERJ.
- CANO GESTOSO, Jose Ignacio
(2014). Viés racial no uso da força letal pela polícia no Brasil. *MPMG Jurídico*, Belo Horizonte, edição especial, p. 17-25, 2014.
- HASENBALG, Carlos
(1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.

- KAHN, T.
(1999). *Justiça e Discriminação Racial. Boletim Informativo do Grupo de Pesquisa da Discriminação da USP*, 1 (5). São Paulo: USP.
- LABORATÓRIO DE ANÁLISE DA VIOLÊNCIA – LAV
(2015). *Proposta de índice de aptidão para o uso da fora policial (IAUF)*. Rio de Janeiro: 2015. Mimeo.
- LABORATÓRIO DE ANÁLISE DA VIOLÊNCIA – LAV
(2016). *Letalidade Policial no Rio de Janeiro: Fatores de Influência Individual e Medidas de Controle Institucional. Relatório Final. Projeto BRA/04/029: Segurança Cidadã*. Acessível em: http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras_publicacoes_externas/pagina-2/55letalidade-policial-no-rio-de-janeiro.pdf
- MAGALONI, B; CANO, I.
(2016). *Determinantes do Uso da Força Policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2016. 128 páginas. ISBN 978-85-7108-415-5
- MCFADDEN, D.
(1974). Conditional Logit Analysis of Qualitative Choice Behavior in P. Zarembka (ed.) *Frontiers in Econometrics*, New York: Academic Press.
- PINC, T.
(2006). *O uso da força não letal pela polícia nos encontros com o público*. 2006. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- RIBEIRO, Carlos Antonio Costa.
(2006). Raça, classe e mobilidade social no Brasil Dados. *Revista de Ciências Sociais*, 49 (4): 833-873.
- SHADISH, W. Cook, T. & Campbell, D.
(2002). *Experimental and Quasi-Experimental Designs for Generalised Causal Inference*. Brooks/Cole.
- Silva, Nelson do Vale
(1985). Updating the cost of not being white in Brazil in FONTAINE, P.M. (ed.) *Race, Class and Power in Brazil*. Los Angeles: UCLA Center for Afro-American Studies.
- SOARES, L.E.
(2000). *Meu Casaco de General Quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- VARGAS, J.
(2004). *Estupro: que justiça?*. Tese de doutorado em sociologia. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- WOOD, Charles
(1991). Categorias Censitárias e Classificações Subjetivas de Raça no Brasil in LOVELL, Peggy A. *Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo*. (PP. 93-113). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional